

Gustavo Barroso
(da academia brasileira)

Segredos e revelações da história do Brasil

2ª edição

Edições **O Cruzeiro**

Este livro foi composto e impresso nas oficinas da empresa gráfica
O Cruzeiro S. A., na rua do Livramento 203, Rio de Janeiro, pra

Edições O Cruzeiro

Agosto de 1961

Capa de

Maria Luísa Campello

Gustavo Barroso
Brasil

Segredos e revelações da história do



Diretor
HERBERTO SALES

Direitos autorais adquiridos pela empresa gráfica *O Cruzeiro* S. A., que se reserva a propriedade literária da presente edição





Os fenícios no Brasil

Na 8ª sessão extraordinária do então recentemente fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada na tarde de 23 de março de 1839, um de seus fundadores, o eminente cônego Januário da Cunha Barbosa, apresentou o seguinte requerimento: Numa das montanhas do litoral do Rio de Janeiro, a sul da barra, há uma inscrição em caracteres fenícios já muito destruídos pelo tempo e que revelam grande antigüidade. Essa inscrição foi vista e observada por um conhecedor das línguas orientais, e que, a vendo, concluiu que o Brasil fora visitado por nações conhecedoras da navegação que àqui vieram antes dos portugueses. Me certificou de que dera conta dessa descoberta ao governo de dom João VI e que copiara a inscrição do mesmo modo que se acha feita. Requeiro, pois, que o Instituto Histórico, atenta a importância da notícia, peça, com empenho, a nossos consórcios oficiais de secretarias que se esforcem a descobrir nelas o relatório dessa descoberta, feito no reinado de dom João VI, e oferecido pelo padre mestre frei Custódio, professor de grego e versado nas línguas orientais.

O venerando Instituto Histórico tomou em consideração o requerido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e nomeou, pra estudar o assunto e emitir parecer, uma comissão composta do requerente, de Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, e de José Rodrigues Monteiro. O parecer da douta comissão, publicado há mais dum século, em 1839, e desconhecido da maioria dos brasileiros, merece divulgação.

Começa assim: A comissão encarregada pelo Instituto Histórico e Geográfico pra analisar e copiar a inscrição que está gravada no morro da Gávea, se transportou ao lugar, e não se poupou aos meios e fadigas que uma primeira excursão demanda, pra se obter um resultado digno de sua missão. E vem, hoje, perante o Instituto Histórico e Geográfico, dar conta do que viu e observou, assim como trazer uma cópia fiel da pretendida inscrição desse monumento que pertence à classe daqueles que Court de Gebelin coloca em seu *Mundo primitivo*, e que têm chegado às recentes gerações envolto no mistério dos tempos, os hieróglifos, os caracteres cuneiformes e as construções ciclópicas. A descoberta duma inscrição é um fato que pode fazer uma revolução na história, que pode reconquistar idéias perdidas e aniquilar outras em pleno domínio: Um nome, uma frase numa lápide pode preencher lacunas imensas, restaurar conjeturas e abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro.

Depois de agradecer o auxílio prestado pelo então vigário da freguesia da Lagoa, padre Manuel Gomes Souto, pelo capelão do imperador, padre José Rodrigues Monteiro, pelos senhores Manuel Joaquim Pereira e João Luís da Silva que auxiliaram a excursão e testemunharam a cópia da rude epigrafia, a comissão afirmou que no cume da Gávea, do lado direito dos que vão pelo Serrote da Boa Vista, numa pedra de forma cúbica, existem caracteres, ou sulcos que a eles se assemelham. Todavia não afirma sejam gravados pela mão do homem ou pela *lima do tempo*. Após algumas considerações sobre a obra da natureza pela erosão, formando vultos, figuras ou arquiteturas, a comissão alinhou *argumentos notáveis pra que ambas as conjeturas tenham fundamento*, apresentando, a respeito, várias proposições, que resumimos:



I — Que muitos viajantes e sábios têm encontrado inscrições em rochedos em várias partes do Brasil.

II — Que, assim como Pedro Álvares Cabral e o piloto Afonso Sanches, empurrados pelo vento, descobriram o continente da América, também os povos antigos, tangidos pela ambição do comércio, podiam ter aportado a nosso país e deixado escrita na pedra a memória de nomes ou acontecimentos.

III — Que a inscrição da Gávea está colocada de modo vantajoso pra tais conjeturas, voltada ao mar, como caracteres de sete a oito palmos de altura, visíveis de longe a olho nu mas muito exposta a vento e chuva que a gastam na rocha de consistência mais ou menos fraca.

O parecer estuda, em seguida, a natureza do terreno onde se eleva a pedra da Gávea, achando que em tempo antigo o lugar onde se vê a inscrição devia ser mais aterrado. Continua, no entanto, a oscilar *entre a afirmativa e a negativa*, quanto a ser aquilo obra da mão do homem. E concluiu:

- 1 - Que os pretendidos caracteres do rochedo da Gávea não se assemelham aos dos povos do velho continente, que empreenderam as primeiras navegações, e muito menos aos dos modernos.

- 2 - Que esses caracteres, comparados com os alfabetos e inscrição, que Court de Gebelin dá em sua obra do *Mundo primitivo*, não apresentam semelhança com inscrição fenícia, cananéia, cartaginesa, ou grega, e que mais parecem sulcos gravados pelo tempo, entre dois veios de granito, pois com iguais aparências se encontram não só no lado oposto ao da inscrição da mesma Gávea, como noutras pedras destacadas e, principalmente, numa grande, que se encontra à esquerda, na base do morro, quando se sobe à casa de João Luís da Silva.

- 3 - Que a parte da rocha, onde começa a pretendida inscrição, além de perpendicular e dum acesso quase impossível, é a menos conservada ou a mais apagada. Sendo que aquela está menos exposta à fúria das estações, alguns traços perpendiculares, outros mais ou menos oblíquos, mais ou menos curvos, ligados por hastes interrompidas, que muito se assemelham a veios, fazem o todo da inscrição, e uma grande irregularidade de profundidade se observa na gravura assim como no largo veio da base, que se poderia conjeturar como um traço pra melhor se descobrirem as letras, o que é interrompido visivelmente e dá formas não equívocas dum veio mais profundo. Este argumento é fortificado pela profundidade dos caracteres da parte esquerda que estão mais expostos, do que os da direita, por entrarem na curva que se dirige ao norte. Os fenícios escreviam da direita à esquerda, trabalhando destarte, deviam dar a mesma profundidade às letras pra que fossem igualmente visíveis.

Quando se pensa que a Comissão do Instituto Histórico com essas razões impugna a autenticidade fenícia da inscrição da Gávea, faz marcha-ré, se declarando longe de protestar solenemente contra a idéia de serem ou não uma inscrição aqueles sulcos ou traços, porque ainda não empregou os últimos recursos que lhe restam pra verificação de semelhantes monumentos. Vinha, assim, em família, expor suas impressões e conjeturas, e protestar que uma segunda exploração será feita com melhores instrumentos e com um dia mais favorável pra ver se obtém um resultado de maior evidência, e mais positivo. Lastimando, contudo, não poder estudar a memória que o ilustre frei Custódio escrevera noutros tempos sobre essa mesma inscrição.

Ainda mais: Tem presente na lembrança as navegações desses povos da



antiguidade, e se triunfar a idéia do ilustre padre mestre, ela a fortificará por uma memória mais ampla e circunstanciada, e nas formas demandadas pela ciência da arqueologia, em que não somente passará em resenha todas as tradições, que temos das navegações dos antigos, como também procurará, nas línguas e tradições de diversos povos, a luminosa esteira traçada pela civilização dos fenícios, entre os povos das ilhas onde tiveram suas feitorias e onde deixaram monumentos materiais de sua existência e passagem, tanto na Ásia, como na América, que, segundo Estêvão Sewall e Court de Gebelin, ali aportaram e deixaram inscrições na parte setentrional.

Finalmente, antes de pôr no parecer a data de 23 de maio de 1839 e assinar, disse a referida comissão não desesperar da glória, que aguarda o Instituto Histórico e Geográfico, na descoberta de iguais monumentos nem da esperança de ver aparecer em seu seio um champolião brasileiro,¹ esse níuton da antiguidade egípcia ou cuvier do Nilo,² pro facho de seu gênio indagador iluminar esta parte da história primitiva de nosso Brasil, e porque ela pode num dia contemplar aquele monumento como Anaxágoras o Sol e, no outro, como Pitágoras, ver naquela rocha uma inscrição gravada pelo acaso e o tempo, ou um padrão, pelo cinzel do homem, deixado às gerações vindouras.

Desse documento se infere que a famosa inscrição da Gávea foi notada e estudada em primeiro lugar por padre mestre Custódio, isto é, Custódio Alves Serrão, maranhense, natural de Alcântara, onde nasceu em 2 de outubro de 1799. Era carmelita e formado em teologia na universidade de Coimbra. Se dedicou às ciências naturais, foi lente de zoologia e botânica da academia militar do Rio de Janeiro, lente de química e mineralogia da mesma escola e diretor do Museu Nacional em 1828. Obteve a secularização em 1840 e em 1859 a nomeação de diretor do jardim Botânico. Era versado nas línguas orientais e grega. Acabou cego por abusar da vista no microscópio. Redigiu o diário da câmara dos deputados de 1826 a 1828, publicou, em 1833, *Lições de química e mineralogia*, em 1845 o *Processo pra separar o paládio doutros metais aos quais está ligado* e, em 1867, *Breve notícia sobre as madeiras do Brasil*. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1873, com 74 anos de idade. Resenhando sua vida, disse Sacramento Blake: Me consta que frei Custódio, em vista duma inscrição em caracteres fenícios, já muito carcomidos pela ação destruidora do tempo, encontrada numa das montanhas do litoral do Rio de Janeiro, ao sul da barra, escrevera uma *Memória em que se prova que o Brasil fora visitado por alguma nação conhecedora da navegação, antes que aqui viessem os portugueses*. O citado dicionarista biobibliográfico acrescenta à guisa de comentário: Essa memória foi examinada por uma comissão do Instituto Histórico mas nunca mais se tratou disso.

É, sem dúvida, a memória apresentada a dom João VI, que desapareceu na papelada das secretarias de estado e a que alude Januário da Cunha Barbosa em seu requerimento. É de estranhar que, estando vivo em 1839 padre mestre Custódio Alves

¹ Na verdade a decifração hieroglífica por Champollion é uma farsa. Nota do digitalizador.

² O barão Georges Cuvier (Montbéliard 23 de agosto de 1769 - Paris, 13 de maio de 1832), cujo verdadeiro nome era Jean Leopold Nicolas Frédéric Cuvier - Naturalista francês, que formulou as leis da anatomia comparada, que possibilitaram as reconstruções paleontológicas. A referência a Isaac Newton dispensa nota. Nota do digitalizador.



Serrão, a comissão do instituto, que deu o parecer sobre os caracteres misteriosos da Gávea, não o tivesse ouvido sobre o assunto. Na distância do tempo, mais de um século, não se pode atinar com a razão que tenha ditado tão estranho procedimento.

O caso da inscrição da Gávea intimamente se prende à debatida tese da vinda, em remoto tempo, de navegadores fenícios a este lado do Atlântico. Se sabe que os fenícios e seus descendentes, os cartagineses, fundaram colônias nas costas mediterrâneas e atlânticas da África. Senhores dos mares, bloquearam aos outros povos a passagem do estreito de Gibraltar e puniam de morte, segundo diz Aristóteles, os navegadores que tentassem velejar no oceano. Querem certos autores que o país ocidental, afastado longos dias de navegação da Líbia, banhado de rios navegáveis e cheio de suntuosas construções, que Deodoro Sículo nos descreveu, seja o continente americano. Essas aventuras dos fenícios no Atlântico teriam sido precedidas das dos cários, que legaram àqueles o segredo de suas rotas marítimas.

Ordoflez, padre Cabrera e outros autores antigos asseguram que os cartagineses fundaram colônias na América. Onfroy de Thoron vai mais longe e procura provar a vinda dos fenícios ao Brasil. Segundo seu raciocínio as frotas de Hirão, rei de Tiro, amigo de Salomão, freqüentaram o rio das Amazonas, em demanda ao país de Ofir, que seria o Peru. O Próprio nome de Solimões, que tinha o Amazonas e ainda o conserva em seu curso superior, vinha, em sua opinião, do Salomão bíblico. Isso se passou há cerca de três mil anos.

O mais recente estudo sobre a inscrição que se pretende ser fenícia existente na pedra da Gávea, se é que não se trata de marcas de erosão naquela rocha metamórfica, foi feito por Bernardo de Azevedo da Silva Ramos no volume I de sua obra *Inscrições e tradições da América pré-histórica*, editada pela Imprensa Nacional em 1930. Bernardo Ramos dedicou a vida inteira ao exame e decifração das chamadas inscrições rupestres existentes no Brasil, como em quase todo o mundo e, sobretudo, as da bacia amazônica, que são, até hoje, verdadeiro enigma, não havendo, a seu respeito, teoria científica definitiva, salvo quanto àquelas com animais e armadilhas ligadas à mágica de caça. Bernardo Ramos oferece em seu livro a tradução das da Gávea, baseado, segundo afirma, no grego paleográfico, no sânscrito e até no chinês. Essas inscrições gravadas ou pintadas nas rochas são o que o indígena denominava Itacoatiara.³

A interpretação da inscrição da Gávea dada por Bernardo Ramos, transcrevendo em letras de nosso alfabeto os caracteres fenícios e tendo em vista que os fenícios escreviam ao inverso dos latinos, é esta: LAABHTEJ — RAB — RIZDAB — NAISINEOF — RUZT. O que, posto na ordem em que escrevemos, dá o seguinte: TZUR — FOENISIAN — BADZIR — BAR — JETHBAAL. Donde resulta a tradução vernácula: TIRO — FENÍCIA — BADEZIR — PRIMOGÊNITO DE JETHBAAL.

Tiro ou Tyro, o rochedo forte, capital da Fenícia, de fato também era chamado Tsor ou Tsur ou Tzur. Nos catálogos que se conhecem dos soberanos fenícios, figura um rei Baalazar ou Badezir, que reinou de -855 a -850, filho de seu antecessor, Itobaal ou Iethbaal, que reinou de -887 a -855.

Assim, no reinado de Badezir, os fenícios teriam estado no litoral brasileiro, afeiçoado a pedra da Gávea no alto em forma de cabeça humana, conformação curiosa que ela apresenta, e nela deixado a memória epigráfica de sua passagem.

Será verdade?

³ Itacoatiara (tupi): Pedra riscada. Nota do digitalizador



O padrão de São Vicente

Esse padrão encimado pela cruz templária da ordem de Cristo, esguio e solitário, de pedra amorenada pelo sol e alisada pelo vento, se projetando ao céu e refletido na água assinala o terceiro passo da civilização luso-cristã em terra brasileira. O primeiro marco foi levantado por Pedro Álvares Cabral na areia de Porto Seguro. Cristóvão Jaques ergueu o segundo em Itamaracá.⁴ Martim Afonso de Souza cravou o terceiro perto dum ilhéu rochoso e agreste do litoral paulista. O segundo foi semente de Olinda–Recife–Pernambuco. Foi o terceiro semente de Piratininga–São Paulo, a marcha ao sul e ao oeste, o recuo do meridiano, em 1494 firmado teoricamente pela convenção de Tordesilhas. E, entre esses pontos extremos a que então chegaram os lusos, batendo a imensa costa, Tomé de Souza alicerçaria, mais tarde, os muros de taipa da cidade de Salvador, primeira cabeça do estado do Brasil.

Do ciclo das navegações costeiras, entre 1501 e 1530, do qual participaram os portugueses, muitos franceses e alguns espanhóis, resultaram, esparsos no litoral, desterrados, desertores e naufragos, que se uniram às índias. Era o povoamento por mestiçagem que começava. Ao transpor a frota de Martim Afonso de Souza a barra de São Vicente e ao fundear entre suas pequenas ilhas, a indiada se aglomerou nas praias. Desembarcou o capitão-mor no porto chamado de Tumiaru⁵ e ali encontrou, vivendo entre os selvagens, com mulher e filhos, o português Antônio Rodrigues, companheiro de João Ramalho, que galgara a serra do Mar e, casando com a filha do chefe Tibiriçá, povoara, na planície de Piratininga, a aldeia de Inhapuambuçu,⁶ depois Santo André da Borda do Campo. Em Itararé,⁷ curta praia existente entre a ilha do Sol, crismada agora em Porchat, e a ponta do morro de Santo Antônio, antigo Tumiaru, se lançou o fundamento da primeira vila de São Vicente, a primeira também do Brasil, com o apoio dos morubixabas guaianás do planalto: Tibiriçá e Caiubi. Os índios litorâneos chefiados por Piquerobi, apesar da filha deste ser mulher de Antônio Rodrigues, preferiram se retirar ao sertão a se aliarem aos portugueses. Doze anos após a fundação, em 1544, o mar, avançando sobre a terra, a inundou e submergiu a sempre a Vila de Martim Afonso de Souza, que renasceu em 1555 ao redor da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, que se salvara, ao pé do morro de Santo Antônio, local onde perdura.

A expedição de Martim Afonso de Souza, que encerrou o ciclo da exploração costeira em nossa história, foi a maior tentativa até aquela data realizada pelo governo de Portugal pra resolver o problema da colonização do vastíssimo país encontrado pela armada cabralina, nele fundando um império que se baseasse em mais sólidas riquezas do que a extração do pau-brasil, apropriada tão-somente a monopólios comerciais sem

⁴ Itamaracá (tupi): Pedra do sino. Nota do digitalizador.

⁵ Tumiaru: Lugar dos mantimentos. São Vicente era chamada de tumiaru. Nota do digitalizador. Extraído de <http://www.paty.posto7.com.br/palavrastupiguarani.htm>

⁶ Inhapuambuçu (tupi e guarani): *Grande rumor que corre*, provavelmente uivo: *Uivo que ressoa ao longe*. *Nhá* (guarani), *nhã* (tupi): *Correr*. *Puaba*: Rumor, latido, uivo. *Açu* (tupi), *guaçu* (guarani): Grande. Nota do digitalizador.

⁷ Itararé em tupi e guarani significa *pedra que o rio cavou*, pois o rio Itararé corre num leito rochoso desgastado pela correnteza, formando altos paredões, grandes cachoeiras e belas grutas. Nota do digitalizador. Extraído de Wikipedia.



espírito civilizador ou à aventura mercantil de interlopes⁸ isolados. Seu plano incluía uma amplitude que faltou à ação de seus predecessores, simples exploradores da linha costeira ou guardas costeiros contra os franceses.

Martim Afonso de Souza partiu de Lisboa no dia 3 de dezembro de 1530, trazendo em seus quatro navios, a este lado do Atlântico, os elementos básicos, humanos e materiais duma civilização rudimentar: Homens de arma, de saber e de arte mecânica, utensílios, ferramentas e sementes. Compunham essa armada matriarca, que conduzia o embrião social do Brasil, como escreveu a propósito Carlos Malheiro Dias, a nau *São Miguel*, o galeão *São Vicente*, as caravelas *Princesa* e *Rosa*, sob o comando de experimentados capitães: Heitor de Souza, Pero Lobo Pinheiro, Baltasar Gonçalves e Diogo Leite. E ao capitão-mor, mandado a colonizar tão longínquas regiões, dera o rei, por antecipação, o título de governador. Foi, assim, o fundador de São Vicente o primeiro governador do Brasil.

A armada transpôs a água das Canárias, costeou a África e, na altura do arquipélago de Cabo Verde, investiu o oceano, rompendo destemidamente os temporais, até avistar, no último dia de janeiro seguinte, a terra do Brasil, ao longo de cujo litoral deu caça aos navios franceses: Diogo Leite se apoderou duma nau nesse mesmo dia, *abarrotada de brasil*.⁹ Ao sul do cabo de Santo Agostinho tomou a esquadra outra *carregada de brasil*. Dias depois conquistou uma terceira, de abordagem, no fim de 36 horas de fogo de artilharia. Em 17 de fevereiro de 1531 refrescou a frota em Pernambuco. Havia dois meses que a nau francesa *La Pelérine* saqueara e destruíra a feitoria de Itamaracá. Dali, Diogo Leite, com as caravelas, seguiu ao Norte, a *descobrir o rio Maranhã*. João de Souza regressou ao reino com notícias e pau-brasil, numa das suas naus tomadas dos franceses. A outra, crismada em *Nossa Senhora das Candeias*, se incorporou à frota sob o comando do irmão do capitão-mor governador, Pero Lopes de Souza, cujo *Diário de navegação* é a crônica viva da epopéia.

Na baía de Todos os Santos, em março de 1531, Martim Afonso de Souza encontrou o patriarca da miscigenação luso-tupi, Diogo Álvares, o Caramuru, que ali se encontrava desde 1519. Já a gente da terra era toda alva, diz Pero Lopes, os homens muito bem dispostos e as mulheres muito formosas. Ali ficaram dois homens com sementes *pra fazerem experiência do que a terra dava*. E ainda os cativos duma caravela, que arribava de Sofala e fora agregada à frota. Porventura os primeiros negros que tomaram pé no Brasil.

Meses demorou a expedição no remanso da Guanabara, onde consertou os navios e construiu dois bergantins destinados à conquista do Rio da Prata, fim último a que se destinava. Tempo foi suficiente pra quatro homens, mandados pelo capitão-mor governador, penetrarem as terras e voltarem com notícia e um chefe de tribo que recebeu muitos presentes. A primeira bandeira que explorou o interior. E prosseguiu a viagem ao sul. Em Cananéia, estavam esperando os navegadores dois dos primeiros povoadores da costa: Francisco Chaves e um bacharel degredado. À indiada, que ocorria, alvoroçada, à praia, falou, em sua própria língua, o abanheenga,¹⁰ o piloto

⁸ Interlope, entrelopo - (adjetivo) Relativo a contrabando. Se diz dum navio mercante que trafica em contrabando. (sm) Contrabandista, aventureiro.

⁹ Pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Nota do digitalizador.

¹⁰ Hartt, por volta de 1872, observou que a Língua Geral do Amazonas não é o tupi dos antigos jesuítas. Que na pronúncia e na estrutura as duas línguas diferem ainda mais que o português do espanhol, e as orações, hinos, etc., dos jesuítas não são entendidos pelos índios amazônicos de hoje. Por isso Plínio Airosa, em 1933,



Pedro Ames. No lagamar de Santos, balizado no fundo pela muralha azul-verde de Paranapiacaba,¹¹ por a todos parecer tão bem a terra, o capitão determinou a povoar, dando a todos os homens terra pra fazer fazenda. E dali seguiram ao sertão ignoto, cuja largura se desconhecia, buscando o império dos Incas, donde manavam a prata e o ouro, os oitenta besteiros e arcabuzeiros da grande bandeira organizada por Martim Afonso de Souza e comandada por Pero Lobo e Francisco de Chaves, que os carijó chacinaram na margem do Iguaçu.

De Pernambuco Martim Afonso de Souza enviara duas caravelas ao norte. Em março de 1531 entravam na baía de São José, em abril na de São Marcos e em junho na de São João. Atingiram, afinal, a foz do rio Gurupi, que se chamou Abra de Diogo Leite, segundo consta do mapa de Gaspar Viegas, de 1534. Ao sul foi mandado, de Santos, Pero Lopes de Souza ao rio da Prata, que devia explorar e colonizar. Lhe foram, porém, os fados adversos. Na altura do arroio Chuí, predestinado a definitivo limite entre a América portuguesa e a espanhola no rumo meridional, o mar em fúria fez naufragarem a nau-capitânia e um dos bergantins, se perdendo sete homens, arma, mantimento, utensílio, tudo o que se destinava à obra colonizadora. Reunindo o conselho dos capitães e pilotos, se decidiu, na dura contingência, renunciar àquela empresa, se encarregando Pero Lopes com o bergantim restante e 30 homens de erguer no estuário platino os padrões de posse da coroa portuguesa. A caravela de Sofala, *Santa Maria do Cabo*, recolheu os naufragos na costa sulina e ainda trouxe a São Vicente outros naufragos, esses espanhóis, em número de 15, relíquias da expedição malograda de Juan Días de Solis ao rio da Prata, que se encontravam no porto de Patos, em Santa Catarina.

Em data incerta do primeiro semestre de 1533 Martim Afonso de Souza partiu de São Vicente, ali ficando, como seu lugar-tenente no cargo de capitão-mor e governador da capitania, Gonçalo Monteiro. Deixava no Brasil os primeiros materiais duma civilização: A igreja, o município, o estaleiro, o tombo das sesmarias, o pelourinho, emblema da justiça. Enquanto não partiu à Índia, o donatário se ocupou da longínqua capitania brasileira, cuja doação o rei lhe comunicara em carta trazida por João de Souza a São Vicente. Até lá expediu colonos, animais domésticos e sementes, contratando agricultores e mecânicos habilitados na cultura e fabricação do açúcar.

No regresso de São Vicente a Portugal, Pero Lopes de Souza retomou dos franceses o forte de Itamaracá e os mandou executar como exemplo, pra castigo de sua felonía.

Martim Afonso de Souza, primeiro colonizador e primeiro donatário do Brasil, primeiro capitão-mor governador, recebeu do rei dom João III os títulos pomposos de governador da Índia e capitão-mor dos Mares do Oriente. Com eles, à testa duma armada de 5 navios, partiu do Tejo em 12 de março de 1534. Arribou à Bahia e os franciscanos que levava a bordo ali batizaram os filhos legítimos e os naturais de Diogo Álvares, Caramuru, o patriarca que, usando duma poligamia bíblica, começava com outros do mesmo feitio a povoar estes Brasis. E essa obra povoadora continuava com a casamento de duas de suas filhas bastardas, uma com Afonso Rodrigues, natural de

assim classificou os dialetos tupis: 1 - tupi antigo e 2 - guarani antigo (abanheenga), 3 - tupi moderno (nheengatu), 4 - tupi antigo (abanheenga). Extraído de Humberto Mauro, 1943, *Vocabulário dos termos tupis de O selvagem, de Couto de magalhães*. http://br.geocities.com/indiosbr_nicolai/tupihm.htm Abá (tupi), avá (guarani): *Homem*. *Nheém* (tupi), *nheê* (guarani): Falar. *Língua dos homens*. Nota do digitalizador.

¹¹ *Paranapiacaba* (em tupi e guarani): *Donde se avista o mar*. Nota do digitalizador.

Gustavo Barroso

Segredos e revelações da história do

Brasil



Óbidos, outra com o fidalgo genovês Paulo Dias Adorno, aventureiros fugidos de São Vicente, onde cometeram um crime. Assim, começou o Brasil a nascer.

E é tudo isso o que recorda o fuste de pedra do blasonado padrão que aponta o céu e se contempla no mar...



O Brasil já se chamou América

Sob os auspícios do duque de Lorena, Renato II, o famoso cônego Vautrin de Lud fundou, em fim do século 15, na cidade de Saint-Dié, um ginásio científico, o ginásio Vosgense, que se tornou célebre na Europa inteira pelos nomes dos sábios que o compunham e pelas obras saídas de sua oficina de impressão. Fizeram parte desse erudito cenáculo o escritor Jean Bazin e os geógrafos Matias Ringmann e Waldseemüller.

Ao duque Renato fora enviada a carta que, no início do século 16, corria a Europa, atribuída a Américo Vespúcio, na qual esse navegador narrava suas quatro aventurosas viagens nas rotas do Novo Mundo achado por Cristóvão Colombo. Segundo o cônego Vautrin de Lud, em sua obra *Speculi orbis declaratio*, apreciada em Estrasburgo em 1507, essa carta viera, em francês, de Portugal, sendo traduzida ao latim por Jean Bazin. Todavia se verifica que tal tradução foi feita do italiano, e mesmo malfeita. Essa descrição das quatro viagens de Vespúcio ao Novo Mundo, datada de 4 de setembro de 1504, em Lisboa, foi impressa primeiro em italiano sob o título *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi* (*Cartas de Américo Vespúcio das ilhas novamente encontradas em quatro de suas viagens*). Esse opúsculo é raríssimo e só se tem notícia de cinco exemplares, dos quais dois extraviados. Os três restantes se encontram na biblioteca do British museum, na Palatina de Florença e na da universidade Princeton, em Estados Unidos. Depois, foi editada em latim.

Tal carta tem sido considerada apócrifa por muitos críticos e por outros uma compilação, cujos elementos essenciais foram tirados das cartas verdadeiras de Américo Vespúcio dirigidas a seu amigo e protetor Lourenço de Pier Francesco de Médici.

Em 25 de abril de 1507 Vautrin de Lud fazia sair da prensa do ginásio de Saint-Dié a *Introdução à Cosmografia de Ptolomeu*, de autoria de Martinho Hylacomylus ou Martin Waldseemüller, sob o título *Cosmographiae Introductio: Cum quibusdam geometriae ac astronomiae principii ad eam rem necessariis. Insuper quatuor Americi Vesputii navigationes. Universalis Cosmographiae descriptio tam in solido quam plano, eis etiam insertis, quae Ptholomaeo ignota a nuperis reperta sunt.* (*Introdução à cosmografia com alguns elementos de geometria e de astronomia quando necessário, com as quatro viagens de Américo Vespúcio. Descrição de todo o mundo tanto em projeção esférica quanto em superfície plana, inclusive as partes, recentemente descobertas, que Ptolomeu ignorava*).

Se trata dum folheto de 52 páginas, dividido em duas partes. Na primeira vinham as definições e princípios gerais da cosmografia. Na segunda *As quatro viagens de Vespúcio, Quatuor Americi Vesputii navigationes*, recebidas de Lisboa por duque Renato. Essa publicação se destinava a justificar o que se dizia noutros capítulos: A existência de grande extensão de terra descoberta por Américo Vespúcio com as seguintes afirmações: *Nunc vero et hae partes sunt latius lustratae et alia quarta pars Americum Vesputium (ut in sequentibus audietur) inventa est, quam non video cur quis iure vetet ab Americo inventore sagacis ingenii viro Amerigen quasi Americi terram sive American dicendam; cum et Europa et Asia mulieribus sua sortita sunt nomina.* O que em vernáculo assim se traduz: *Agora, no entanto, que essas terras foram totalmente exploradas (as partes já conhecidas do mundo), e outra parte, a quarta, foi descoberta por Américo Vespúcio, segundo adiante se verá, nada sei que a possa impedir de ser*



denominada de pleno direito Amerigen ou América, terra de Américo, em homenagem a seu descobridor, homem inteligente, sagaz, visto como tanto a Europa como a Ásia receberam nome de mulher.

Foi essa a primeira vez em que se imprimiu o nome América, que, em pouco tempo, denominaria todo o continente, o qual, pela lógica, deveria se chamar Colômbia ou Colúmbia. Quais as razões que levaram um geógrafo como Waldseemüller a propor o nome próprio de Vespúcio pra, com forma feminina, designar a quarta parte do globo, a considerando descoberta por ele? Em sua *Histoire Critique de la Grande Entreprise de Colomb*, Henry Vignaud nos oferece estas explicações: Waldseemüller e seus colegas do Ginásio Vosgense conheciam todas as descobertas de Colombo, quando propuseram dar o nome de Vespúcio a uma parte do Novo Mundo. O que é provável ou, antes, evidente é que não compreenderam a verdadeira significação do feito do grande genovês. Ainda não de todo informado sobre o assunto, Waldseemüller podia e devia crer que, mesmo após ter tocado em vários pontos da terra firme, Colombo só descobrira um arquipélago, enquanto Vespúcio assegurava ter verificado a existência de nosso continente sito ao sul das ilhas achadas pelo genovês Colombo, com as quais não podia ser confundido. Se vê que, pra Waldseemüller, o Novo Mundo não era aquilo que ora compreendemos como tal mas somente essa parte da América do Sul, cuja existência Vespúcio revelara e cujos limite exato ainda se não conhecia. A carta da América de Waldseemüller prova o que aí está.

Equivale a dizer, desde que se conheça o teatro das viagens de Vespúcio, que o nome América designou, durante algum tempo, em verdade, nosso Brasil. Se generalizou, todavia, esse nome com incrível rapidez. Voou da parte meridional do continente à setentrional, por cima da denominação Índias Ocidentais, que se localizou na região das Antilhas, onde Colombo julgara dar com as Índias. A opinião pública na França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Flandres, Dinamarca e na própria Espanha, donde Colombo partira, aceitou sem dificuldade o nome América, primeiramente aplicado só à do Sul, sobretudo à região brasílica. Se confundiram, então, as designações América e Brasil, como a cartografia do século 16 nos demonstra.

Assim a América, nascida em 12 de outubro de 1492 sob o signo de Colombo, foi batizada em 25 de abril de 1507, data da publicação de *Introdução à Cosmografia de Ptolomeu*, sob o signo de Américo. Se consumou, com o tempo, a injustiça feita ao grande genovês.

O nome do Brasil é mais antigo do que o da América. Aparece na cartografia medieval e renascentista muito antes do descobrimento realizado por Pedro Álvares Cabral, indicando uma ilha de pouso incerta na vastidão ignota do Oceano tenebroso. A América teve nascimento e batismo. O Brasil teve nascimento, dois batismos, apelidos e crisma. Nos batismos foi Terra de Vera-Cruz e Terra de Santa Cruz. Como apelidos recebeu o de Terra dos Papagaios e, pouco tempo, o de América. O nome da crisma foi o que se perpetuou: Brasil. O nome do Brasil pode ser considerado um símbolo, vem da lenda antiqüíssima duma terra feliz, em celta *Bressail*, *Hy-Brazil*, *O'Brasil*, com a intercorrência da madeira vermelha, Berzino, Berzi, Brasil, e traz consigo uma longa tradição cartográfica. O nome da *América* representa um roubo, embora involuntário, à glória de outrem e exprime, unicamente, a figura dum homem, aliás muito discutida.

Em sua origem germânica o nome era *Amalrich*, *Amalreich* ou *Amelrich*. Passou ao latim como *Amalaricus*. Dessa última forma provieram as variantes neolatinas: *Amaury*



em francês, *Amerigo* em italiano, *Morigo* e *Monigo* em espanhol, *Amalarico* e *Américo* em português. Também *Albericus*, como se vê em certos documentos.

O que está escrito na edição de 1507 da *Cosmographiae introductio*, destruí documentalmente todas as teorias tendentes a dar ao nome América origem indígena. Entre elas, as principais são: A do professor da universidade de Cambridge, Estados Unidos, em 1884, Jules Marcou, que afirma vir o nome de Amerrisque, cordilheira existente em Nicarágua; a de Lambert de Saint-Brio, exposta em 1888 na Sociedade de Geografia de Nova Iorque, encontrando essa origem na região sagrada dos indígenas sul-americanos denominada Can-Amaraca; a de Alphonse de Paris que radica América na denominação duma cidade destruída da Venezuela, Ameracapaná; e a de senhorita Lecocq, em 1892, a qual assegura que o nome vem de Tamaraque, como era assinalada a Jamaica em velhos mapas.

O texto da *Cosmographiae introductio* é, no entanto, de meridiana clareza: América, vale dizer terra de Américo, em homenagem a seu descobridor... Além desse texto há o documento cartográfico, o mapa do citado Waldseemüller, no qual vem o nome *América* indicando a região que hoje é o Brasil. Por esse mapa, datado de 1507, vemos uma América do Sul demasiado alongada, com a costa ocidental considerada Incógnita. Na parte superior, sob a Linha Equinocial, tremula a bandeira de Castela e se lê esta legenda: *Est per mandatum regis Castellae* (A mando do rei de Castela). Da ponta continental mais avançada, *Caput Saraste Alias*, até a extremidade sul, compreendendo o rio São Francisco, a baía de Todos os Santos, a terra de São Tomé etc., a costa se mostra limitada por duas bandeiras portuguesas. É justamente essa região correspondente ao Brasil que leva o nome *América*.

Vemos, assim, que, graças às viagens, fabulosas ou verdadeiras, realizadas por Américo Vespúcio ou a ele atribuídas nesta parte do globo, o nome *América*, destinado a denominar todo o continente, desde a Groenlândia à Terra do Fogo, designou algum tempo, cartograficamente, nosso Brasil. Aliás, ainda os franceses, no século 16, mantinham essa denominação, segundo vemos no título do livro de Jean de Léry: *Histoire d'un voyage faite à la Terre du Brésil*, autrement dite de l'Amérique (*História duma viagem à terra do Brasil, também chamada América*) e no de Thévet: *Singularité de la France Antarctique*, autrement nommée Amérique (*Singularidade da França Antártica, também chamada América*). A França Antártica ficava na baía de Guanabara.



O monstro de praia Vicentina

As formas espantosas dos animais antediluvianos entrevistas pelos homens pré-históricos nas cavernas geladas ou as suas ossadas imensas encontradas nos pântanos causaram profunda sensação que, transmitida através das gerações, deu, sem dúvida, origem a muitas das lendas de bestas híbridas e horrendas. E todos os povos primitivos misturaram as formas vivas da água e da terra nessa produção duma verdadeira fauna de pesadelo, que velhos livros nos descrevem e antigos documentos iconográficos nos apresentam pintados ou esculpidos.

Os chineses criam no grande dragão Tatzmaki. Os hindus na imensa tartaruga Kusmaradja, na fabulosa serpente Midgard, no bicho Saza, de cabeça de cobra, no Çafir, de bico de águia e corpo de cão, na Çaga, de cara de milhafre e cauda de flor. Os árabes himiaritas e nabateus no pássaro Roca e nas aves Homai. Os cafres na serpente Manika, que bóia no mar como a dos escandinavos. Os esquimós no Tupilek, que tem milhões de pés, de olhos e de dentes. Os finlandeses no misterioso Herlihanem, que envenena o ferro. Os polinésios no homem-porco ou porco-homem Tamampuá.

A lista é longa, variada e apavorante. A ela concorrem os assírios com o sinistro Lahmu, nascido da mistura de água doce e salgada, com homens-escorpiões, os touros-alados, anjos-gafanhotos e deuses-peixes. Os gregos com centauros, dragões, hidras, Quimera, Minotauro, górgonas, sereias e o Campé, morto por Dionísio, que revolvia campos, devorava povos e arrasava cidades. Os egípcios com a Esfinge, a Fênix e os deuses chacais, cinocéfalos ou gaviões. Os japoneses com o Baku, que devora os sonhos, e o Raiboku, que ataca o raio e cai despedaçado em chuva de pedrinhas pretas. Os cingaleses com o Daity-Mura de cinco cabeças. Os judeus com o pavoroso peixe Leviatã e o Hud-hud, pássaro de ouro que conversava com Salomão. Os africanos com o Kamapa, tão grande que duma extremidade não se vê a outra, e o Seedinevé, que engole aldeias inteiras. Os navegadores antigos com o Kraken, polvo gigante¹² que sugava navios e o peixe-bispo, que abençoava os naufragos na hora da morte.

Os apocalipses, os volucrários,¹³ os fisiólogos, os bestiários, as moralizações e os espelhos naturais, nomes dados, geralmente, na Idade Média, a obras que traziam notícia ou figura desses bicharocos tremendos, enumeravam monstros de arrepiar: Capricervos, Caprimolgos, Capricórnios e Tragelafos, mestiços de bodes, veados e serpes; Cepus, mescla de pantera, gazela e leão; Sarcófagos, touros carnívoros; Crocotas, lobos e cães ao mesmo tempo; Dpsades, Anfisbenas, Acôntias, Áspides, Cerastas, Fisalos, Ceprestas, Basiliscos, Cítalos, Pancadas, Kesiduros, Enhídrios, Ascalábios, Ptíades, Anerudutes, Sanglos, Rútelos, Estifos, Filolópios, Céncrinos, Amolotes, Heláganas, Atélabos, Cicriodes, Selsiros, Onocrócalos e Coquátris, espantosa série de répteis monstruosos, alguns que até zurravam como jumento.¹⁴

A fantasia humana não teve limite na criação de tanta monstruosidade. Encontramos no estudo das fábulas antigas, a cada passo, as bestas apocalípticas: Hipocampos, hipogrifos, hipocervos, grifos, guivras, oquilis, unicórnios, rafos, tarandos, salamandras,

¹² Mais provavelmente a lula gigante, com alguns exemplares capturados na década de 1990. nota do digitalizador.

¹³ Volucrário *sm* (*lat volucre+áριο*) + Na literatura da idade média, tratado de zoologia limitado a descrever as aves. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

¹⁴ Sobre o assunto, ler *O livro dos seres imaginários*, de Jorge Luis Borges. Nota do digitalizador.



catopléias, cinamolgos, lumerpas, bonasios, pastinacas, masticoras, senadios, mirags, saduzags e manhotes. Na hagiografia cristã os animais fabulosos aparecem ao lado dos santos: O dragão Cauquemar lanceado por são Jorge, a Tarasca aos pés de Santa Marta, a baleia Fisetério conduzindo são Brandão, o lobo voraz de Gúbio amansado por são Francisco de Assis e a gárgula dominada por são Romano.

Algumas dessas criações híbridas representam verdadeiros símbolos. O que é o Falmante, leopardo que estourava de gritar sem necessidade, senão a representação figurada de certos indivíduos? O que é o Mirmecóleo (Mimercoleão), leão na frente e formiga atrás, senão o emblema dos fracalhões, que roncam, aparentando força que não possuem? O que é o Presteros, cujo contato tornava imbecil, senão o retrato de certas pessoas e de certas épocas que espalham a imbecilidade e a estupidez?

Entre os portugueses também correu, quando revolviam mundos e mares na sede de aventura, a história dum desses bichos apavorantes. A contou Fernão Mendes Pinto em sua *Peregrinação*: Era avistado nos mares misteriosos da Indochina e se chamava Caquesseitão. Tinha corpo gigantesco, carregado de compridos e terríveis espinhos, e agitava à flor das ondas um longo rabo como de lagarto.

Nosso Brasil, em seu amanhecer, possuía um bicharoco desses, muito digno de se comparar ao Caquesseitão de Fernão Mendes Pinto e a quaisquer dos outros aqui anteriormente enumerados. Na penumbra das primeiras idades de todos os povos sempre se agitam formas larvares. Não podíamos escapar à regra geral. A espantosa notícia nos foi dada por dois graves e sisudos historiadores. Um forrado de saber teológico, frei Vicente do Salvador, o outro forrado de saber gramatical, Pero de Magalhães Gândavo.

Escreve o primeiro, textualmente, no capítulo 10 de sua *História do Brasil*: Na capitania de São Vicente, na era de 1564, numa noite saiu à praia um monstro marinho, o qual, visto por um mancebo chamado Baltasar Ferreira, filho do capitão, que se foi a ele com uma espada e o peixe, se levantando direito, como um homem, sobre as barbatanas do rabo, deu no mancebo uma estocada na barriga com a qual o derrubou e, se tornando a levantar, com a boca aberta pra o tragar, lhe deu um altabaixo¹⁵ na cabeça com o que o atordoou. Logo acudiram alguns escravos seus que o acabaram de o matar, ficando o mancebo desmaiado e quase morto, depois de haver tido tanto ânimo. Era este monstruoso peixe de 15 palmos de comprimento [3,3m], não tinha escama senão pele, como se verá na figura seguinte.

Apesar desse *se verá na figura seguinte*, nenhum desenho do monstro acompanhava o manuscrito de frade custódio e não nos dá o nome do fabuloso animal marinho. Encontraremos, tanto esse nome como a estampa em que vem retratado, em *História da província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo, edição de 1575, a primeira, 11 anos posterior ao aparecimento da besta, que foi em 1564.

Gândavo assim a descreveu: Era 15 palmos de comprimento e semeado de cabelo no corpo. No focinho tinha cerdas muito grandes, como bigodes. Os índios da terra o chamam, em sua língua, *Hipupiara*,¹⁶ que quer dizer demônio d'água.

¹⁵ Altabaixo *sm* (da expressão *de alto a baixo*) *Esgrima*: Golpe de alto a baixo. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

¹⁶ Î, pronunciado como o *u* francês de *buffet* ou o *ü* alemão de *föhrrer*, significa água. Hipupiara mais parece ser corruptela do grego *hipos* com o tupi *pirá*: *Peixe-cavalo*. Há muitos termos brasílicos com estranha



Alguns como este já se viram nestas partes mas se acham raramente. E assim também deve haver outros muitos monstros, de diversos pareceres, que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem...

Ao lado dessa descrição, a estampa do monstro sendo atacado a espada por Baltasar Ferreira, na praia de São Vicente: Hórrido aspecto antropomorfo e zoomorfo ao mesmo tempo. Decerto era essa mesma figura que frei Vicente do Salvador esqueceu de incluir em seu manuscrito, depois da haver citado. Nenhum outro documento iconográfico se conhece sobre ele em nossa história.

O rapaz que se diz ter atacado e matado a aterradora Hipupiara, segundo conta Pero de Magalhães Gândavo no capítulo 11 de sua obra já citada, de nome Baltasar Ferreira, era filho do capitão Jorge Ferreira, um dos companheiros de Martim Afonso de Souza na fundação de São Vicente. Se casara com a mameluca Joana, filha do misterioso taciturno e lendário João Ramalho, genro de Tibiriçá e um dos fundadores de São Paulo. Se encontra essa filiação em *Nobiliarquia paulistana* de Pedro Triques. Conta Hans Staden que um filho do mesmo Jorge Ferreira, quando este era capitão-mor de São Vicente, em 1556, fora morto e devorado a sua vista pelos índios. Não se sabe se era filho natural ou legítimo. Todavia não podia ser Baltasar Ferreira, pois este matou a Hipupiara em 1564, como depõem os historiadores a quem recorremos.

Como se vê, o matador do monstro marinho aparecido em São Vicente teve existência real e não é crível que a lenda do próprio monstro não se estribe num fato verdadeiro. As lendas são geralmente a fumaça ou as cinzas quentes da fogueira da história. Procurando uma explicação aceitável à Hipupiara, uma nota na introdução do terceiro volume da monumental *História da colonização portuguesa do Brasil*, aventa o seguinte: Se trata, muito provavelmente, dum exemplar do lamantino da América, vulgarmente conhecido por lobo-marinho ou leão-marinho, habitante da região antártica.

Difícil é se encontrar em tão reduzidas frases tantas cincadas¹⁷ em zoologia. O Lamantino, cetáceo herbívoro e fluvial, é um manatídeo. O da Flórida e do norte da América Meridional, que se chama, na Amazônia, peixe-boi, é o *Manatus latirostris*; o do sul do Brasil é o *Manatus inunguis*. O leão-marinho habita o oceano e não os rios como o peixe-boi. É uma otária, sendo que a espécie antártica se classifica como *Otaria jubata* ou cabeluda. Gândavo descreve a Hipupiara como semeada de cabelo.

Ora, nossos índios conheciam perfeitamente o Lamantino ou peixe-boi e não o tomariam por um bicho aterrador e fora do comum. Além disso, o episódio da Hipupiara se passou na costa do mar, onde os manatídeos não freqüentam. Quando muito seu aparecimento seria possível num estuário, com água ao menos salobra, o que não é o caso da praia de São Vicente. Assim, pra explicarmos racionalmente a presença daquele bicharoco no século 16 temos de admitir a hipótese plausível de se tratar dum verdadeiro leão-marinho, duma otária, *Otaria jubata*, dos mares do sul. Brehn, em sua *Vida dos animais*, disse que o leão-marinho, quando atacado, põe em fuga o homem mais corajoso, e o naturalista Steller, que lhe estudou os hábitos, conta que os

semelhança com o grego: Kelaino – Kilainos, Ceuci – Circe, Pitiapo – Priapo, Panamá – Zeus Panamaros. Além das lendas etiológicas, em metamorfose, onde, por exemplo, um casal se transforma num rochedo, são tipicamente gregas. Nota do digitalizador.

¹⁷ Cincada: sf Ato de cincar; erro, gafe. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

**Brasil**

canchadales¹⁸ tinham, em suas tribos, em alta estima os que já haviam matado um desses leões, por isso era prova da maior coragem.

Indicamos esta hipótese como plausível, porque é sabido que as correntes marinhas trazem e lançam sobre a costa meridional do Brasil, desde Rio Grande do Sul até São Paulo, cadáveres de pingüins e focas, entre os quais, às vezes, alguns exemplares vivos da fauna das regiões antárticas. Viajando no litoral, de Laguna a Torres, no Rio Grande, em 1935, vi, pessoalmente, dezenas desses cadáveres na praia do Soberbo. Nada há de extraordinário, portanto, na presença dum leão-marinho antártico vivo na de São Vicente.

Carlos Malheiro Dias aproveitou a luta de Baltasar Ferreira com a Hipupiara literariamente prum belo símbolo da colonização portuguesa do Brasil: Aquele adolescente são Jorge, prostrando com a espada o monstro que o arremete, é ainda o símbolo da vitória lusitana sobre o terror que emanava da terra virgem, das florestas obscuras e insondáveis, da ferocidade do arqueiro tatuado das selvas.

¹⁸ Canchadales (kamtschadales) - Tribo aborígine do sul da península de Canchatca (Kamshatka), Sibéria, Rússia. Nota do digitalizador.



O tacape de Tibiriçá

Entre os chefes indígenas que no amanhecer do Brasil, ao se iniciar nossa colonização, fizeram causa comum com os portugueses, o mais ilustre foi, sem dúvida, aquele à sombra de cuja fiel amizade devemos o estabelecimento de Piratininga, berço da metrópole paulistana de nossos dias.

Foi o famoso Tibiriçá, sogro do misterioso e discutido João Ramalho, e aliado de Martim Afonso de Souza, cujos nomes tomara ao ser batizado pelos jesuítas. O genro, no entanto, foi acérrimo inimigo destes, sobretudo devido à questão da escravização dos índios, índios que os padres cristãmente defendiam. Graças à proteção de Tibiriçá, ao calor de seu prestígio pessoal no meio da indiada, se produziram as primeiras mestiçagens, nasceram os primeiros rebentos daquela destemida raça de mamelucos paulistas que haveria de unir por suas impávidas bandeiras os mais afastados rincões de nosso imenso país.

O nome indígena *Tibiriçá* significa *príncipe da Terra*. É quase um título honorífico. Esse chefe dos guaianás de Piratininga se deixara converter à fé cristã pelos padres José de Anchieta e Leonardo Nunes.

Graças a Tibiriçá, puderam os padres da companhia de Jesus permanecer no planalto piratininguense¹⁹ e fundar ali seu primeiro povoado missionário, Santo André da Borda do Campo. Enviados, pra esse fim, de São Vicente por padre Manuel da Nóbrega, escalaram, vencendo mil dificuldades, a serra de Cubatão e atingiram o platô treze sacerdotes chefiados por Manuel de Paiva. No grupo, figurava como mestre-escola o grande José de Anchieta. Na defesa de nossa missão jesuítica, Tibiriçá combateu em 1562 até contra seu próprio irmão, o tuxaua Arari.

O grande historiador Southey pintou admiravelmente, em poucas palavras, como viviam esses heróicos civilizadores do gentio: Dormiam em rede e nem tinham roupa de cama: De porta lhes servia uma esteira pendurada à entrada. As roupas também foram calculadas à região menos vizinha do céu, pois eram de algodão as poucas que tinham, e andavam sem calça nem sandália. Mesa lhes eram folhas de bananeira...

Nessa grande pobreza, diz o próprio Anchieta que se podiam dispensar os guardanapos, visto como nada havia que comer. De fato, se alimentavam apenas do que lhes davam os índios, o que não podia ser muito nem escolhido. As vezes, de esmola, recebiam alguma cuia de farinha de mandioca. Noutras, mais raras, algum peixe de córrego ou alguma caça da selva. E as frutas do mato.

A subida da serra do Cubatão, donde se avistava o mar, a Paranapiacaba dos tupis, fora verdadeira epopéia, segundo nos conta o historiador da companhia, padre Simão de Vasconcelos. Tinham escalado a pé, rompendo a mataria, íngremes perambeiras, se pendurando de raízes e cipós, as mãos e os pés escalavrados, em sangue, o corpo e o rosto banhados pelos espinhos, se arriscando a encontro de feras e sobretudo de cobras venenosas. *Ad majorem Dei gloriam!*²⁰ Venceram tudo isso pra maior glória de Deus. E dessas misérias e lutas brotariam, no futuro, a grandeza e a fortuna de São Paulo.

Testemunha e personagem das principais, nessa época de fé e elevação moral, o

¹⁹ Piratininga (tupi): *Peixe seco* ou *peixe a secar*. *Pirá, peixe. Tininga, seco*.

²⁰ *Ad majorem Dei gloriam* (À maior glória de Deus). Nota do digitalizador.



morubixaba Tibiriçá foi, na verdade, o laço que unia, no mesmo instintivo desejo de progresso, no mesmo informe anseio de futuro, o índio bravio e o aventureiro civilizado, sob os braços acolhedores, pacificadores e luminosos da Cruz.

Esses primitivos tempos da gloriosa Paulicéia são recordados em nossos tumultuosos dias por uma relíquia preciosíssima: O tacape de guerra do chefe indígena Martim Afonso Tibiriçá, ivirapeme²¹ de madeira duríssima, o pau-ferro, talhada conicamente em forma de moca ou maça, bastante pesada, porém fácil de manejar por um homem adestrado e robusto. Lhe levou o tempo o trançado de palha do punho, que evitava escorregasse da mão que a brandia. Lhe levou, também, os ornatos de penas multicores. Todavia, embora nua e negra, essa arma de choque evoca, em nosso espírito, a rude época em que zunia em golpes terríveis, rompendo ossos e crânios de inimigos, nas bárbaras refregas da indiada.

A autenticidade dessa peça requer uma documentação comprobatória. O tacape de Tibiriçá pertenceu, durante longo tempo, ao imperador dom Pedro II. Sua majestade o ofereceu, quando visitou São Paulo, ao grande estudioso de nossos selvagens, general Couto de Magalhães. Nenhum presente agradaria mais ao notável indianista, um dos fundadores de nosso folclore. Das mãos dos descendentes daquele general passou, em São Paulo, às de doutor João Vieira da Costa Valente.

Durante muito tempo teve o tacape colado a sua face um retângulo de papel com a declaração autografada de Couto de Magalhães o haver recebido de dom Pedro II, que lhe afirmara ser o mesmo do grande Tibiriçá. O tempo infelizmente destruiu essa etiqueta. Há, porém, declarações escritas e autenticadas de pessoa da família sobre o assunto.

Martim Afonso Tibiriçá faleceu em São Paulo, cercado de seus inúmeros descendentes e do respeito geral, em 25 de dezembro do ano da graça de 1562. Escrevendo ao reino em 10 de abril do ano seguinte, 1563, dizia Anchieta com saudade: Morreu nosso principal, grande amigo e protetor. Então, João Ramalho, livre da influência do sogro, pôde guerrear à vontade aos padres da companhia.

²¹ Ivirapema, ivirapemba, ivirapeme sf (tupi ymbyrapémba): Maça com que os indígenas matavam os prisioneiros, tacape. Extraído de dicionário KingHost. *Ivirá* (guarani), *ibá* (tupi) significam árvore, madeira. Pau-ferro é nome que se dá à aroeira, conhecida pela madeira resistente a intempérie, sendo difícil apodrecer. Nota do digitalizador.



A França Antártica

No dia 10 de novembro do ano da graça de 1555 aportava à baía de Guanabara, ainda desocupada pelos portugueses, não obstante estarem estabelecidos na Bahia e em São Vicente, em *vida segura e conversável*, segundo o expressivo dito de Martim Afonso, a expedição protestante dirigida por Villegaignon e destinada a criar, no Brasil, a França Antártica.

Gaffarel entende que Nicolau Durand de Villegaignon foi um dos homens mais interessantes do século 16: Soldado, marinheiro, historiador, polemista, idealizador de projetos, agricultor, industrial, erudito, mesmo filósofo, enfim un *homme universel*. Francês de Provãs, na Champanha, era filho dum procurador do rei, o que faz pensar fosse sua nobreza de toga e não de espada, embora contasse como tio o célebre grão-mestre de Rodes, isto é, da ordem de Malta, Villiers de l'Isle Adam,²² heróico batedor de turcos. Companheiro de Calvino na universidade de Paris, cavaleiro professo da ordem de Malta, um dos heróis da famosa expedição do imperador Carlos V contra os piratas barbarescos de Túnis e Argel, onde foi ferido, guerreador da turcalhada na Hungria, oficial de Guilherme du Bellay na campanha do Piemonte, comandante dum navio de guerra na expedição francesa de Strozzi e Montalembert à Escócia, rompendo o bloqueio inglês e trazendo Maria Stuart sã e salva a Brest, guerreiro e polemista em Malta, vice-almirante da Bretanha, afinal um dos líderes do grande partido protestante ou huguenote de Coligny, de fato, Villegaignon dá com essa vida movimentada, aventureira e variada certas razões à entusiástica afirmação de Gaffarel. Nicolau Durand de Villegaignon escreveu dois livros em latim: *Caroli V imperatoris expeditio in Africam et Argieram* (Expedição de Carlos V à África e Argélia) e *De bello melitensi ad Carolum Caesarem et Ejus Eventu Gallis Imposito Commentarius* (Comentário sobre a guerra melitense por Carlos César e seus eventos gálicos).

Fechados por diversas circunstâncias os horizontes de sua ambição na Europa, o fidalgo aventureiro decidiu procurar a expansão de sua atividade nas novas terras descobertas pelos portugueses além do mar Tenebroso. Em sua *História do calvinismo*, diz Maimbourg que ele se apresentou ao almirante Coligny e lhe propôs a idéia que concebera de estabelecer uma colônia protestante na América do Sul, donde se poderiam tirar grandes vantagens, constituindo ela, ao mesmo tempo, seguro refúgio às vítimas de qualquer perseguição religiosa. Esta era uma espada-de-dâmocles sempre suspensa sobre a cabeça dos calvinistas em França.

O plano foi aceito e ele veio, trazendo os elementos da projetada colonização. Fez boa paz e melhor aliança com os naturais, ocupou e fortificou a ilha de Serigipe, dos Tamoios ou das Palmeiras, na qual se perpetuaria até hoje seu nome e a memória da efêmera França Antártica. Ali durou cinco anos sua fundação, desde o início envenenada pelos dissídios pessoais e querelas religiosas. Tais desavenças mataram no ovo a idéia de Villegaignon.

Em 1560, apesar do reforço trazido por Bois-le-Comte em 1557, os franceses tiveram de abandonar aos lusos vitoriosos a pequena ilha, na qual o governador-geral do Brasil, Mem de Sá, mandou arrasar o forte nela construído e denominado Coligny. No entanto,

²² Não confundir com o célebre contista francês Villiers de L'Isle-Adam (1838-1889), seu descendente. Autor de *Contos cruéis*, onde se destacam *O segredo do patíbulo* e *A tortura pela esperança*. Nota do digitalizador.



a expulsão definitiva dos franceses só se deu em 1567, isto é, 12 anos após a chegada de Villegaignon à Guanabara, com a tomada das trincheiras de Uruçu-mirim, nas atuais praias do Flamengo e do Russel, e de Paranapucu,²³ na ilha dos Gatos, depois do Governador, pelas tropas compostas de Voluntários da Bahia, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente, bem como gente vinda de Lisboa e os flecheiros índios de Araribóia. Foram, então, feridos mortalmente Estácio de Sá e o capitão-de-mar-e-guerra Gaspar Barbosa.

Graças a Villegaignon, os portugueses tiveram sua atenção despertada às maravilhas naturais da Guanabara. A conheciam desde a viagem de Gonçalo Coelho mas nela não haviam tentado estabelecimento. A criação da França Antártica lhes despertou o interesse. A fortificação calvinista os forçou à luta. Como pra essa não bastasse a gente vinda da Bahia e do Espírito Santo, o Padre Nóbrega trouxe em canoas a de São Vicente, brancos e flecheiros índios. Foi o primeiro elo da coesão brasileira que se haveria de multiplicar no tempo afora. A fim de tomar posse definitiva do lugar os vencedores fundaram a cidade de São Sebastião. E duas das mais antigas e circunstanciais páginas de nossa vida e de nossa história, depoimentos de primeira ordem, foram escritas graças à vinda dos franceses em função da idéia da França Antártica: O livro de Jean de Léry e o livro de André Thevet, *Histoire d'un voyage faite à la terre du Brésil, autrement dite de l'Amérique e Singularité de la France Antarctique, autrement nommée Amérique*.

A destruição do estabelecimento francês da Guanabara teve influência capital na expulsão ulterior da gente gaulesa das terras meridionais americanas. Capistrano de Abreu assim esquematizou os fatos subseqüentes: Expulsos do Rio de Janeiro se abrigaram no Rio Grande do Norte. Expulsos do Rio Grande do Norte se abrigaram no Ceará e no Maranhão. Expulsos do Maranhão e Ceará se abrigaram na Guiana. Se dali não foram expulsos, como planejou Felipe III, quando concedeu a capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel, se deve à independência de Portugal, à guerra holandesa e a fatos supervenientes.

A essas palavras do mestre se pode acrescentar que, no reinado glorioso de dom João VI em nossas plagas, conquistamos e ocupamos a Guiana, a incorporando a nosso território, somente a restituindo à França em 1817, em virtude do artigo 107 do ato final de 1815. A diplomacia joanina, obedecendo às instruções do soberano, tudo fez pra que não abrissemos mão daquele trato de terra que integra o Brasil em seus lindes naturais mas não conseguiu o que desejava. Não foi por culpa nossa que o perdemos.

Esqueceu Capistrano de Abreu de se referir à grande influência que os franceses tiveram nas costas de Sergipe, do Rio Real e da Paraíba, onde longamente traficaram com o indígena e a conseguiram manter algum tempo. Ela, porém, foi à garra, como a doutros sítios, destruído o foco implantado na Guanabara por Villegaignon. Depois, somente no século 18 viriam os corsários da França tentar um desagravo tardio e ainda mais efêmero do que a colônia protestante: As expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin em 1710 e 1711.

A ilha de Villegaignon, hoje, infelizmente, transformada numa quase península, recorda aos brasileiros o plano gorado da França Antártica enxertada no coração do Brasil, em sua mais bela paisagem, pela audácia de Nicolau Durand de Villegaignon. Da fortificação que ele levantou nada poderia ficar. Era de paliçada e terra. Outras lhe

²³ Paranapucu - Pará: mar + nã: Semelhante, parecido + pucu: Comprido. *Grande rio comprido*.



sucederam no tempo, após o arrasamento ordenado por Mem de Sá. A que serve de base ao atual edifício da Escola Naval data simplesmente do século 18. De 1760 a 1761, o governador Gomes Freire de Andrade nivelou as duas colinas da ilha e levantou nela o forte de São Francisco Xavier, ao qual, em 1767, se acrescentou uma bateria em roda ou de roda, como então se dizia.

Todavia há muitos anos, quando se fizeram ali escavações pra obras do Quartel de Marinheiros Nacionais, se encontrou uma grande espada francesa de execução, com punho alto pra ser manejada pelas duas mãos do carrasco, a figura dele na lâmina empunhando uma balança e o dístico textual: *Vive la justice*. É tudo o que resta do malogro da França Antártica.



Dois pernambucanos em Alcácer-Quibir

O povo português e seu herdeiro, o do Brasil, consideram agosto mês de desgosto e sua primeira segunda-feira dia aziago, porque a 4 de agosto de 1578, numa segunda-feira, se travou no areal de Marrocos a famosa batalha de Alcácer-Quibir ou de Kass-el-Kebir, cujo resultado foi a derrota e morte do rei de Portugal, dom Sebastião, o desejado, caindo seu reino, com todos os domínios ultramarinos, inclusive o Brasil, sob o poder da coroa espanhola.

Desde uma década, mais ou menos, após a descoberta do Brasil andavam os marroquinos envolvidos em contendas civis, nascidas de ambições e rivalidades de seus príncipes. Uma delas levava à África as armas portuguesas. Reinava, então, em Marrocos a dinastia dos sáidas ou dos xerifes, como era mais conhecida. Em 1557 subiu ao trono Mulei Abdalá, cujos irmãos, temendo sua crueldade, fugiram à Argélia. Eram três: O mais novo, Mulei Ahmede, voltou, mais tarde, à terra natal e nada lhe aconteceu. O mais velho foi assassinado por sicários mandados a seu encalço. O do meio, Mulei Abde Almelique, que as crônicas lusas apelidam Mulei Maluco, destinado a espantoso fim, foi quem deu, de certo modo, causa àquela batalha, provocando a intervenção do monarca português na crise da sucessão do império xerifiano.

Foi o caso que Mulei Abdalá, ao morrer em 1574, designou como seu sucessor, contra as praxes seguidas na ordem sucessória da dinastia, um filho que tivera duma escrava negra, Mulei Mohamede Almotanaquil, designado pelos cronistas lusos como Mulei Hamet. Isso desgostou muitos xeques das tribos marroquinas, o que o irmão do xerife morto, Mulei Maluco, quis aproveitar. Tendo servido com brilho nas campanhas dos turcos, deu o sultão ordem ao rei de Argel pro ajudar e prestigiar. Assim, levantando janízaros e ginetários argelianos, Maluco invadiu sua pátria pela fronteira da Argélia, venceu o tio e entrou triunfalmente em Fez. Todavia, refugiado na cidade de Marrocos, Mulei Hamet decidiu continuar a luta.

Diante disso dom Sebastião pensou em intervir na questão marroquina, procurando se entender a propósito com o poderoso rei de Espanha, Felipe II. Seu grande argumento era o poderio otomano estendido até Marrocos, graças a Mulei Maluco, protegido do sultão de Constantinopla, isso constituindo grave ameaça à cristandade peninsular.

Conseguido esse apoio levantou o dinheiro que pôde, organizou uma expedição e entreteve entendimento com marroquinos influentes. No fim de 1577 o xerife destronado Mulei Hamet se acolheu à proteção dos espanhóis e se correspondeu com dom Sebastião, que o aprazou esperando em África. O exército com que o rei se meteu nessa temerária aventura se compunha de 2800 mercenários tudescos,²⁴ valões²⁵ e holandeses, 2 mil castelhanos, 600 italianos enviados pelo papa, um terço de aventureiros, no qual se incluíam jovens fidalgos lusos, e o resto de portugueses. Ao todo 17 mil combatentes, dos quais 1500 a cavalo, não se contando uns 8 mil indivíduos que faziam ofício de gastadores, carreteiros, pajens, armeiros, cozinheiros, criados,

²⁴ Tudesco, tedesco: Antigos germanos. Em italiano o vocábulo *tedesco* significa *alemão*. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

²⁵ Valão: Natural ou habitante da Valônia. Dialeto romano da língua de *oil*, falado na Bélgica, no norte da França etc. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



escravos e rascoas ou chinas²⁶ da tropa. A artilharia numerava 36 peças de vários calibres.

Esse exército desembarcou em Arzila entre 12 e 28 de julho, chegou a Almenara de 30 a 31, e à ponte de Alcácer, além do sobreiral de Larache, sobre o rio Mocazim, em 3 de agosto. E, no amanhecer da segunda-feira, 4, defrontou as tropas do xerife na planura de Alcácer-Quibir.

Contra elas avançou dividido em três corpos de infantaria, tendo ao centro o terço dos aventureiros, comandado por Álvaro Pires de Távora, ladeado por mangas de arcabuzeiros de Tânger. Na direita os tudescos. Na esquerda espanhóis e italianos. No centro a bagagem e os não-combatentes. Nas alas e coice os terços lusitanos. Nas costaneiras as cavalarias. O xerife formara sua gente à maneira turca, em meia-lua, com infantaria no centro, cavalaria e infantaria montada nas alas. Sua artilharia, 26 peças, esperava o ataque cristão emboscada numa dobra do terreno camuflada com ramos de árvore.

A batalha se travou ainda na manhã e durou umas 6 horas, iniciada por uma preparação da artilharia marroquina a que só tardiamente, e mal, a portuguesa respondeu. Depois foi o choque em que logo se distinguiu o bravo terço dos aventureiros que entrou nas formações inimigas com violência sem par, se detendo, porém, à voz inesperada *Ter! Ter!* até hoje não explicada convenientemente. Cercados, vendem caro a vida. Se pronunciou, então, o desbarato do exército. Os alemães foram aossados e dizimados, a artilharia tomada e os terços da retaguarda combateram frouxamente. No meio da grande confusão o rei lutou como um paladino e tombou com honra, enquanto suas tropas fugiram, se renderam ou foram chacinadas pelos infiéis. Esse fim deu origem à lenda do Encoberto, do rei misterioso que um dia voltaria a seu reino. E o sebastianismo foi a esperança dum salvador e duma salvação um dia entre os dias...

Nenhuma das três personagens reais que participaram dessa nefasta batalha escapou. Pereceu em combate, de arma na mão, o soberano português. Morreu, ao findar a pugna, o xerife marroquino que comparecera em precário estado de saúde. E Mulei Maluco, ao fugir da derrota, se afogou, tentando atravessar o Mocazim. Seu corpo foi esfolado pelos mouros e a pele recheada de palha, sendo transformado em pavoroso espantalho.

Até aqui todos os que lêem um pouco de história sabem. Agora o que poucos sabem é que nessa pugna infeliz, de tão grave conseqüência ao destino de Portugal e do Brasil, estiveram presentes e se bateram como leões dois ilustres brasileiros. Eram os dois irmãos pernambucanos, naturais de Olinda, Duarte e Jorge de Albuquerque Coelho, ambos filhos do grande Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco e fundador daquela vila.

Jorge de Albuquerque Coelho comandava uma coluna de cavalaria. Em plena batalha, vendo o rei tombar do cavalo derrubado por uma bala inimiga, embora gravemente ferido, desmontou e lhe entregou o seu, o salvando, assim, de ser logo morto ou aprisionado. No decurso da pugna caiu com seu irmão Duarte, também ferido, prisioneiro dos infiéis. Duarte, que era o primogênito, não resistindo à conseqüência dos ferimentos e à agrura do cativo, faleceu no fim de dois anos, em 1580, justamente quando Jorge era resgatado a peso de ouro, aleijado das pernas e andando de muleta.

Duarte de Albuquerque Coelho era o segundo donatário da capitania de Pernambuco.

²⁶ Rascoa significando tanto cozinheira quanto meretriz. China: Concubina, meretriz. Nota do digitalizador.

**Brasil**

Jorge, seu irmão mais moço, por sua morte foi o terceiro. Era homem de grande bravura e sangue frio. Em maio de 1565, viajando de Olinda a Lisboa na nau *Santo Antônio*, depois de porfiado combate com um pirata francês, se rendeu e foi largado no mar com seu navio num temporal medonho. Conseguiu animar os companheiros, vencer os elementos e, apesar de longos dias de fome e sede, chegar, finalmente, a Cascais. Tinha, como se vê, um grande aprendizado de vicissitude. E, além de herói, era escritor, tendo sido celebrado por um poeta, Bento Teixeira Pinto, na *Prosopopéia*.

Deixou Jorge de Albuquerque Coelho, como seu pai, também dois filhos ilustres: Duarte de Albuquerque Coelho, marquês de Basto, primeiro conde de Pernambuco e quarto donatário dessa capitania, autor de *Memórias diárias da guerra do Brasil*, e o grande Matias de Albuquerque, conde de Alegrete, general da força brasileira contra os holandeses na guerra de Pernambuco e general da força portuguesa contra os espanhóis na guerra da independência ou restauração de Portugal.

São assim as grandes figuras da brava gente pernambucana.



Natal de sangue

Naquele dia de Natal do ano da graça de 1591 três navios de velas desfraldadas ao sopro regular da brisa marinha entraram no porto de Santos. Os moradores da vila fundada por Braz Cubas enchiam as igrejas, ouvindo as missas e sermões da grande festa cristã. De repente o estrondo da artilharia os encheu de espanto e os lançou em confusão nas ruas. Ao mesmo tempo as embarcações miúdas daquela frota despejavam na praia bandos de homens armados de mosquetes e piques, que, soltando gritos espantosos, foram matando quem esboçava resistência, invadindo casas, as saqueando, se apoderando, também, da casa da câmara e ocupando as posições convenientes pra dominar a povoação. Eram, na maioria, ruivos, de olhos azuis, grandalhões e barbudos. E um clamor correu de boca a boca em toda a população espavorida.

— Os piratas ingleses!

Pertenciam os três barcos à esquadra do famoso ladrão-do-mar Thomas Cavendish: O *Roebuck* de capitão Cocke, o *Desire* (*Desejo*) de capitão John Davies e o *Black Pinesse*²⁷ de capitão Stafford. Tendo os mandado na frente, Cavendish ficara de atalaia na ilha de São Sebastião com dois navios: O *Leicester* de capitão Southwell e o *Daintie* de capitão Barker. Quando entrou no porto, dias depois, as tripulações dos primeiros estavam de posse da vila e nela se haviam convenientemente fortificado.

Nesse bruxulear do século 16 os piratas ingleses não davam descanso às feitorias e estabelecimentos lusos da extensa e parcamente defendida costa brasileira. Eram pequenos e disseminados no vasto litoral os núcleos populacionais. A Bahia tinha 24 mil habitantes, Pernambuco 20 mil e havia umas 13 mil almas espalhadas em Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente e Santos. Esta última vila repelira, em 1581, o ataque do pirata John Whitall com o *Minion*. Em 1583 fora saqueada por Edward Fenton, que a esquadra espanhola de dom Diogo Flores Valdez, em caminho a Buenos Aires, derrotou e pôs em fuga. Em 1587 Roberto Witrington, com dois navios seus e um do holandês Duarte Esquert, atacara a Bahia, felizmente sem êxito. Em 1595 James Lancaster, associado a Verner, levaria sete navios contra Recife, sendo expulso no fim dum mês de permanência em terra.

Thomas Cavendish era natural de Trimby, Grã-Bretanha, e recebera patente de corsário da rainha Elizabeth, inimiga figadal do império espanhol, sob cujo domínio se encontravam Portugal e o Brasil, quando atacou Santos. Sua profissão de pirata não empanou seu talento de grande navegador. As observações que fez e anotou, nas longas travessias, sobre as marés, as correntes marinhas e o regime eólico no Atlântico, no Pacífico e no Índico enriqueceram consideravelmente o conhecimento náutico de seu tempo. Saindo da Inglaterra em 1586, pilhou e devastou as colônias espanholas do grande oceano, subindo até a costa da Califórnia e dali rumando às ilhas de Sonda e o cabo da Boa Esperança. Regressou a seu país, carregado de botim, em 1588. Dois anos mais tarde se fez ao mar com destino à costa do Brasil, à frente da esquadra, com que, de surpresa, se apoderou da vila de Santos.

Permaneceu nela cerca de dois meses, tiranizando a população, roubando o que

²⁷ Black Pinesse (Pinesse Negro). Pinesse: Barco motorizado comum com leme de mão. Nota do digitalizador. Extraído de www.gianhien.net/retail/all/galleryp.htm



podia, depredando e queimando os engenhos do arredor. Depois navegou ao sul, levando os porões atestados de riqueza. Mas parece que o fato de haver atacado a indefesa povoação brasileira naquele dia santificado do Natal de 1591 trouxe pra ele e seus principais capitães uma verdadeira maldição.

É verdade que, pra Cavendish, o assalto não fora cometido no Natal, que os ingleses respeitam e celebram tradicionalmente, porque, em 1591, já haviam os portugueses adotado o calendário da chamada reforma gregoriana, enquanto na Inglaterra continuava a prevalecer o velho calendário juliano. Assim, o Natal britânico se festejava no dia 25 de dezembro do antigo sistema cronológico, que correspondia no novo, segundo a correção determinada por papa Gregório, em 15 de dezembro. Aliás os ingleses somente viriam a aceitar essa modificação tardiamente, em 1752.

Em 1592 o pirata se apresentou, novamente, diante de santos. Esperava que a vila estivesse refeita da rapinagem anterior e vinha sequioso de nova roubalheira. Mas dessa vez lhe saiu o ano bissexto, como diz o povo, ou saiu o tiro pela culatra. A população estava alerta e preparada pra luta. Aqueles sinos que repicaram festivamente no Natal do ano anterior, convocando os moradores às cerimônias litúrgicas nas igrejas, então tocaram a rebate, conclamando todos à resistência diante das velas inglesas desfraldadas sobre o mar.

Os piratas ruivos, barbudos e ferozes desembarcaram. Porém foram recebidos por nutrido fogo de pedreiros e mosquetaria, carregados a arma branca, cercados e chacinados sem piedade. Santos tomava sua desforra do Natal triste e sangrento que tivera. Os capitães Southwell, Barker e Stafford morreram no combate e seus marujos e soldados fugiram a bordo, completamente dizimados. Horas mais tarde as velas dos piratas derrotados se apagaram no horizonte e os sinos badalaram no espaço os festivos repiques do triunfo.

Thomas Cavendish entrou em grande fúria e resolveu se ressarcir daquele revés noutros pontos do litoral brasileiro. Não poderia voltar à pátria desonrado e desmoralizado por aquela terrível repulsa, ele que se considerava invencível, um verdadeiro leão-do-mar. Pôs as proas sobre a ilha de São Sebastião mas ali achou a população armada, que o repeliu, também, com novas perdas. Outras perdas e outro revés o esperavam na ilha Grande. Desfalcado de seus melhores oficiais e aventureiros, com os barcos precisando de refresco e conserto, velejou ao Espírito Santo e entrou na baía de Vitória, ancorando diante de Vila Velha, ao pé do monte íngreme, onde se eleva o pitoresco convento de Nossa Senhora da Penha.

A população entrouxara roupas e alfaias, tudo o que possuía, e se refugiara no seio dos muros conventuais que, do cume do agreste penedo, dominam toda a costa. Os piratas desembarcaram sem achar resistência, porém se viram diante de casas vazias e não encontraram, no arredor, recurso que pudesse minorar a situação. Diante deles Cavendish resolveu atacar e se apoderar do mosteiro e forçar os habitantes da colônia a fornecer mantimento e a pagar resgate.

Todavia pesava sobre ele a maldição do Natal, que violara com o sangue e a rapinagem na vila de Santos. Ao chegar ao pequeno planalto que, do lado do oceano, antecede ao convento, os moradores, armados e organizados, o receberam com uma trabucada que derrubou muitos homens. Os ingleses, enraivecidos, se lançaram a diante em furente²⁸ investida a arma branca. Então, houve o milagre: Um cavaleiro armado

²⁸ Furente: Furioso

**Brasil**

desceu do céu, que se abriu, mostrando, em resplandecente clarão, o vulto de nossa senhora da Penha e, ajudando os defensores, lhes guiando a carga, acometeu os piratas, lhes deu de rijo e insuflou a todos que o seguiam uma coragem sem limite. Os britânicos recuaram e fugiram aos pendores do morro abaixo, abandonando os mortos, os feridos e as próprias armas.

Lá embaixo, na praia de Vila Velha, diante da gruta, onde outrora vivera o ermitão frei Pedro Palácios, tomaram os batéis e remaram desatinadamente a seus navios. A frota levantou ferro, largou pano, transpôs a barra e se fez na volta do mar. Enfraquecida por tanto revés, após aquela sacrílega vitória de Santos, não podia mais tentar êxito no Brasil e só lhe restava o recurso de regressar, tristemente, à Grã-Bretanha.

Thomas Cavendish não veria mais sua terra natal. Desorientado, baldo de recurso, minado de desgosto e esfalfado²⁹ pela derrota, foi deperecendo³⁰ a cada singradura de seus barcos veleiros na travessia do Atlântico e morreu miseravelmente, sendo seu corpo sepultado no mar.

A maldição daquele natal de sangue o perseguira sem trégua.

²⁹ Esfalfado: Extenuado. Nota do digitalizador.

³⁰ Deperecer: Finar, perecer pouco a pouco. Nota do digitalizador.



O verdadeiro fundador de Fortaleza

Se referindo à fundação da cidade da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, capital da capitania do mesmo nome e, depois, da província e do estado do Ceará, o historiador cearense Raimundo Girão defendeu a seguinte tese: Manda a verdade histórica fixar no segundo período da dominação dos holandeses na terra cearense a data da fundação de Fortaleza. Embora, de estrita justiça, se deva considerar o moço luso Martim Soares Moreno como o colonizador do Ceará, pois que foi ele quem, definitivamente, plantou nas praias dos verdes mares os primeiros sinais da civilização européia, não menos imperioso é dar a Matias Beck o título de fundador de nossa cidade. Foi, com efeito, ao traço de seu engenheiro Ricardo Caar que, em 10 de abril de 1649, começaram os soldados bequeanos a trabalhar no levantamento do baluarte defensivo chamado forte Schoonenburch, sito no morro Marajaitiba,³¹ ao pé do qual corre um belo rio de água doce, o Marajaik, hoje Pajeú, quase inteiramente desaparecido. Prà construção dessa fortaleza os flamengos aproveitaram as telhas e peças de artilharia do velho fortim São Sebastião, deixado por Martim Soares na barra do rio Ceará, do qual nem vestígio mais existe, porque soterrados pelas dunas...

Martim Soares Moreno fora um dos cabos dos sessenta soldados que, em 1603, Pero Coelho de Souza trouxera da Paraíba prà primeira exploração do Ceará, sua conquista e expulsão dos franceses da serra da Ibiapaba. Se retirara a Pernambuco antes do malogro definitivo dessa expedição, que se deu em 1605, e, sendo amigo da indiada, regressara, depois, pra estabelecer no local o domínio português, assistindo na diminuta povoação denominada Vila Velha, no fortim de Nossa Senhora do Amparo, antes dito de São Tiago. Martim Soares lhe deu, em 1611, o nome de São Sebastião. Amigo do poderoso morubixaba tupi Jacaúna, Martim Soares é aquele guerreiro branco poetizado por José de Alencar na lenda de Iracema.

Os holandeses tomaram esse forte de São Sebastião, de madeira e atorreado nos cantos, quando conquistaram o Ceará, em 1637. Pelo *Diário da Expedição de Matias Beck em 1649*, se vê que o chefe flamengo mudou a posição daquele fortim a um outeiro na margem da foz do Marajaik, atual Pajeú. Esse outeiro, denominado Marajaitiba, se elevava bastante sobre o mar diante dum maceió,³² onde podiam ancorar pequenas embarcações. Daí o nome de beco do Maceió, que teve até o início do século 20 a parte da antiga rua do Chafariz, agora José Avelino, onde, em nossos dias, se encontra situada a usina elétrica da cidade. Sobre essa colina foi edificada a parte central e mais antiga da mesma, compreendida entre as ruas do Quartel e Amélia, hoje Senador Pompeu, Misericórdia, crismada em Doutor João Moreira, e a praça do Ferreira. Na crista dessa elevação de terreno correm os edifícios principais da antiga capital: A fortaleza, o quartel federal, o passeio público, a santa casa, a cadeia, a estação da estrada-de-ferro.

A razão e a lógica mandam apoiar a tese de Raimundo Girão, de que foi o capitão

³¹ Marajaitiba (tupi): Palmeiral. Nota do digitalizador.

³² Maceió: sm (brasileiro do nordeste) Lagoeiro formado no litoral pela maré ou água pluvial. Nota do digitalizador. Extraído de Dicionário Brasileiro Globo.



holandês Matias Beck o verdadeiro fundador da capital cearense. Os corsários franceses perseguiram muito o estabelecimento luso nascente na costa do Ceará Grande. A enseada de Mucuripe fornecia ancoradouro a seus navios, facilitando os ataques a fraqueza numérica da guarnição do fortim e precária artilharia, tanto que fingiam canhões com troncos de carnaúba. A mudança do fortim da foz do Ceará à do Pajeú por Matias Beck, possivelmente, obedeceu a razões estratégicas: Menos expostos aos inimigos vindos do mar por ser a embocadura do regato de mais difícil acesso do que a barra do rio e mais fiscalização pela proximidade do ancoradouro de Mucuripe. O certo é que, depois da expulsão dos holandeses os lusos conservaram o fortim no local onde Beck o assentara, tratando de reparar suas trincheiras em 1662. Dois anos mais tarde sua guarnição foi reforçada com 20 soldados brancos e 20 pretos. Em 1659 se construiu um novo quartel. Finalmente, em 1695, se reedificou a fortaleza já denominada de Nossa Senhora da Assunção.

Cartas régias da última década do século 17 pintam o atraso da pequena povoação que ia, aos poucos, crescendo em volta do forte: Não havia mais que gentios domésticos, isto é, índios pacificados, soldados da guarnição e uns duzentos moradores, os quais não tinham ministro nem oficial que decidisse dúvida e sentenciasse causa. Não havia matriz e o capelão da fortaleza fazia ofício de vigário.

Enquanto essa pequena e triste Vila do Forte vegetava desse modo, o povoado de Aquirás ou Aqueirás, na margem do rio Pacoti, algumas léguas³³ ao sul, onde os jesuítas levantaram uma casa e uma igreja, crescia e progredia de modo a receber, no ano de 1711, o predicado de vila, as honras de município com sua câmara e seu pelourinho simbólico. Mas os índios, subitamente, a atacaram, chacinaram a população espavorida e perseguiram os fugitivos que se acolheram aos muros da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Não fora esse assalto do gentio e talvez a capital do Ceará ficasse sendo Aquirás. Mas a melhor condição de defesa determinada pela fortificação erguida no outeiro Marajaitiba levaram o conselho ultramarino a dar parecer favorável à elevação à vila do povoado existente em torno desse forte. Dali a carta régia de 1725, mandando criar a vila junto da fortaleza, conservar a do Aqueirás (*sic*) e ambas se auxiliarem na defesa contra qualquer ataque. E em 13 de abril de 1726 se inaugurou, oficialmente, a vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará. Grande, pra aumento e defesa da capitania.

A fortaleza que lhe deu o nome e que ainda hoje se eleva no meio de edificações mais modernas, olhando o mar, está inconclusa. Obedecendo ao sistema denominado Vauban, devia constar de quatro baluartes ligados por cortinas e precedidos duma falsa-braga.³⁴ Existem somente dois baluartes, as respectivas cortinas e falsa-braga. Essa obra foi planejada e começada por tenente-coronel Antônio José da Silva Paulet, por ordem do governador Manuel Inácio de Sampaio, em 1812, sendo inaugurada somente em 1817 pelo engenheiro militar Pedro José da Costa Barros. Foi erguida sobre os alicerces das baterias de pedra e cal, feitas no sítio do antigo fortim dos holandeses, em 1801, pelo governador Bernardo de Vasconcelos.

Em 1811 o viajante inglês Henry Koster encontrou em Fortaleza quatro ruas e mil e duzentos habitantes. Em 1823 o governo imperial a tornou cidade. Seu primeiro sobrado seria levantado por Conrado Jacob de Niemeyer, engenheiro militar, em 1824, à esquina

³³ 1 légua = 4km. Nota do digitalizador.

³⁴ Falsa-braga: Muro interno duma fortaleza. Barbacã. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost

Brasil



da rua Major Facundo com a rua Guilherme Rocha, na praça do Ferreira, onde está o Excelsior hotel. O primeiro teatro, o Concórdia, nasceu em 1832. O primeiro bispo chegou em 1853.

Fortaleza é a oitava cidade do Brasil e uma de suas mais belas capitais. Bem avisado andou, pois, Matias Beck em plantar na colônia Marajaitiba o forte Schoonenburch que foi seu berço. E sua heráldica perpetua esse fato: Uma fortaleza batida pelo mar com o dístico Fortitudine.



As três batalhas de Guararapes

Em 31 de julho de 1645 o exército pernambucano levantou acampamento no engenho de Covas e marchou ao monte de Santo Antão, na vizinhança da cidade de Vitória e da ermida desse santo, também conhecido por monte das Tabocas, onde se entrincheirou. Esse pequeno exército fora organizado pelos insurgentes que, em 13 de junho, se levantaram contra o domínio holandês. Concentraram, em Maciape, 1500 homens de Cabo, de São Lourenço e de Ipojuca, armados de cutelos, foices, chuços, forcados, velhas espadas e mosquetes de caça. Esperaram o reforço que lhes deviam trazer o índio Camarão e o preto Henrique Dias. Mas o envio, pelos holandeses, dum destacamento composto das guarnições de Ipojuca, Cabo, Una, São Lourenço e Serinhaém, sob o comando de tenente-coronel Hendrick Hauss, a fim de os atacar antes da chegada daquele reforço, obrigou seu chefe, Dias Cardoso, a procurar um ponto estratégico onde melhor pudesse resistir a qualquer ataque.

Enquanto Dias Cardoso tomava seu dispositivo de defesa no monte das Tabocas, a insurreição se alastrava, as denúncias e traições choviam, as execuções se realizavam. Em 1º de agosto de 1645 os holandeses executaram, em Recife, como cúmplices do movimento rebelde, os brasileiros Tomás Pais, de Tigipió, e Gonçalo Cabral, de Goiana. No dia 2 nossas companhias de assalto se emboscavam nos tabuleiros ao pé do monte, cobertas na margem do rio Tapacurá pelo contingente do capitão Fagundes. Fernandes Vieira assumiu o comando e, às 2 horas da tarde de 3 de agosto, as tropas do tenente-coronel Hauss tomavam contato com os elementos avançados de nossa gente. Capitão Fagundes fingiu oferecer resistência até prender bem o inimigo na operação. Depois, foi se retirando e o levando a engajar o combate com o grosso. Então, o atacou, de súbito, pelo flanco esquerdo. Os holandeses, menos numerosos, porém melhor armados e disciplinados, se bateram até o anoitecer, resistindo a quatro assaltos consecutivos, depois de haverem rompido a primeira linha de defesa e encontrado tenaz resistência na segunda. Fernandes Vieira os meteu entre dois fogos e os obrigou a se retirar a São Lourenço da Mata com a perda de mais de 200 homens entre mortos e feridos.

Essa batalha do Monte das Tabocas é a primeira vitória militar da insurreição pernambucana contra o herege invasor e marca o declínio definitivo de sua dominação em terra brasileira. Dessa data em diante os insurgentes ou independentes de Pernambuco restringiram o âmbito do intruso ano a ano, mês a mês e dia a dia. Aos poucos os holandeses foram ficando ilhados em Recife à sombra de seus poderosos fortes, se suprindo do que lhes enviava a metrópole, quase sem ligação com o interior do território. Outrora o São Francisco e o Maranhão delimitavam seu império. Agora estavam adstritos aos pântanos entre Olinda e o Capiberibe. A gente branca de Fernandes Vieira, a gente parda de Vidal de Negreiros, a gente índia de Filipe Camarão e a gente negra de Henrique Dias, reunidas fraternalmente num anseio de libertação e superiormente comandadas por general Barreto de Menezes, com seus arraiais fortificados, suas guerrilhas alertadas, suas companhias de assalto e de emboscada, que hoje se denominariam comandos, iam apertando o cerco a Recife e tirando o fôlego do inimigo.

Inimigo que precisava romper aquele cerco, conquistar a região de Muribeca e de Ipojuca, férteis celeiros pra seu periclitante abastecimento, a fim de levantar o moral da



guarnição e poder repelir os luso-brasileiros à Bahia, lhes cortando a linha de comunicação com o rio São Francisco. Com esses objetivos, o comandante holandês, tenente-general Sigismundo van Schkoppe deixou Recife rumo ao sul, à frente de 4500 homens, no dia 18 de abril de 1648. Avisado de sua marcha general Barreto de Menezes, que se encontrava no Arraial Novo do Bom Jesus, resolveu impedir o avanço.

Deixando 300 homens prà defesa do Arraial, foi ocupar, na tarde daquele dia, os montes Guararapes, linha de três colinas que corre da margem esquerda do rio Jaboatão, na proximidade da praia da Piedade, em cujo desfiladeiro teria o inimigo fatalmente que passar. Barreto de Menezes dispunha de metade do efetivo de seu adversário, 2200 homens, chefiados por cinco heróis: Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Filipe Camarão, Henrique Dias e Antônio da Silva. As guardas avançadas flamengas tirotearam com as avançadas luso-brasileiras de capitão Soares da Cunha naquela mesma tarde, enquanto as tropas tomavam posição de combate: À esquerda, Vidal de Negreiros na estrada entre o brejo e a colina setentrional e Henrique Dias na base desta; à direita, Camarão na baixada. Vieira ficou com a reserva, no centro, e Antônio da Silva dispôs seu esquadrão de cavalaria entre a coluna do meio e a do sul.

A batalha começou às 8 horas da manhã do dia 19, tomando Barreto a iniciativa do movimento. Tática semelhante e que dera ótimo resultado no monte das Tabocas. Provocar a investida do inimigo e o conduzir à posição conveniente, onde seria fatalmente batido. Assim, os regimentos de coronel Elst se engajaram contra Vidal de Negreiros, que os destroçou, lhes tomando a artilharia. Reforçados pelos de Brinke e de Hauss, sobre eles Barreto atirou a reserva e a cavalaria. Os índios de Camarão tinham atraído os batavos ao pantanal, onde se atolavam com suas pesadas couraças, seus grandes arcabuzes e morriões de aço. Às duas horas da tarde de 19 de abril de 1648, os holandeses exaustos, não podendo romper a passagem do desfiladeiro, ameaçados de desbordamento nos flancos e vendo os montes nas mãos dos adversários, se retiraram a Recife, deixando mais de mil mortos e feridos no campo da luta e o estandarte ou guião do general em nossas mãos. Entre os mortos, dois coronéis. Entre os feridos, outros dois.

A nosso lado havia lusos e brasileiros de várias cores que combatiam irmanados por um mesmo ideal patriótico. Do lado do invasor as tropas eram, na maioria, compostas de mercenários valões, franceses, húngaros, alemães, suecos, ingleses, polônios e escoceses. Essa gente deixou nas mãos dos luso-brasileiros 33 bandeiras, algumas peças de artilharia e um coronel prisioneiro, não sendo perseguida e dizimada pelos vencedores graças à chuva torrencial que naquela tarde se despejou do céu.

A obra de libertação definitiva de Pernambuco das mãos dos holandeses, tão bem iniciada no monte das Tabocas, teve sua consagração nessa primeira vitória de Guararapes e seria definitivamente completada na segunda batalha do mesmo nome. Coroaria essa luta titânica de dez anos a capitulação do invasor vencido e humilhado, na campina do Taborda, em 1654.

O serviço de informação de Barreto de Menezes levou a seu conhecimento que os holandeses pretendiam novamente romper o cerco posto a Recife com os mesmos objetivos e na mesma direção da vez anterior. Então, mandou levantar trincheiras em Borrachos, no Engenho Novo e na ponte de São Bartolomeu, na proximidade de Guararapes. Corria o ano de 1649. No dia 17 de fevereiro coronel Brinck, à frente de mais de 4 mil homens de infantaria, marinheiros, e auxiliares índios e pretos, levando seis bocas de fogo, abalou de Recife à surdina e foi ocupar a colina norte de Guararapes



com sua vanguarda. Ao mesmo tempo, Barreto de Menezes saiu do Arraial Novo, sua base de operação e alcançou, na noite, vencendo penosa marcha, a encosta do morro do Oitizeiro. Dessa vez ficou o inimigo muito surpreendido ao verificar, no decurso da noite, que os luso-brasileiros se encontravam já no flanco direito. Se manteve quieto e de sobreaviso, esperando amanhecer. O general luso-brasileiro aproveitou sua inação pra ocupar os entrincheiramentos de antemão preparados e dispor sua tropa no desfiladeiro, lhe barrando a passagem.

Ao romper a manhã de 19 de fevereiro de 1649 Barreto de Menezes estabeleceu seu posto de comando no alto do Oitizeiro e ordenou o ataque das avançadas flamengas por suas próprias. Queria obrigar coronel Brinck a revelar de que força dispunha. Os esquadrões de cavalaria de Araújo Miranda e Antônio da Silva galoparam sobre as linhas contrárias e foram recebidos com descarga de artilharia. Contra os 4 mil e tantos homens do invasor dispúnhamos duns 2600 ou 2700. Mas os batavos, escarmentados pela derrota do ano anterior, resolveram evitar o combate desde que encontraram a passagem à Muribeca, que pretenderam ocupar, tomada pelos independentes. À 1 hora da tarde abandonaram as posições da véspera, formaram em coluna de marcha e iniciaram o regresso a Recife, cobrindo seu movimento com uma flanco-guarda de dois bons regimentos de infantaria.

Barreto de Menezes percebeu logo o intento e, sem hesitação, ordenou que o inimigo fosse atacado em toda a linha, o surpreendendo antes de completar sua ordem de marcha. Os ataques foram impetuosos, conjuntos e simultâneos, apanhando a tropa holandesa na baixada, desprovida da proteção das elevações de terreno. Dom Diogo Pinheiro Camarão envolveu a esquerda flamenga. Vidal de Negreiros e Francisco de Figueiroa assaltaram a ala direita. Os regimentos de cobertura se viram desfeitos e atirados sobre o grosso em confusão, o qual não logrou usar a artilharia. E a cavalaria, lançada em violenta carga na estrada, dividiu o exército holandês ao meio. Eram 5 horas da tarde. Coronel Brinck tombou morto, de espada na mão. Vice-almirante Gielissen e coronel Westerwoort também morreram combatendo. O resto da força destroçada levou a Recife o pavor da derrota. Nunca mais os holandeses enfrentariam os filhos da terra que pretenderam dominar.

O balanço da vitória dá, aos nossos, 60 mortos e 250 feridos, se contando entre os primeiros o famoso sargento-mor Paulo da Cunha Sotto Mayor e o bravo capitão-de-cavalo Araújo Miranda, e entre os segundos Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Henrique Dias e outros. Em contraposição tiveram os flamengos 1100 mortos, 600 feridos e 110 prisioneiros. E perderam as bandeiras e as peças, que o governador-geral do estado do Brasil, conde de Vila Pouca de Aguiar, remeteu a Lisboa como silenciosas, porém, eloqüentíssimas testemunhas do grande triunfo alcançado, mais uma vez, em Guararapes.

O local era fadado pelo destino a servir de campo de batalha. Quando da revolução pernambucana de 1824, 175 anos depois da segunda batalha de Guararapes, ali se travaria o que se pode denominar a terceira batalha desse nome, visto como aquela linha de cobaias históricas serviria de posição-chave prà série de movimento com que o brigadeiro Francisco de Lima e Silva iniciaria e consumaria a derrota dos rebeldes.

Vindo do Rio de Janeiro à frente de 1200 homens o brigadeiro Lima e Silva, pai de duque de Caxias, desembarcou em Jaraguá, Alagoas, e marchou sobre Recife, que a esquadra de almirante Cochrane bloqueava, se reunindo em barra Grande a dois batalhões de caçador a pé e a um troço de cavalaria miliciana que se recusaram a aderir



ao movimento e se achavam sob o comando de presidente Francisco Pais Barreto. As tropas da confederação do Equador proclamada em Pernambuco em 2 de julho de 1824, intituladas exército constitucionalista e comandadas por Barros Falcão, deixaram a capital pernambucana e marcharam ao sul como outrora os holandeses. Seu objetivo era impedir a junção das forças desembarcadas em Jaraguá com as de barra Grande e derrotar os legalistas na marcha deles sobre a cidade. O ataque a barra Grande falhou e a junção se fez, passando os imperiais a se denominarem exército cooperador da Boa Ordem.

Então, estabelecendo seu quartel-general na colina onde se encontra a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Barros Falcão dispôs o exército constitucionalista de Guararapes e esperou o ataque do exército Cooperador da Boa Ordem. Era 12 de setembro de 1824 e começariam as manobras da terceira batalha de Guararapes, que levaria dias a ser decidida. Brigadeiro Lima e Silva condicionou sua estratégia ao princípio do menor derramamento de sangue possível, visto como se tratava duma luta entre irmãos, e tornou seus dispositivos táticos de acordo com essa idéia básica. Assim, depois de aferrar Barros Falcão ao terreno em Guararapes, fingindo querer romper a passagem, lhe desalojou a extrema direita do engenho Sant'Ana e, desbordando o inimigo por esse flanco, se apoderou, em sua retaguarda, da ponte do Motocolombó, do forte das Cinco Pontas e de parte do bairro dos Afogados. Às 4 horas da tarde suas testas de coluna transpunham a ponte da Boa Vista dentro da cidade. O presidente da confederação do Equador, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, fugiu numa jangada a bordo da fragata inglesa *Tweed*. Barros Falcão, se sentindo isolado da capital, tentou um ataque à ponte do Motocolombó, onde a retaguarda de Lima e Silva o rechaçou.

No dia 13, de combinação com a esquadra, Lima e Silva tomou o bairro de Santo Antônio e atacou os fortes do Bruni, do Buraco e do Picão, pra se apoderar da Lingüeta. Sua retaguarda, de sobreaviso, repelia outro ataque de Barros Falcão na Boa Vista. Em 14, a luta por Recife prosseguiu e o exército rebelde, inutilizado pela marcha de flanco de Lima e Silva em Guararapes, só tinha uma saída: Se retirar a Olinda pelo poço da Panela. Em 17, na manhã, Recife e Olinda caíram nas mãos dos imperiais. O exército de Barros Falcão capitulou e foi dissolvido. Seus remanescentes em armas fugiram ao sertão e só foram ultimados no Ceará.



O calabar de batina

Foi o Brasil, no mundo colonial ibérico, a única região onde repercutiram as lutas religiosas travadas na Europa da segunda parte do século 16 à primeira do século 17. É esse um dos aspectos mais importantes das tentativas de fixação de franceses, ingleses e holandeses em vários pontos de nosso país. Pontos ainda não estudados convenientemente. Até hoje, a nossos historiadores, preocupados tão-somente com as razões políticas ou com os fatores econômicos da pirataria e conquista daqueles povos contra os domínios ultramarinos dos portugueses, escapou aquela feição, nitidamente definida de alargamento também da esfera de influência protestante no universo.

A reforma luterana determinara, na Europa, a famosa guerra dos Trinta Anos, a que pôs termo, provisoriamente, a paz de Vestfália, celebrada em Münster, cujo tratado adrede feito nada mais foi que a sementeira de agitações e lutas que vieram até o tempo da revolução francesa, por sua vez preparadora doutras lutas e doutras agitações. Depois de Lutero, Calvino formou partidários na Suíça, Flandres e França. A nova seita protestante dividiu a catolicíssima nação em huguenotes e papistas. A Espanha imperial e católica assumiu a liderança da contra-reforma. Daí suas intervenções na política francesa desde o século 16, suas guerras em Países Baixos contra os *gueux* calvinistas e seu longo duelo marítimo com a Inglaterra. Como nação também fundamentalmente católica, Portugal teve de sofrer ataques que se intensificaram em suas colônias da África, América e Ásia, sobretudo após sua queda sob o domínio espanhol.

A heresia calvinista procurou firmar pé no Brasil com o estabelecimento de Villegaignon na baía de Guanabara. Os fundamentos religiosos dessa tentativa são evidentes, pois discussões violentas em matéria de crença separaram os colonizadores da França Antártica, e o episódio de João de Bolés nos demonstra a tentativa de propaganda protestante entre os silvícolas, com destruição conseqüente da catequese jesuítica. Na conquista de Pernambuco e terras adjacentes pelos holandeses, quase um século depois, é também claro o elemento religioso. Os hereges perseguiram os católicos em Recife e alhures, os passam a fio de espada como no engenho Cunhaú³⁵ ou tentaram a propaganda calvinista no seio da indiada, além de serem apoiados sempre pela numerosa judiaria daquele tempo em terra brasileiras.

No bastidor dessa luta de religião no Brasil, há episódios interessantíssimos, que nos dão informes curiosos sobre caracteres e ações de indivíduos nela participantes, bem como até onde podia ir, na época, o sentido religioso da vida. O do jesuíta Manuel ou Francisco Moraes, pois se não sabe bem seu nome de batismo, é dos mais elucidativos.

No auto-de-fé realizado a 7 de abril de 1642, em Lisboa, pela Santa Inquisição, foi queimado em efígie. O que teria feito o padre pra tão dura pena, embora fosse *sacerdos in aeternum*? Passou do lado dos pernambucanos, que defendiam o Brasil luso-católico ao dos holandeses, que representavam a conquista herege. E, como se isso não bastasse, sem trepidar, lançando a batina às urtigas, abjurou o catolicismo, se declarando calvinista e se casou com uma holandesa sectária desse credo. Grande e grave foi esse

³⁵ Cunhaú: Rio das mulheres. Cunhã (tupi), cunhá (guarani): Mulher. Î, pronunciado como o *u* francês de *buffet* ou o *ü* alemão de *führer*, significa água. Provavelmente o local onde elas nadavam. Nota do digitalizador.



escândalo em nossa vida colonial. Tão, grande e tão grave que repercutiu na própria existência, em nossas plagas, da ordem Inaciana, pois que o invocaram pra justificar a falta de confiança na mesma que alegavam todos quantos tinham interesse na escravização dos índios, que ela tenazmente combatia, a fim da pôr fora de seus arraiais. Não esqueçamos de que, um século e pico antes do marquês de Pombal, deste lado do Atlântico, especialmente no Maranhão e em São Paulo, se propugnou e efetuou a expulsão dos jesuítas. Em São Luís contra eles tenazmente lutou Manuel Bequimão.

No volume 1, páginas 684 e 685, de *Cronologia paulista*, de J. J. Ribeiro, se encontra, firmado por 124 homens bons de São Paulo, entre os quais Amador Bueno da Ribeira, o Aclamado, o que não quis ser rei, Domingos Jorge Velho, governador do gentio de cabelo corrido, herói de Palmares, um dos grandes generais do sertão, e todos os procuradores das vilas das capitânicas de São Vicente e Santo Amaro, notável documento que declara ter sido a expulsão dos jesuítas de São Vicente, no mesmo ano, baseada no grande crime de padre Morais, da capitania de Pernambuco.

Leiamos nesse papel o trecho que mais nos importa: ...e juntamente constando que um padre de sua mesma ordem, religioso professor, sacerdote e pregador, que governavam as aldeias dos índios de Pernambuco, por nome padre Francisco Morais, ao qual constituíram capitão e governo dos mesmos índios na guerra de Pernambuco contra os holandeses, se rebelou e lançou com o inimigo levantando guerra contra os nossos, assim ele com os mesmos índios, nos fazendo notável dano e morte, de que procedeu a total ruína de Pernambuco por serem os índios muitos em quantidade, e por remate se fez apóstata e foi casar em Holanda, e tem os ditos reverendos padres tanta mão com estes índios que se pode temer o risco de nossas vidas...

Aqui os escravizadores da bugrada se sangraram em saúde, aproveitando a negregada³⁶ traição e apostasia de padre Morais pra lançar caluniosa e vil suspeita sobre toda a companhia de Jesus, apontada sibilamente como capaz de usar os índios contra os colonizadores lusos, como o fizera o infeliz sacerdote. Pra isso exageram a importância de seu ato injustificável, lhe atribuindo a total ruína de Pernambuco. Na opinião desses caçadores de escravo de São Paulo, fora padre Morais um verdadeiro Calabar de batina.

Grande e negra a traição, gravíssima a apostasia, mas nem uma nem outra de molde a causar essa total ruína ou a transformar em flamengo-herage o Brasil luso-católico. Na verdade, como chefe de várias aldeias de índios mansos ou em vias de redução, adotar o calvinismo e levar todos esses íncolas ao grêmio calvinista foi obra tão maléfica que custa a crer a tenha praticado um jesuíta. É o caso de recordar a lição camoniana de que, mesmo entre os portugueses, alguns traidores houve algumas vezes. Também entre os jesuítas. Não foi esse, infelizmente, o primeiro e único exemplo. Outros, embora raríssimos e distanciadísimos, lhe sucederiam na viagem do tempo.

À gravidade do crime do Calabar de batina correspondeu a pena inquisitorial: Morte da fogueira do auto da fé lisboeta, em efigie, porque o novo calvinista se refugiara em Países Baixos, fora do alcance da justiça que o perseguia.

³⁶ Negregado: adj. Desgraçado, infausto. Trabalhoso, mofino. Nota do digitalizador. Extraído de Dicionário HosDime



O comércio do Brasil no século 17

O trabalho de G. Batelli apresentado à Sociedade de Geografia de Lisboa e baseado num documento italiano da época *O comércio dos portos de Lisboa, Setúbal e Porto no fim do século 17*, o manuscrito existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Paris sob o título *Mémoire touchant le commerce du Portugal* e os eruditos comentários ao mesmo da autoria de Julião Soares de Azevedo, estampados na *Revista da faculdade de letra de Lisboa*, permitem ao estudioso de nossa história traçar, com alguma segurança, um pequeno quadro do comércio marítimo do Brasil naquele tempo.

De 1650 a 1700 se pode calcular, anualmente, a média dos navios mercantes que vinham de Portugal ao Brasil e até lá voltavam de 60 a 65. No ano em que foram mais numerosos, 1664, se contaram 68. Vinham, quase todos, do Porto e Lisboa. Alguns de Setúbal. A metade, mais ou menos, se destinava à Bahia, então capital da colônia. O resto se repartia entre Rio de Janeiro e Pernambuco, com meia dúzia à Paraíba ou Maranhão. Esses barcos calavam de 250 a 500 toneladas e andavam, sempre, por causa dos piratas europeus e muçulmanos, em frota ou comboio, guardados por um ou dois navios de guerra. Uns se perdiam em temporal, outros, se o ano era mau de açúcar, como se dizia, isto é, se a safra de açúcar fora precária, não devendo voltar vazios, ficavam em nossos portos dum ano ao outro porque as viagens se faziam da Europa a cá em março, aproveitando o regime eólico favorável, e daqui até lá em setembro ou outubro pela mesma razão. Às vezes as tempestades alteravam esse ritmo e as frotas chegavam ou partiam com meses de atraso.

Quase todo esse comércio se fazia por escambo de mercadoria e raramente com dinheiro de contado, que era proibido sair do reino, onde o meio circulante se tornava raro. Além disso, a saída de numerário fraudava a alfândega, pois ela recebia direito das mercadorias que se exportavam e não do dinheiro em espécie. Eram aquelas, principalmente, farinha de trigo, vinho, azeite, lã, linho, sarja, aniagem, chapéu, calçado, seda, linha de coser, papel, tinta e material de ferro e cobre pra montagem e reparo dos engenhos de moer cana. Em troca disso tudo o Brasil fornecia, em primeiro lugar, açúcar, em seguida, tabaco, couro, pau-brasil, barba de baleia, ponta de marfim, madeira, cacau, âmbar cinzento, salsaparrilha e ouro. Em 1699, por exemplo, saíram do Rio de Janeiro a Lisboa 35 arrobas de ouro em barra. Isto é o que foi legalmente registrado. Se pode calcular outro tanto passado facilmente em contrabando.

Todo esse comércio era feito em barcos de nacionalidade portuguesa. Na opinião dos franceses, pelas seguintes razões: Viagem longa e pouco rendosa, pois levavam mais dum ano e o frete era barato. Além disso, dele tinha de se deduzir a contribuição destinada às despesas dos navios de guerra que escoltavam as frotas. Se acrescentava, ainda, a sobriedade e reduzida paga da tripulação lusa, a que as dos outros povos se não sujeitavam, sendo muito mais exigentes.

No entanto os documentos oficiais coevos não deixam entrever essa falta de lucro. Antes ao contrário, havendo anos de boa safra, em que as frotas não tinham capacidade pra levar à Europa a totalidade de nossa produção. Em 1690, por exemplo, as frotas da Bahia e de Recife levaram a Portugal 16 mil caixas de açúcar e 23 mil rolos de tabaco, fora o carregamento de couro. Ficaram no Rio e na Bahia, por falta de praça nas embarcações, 9 mil caixas de açúcar. Ora, se sabendo que, nesse tempo, o reino



consumia mais ou menos 5 mil caixas, Veneza, Hamburgo, Amsterdã e outros portos setentrionais recebiam cerca de 3 mil e talvez o dobro os do Mediterrâneo, é fácil deduzir que houve até falta do produto na Europa e então seu encarecimento e a necessidade de enviar às pressas novos navios buscando o saldo que aqui ficara.

Quando nossos historiadores se referem ao famoso decreto de abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas, primeiro ato patriótico e nunca demais louvado do príncipe-regente dom João ao chegar à cidade de Salvador, inspirado por visconde de Cairu, às vezes afirmam, outras deixam entrever que até então estava o Brasil com seus portos desfechos a qualquer outro comércio que não fosse o direto e exclusivo com a metrópole lusa. Nada mais inverídico. O referido decreto veio somente generalizar uma providência que, desde o século 17, fora, pela monarquia portuguesa, juridicamente considerada e tomada em parte. A proibição dos estrangeiros comerciarem em nosso litoral, que datava das primeiras explorações da costa, no início do século 16, não perdurou de modo total após a primeira metade do século 17.

Assim várias cartas régias a revogaram no decurso do tempo. Em 1654 em relação à Inglaterra e em 1661 em relação à Holanda, o que é digno de nota, visto como guerreamos sua invasão do nordeste até sete anos antes dessa data, até 1654, quando capitularam na campina do Taborda os holandeses que ocupavam Recife. Em 1667 em relação à França. A única exigência feita aos navios ingleses, flamengos e franceses que traficavam no Brasil era um depósito, fiança ou caução em Lisboa, pra garantia dos direitos de exportação a que as mercadorias brasileiras estavam sujeitas. De acordo com essas cartas régias, os navios dessas nações comerciando com o Brasil tinham direito a participar dos comboios ou frotas que o governo de Portugal fazia escoltar por seus vasos de guerra. Desde 1673 tiveram os franceses um consulado efetivo na Bahia, o que demonstra a importância de suas transações comerciais naquela época. Em 1698 elas subiam a ponto do embaixador da França em Portugal, Rouillé, propor a seu governo a criação de mais dois consulados, um no Rio de Janeiro e outro em Pernambuco.

Em 1692, segundo uma carta do embaixador francês em Lisboa, Estrées, citada por Soares de Azevedo, os holandeses faziam comércio em Lisboa, Porto, Viana do Castelo e Figueira da Foz, carregando, em suas urcas e patachos, açúcar, tabaco, âmbar cinzento e outras mercadorias do Brasil. A principal mercadoria que, então, nosso país exportava era o açúcar (mascavado ou não), diretamente carregado em Recife, Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro ou apanhado das mãos dos portugueses, que o revendiam, nos portos da metrópole, freqüentados pelos barcos mercantes suecos, dinamarqueses, ingleses, flamengos, franceses, espanhóis e italianos de várias procedências. O negócio era feito, em geral, a Londres, Bordéus, Havre, Estocolmo, Copenhague, Hamburgo, Antuérpia, Amsterdã, Roterdã, Cádiz, Marselha, Gênova e Livorno.



A tróia³⁷ negra de Palmares

A palavra *quilombo* quer dizer, na língua africana abunda, de Angola, casa no mato onde se açoitam negros fugidos. Quilombola é o escravo refugiado num quilombo. Houve, no Brasil, durante os séculos em que durou a escravidão de africanos inúmeros quilombos. Em toda parte a toponímia conserva a memória da existência desses valhacoutos.³⁸ Rios, distritos, povoados, estações, morros, serras existem com esse nome em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Santa Catarina.

O mais célebre de todos os quilombos do Brasil foi o de Palmares, tróia negra destruída no fim do século 17. Ficava situado na serra da Barriga, na antiga capitania de Pernambuco, tendo sido, sem dúvida, o primeiro *canudos* do Brasil. Começou esse ajuntamento de negros fugidos ao cativo em 1630 com a entrada em cena dos conquistadores holandeses que, nesse ano, se apoderaram de Olinda e Recife. Aproveitando a confusão e a desorganização conseqüente à guerra, os escravos se ajuntaram e nas dobras adustas daquela serrania estabeleceram suas palhoças. De 1643 a 1645, já senhores de grande parte do território nordestino e mais seguros da posse das terras pernambucanas, os holandeses deram sobre a pretalhada quilombada, dispersando nos matos e sertões aqueles que não puderam capturar.

Todavia veio a fase final da campanha da restauração de Pernambuco, que terminaria em 1654 com a rendição dos invasores flamengos na campina do Taborda. Nem lusos nem batavos tiveram, então, tempo de se preocupar com o que se passava naquela serra da Barriga, onde se reorganizavam novamente, mais fortes do que nunca, os quilombos, pois o momento era azado para fuga da escravaria aos duros trabalhos do eito e à vida de sujeição da senzala. Conhecidos, pois, esses antecedentes, se compreende que, no decurso do tempo, tenham, naquele local, 20 mil negros resistido a 20 expedições seguidamente enviadas contra eles. Os quilombolas estabeleceram fortes estacadas ou céreas, precedidas de fossos, ao redor das aldeias, onde viviam em palhoças sob a chefia dum zombi ou zumbi. Cultivavam roça de mandioca e milho na proximidade. Criavam animais domésticos. Exerciam algumas indústrias caseiras e misteres. Guardavam, mais ou menos, os costumes de sua tradição. Foi essa rudimentar sociedade que se convencionou denominar república de Palmares.

Esses escravos, algumas vezes, praticavam correria nas regiões circunvizinhas, roubando plantação ou gado, levando consigo outros negros das fazendas. O exemplo da vida livre que iam gozando provocava a fuga dos pretos das localidades próximas. Suas expedições predatórias constituíam sério perigo aos fazendeiros do sertão. Por isso, acalmados os furores da guerra holandesa e restituído Pernambuco ao poder de Portugal, logo se pensou em destruir aquele núcleo de rebeldia negra. Mas as diversas

³⁷ Cita a guerra de Tróia, cidade-estado arrasada pelos gregos na famosa guerra de Tróia, narrada por Homero. Palmares teve destino e atuação comparáveis, daí o termo *uma tróia negra*. Idem quando diz que foi o primeiro canudos do Brasil, se referindo ao famoso episódio da resistência anti-republicana em Canudos, por Antônio Conselheiro. Idem, em nota mais adiante, se referindo ao marquês de Pombal como *o richeliê português*, o barão de Catas Altas como *o monte-cristo brasileiro*, *o midas de Minas Gerais*, *um verdadeiro trimalcião*, etc. Nota do digitalizador.

³⁸ Valhacouto - sm Lugar seguro, refúgio, abrigo, esconderijo (pejorativo): *Valhacouto de marginais*. Proteção, amparo, ajuda, auxílio. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



expedições enviadas contra ele foram vencidas pela resistência dos pretos alapardados em alfurjas³⁹ e entrincheirados em paliçadas.

Isso fez com que, em 3 de março de 1687, o governador da capitania de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, assinasse um contrato com o famoso sertanista de São Paulo, Domingos Jorge Velho, a fim de que este, com a bandeira de seu comando, então em andança no nordeste, atacasse e desse cabo do reduto dos quilombolas. Logo depois deixou o governo, porém seu sucessor, marquês de Montebelo, dom Antônio Félix Malhado da Silva e Castro, em 3 de setembro de 1691, manteve as condições estipuladas nas quais a escravaria, de novo segura pelos expedicionários paulistas, lhes pertenceria como presa de guerra, devendo ser vendida no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Esse contrato foi ratificado por alvará régio de 7 de abril de 1693.

Segundo um estudo do erudito Basílio de Magalhães, Domingos Jorge Velho fora de São Paulo ao nordeste do Brasil a convite de Francisco Dias d'Ávila, chefe da casa da torre da Bahia, sendo nomeado mestre-de-campo dum terço de paulistas, com o qual ajudou aquela casa na exploração e conquista de parte da Paraíba e do Piauí, levada a efeito entre 1671 e 1674 por Domingos Afonso Sertão. Por uma concessão de sesmaria, firmada pelo governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, se sabe que foram oficiais desse Terço o sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, os capitães Alexandre Jorge da Cruz, Pascoal Leite de Mendonça, Domingos Rodrigues da Silva, Luís da Silveira Pimentel, Simão Jorge Velho, João de Matos, Domingos Luís do Prado, Ajudante Antônio de Souza, Alferes Domingos de Mendonça e Sargento Braz Gonçalves. Diz o mesmo documento, enumerando os serviços desses bandeirantes, que Domingos Jorge Velho, à frente de oitenta brancos e 1300 arcas do seu gentio, índios auxiliares ou mamelucos paulistas, desceu em estado de guerra contra os negros fugidos e rebeldes de Palmares, que insultavam, invadiam, roubavam, violavam e assassinavam os brancos em todas essas capitânias de Pernambuco.

Esse terço de paulistas veio de Piancó,⁴⁰ no Piauí, e foi reforçado por outro de pernambucanos sob o comando de Bernardo Vieira de Melo, que se tornaria famoso mais tarde na chamada guerra dos Mascates e sonharia, em Recife, com uma república à maneira de Veneza. As duas forças conjugadas atacaram com ímpeto o maior arraial dos quilombolas na serra da Barriga, denominado Cerca Grande, e dele se apoderaram após muitas horas de luta, vencendo desesperada resistência. O combate terminou ao cair da noite, quando, aproveitando a escuridão, o chefe dos negros, o zumbi, logrou fugir, acompanhado dos principais de seus sequazes. Percebida a fuga, foram perseguidos de perto pelos contrários e, perdendo o rumo, alguns se despenharam numa alta ribanceira, sucumbindo no abismo. Outros foram aprisionados e entre eles se encontrava o zumbi, que os vencedores imediatamente degolaram.

Assim terminou a tróia negra e desse trágico desfecho nasceu a lenda, que, através dos tempos, se espalhou em todo o Brasil e quase tomou foro de história, a qual dizia que, em companhia dos derradeiros defensores de Palmares, o zumbi se suicidara diante dos vencedores atônitos, se lançando do alto numa penha a fundo despenhadeiro. Historiadores antigos e modernos, doutos e conspícuos, como Sebastião da Rocha Pita e Oliveira Martins, aceitaram essa versão fantasiosa dos acontecimentos. O encontro do ofício do governador de Pernambuco e capitão-general Caetano de Melo e Castro ao

³⁹ Alfurja - sf Esterqueira, monturo, pocilga. Nota do digitalizador.

⁴⁰ Piancó (tupi): Pomba que geme. Nota do digitalizador.



governo metropolitano, datado de 13 de março de 1695, documento fidedigno e minucioso, restabeleceu de vez a verdade histórica. Narra, de acordo com os relatórios dos conquistadores de Palmares, a cena final da fuga, da queda de alguns pretos na barranca abaixo e da degola sumário do zumbi.

Semelhante exemplo não terminou com os quilombos no Brasil. A sede de liberdade continuou os formando. Tanto assim que em 1741 um alvará régio mandava marcar a ferro em brasa no rosto com um F (Fujão) os escravos neles apanhados.



Os padroeiros da Bahia

Qual o verdadeiro patrono da cidade da Bahia, fundada pelo governador-geral Tomé de Souza a mandado do grande rei dom João III no ano da graça de 1549? Muitos brasileiros fazem esta pergunta, quando se lhes diz que não é São Salvador, como geralmente presumem.

Em 1921, quando se quis oficializar São Salvador como padroeiro da Bahia, o historiador Sílio Boccanera Júnior combateu o projeto com estas palavras: São Salvador nunca foi patrono desta cidade nem lhe emprestou o título canônico de seu nome. Cidade de São Salvador é uma erronia que, em barda, vemos escrita nos próprios documentos oficiais e cometida até por letrados, por isso mesmo mais pecaminosos, porquanto cidade do Salvador é que é o verdadeiro, dado por Tomé de Souza ao instalar, oficialmente, o governo da Bahia. Cidade do Salvador se lê, ademais, nas bulas pontifícias, nas cartas régias, nas cartas dos jesuítas, nos sermões de padre Vieira, em crônicas antigas de nossos credenciados historiógrafos e nos termos das vereações ou atas da câmara municipal dos mais remotos tempos coloniais, muitos ainda existentes no arquivo de nossa intendência, enfeixados em livros, e bem conservados.

Na verdade o primeiro bispo do Brasil, dom Pedro Fernandes Sardinha, assinava bispo do Salvador e o segundo governador-geral, dom Duarte da Costa, datava as missivas da cidade de Salvador. Todavia as bulas pontifícias, acima invocadas, fazem exceção a isso, talvez tendo sido a origem da denominação taxada de errônea mas repetida pelo tempo além. Na bula *Super specula militantes ecclesiae*, do papa Júlio III, que, em 1551, nomeou o primeiro bispo do Brasil, se lê, várias vezes, São Salvador. Na bula *Inter pastoralis officii*, de 1676, que deu à sé da Bahia prerrogativa de metropolitana, também se diz São Salvador. Como se vê, a Igreja manteve, em seus documentos oficiais, a tradição que manda preceder o título de Salvador, dado a Jesus Cristo, do qualificativo Santo, respeitoso sinal de fazer ele parte, como filho de Deus, da santíssima trindade. Profundo estudioso do assunto, o erudito historiador baiano, cônego Manuel de Aquino Barbosa, assim opina: Se há motivo pra censura o alvo não deve ser a Santa Sé mas o fundador da cidade, que, se servindo dum nome da Igreja e desejando honrar o salvador do mundo, cuja doutrina constituía um dos maiores motivos pra colonização do Brasil, não soubera o empregar e esquecera o qualificativo inseparável desse vocábulo que nos lembra o filho de Deus no desempenho da grande missão que o fizera baixar à Terra.

O mesmo historiador define, de acordo com as autoridades canônicas, o que seriam o titular e o patrono ou padroeiro dum local. O primeiro, *titulas* ou *oraculum*, em latim, donde orago, quase sempre único, se escolhe no ato da fundação ou bênção dum país, diocese, cidade, freguesia ou igreja, que por esse nome se distinguem uns dos outros. O titular é, pois, a pessoa divina, o mistério, o anjo ou o santo a quem se dedicou a criação ou edificação. O padroeiro, *patronos*, em latim, é o santo protetor da terra ou edifício, intercessor dos devotos perante Deus. Assim não podem as pessoas da santíssima trindade servir de patrono, visto como não são intermediárias e sim a própria divindade. Um decreto papal regula, por isso, a eleição, ou escolha, dos padroeiros, que deve ser, depois, confirmada ou aprovada pela sagrada congregação dos ritos. Estabelecidas essas



distingões procuremos saber qual o verdadeiro padroeiro da cidade de Salvador, já que este é seu legítimo e antigo titular. Afirmemos, em seguida, que não é, pelas razões expostas o senhor do Bonfim, cuja devoção é, na Bahia, muito viva e tradicional. E adiantemos que ali houve três patronos sucessivos.

Combatendo, em 1921, o projeto inconstitucional do vereador Antônio José da Costa Neto, que decretava feriado municipal o dia 6 de agosto, em homenagem ao padroeiro da cidade de São Salvador, Sílio Boccanera Júnior, esquecido de que, canonicamente, o salvador do mundo não podia ser investido desse atributo ou ignorando isso, se baseava no velho cronista frei Jaboatão pra declarar único padroeiro santo Antônio de Arguim, cuja imagem fora levada, em 23 de agosto de 1595, em soleníssima procissão, da igreja da Ajuda ao convento de São Francisco, onde teve altar distinto, durante muitos anos, até o dia em que, clandestinamente, desapareceu.

No volume 1 do precioso *Novo orbe seráfico brasílico*, o bom franciscano assim descreveu esse desaparecimento: No convento foi colocada a imagem no altar do mesmo santo, que era, como em todas nossas igrejas onde não é titular, da parte da epístola. Ali permaneceu muitos anos, ainda que não achamos notícia individual até quando, e só uma tradição constante que certo guardião, levado de zelo indiscreto (quando não fosse a causa alguma das que aponta um cronista de nossa ordem), vendo a venerada imagem naquele estado, e lhe parecendo indecência estar no altar, ou ao mutilado dos inimigos ou carcomida do tempo, mandando fazer outra que é a que hoje vemos, dizem uns que a mandara enterrar, outros afirmam que a dera a um devoto, ao que nos inclinamos mais... Ouvimos que João Carneiro de Couros, escrivão proprietário da câmara eclesiástica desta cidade, já falecido há alguns anos, falando sobre essa mesma imagem com o irmão frei Francisco da Conceição, religioso leigo, que foi alguns anos enfermeiro desta casa e há muitos é sacristão da igreja, lhe disse que a tinha em seu poder, que por devoção particular a pedira ao prelado, e que, não obstante estar a imagem mui derrotada, a reformara no melhor modo que pode ser.

Donde viera tão venerada imagem que Jaboatão censura ter sido dada por velha e carcomida a um particular? José Álvares do Amaral, autor do *Resumo cronológico e noticioso da província da Bahia*, condensa a documentada narrativa do frade:

Uma frota de 12 embarcações, tripuladas por indivíduos que professavam a seita luterana, saiu da França em 1595 com destino a se apoderar desta cidade da Bahia, mas, antes que atravessasse o oceano, acometeram os tripulantes o castelo de Arguim, na pequena ilha sobre a costa ocidental da África, pertencente a portugueses, e, depois de praticarem muitas barbaridades, roubaram a imagem de Santo Antônio, que, debaixo de insultos e blasfêmias, embarcaram num de seus navios. Assaltados, porém, estes por violentos temporais, poucos escaparam do naufrágio, e entre eles o que conduzia a imagem, a qual foi, por zombaria, arrojada ao mar na altura do morro de São Paulo, indo dar à costa nas praias de Itapoã. Francisco Dias D'Ávila, primeiro senhor da casa da torre de Garcia d'Ávila, pôde haver a imagem, e a colocou na capela de seu solar, donde, tempo depois, foi levada à igreja da Ajuda, e dali ao Convento de São Francisco.

Era santo Antônio de Arguim considerado o primeiro padroeiro da cidade da



Bahia, e tinha a praça de soldado intertenido⁴¹ na fortaleza da barra até que o governador dom Rodrigo José de Menezes Castro o elevou ao posto de capitão. Por decreto de 25 de novembro e patente de 22 de outubro de 1816 foi promovido ao posto de tenente-coronel, com o soldo de sessenta mil-réis mensais, que ainda hoje percebe do cofre geral.

Frei Jaboatão escreveu textualmente que a câmara e toda a cidade tomou o santo (Antônio) por padroeiro, e tomou a sua conta a defesa da cidade de tal maneira que, sendo a barra desta Bahia ocupada continuamente com ladrões franceses, até agora, era de noventa e oito, não aparece ladrão que não dê à costa, ou se vão confusos e desbaratados, sem os moradores nisso gastarem coisa alguma.

Comentando esses textos, Sílio Boccanera júnior afirmou: Escolhido santo Antônio de Arguim por primeiro padroeiro desta cidade, e isso por eleição da câmara, como consta da ordem do governador do estado (do Brasil), lhe fizeram, de logo, voto de perpetuar a memória dos fatos milagrosos sucedidos numa imagem sua toda de prata, com outras promessas mais. E de tudo isso se olvidaram e tudo, com o perpassar dos anos, foi ficando no esquecimento. E vai, segundo a opinião de Jaboatão, o justo castigo que sobreveio à Bahia, da invasão holandesa em 1624, e outros danos.

Se sabe que em 1645 a câmara de Salvador fez voto perpétuo de comemorar anualmente a restauração de Pernambuco, se essa se realizasse, e de fundir a imagem de santo Antônio em prata. Mas outra vez, no decurso do tempo, venceu o esquecimento.

Pra Sílio Boccanera Júnior o primeiro padroeiro da Bahia foi santo Antônio de Arguim, de acordo com frei Jaboatão e os termos da vereança. O cônego Manuel de Aquino Barbosa, baseado em documentos incontestáveis, contraria essa opinião, tida e havida, geralmente, como verdadeira. Em seu belo trabalho *O titular e o padroeiro da cidade do Salvador*, apresentado ao Congresso de História da Bahia, em 1949, transcreveu uma certidão do reitor do colégio dos jesuítas, de 18 de dezembro de 1718, da qual consta que as sagradas cabeças das onze mil virgens, mandadas por padre-geral Francisco de Gorjeusa, vieram de Lisboa à Bahia no galeão *São Lucas*, recebidas festivamente em 2 de junho de 1575, dia do corpo de que, em 1576, o 3.º bispo da Bahia, dom Antônio Barreiros, resolveu as tomar como padroeiras de seu bispado, designando como dia de guarda 21 de outubro. Que o 4.º bispo, dom Constantino Barradas, tendo suprimido alguns dias santos, manteve aquele em homenagem às padroeiras do Brasil. Que, em 1684, padre Alexandre de Gusmão, reitor do colégio da Bahia, propôs o caso ao juízo do arcebispo dom frei João da Madre de Deus e este aprovou aquele dia de guarda pelo mesmo motivo. Finalmente, que a Santa Sé confirmou a festa das santas virgens.

A certidão, declarou o ilustre historiador baiano, não só confirma a preciosa nota do ritual do arcebispado da Bahia de que desde 1576 eram padroeiras do Brasil

⁴¹ Intertecer: (*inter+tecer*) vtd Entretecer: (*entre+tecer*) vtd Entremear tecendo, inserir num tecido. Fazer construir por meio de laços ou tecidos, entrelaçar. Tecer em meio de outros labores. 4 Compor intercaladamente. 5 Armar, urdir: *Entretecer tramóias*. Var: *entecer*. Nota do digitalizador. Extraído de Dicionário HostDime. No texto, modo rebuscado de dizer que o soldado estava servindo na fortaleza da barra.



Santa Úrsula e suas companheiras mártires, mas ainda declara que dom Antônio Barreiros as tomou como padroeiras do bispado da Bahia e mandou que, nesta capital, onde eram veneradas três cabeças daquelas mártires, fosse guardado o dia 21 de outubro, no qual a Igreja celebra sua festa. O fato é confirmado, ainda, pelo altar das Onze Mil Virgens na antiga igreja dos jesuítas, hoje catedral, pela tradição da irmandade das Onze Mil Virgens dos estudantes do colégio dos Padres, na referência às procissões rogativas feitas a essas mártires, segundo a carta de padre Henrique Gomes, de 16 de junho de 1614, nas festas tradicionais a que aludem Fernão Cardim e Gregório de Matos.

Santo Antônio de Arguim, segundo cônego Barbosa documenta, foi o segundo padroeiro da Bahia, de acordo com o que dizem Jaboatão e os documentos que cita. Todavia, talvez por esquecimento das primeiras padroeiras, as Onze Mil Virgens, uma portaria de 1705 e uma carta do senado da câmara de 1706 lhe chamam primeiro padroeiro. E o referido historiador aponta um terceiro padroeiro da cidade de Salvador. É ele são Francisco Xavier, a cuja intercessão o povo baiano recorreu, em abril de 1686, pra que o livrasse da peste conhecida como mal-da-bicha, fazendo voto de o tomar como padroeiro. É o que contam o reitor do colégio dos Jesuítas da Bahia, padre Diogo Machado, numa carta, e vários outros documentos.

A peste cessou e o seriado da câmara pediu ao rei de Portugal permissão pra se cumprir o voto popular, em 20 de julho de 1686. Em março do ano seguinte o rei dom Pedro II resolveu, conforme diz sua provisão, aprovar a ereção do padroeiro da cidade da Bahia no glorioso apóstolo do Oriente, são Francisco Xavier, e de haver por válido o voto da câmara da dita cidade da Bahia, em nome dos moradores dela.

De acordo com as determinações da cúria romana, em 31 de março de 1689 a câmara, a nobreza e o povo da cidade de Salvador elegeram por escrutínio secreto o novo padroeiro. Em 14 de abril seguinte, convocado na sé, o clero deu seu consentimento a essa escolha. O arcebispo dom frei Manuel da Ressurreição, em 16 de abril, anunciou o patrocínio de são Francisco Xavier numa carta pastoral. E a procissão do mesmo se fez em 10 de maio de todos os anos, ao menos até 1694.

No século 18 as procissões cessaram e o padroeiro foi olvidado mas, em 1754, o arcebispo dom José Botelho de Matos comunicou o que havia a respeito à sagrada congregação dos ritos, a qual reconheceu ser são Salvador o titular da cidade e são Francisco Xavier, o padroeiro. Em consequência dessa resolução a festa do apóstolo do Oriente foi devidamente restaurada no ano de 1755, se celebrando até 1828, quando de novo caiu em desuso. Em 1855 a epidemia de cólera que devastou a capital baiana fez com que a população outra vez se recordasse da valiosa proteção do Santo. O arcebispo dom Romualdo Antônio de Seixas lembrou a invocação de seu auxílio, numa pastoral angustiosa e se fundou, então, uma irmandade pra manter o culto ao padroeiro, a qual foi instalada, com discurso do prelado, em 16 de setembro daquele malfadado ano.

A festa e a procissão do padroeiro da cidade voltaram ao esquecimento. Se esfriou o culto a são Francisco Xavier. Desapareceu a comemoração anual, não conseguindo alcançar os primeiros anos deste século. O povo é, na verdade, ingrato. Só se lembra de seus santos na abertura. Todavia parece que ultimamente a Bahia, outra vez, se volta a seu terceiro padroeiro, sempre solícito em a proteger dos flagelos que a consumiram.



Uma cidade misteriosa no sertão

Um manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional, já roído por cupim, e publicado no primeiro tomo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*,⁴² leva o seguinte título: *Relação histórica duma oculta e grande povoação antiqüíssima, sem morador, que se descobriu no ano de 1753*. O autor do curiosíssimo documento escreveu: Depois duma larga e importuna peregrinação, incitados da insaciável cobiça ao ouro e quase perdidos em muitos anos neste vastíssimo sertão, descobrimos uma cordilheira de montes tão elevados que pareciam chegar à região etérea e que serviam de trono ao vento, às estrelas. O luzimento que de longe se admirava, principalmente quando o sol fazia impressão no cristal de que era composta, formando uma vista tão grande e agradável que ninguém daqueles reflexos podia afastar os olhos. Entrou a chover antes de entrarmos a registrar esta cristalina maravilha e víamos, sobre a pedra escalvada, correr as águas se precipitando dos altos rochedos, nos parecendo a neve ferida pelos raios solares, pelas agradáveis vistas...

Depois desses pretensiosos tropos literários, de cujo fim, felizmente, as sevandijas deram cabo, discorre o autor anônimo:⁴³ Abarracados nós e com o desígnio de retrocedermos, no dia seguinte, sucedeu correr um negro, andando à lenha, a um veado branco, que viu, e descobriu, por acaso, o caminho entre duas serras, que pareciam cortadas por artifício e não pela natureza. Com o alvoroço dessa novidade principiamos a subir, achando muita pedra solta e amontoada por onde julgamos ser calçada desfeita com a continuação do tempo. Gastamos boas três horas na subida suave pelos cristais que admiramos, e no cume do monte fizemos alto, do qual, estendendo a vista, vimos num campo raso maiores demonstrações pra nossa admiração. Divisamos coisa de légua e meia uma povoação grande, nos persuadindo, pelo dilatado da figura, ser alguma cidade da corte do Brasil...

Foram mandados exploradores à mesma, continuou a relação, os quais voltaram desenganados, pois, embora ouvissem cantar os galos, não encontraram alguém. Guiados por um índio, entraram, todos, na madrugada, cidade adentro, devidamente prevenidos e armados. A entrada se fez por um arco triunfal semelhante ao de Constantino, em Roma, com uma porta larga entre duas menores. Não foi possível ler, devido à altura, a epigrafia que coroava o monumento. Seguiram numa avenida de sobrados iguais e simétricos com terraços de lajes ou de ladrilhos requemados. Visitaram muitas dessas moradias, todas sem alfaia, sob cujas abóbadas as vozes ecoavam soturnamente. No fim dessa rua havia uma praça regular, tendo, no centro, sobre uma coluna de granito negro, uma estátua de homem, de pé, a mão esquerda pousada na ilharga e a direita apontando o pólo norte. A cada canto da praça se erguia uma agulha, à imitação das que usavam os romanos. Quais? Agulhas de pedra com os obeliscos egípcios ou quadrantes solares?

⁴² Ler e baixar o texto em http://books.google.com/books?id=-UcDAAAAMAAJ&printsec=tit lepage&dq=#PPPI_MI

⁴³ Apenas refinei a pontuação e eliminei redundância, do contrário o texto seria ainda mais confuso. Nota do digitalizador.



Do lado direito de tal praça, um palácio soberbo, invadido por morcegos, com um baixo-relevo no pórtico, representando pessoa de pouca idade, sem barba, com uma banda atravessada e um fraldelim na cintura. Embaixo se viam alguns caracteres epigráficos que o manuscrito reproduz. Do lado esquerdo se erguia um templo de magnífico frontispício, cheio de efígies e cruzeiros. Em seguida os restos da cidade sepultados em grandes e medonhas aberturas da terra em que não brotava erva entre montões de pedras toscas ou lavradas.

Era a cidade banhada por um rio caudaloso, de margens limpas e agradáveis, além do qual se estendiam viçosos campos, plantações de arroz e bandos de patos que se apanhavam com as mãos. Durante três dias desceram o curso de água até chegarem a estrondosa cachoeira, onde a força da correnteza não era menos do que a das bocas do decantado Nilo. Ali o rio se espriava de tal modo que parecia o grande oceano. A oriente da catadupa, socavões cuja profundidade foi impossível sondar e em cuja entrada se encontravam vestígios de prata, como tirados das minas deixadas ao tempo. Uma dessas furnas era coberta por grande laje com figuras misteriosas gravadas, que o documento reproduz. No meio do campo outro palácio com escadaria de pedras de várias cores e quinze aposentos, além do salão. Cada qual com sua bica de água encanada. No pátio, colunatas circulares.

Nas margens do rio acharam boa pinta de ouro e prata. Viram andorinhas, morcegos, raposas enormes e ratos de pernas curtas, que não andavam nem corriam, mas saltavam como pulgas. Um dos companheiros, se afastando, deu com uma canoa tripulada por duas pessoas brancas de cabelo preto e vestidas à européia, as quais fugiram. Outro chamado João Antônio achou, numa ruína, um dinheiro de ouro, figura esférica, maior que nossas moedas de seis mil e quatrocentos, tendo, no anverso, a imagem dum moço ajoelhado e no reverso um arco, uma coroa e uma seta.

O manuscrito termina assim: Estas notícias mando a v. m. deste sertão da Bahia e dos rios Paraguaçu⁴⁴ e Una, assentando não darmos parte a pessoa alguma, porque julgamos se despovoarão vilas e arraiais. Mas a v. m. a dou das minas que temos descoberto, lembrado do muito que te devo. Suposto que nossa companhia saiu já um companheiro com pretexto diferente, contudo peço a v. m. largue essas penúrias e venhas utilizar estas grandezas, usando da indústria de peitar esse índio, pra se fazer perdido e conduzir v. m. a estes tesouros...

Não se sabe a quem fora dirigida a curiosa relação nem seu autor. A única referência certa, além da data, é a do sertão da Bahia, nos rios Paraguaçu e Una. Nada mais. Pois, apesar disso, o que nele se encontra foi tomado a sério e, sob os auspícios do Instituto Histórico e o amparo oficial, cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, que pra isso se oferecera, entrou ao sertão baiano buscando a cidade misteriosa. Em junho de 1844 oficiou ao governador da província da Bahia, dizendo que desde o ano anterior andava naquela busca já descoroçoado de achar a tal cidade na margem direita do Paraguaçu e na serra de Sincorá.⁴⁵ Levava um roteiro impresso pelo instituto e o combinava com as

⁴⁴ Paraguaçu (tupi): Rio grande. Nota do digitalizador.

⁴⁵ Sobre a serra de Sincorá, ver <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio085/ChapadaDosDiamantes.htm>. Também há as variantes *Cincorá*, *Sicorá*. *Sî*, em guarani, *mãe*. *Corá*: *círculo*. Como em *Cerro Corá*: *Círculo de serras*. *Cerro*, em espanhol, *serra*. *Corá*, em guarani, *círculo*: *Conjunto de serras formando um círculo*. Nota do digitalizador.



notícias que obtinha, convencido de que a cidade abandonada estava situada acima do Orobó. E terminava: Estes meus cálculos sobre o lugar da cidade abandonada acabam de ser confirmados por uma testemunha de vista. Indo eu ao Tingá, recebi uma carta de José Rodrigues da Costa da Otinga, na qual me diz que um negro cativo, morador com seu senhor no lugar que chamam serra do Orobó, que morou anos dentro dos maninhos, se me oferecia pra acompanhar e mostrar o quilombo, onde esteve, e a cidade que busco. Disse, esse negro, que o quilombo está fora da cidade abandonada, mas perto, que os negros do quilombo ali vão passear nos domingos e dá tão exata notícia das casas e entrada da cidade, das estátuas e do rio que corre defronte, que quadra completamente com o roteiro do Instituto e com o que eu calculara. Mandeí chamar o negro e lhe prometi a alforria, porém o senhor não o deixou vir, pois mesmo tendo havido pessoa da Otinga que pretendeu comprar o negro o senhor não o vende por preço algum. Entretanto minha guia é o rio: Terei mais trabalho mas não deixarei de ter bom resultado. Há três meses que estou doente, não sei o mais que tem havido a respeito desse negro mas haverá 15 dias me instaram na Otinga pra apressar minha entrada, que tínhamos guia. Se Deus me der saúde entrarei depois de São João.

O crédulo cônego Benigno desde 1842 procurava aquela miragem, assinalada no documento aliterado⁴⁶ que citamos, sertões adentro. Em 23 de janeiro de 1845 se dirigiu, mais uma vez, ao tenente-general Soares de Andréa, governador da Bahia, confessando que, depois de percorrer a Serra do Sincorá e encontrar entre a gente velha dali tradição oral do episódio do veado branco que dera a conhecer aos aventureiros do século 18 a existência da cidade abandonada, repisou a história do negro que conhecia a tal cidade e pediu mais dinheiro. Afirmou com solenidade: Me animo a afirmar a V. Exa. que a cidade está descoberta. Mas, pra dar com mais brevidade esta gostosa notícia aos sábios do Brasil e da Europa, que estão com os olhos em mim pra saber, decerto, a existência dum monumento de tamanha transcendência pra história deste país, são necessários socorros, pois num terreno ocupado por negros e feras me é indispensável entrar com cautela, com gente armada e municada e levar mantimento, porque daqui a dentro não há o que comer...

Em julho de 1848 Manuel Rodrigues de Oliveira fazia uma comunicação publicada pelo Instituto Histórico, criticando a perambulação sem rumo de cônego Benigno e assegurando que as indagações deviam partir do local assinalado no manuscrito do século 18, a confluência e barra dos rios Paraguaçu e Una. Primeiro, porque ali, onde depois foi plantada a vila de Belmonte, se encontram fragmentos de móveis antiqüíssimos, de louças e ferramentas carcomidas, mesmo restos de alicerces e paredes. Segundo, porque dali ao centro, na fazenda Provisão, a 22 léguas [88km] de Camamu, se encontravam montículos de ruínas como de antigas ruas, fragmentos de louça pintada, escumalho de ferro, foices, machados e moedas de cobre à romana, tão grandes que delas os meninos faziam roda de carrinho. Mais adiante se veria a catadupa assinalada no papel de 1753. Terminava descrendo de que o cônego Benigno achasse algo e assegurando que guardava em segredo suas notícias sobre o assunto, certo de

⁴⁶ Aliterar (*a+literato+ar2*) *pejorativo vpr* Se considerar literato sem qualidade pra tal. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



estar servindo à grandeza do Brasil.

Se fez, após esse comunicado, um grande silêncio sobre a cidade misteriosa do sertão baiano. Cônego Benigno morreu sem a ter achado. Manuel Rodrigues de Oliveira também. Do negro de Otinga que conhecia seu roteiro nem mais notícia. Mas em 1886, quase 40 anos depois, o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, em sua memória sobre *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil*, escreveu: A existência de cidades abandonadas no interior de nossos extensos e inexplorados bosques tem sido, às vezes, anunciada, e bem conhecemos o empenho com que esse instituto procurou verificar a notícia dada num roteiro escrito em 1753 e encontrado na Biblioteca Nacional desta corte... Cônego Benigno da Cunha, nosso consócio, hoje falecido, se incumbiu da investigação e descoberta da inculcada cidade. Nada pôde conseguir, se queixando da falta de recurso pruma indagação completa. E assim continua problemática a existência das ruínas descritas no roteiro.

É mais que provável que a relação de 1753 seja mera fábula criada por um sujeito de fértil imaginação, dosado de pretensão literária. Parece mais uma página de Rider Haggard, em *As minas do rei Salomão*, que um roteiro de verdade. Até hoje já seria tempo de se ter qualquer notícia de tais ruínas com estátuas, praças e epigrafias, se tudo não passasse dum conto à *dormir débout*, história pra boi dormir ou lagartixa cair da parede, segundo diz, espirituosamente, nosso povo.



Uma vila de Marrocos no Pará

No ano da graça de 1502 aportaram alguns navegantes portugueses em pequeno porto da costa marroquina sobre o Atlântico, onde levantaram um fortim. Em 1509 se edificou um castelo naquele local e, após a tomada de Azamor dos infiéis o arquiteto João de Castilho lançou o fundamento da vila que pra ali planejava e se chamou Mazagão.

Os mouros não se conformaram com aquela cunha da conquista lusa enfiada no flanco dos territórios sob seu domínio e constantemente a atacaram. Foi até 1562, meio século de assaltos frustrados ou repelidos, graças à energia e destemor dos intrusos. Nesse ano a situação se tornou mais grave. O sultão Mulei-Mohamed ou Molei-Hamet, destinado a morrer vitorioso em Alcácer-Quibir, lhe pôs cerco à frente de copioso exército. O capitão-mor da praça, Rui de Souza Carvalho, se defendeu com bravura sem par, durante dois meses, obrigando os inimigos a se retirar.

Isso, porém, não pôs fim à luta entre muçulmanos e cristãos naquele minguido trato dos areais africanos. Durante os séculos 16, 17 e 18 os governadores dom Jorge de Mascarenhas, Antônio de Miranda Henriques, João Jacques de Magalhães e Bernardo Pereira Berredo defenderam Mazagão tenazmente dos constantes assaltos da mourisma.

Em 1768 os marroquinos cercavam mais uma vez aquele baluarte de além-mar em África, quando o marquês de Pombal, entendendo que a posição não merecia os sacrifícios por ela já feitos e ainda se fazendo, deu ordem a seu derradeiro governador, o bravo Diniz Gregório de Melo e Castro, que a evacuasse, o que se realizou no mês de março de 1769. O interessante é que a população lusa da cidade, na qual inúmeras pessoas ali mesmo nascidas, não foi recolhida pelo poderoso ministro de dom José I às terras do reino, senão temporariamente, pra ser mais tarde enviada a povoar uma parte do Brasil.

Na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, se conserva o original da comunicação a respeito feita pelo secretário de estado de negócio ultramarino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 16 de março de 1769, ao governador e capitão-general da capitania do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. O precioso documento diz o seguinte: Havendo sua majestade, há muitos anos, conhecido o quanto inútil era sustentar a praça de Mazagão e a grande despesa que era obrigado a fazer pra sustentar, e não se seguindo fruto do cristianismo porque era impossível o se propagar por aquela porta, pelo ódio irreconciliável que aqueles bárbaros conservavam aos moradores da mesma praça, por cuja causa também não podia fazer progresso algum o comércio e, em conseqüência, se acharem aqueles miseráveis moradores condenados a uma perpétua penúria, lhes sendo necessário, até pra terem uma pouca lenha, arriscar a vida, como todos os dias estava sucedendo. E tendo sua majestade em real consideração todos estes objetos, tinha resoluto que se largasse a dita praça aos Mouros, debaixo de certa negociação em que se trabalhava. A ela se antecipou o imperador de Marrocos, lhe fazendo um sítio formal com um exército de setenta mil combatentes, e todos os instrumentos de expugnação, de que se necessita em semelhante ocasião. Chegando aquela notícia a esta corte, resolveu el-rei nosso senhor que se apresentassem três naus de guerra, e os navios de transporte competentes, pra transportarem aqueles moradores a



este porto. Assim se executou, depois de haverem sofrido o sítio mês e meio, e das bombas haverem reduzido a ruínas quase todas as casas daquela pequena praça. Devendo se aproveitar todas essas famílias, resolveu sua majestade, que fossem transportadas a esse continente. E manda expedir este aviso a v. sa. a fim de fazer todas as disposições, que julgar precisas, pra aí receber duas mil até duas mil e duzentas pessoas, a cujo fim deve v. sa. ter prevenido mantimentos, e os cômodos necessários. Com estas famílias ordena el-rei nosso senhor que se estabeleça uma nova povoação na costa setentrional das Amazonas pra se darem as mãos com o Macapá, e com a vila Vistosa. Entre os rios, que vêm por aquela parte buscar as Amazonas, lembra o Mutuacá, o qual, tendo campos capazes de gado e criação, parece o mais próprio. Mas sempre será necessário que v. sa. mande explorar por pessoas capazes, que possam bem conhecer a terra, se é capaz de criação e produzir fruto, pra que nossos moradores vivam em abundância, pra se tirarem a sempre da miséria em que nasceram e se criaram. Se, porém, não acharem essas qualidades nas margens daquele rio, os exploradores, que v. sa. mandou àquela diligência, poderão escolher outro qualquer dos que deságuam nas ditas Amazonas por aquela margem setentrional, que mais a propósito lhe parecer pra este utilíssimo estabelecimento, contemplando, porém, muito a pureza dos ares porque a caridade, e as positivas ordens de sua majestade recomendam a saúde dessa miserável gente. Devendo sair daqui dentro de 15 dias a maior parte desse transporte, fia sua majestade do cuidado e zelo de v. sa. que não perderá um instante em dar toda providência que parecer necessária, a fim de que, chegando, os novos hóspedes não experimentem necessidade. Pelos navios do transporte, receberá v. s.a uma competente soma de dinheiro pra pagamento e ficar girando nessa cidade. Nos ditos transportes irão as ferramentas e as armas necessárias pra se municiar os povoadores na forma, que até agora se tem praticado com os mais...

Assim famílias portuguesas de Mazagão, em Marrocos, numerando 1022 indivíduos de todas as idades e dos dois sexos, foram trazidas de Lisboa em janeiro de 1770, a Belém do Pará, nos navios *Sant'Ana*, *São Joaquim* e *São Francisco Xavier*. Capitão Inácio de Castro Morais Sarmiento, obedecendo às ordens do governador da capitania, demarcou o local da nova vila de Mazagão e traçou sua planta, à margem do rio Mutuacá, conforme sugeria o governo de Portugal. Posteriormente o projeto foi ligeiramente modificado pelo engenheiro italiano Domingos Sambuceti. E, afinal, em junho de 1771, o sargento-mor Bernardo Toscano de Vasconcelos, sucessor de capitão Morais Sarmiento, começou a instalação dos emigrantes da África nas casas de taipa que ia levantando.

Das 340 famílias retiradas por ordem do marquês de Pombal da costa marroquina somente 163 se fixaram na nova Mazagão. As restantes permaneceram em Belém ou procuraram agenciar a vida noutras localidades como Macapá ou a depois extinta Vila Vistosa de Madre de Deus do Anauerapucu. O poder municipal da recente povoação começou a funcionar como senado da câmara em setembro de 1771. Dele foi primeiro juiz ordinário o luso-marroquino João Fróis de Brito, celebrizado na história colonial paraense por sua feroz desavença com o sargento-mor Bernardo Toscano de Vasconcelos. Daí ânimos exaltados e lutas que apaziguou o substituto de Vasconcelos, sargento-mor Manuel da Gama Lobo de Almeida.



A construção da vila prosseguiu ininterruptamente até 1775. Em 1772 existiam 134 casas de moradia. Na última data seu número, provavelmente, já devia atingir a casa de 200. No arquivo público de Belém do Pará se encontra *Relação das famílias que se estabelecerão por ordem de sua majestade e rateio do que o mesmo senhor lhes manda pagar na cidade de Belém do Grão-Pará pelos administradores da companhia geral em escravos e fazendas pelos preços correntes por conta dos soldos, tenças, moradias, e alvarás que vencerão na praça de Mazagão*. Por esse precioso documento se conhecem os nomes dos chefes das famílias emigradas, suas mulheres, filhos e demais parentes, bem como os ordenados que venciam, se exerciam função pública, e as indenizações ou auxílios que receberam. Havia entre esses retirantes da África oficiais de infantaria e cavalaria, cirurgiões, empregados do estado, escrivãos, soldados, artífices, artilheiros, feridos e estropiados da guerra, viúvas e domésticas.

Sem dúvida, a transposição através do Atlântico, de toda a população duma vila portuguesa de Marrocos à terra brasileira a fim de povoar nova vila com o mesmo nome na região amazônica, se encontra símiles na história dos povos antigos, decerto é única nos anais do continente americano. No episódio mais uma vez se depara a vontade férrea de Pombal: Extinguiu, com um traço de pena, a gloriosa Mazagão africana e criou, no Pará, uma nova Mazagão.



A caça à baleia no Rio de Janeiro

Em seu poema *Caramuru*, Santa Rita Durão descreve a caça a baleia na costa da Bahia. De fato, as baleias austrais freqüentaram seguidamente a água territorial brasileira de junho a outubro, até começo do século 19, quando quase desapareceram, em conseqüência da perseguição. Um dos lugares preferidos pelas baleias era, o que muito pouca gente sabe, a baía do Rio de Janeiro, na qual se realizaram grandes caçadas a esses valiosos cetáceos e houve mesmo estabelecimentos pra exploração de seus produtos.

Em seu famoso livro *Histórico duma viagem à terra do Brasil* o francês João de Léry, companheiro de aventura de Villegaignon, se refere a uma enorme baleia que encalhou na praia de Cabo Frio e às que freqüentavam a água mansa da baía: ...horríveis e espantosas baleias, as quais nos mostrando diariamente as grandes barbatanas fora d'água e folgando neste vasto e profundo rio, se aproximavam tanto que as podíamos alcançar com tiro de arcabuz. O cronista francês do século 16, que ainda denominava nossa maravilhosa baía Rio de Geneure (Janeiro) ou Rio de Guanabara, não nos informa se os franceses caçaram ou mataram algumas vezes essas baleias: Todavia essa caça, segundo se sabe, deve ter começado no fim do século 17, muito depois da expulsão dos mesmos franceses.

O nome ponta da Armação, em Niterói, é o derradeiro vestígio da caça a baleia, que regularmente se efetuava, outrora, na baía de Guanabara. Se chama armação em português ao estaleiro destinado a receber as baleias arpoadas, a fim de serem devidamente esfoladas e tratadas, se extraindo azeite. Perto da capital da Bahia há, também, uma armação.

O referido local, em Niterói, era conhecido como armação de São Domingos e ali eram levadas as baleias arpoadas dentro da Guanabara ou na redondeza do mar. A praia do Arpoador, além de Copacabana, também relembra a caça às baleias tora da barra.

O primeiro estabelecimento pra extração do azeite de baleia no Rio de Janeiro foi montado atrás da antiga alfândega por Braz de Pina, primeiro contratador de baleia e proprietário de imenso latifúndio mais ao fundo da baía, nos atuais subúrbios da Leopoldina, onde se conserva uma estação ferroviária com seu nome. Foi esse Braz de Pina quem construiu o cais dos Mineiros, no fim da atual rua Visconde de Inhaúma. Ali embarcavam viajantes e mercadorias destinados a Suruí e Magé, por onde se atingia Minas através da serra da Estrela. A rua General Câmara, que desapareceu com a abertura da avenida Getúlio Vargas, chamada, noutros tempos, do Sabão e do Bom Jesus, teve, por começar no estabelecimento ou armação de Braz de Pina, o nome de rua do Azeite de Peixe. Esse azeite era consumido na iluminação pública e particular da cidade. A construção de novo edifício pra Alfândega obrigou o contratador de baleia a mudar sua fábrica ao outro lado da baía. Isto foi em meado do século 18.

Braz de Pina se conservou na posse do contrato das baleias e do azeite até 1765, quando foi adjudicado a Pedro Quintela. Se sabe que até 1791 a produção anual de azeite de baleia no Rio de Janeiro orçava, em média, 734 pipas. Em 1801 o governo resolveu não mais pôr em hasta pública o contrato da caça a baleia e produção do azeite. Avocou o negócio. Encampou, como hoje se diz. A conseqüência era inevitável: Desorganização, madraçaria e prejuízo. Assim, em 1816, a exploração dessa riqueza foi novamente entregue à iniciativa particular. Mas, infelizmente, já ia água abaixo.



A caça a baleia no Rio e na Bahia foram decaindo rapidamente de ano a ano, de tal modo que quando se proclamou a independência não se caçavam mais os grandes cetáceos na água da Guanabara. O governo imperial se apoderou dos galpões e edifícios da armação de São Domingos, deles fazendo depósito de emigrante. Em 1831 a regência do império mandou proceder a rigoroso inventário dos mesmos e seus pertences, o qual atingiu a soma, importantíssima prà época, de 122 contos-de-réis ou 122 mil cruzeiros. Se venderam, em 1834, os utensílios da fabricação de azeite. A Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, visconde deste nome, conselheiro de estado, senador em 1838 e ministro da fazenda em 1829 e 1831, bem como doutras pastas noutros gabinetes, foi, em 1835, aforada parte do terreno em que se erguiam as antigas instalações de Braz de Pina. Enfim, em 1866 se localizou na Ponta da Armação um laboratório pirotécnico. Nos dias da república, sob o governo de marechal Floriano Peixoto, o local se tornou célebre por sangrento combate entre as forças legais colhidas de surpresa na noite e os marinheiros desembarcados da esquadra revoltada pelos almirantes Custódio José de Melo e Saldanha da Gama.

A prova de que nosso mar era, em tempo antigo, muito freqüentado pelas baleias austrais é que ainda hoje se encontram, vez e outra, esses cetáceos em nossa costa, entre Cabo Frio e Abrolhos,⁴⁷ principalmente. Todos os que viajam, por mar, ao norte do país sabem disso.

O museu Histórico possui um painel oval a óleo do século 18, em que a caça a baleia na Guanabara está admiravelmente documentada. Obra, certamente, de Leandro Joaquim, ornava um dos pavilhões do antigo passeio público. Se vêem os navios baleeiros ancorados e com os mastaréis descidos, as baleeiras e remos percorrendo a água em perseguição aos monstros marinhos arpoados e feridos, esguichando sangue, outros mortos, rebocados à armação de São Domingos. Os pormenores desse quadro são fidelíssimos, apesar da ingenuidade da técnica e execução. Nenhum documento, porém, da caça a baleia, no Rio de Janeiro, o pode superar.

⁴⁷ É duvidosa a etimologia *Abre-olhos* como origem do nome do arquipélago de Abrolhos. Ainda mais que a grafia original é *abrôlhos*. Portanto a pronúncia correta é *abrôlhos* e não *abrólhos*. Segundo o dicionário KingHost: Abrolho sm - Planta rasteira e espinhosa da família das rutáceas. Ponta ou pua do fruto dessa planta. sm plural: Espinhos, estrepes. Escolho, recife. Figurativo: Dificuldade, amargura: *Uma vida cheia de abrolho*. Nota do digitalizador.



O misterioso ermitão de Minas Gerais

Na segunda metade do século 18 um ermitão misterioso apareceu na solidão da serra de Nossa Senhora da Piedade, no arredor de Sabará, em Minas Gerais. Pouco tempo depois se mudou à serra de Nossa Senhora Mãe dos Homens, mais adiante, também denominada serra do Caraça. Era um homem de mais de 40 anos, que se apoiava num grande bastão de jacarandá, vivia frugalmente de esmola e se denominava irmão Lourenço de Nossa Senhora.

Essa personagem, hoje quase lendária, possuía a soma de 8 mil cruzados, angariou auxílio e esmola na redondeza, adquiriu datas de terras e nelas erigiu, em 1774, uma capela, que aparelhou devidamente ao culto divino e à qual doou tudo quanto conseguira juntar. Anos após, ao príncipe-regente dom João, requereu a confirmação da cessão daquela sesmaria e a autorização prà vinda de missionários, que habitariam nos cômodos construídos ao pé da capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, por ele levantada. O príncipe-regente pediu informação às autoridades civis e religiosas de Minas Gerais em 1802 e 1804. Algumas opinaram a favor do que irmão Lourenço requerera e outras contra. As delongas burocráticas fizeram com que o caso não tivesse solução até 1819, quando, na idade de 94 anos, o misterioso ermitão faleceu.

Era, então, o príncipe-regente rei sob o nome de dom João VI e estava no Brasil. Irmão Lourenço lhe legou as terras e as construções que fizera, bem como gado e escravos que pertenciam a sua fundação religiosa. O rei mandou vir missionários da congregação de São Vicente de Paula e lhes transferiu aqueles bens. Se fundou, assim, naquelas montanhas mineiras, um estabelecimento de educação que se tornaria célebre na história de nosso país, o colégio do Caraça, cuja influência educadora se espargiu nos rincões mineiros, desde Congonhas do Campo até Farinha Podre, hoje chamada Uberaba. Esse colégio, onde se processavam admiráveis estudos clássicos, que fazia alarde de sua profunda latinidade, atravessou períodos triunfais e outros de esmorecimento ou decadência, tendo por ele passado muitas gerações de mineiros, do seio das quais se elevaram figuras da maior grandeza moral e intelectual.

Em 1854 estabeleceram um seminário no Caraça e este quase absorveu o velho colégio, que, todavia, foi restaurado em 1857 e continuou a educar e instruir a mocidade mineira. Seu majestoso edifício, ao gosto do século 18, com o templo da Mãe dos Homens dividindo as alas da grande fachada em partes iguais, domina o vasto cenário montanhês, que produz no visitante profunda emoção. Era àli que vinham outrora os romeiros de toda parte das Minas Gerais, cheios de fé, buscando consolo espiritual.

Mas quem seria esse misterioso ermitão que, em 1817, o naturalista Saint-Hilaire encontrara nos corredores do Caraça como *uma sombra vaga*, de voz apagada pela idade quase centenária, a quem alguns governadores da capitania tinham, noutros tempos, testemunhado a maior consideração? Sua frente se curvava ao peito mas seus olhos ainda revelavam o fogo que outrora os animou, disse o viajante francês, e acrescentou: Se suspeita que ele pertencesse a uma família condenada por crime de alta traição, quando o marquês de Pombal governava.

Procuremos resolver o enigma desse ermitão mineiro aqui esboçado por Saint-Hilaire. Leônidas Marcondes, diretor da instrução pública de Minas, que visitou o colégio do Caraça em 1877, numa notícia que, a propósito dessa visita, publicou no jornal *Atualidade*, em 22 de maio de 1880, afirmou: O que se aceitou como mais



verossímil, mais provável, é que essa personagem era algum membro da família dos Távora que, comprometido na conspiração por eles urdida, em Portugal, contra o marquês de Pombal, se asilara incógnito nesta solidão hospitaleira, temendo a cólera do richeliê português.⁴⁸ Como quer que seja, irmão Lourenço, que assim o chamava o povo, em pouco encheu o arredor com a fama de sua piedade, devoção e austeridade e, graças à fascinação de suas virtudes eremitárias, logo erigiu aqui um templo sob a invocação de Nossa Senhora Mãe dos Homens. De longínquos pontos acudiu devoto, choveu donativo, se instituiu romaria.

O historiador Xavier da Veiga revelou, de acordo com o que corria entre o povo, o segredo pessoal do ermitão: É tradição que o ermitão Lourenço de Nossa Senhora nada mais era que dom Carlos de Mendonça Távora, membro dessa desgraçadíssima família, tão atrozmente perseguida e vitimada por marquês de Pombal, e que conseguira escapar ao processo bárbaro e à vigilância ou indagações policiais.

De fato, o processo, prisão e execução dos diversos membros da família Távora se realizaram em Lisboa após o atentado de 3 de setembro de 1758 contra o rei dom José I, e o ermitão surgiu no arredor de Sabará, primeiro lugar em que sua presença foi assinalada, alguns anos após essa data, e adquiriu a sesmária do Caraça em 24 de março de 1774. Cronologicamente, pois, nada se opõe ao que diz sobre ele a tradição colhida pelos historiadores citados.

Na noite de 3 de setembro de 1758 dom José I saiu do paço da Ajuda, na companhia de seu confidente, sargento-mor Pedro Teixeira, ao que se diz, pruma aventura amorosa. De volta, às 11 horas, ao chegarem de sege à porta da quinta de Baixo, na travessa do Guarda-mor da Saúde, por onde deviam entrar, os dois noctívagos acharam a fechadura entupida mas a conseguiram limpar, abrir a porta e continuar o caminho na carruagem. Na altura do arco da chamada quinta do Meio, três embuçados a cavalo dispararam tiros sobre a sege. O cocheiro fustigou a parelha e correu a toda brida. Adiante, outros cavaleiros descarregaram os trabucos com grossa munição sobre a viatura. O rei ficou gravemente ferido. Sargento-mor Pedro Teixeira e o boleiro Custódio da Costa também foram atingidos pelos tiros mas levaram o soberano à casa do cirurgião-mor Antônio Soares Brandão, na Junqueira, onde fizeram, em segredo, o curativo. A metralha da trabucada dilacerara a carne real na omoplata direita, no ombro, no braço, no cotovelo e no peito do mesmo lado.

Eram do domínio público o amor de dom José e da marquesa nova⁴⁹ dos Távora, dona Teresa, e correu a atoarda⁵⁰ de que o rei regressava de seus braços quando a nobre família, ofendida, lhe pôs as duas emboscadas noturnas. A corte guardou silêncio sobre o caso mas o estado do monarca era tão grave que a rainha teve de assumir a regência

⁴⁸ Referência **Armand Jean Du Plessis, Cardeal de Richelieu**, duque e político francês (Paris, 9 de setembro de 1585 - Paris, 4 de dezembro de 1642) e primeiro-ministro de Luís XIII de 1628 a 1642. Foi arquitecto do absolutismo francês e da liderança francesa na Europa. Seu nome virou sinônimo do governante astuto e maquiavélico. Nota do digitalizador.

⁴⁹ Teresa de Távora e Lorena, filha caçula do segundo conde de Alvor [daí ser chamada marquesa nova], nasceu em 09.08.1723 e teria morrido no convento do Rato, aonde foi forçada a se recolher, na maior pobreza, após a tragédia que desabara sobre sua família. Fora requisitada pelo rei, o que seria uma das causas da conspiração pra o matar. Nota do digitalizador. Extraído de <http://genealogia.netopia.pt/3935/familias.php?id=4007>

⁵⁰ Atoarda - sf Rumor, boato, notícia vaga. Nota do digitalizador.



do reino.

Em 13 de dezembro de 1758 veio a público a devassa que marquês de Pombal, Ministro todo-poderoso, mandara proceder contra certo número dos maiores fidalgos do país como implicados naquele horroroso e sacrílego insulto à pessoa sagrada do rei. Imediatamente as tropas cercaram os solares dos Távora e dos Atouguia, bem como todas as casas conventuais dos jesuítas. O velho marquês de Távora, Francisco de Assis, general de cavalaria e antigo vice-rei da Índia, foi recolhido ao pátio dos Bichos, em Belém. O marquês novo, Luís Bernardo, seu irmão José Maria, seus cunhados Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia, e João de Almeida Portugal, marquês de Alorna, foram metidos no forte da Junqueira. As prisões foram feitas, ao mesmo tempo, noutros lugares. No solar de Azeitão foram aprisionados duque de Aveiro, dom José de Mascarenhas, e seu sobrinho Martinho, marquês de Gouveia. Em Chaves, um irmão do marquês de Távora, dom João. E mais os condes de Óbidos, de Vila Nova e da Ribeira Grande, o desembargador Antônio da Cunha Freire, os serviçais de toda essa gente e alguns padres da companhia de Jesus.

Não escaparam as mulheres, que foram recolhidas a vários conventos: Marquesa Leonor de Távora, duquesa de Aveiro, condessa de Atouguia, marquesa de Alorna e a própria dona Teresa de Távora, que se dizia ser amante do rei.

A instrução do processo foi feita pelos próprios secretários de estado: Marquês de Pombal, dom Luís da Cunha e Tomás da Costa, com os interrogatórios presididos por um juiz da Inconfidência expressamente nomeado, doutor Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira. O processo se fez secretamente e só a sentença devia ser pública. À junta da inconfidência, ou tribunal julgador, nomeada em 4 de janeiro de 1754, cabia somente provar o ato criminoso sem averiguar as causas, pronunciando, em consequência, o veredicto. O sigilo sobre as causas era exigido pelo decoro régio.

Duque de Aveiro figurou no processo como o chefe da conjura e o organizador do atentado, comprando cavalos, arranjando os sicários, preparando a emboscada e nela tomando parte de bacamarte em punho, com temerária, sacrílega, implacável ira. Correu que dona Teresa de Távora fora quem o delatara ao soberano. E ele acabou confessando tudo.⁵¹

Os réus foram defendidos pelo desembargador Tavares Siqueira mas a junta os condenou por sentença de 19 de janeiro: O duque de Aveiro e o velho marquês de Távora a serem rompidos vivos a golpe de maça, expostos numa roda e queimados com todo o cadafalso. Luís Bernardo de Távora, José Maria de Távora, Jerônimo de Ataíde, Braz José Romeiro, João Miguel e Manuel Álvares, esses três últimos seus asseclas, ao rompimento, estrangulamento e queima, sendo a cinza lançada ao mar. Os sicários Antônio Álvares Ferreira e José Policarpo de Azevedo a enforcamento e fogueira. A marquesa Leonor à decapitação em praça pública. Todos os réus perderam os bens, confiscados pela fazenda real.

Mas um deles, que logrou fugir aos primeiros rebates da perseguição, José Policarpo de Azevedo, nunca pôde ser encontrado pela justiça, apesar de todos o esforço e diligência. Os juizes o declararam banido e ofereceram o prêmio a quem o prendesse, de 10 mil cruzados no reino, e de 20 mil fora.

As bárbaras execuções da feroz vingança se realizaram em Belém, no local denominado, hoje, Chão Salgado, durante 9 horas de horrendos espetáculos, no dia 13

⁵¹ Com certeza, sendo torturado, confessa até o que não fez. Nota do digitalizador.

Brasil

de janeiro de 1759. A duquesa de Aveiro e a condessa de Atouguia foram encerradas nos conventos do Rato e de Marvila. No primeiro desses mosteiros faleceu, anos mais tarde, esquecida de seu real amante, a leviana dona Teresa de Távora e Lorena, irmã de marquês de Távora e esposa de seu sobrinho dom Luís. Outros acusados permaneceram nas masmorras longo tempo, sem culpa formada. Deram busca nas casas dos jesuítas e seqüestraram seus bens, que, com surpresa geral, em face ao alarde de sua riqueza, não passavam de utensílios de culto e livros. Dos padres que foram encarcerados somente um sofreu morte ignominiosa no cadafalso, após 9 meses nos cárceres do santo ofício, em 20 de setembro de 1761, sendo garroteado e queimado no Rossio e sua cinza espalhada ao vento. Foi ele o infeliz Gabriel Malagrida, que antes estivera no estado do Maranhão.

O ermitão que fundou o Caraça, em Minas Gerais, era, segundo a tradição oral, um remanescente dessa imensa tragédia que aniquilou a mais alta nobreza de Portugal e deu ensejo a Sebastião José de Carvalho, conde de Oeiras e marquês de Pombal, a exercer o domínio absoluto e a substituir o ensino religioso dos jesuítas pelo ensino oficial, primeiro passo ao ensino leigo, que viria a seu tempo. Seria esse ermitão, como escreveu Xavier da Veiga, dom Carlos de Mendonça Távora, parente dos derradeiros marqueses de Távora, cujo nome não se encontra no processo, ou seria aquele José Policarpo de Azevedo, procurado como agulha em palheiro nas terras de Portugal pela justiça do rei, cuja cabeça valia de 10 a 20 mil cruzados?

Segundo estudo mais recente e documentado, essas teses lendárias desabam ao sopro da história. O ermitão não seria um nem outro mas pessoa de família obscura do norte de Portugal. A História mata a lenda mas não consegue apagar seu perfume, que, às vezes, mais do que ela, resiste à crueldade assassina e implacável do tempo.



A casa de Marília de Dirceu

A casa tida como sendo a de Marília de Dirceu, noiva do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, sempre foi uma antiga vivenda a cavaleiro do chamado largo do Dirceu, no bairro de Antônio Dias, na velha cidade de Ouro Preto. Se elevava ao fim de pequena rampa empedrada, após um chafariz de carrancas restaurado pela inspetoria de monumentos nacionais, quando existia.

Pouco a pouco essa mansão histórica, abandonada ao estrago das intempéries, foi se arruinando, sem que alguém a defendesse, até se consumir a completa destruição.

O próprio Tomás Antônio Gonzaga indicava a posição da casa de sua noiva a quem entrasse na cidade e a percorresse, vindo do alto das Cabeças:

Entra nessa grande terra
Passa a primeira ponte
Passa a segunda, a terceira
Tem uma palácio defronte

Dona Maria Dorotéia Joaquina de Seixas habitava, na verdade, a espaçosa mansão do bairro de Antônio Dias, de cuja terceira janela avistava o noivo, conforme descreve Diogo de Vasconcelos, que se postava na última sacada da ouvidoria, onde morava. A propósito desse namoro a distância, Mário de Lima escreveu: Surpreenderemos Gonzaga na varanda de seu casarão, bordando versos e entretecendo bordados prà veste nupcial de Marília bela ou escutaremos as conversas da ponte, cheias de maledicência...

Todos os que escreveram sobre a venerável cidade mineira sempre se referiram àquele edifício singelo e vasto, de biqueira, que se erguia acima da pequena esplanada dominadora da famosa ponte romana como sendo a verdadeira residência da noiva de Gonzaga. A tradição local a apontava como tal. E, depois que ela foi posta criminosamente abaixo, um notável homem de letra mineiro enviou sua chave dentro dum estojo à academia brasileira. Tudo isso corroborado pela opinião de Joaquim Norberto e Lúcio dos Santos.

A casa de Marília foi derrubada quando prefeito municipal de Ouro Preto doutor Baeta Neves, de 1927 a 1928, se construindo em seu lugar um prédio no pavoroso estilo denominado falsamente colonial, pra servir de grupo escolar. Dizia doutor Baeta Neves, pra justificar a demolição condenada por muita gente, que aquela, absolutamente, nunca fora a casa de Marília, mas sim a residência do barão de Ouro Branco, João José de Magalhães, coronel da guarda nacional, falecido em 2 de junho de 1888. E o engenheiro Jérson Dias, encarregado da demolição, afirmava ter encontrado, nas ripas e madeiramento, pregos de fabricação mecânica, que não existiam na época colonial, quando somente se usavam os feitos na forja. As provas, porém, dessas asserções nunca foram apresentadas.

A triste verdade é que o antigo prédio ouro-pretano, considerado tradicionalmente residência de dona Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, foi posto abaixo antes que a antiga capital das Minas fosse considerada monumento nacional. Infelizmente.

Nele viveu até 9 de fevereiro de 1853, data de seu falecimento, na avançada idade de 86 anos, dona Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, que as *lyras* de seu noivo, o desembargador inconfidente Tomás Antônio Gonzaga chamavam Marília de Dirceu.



Nunca se casou. Seu corpo foi sepultado na matriz do bairro de Antônio Dias, que fica diante do local onde outrora se elevava a residência senhorial de seus pais, Baltasar João Mayrink e dona Maria Dorotéia Joaquina de Seixas.

Tendo Marília de Dirceu morrido em 1853, é possível que sua casa de moradia haja passado à propriedade do barão de Ouro Branco, que faleceu em 1888. Entre essas duas datas decorrem 35 anos, tempo suficiente pra novas gerações acreditarem numa tradição mais recente. Decerto foi isso o que ocorreu em Ouro Preto em relação à casa de Marília. Também o fato de serem encontrados pregos modernos no telhado dessa mansão não implica a certeza de não ter sido ela da noiva de Gonzaga. Proprietários ou locatários que lhe sucederam na posse do imóvel poderiam ter mandado substituir o antigo telhado, talvez danificado pela ação do tempo, e daí novas terças, novos caibros e novas ripas exigindo pregos de uso corrente.

A verdade é que nenhuma desculpa diminui a gravidade do crime cometido com a destruição da casa de Marília de Dirceu, em Ouro Preto.



O meteorito de Bendegó

Joaquim da Mota Botelho, que, em 1815, foi mesário da irmandade do Senhor dos Passos de Monte Santo, antigo pico Araçu,⁵² no sertão da Bahia, em 1784 comunicou a dom Rodrigo José de Menezes, governador daquela capitania, ter encontrado sobre um serrote, ao pé do riacho Bendegó,⁵³ uma *pedra extraordinária*, que lhe parecia conter ouro e prata. No ano seguinte, 1785, o referido governador ordenou ao capitão-mor do Itapicuru,⁵⁴ Bernardo Carvalho da Cunha, providenciasse o transporte daquela pedra ao porto de mar mais próximo, a fim de que dali viesse via mar à cidade de Salvador, o que seria mais fácil que via terra.

Bernardo Carvalho da Cunha mandou construir uma estrada calçada de pedra do riacho Bendegó ao rio Vasa-barris ou Irapiranga,⁵⁵ onde o mesmo deságua, e um grande carretão de madeira rija, que devia ser puxado por doze juntas-de-boi, pra que o pesadíssimo bloco pudesse ser levado, por água e terra, até Aracaju, porto mais próximo da capital baiana. Se montou, com grande esforço, a pedra sobre o carretão mas, na descida do serrote, não houve como o travar e se lançou a toda velocidade ladeira abaixo. Os eixos de madeira das rodas pegaram fogo com o atrito e a pedra tombou à margem do riacho Bendegó.

Dom Rodrigo José de Menezes comunicou a malograda tentativa de transporte ao ministro de estado, Martinho de Melo Castro, em Lisboa, lhe enviando, ao mesmo tempo, algumas amostras da referida pedra, a fim de serem examinadas por pessoas entendidas.

Nunca mais se tratou do assunto até que, em 1810, A. F. Mornay, enviado pelo governador da Bahia pra estudar as fontes minerais do sertão da província, ouviu referência à *pedra extraordinária*, que continha ouro e prata. Suspeitou logo se tratar dum meteorito e decidiu a examinar, seguindo à região de Monte Santo, guiado por aquele mesmo Joaquim da Mota Botelho, que a encontrara. Encontrou o pesadíssimo bloco ainda sobre os restos de madeiro do carretão queimado e desconjuntado, verificando estar em presença dum meteorito, *composto de ferro metálico*.

Tirou dele, com grande dificuldade, um fragmento do peso de alguns quilos, que enviou, com um relatório, a doutor Wollaston, secretário da Real Sociedade de Londres, o qual foi lido na sessão da mesma, em 16 de maio de 1816 e publicado imediatamente no *Philosophical transactions*. Segundo as medidas tomadas por Mornay, o meteorito se apresentava, então, com as seguintes dimensões: 7 pés de comprimento [2,3m], 4 de maior largura [1,3m] e 2 [60cm] de maior espessura, com o peso de 14000 libras [6,5t] e massa de 28 pés cúbicos [9m³]. Doutor Wollaston analisou a amostra e lhe deu a seguinte composição: 95,1% de ferro, 3,9% de níquel e 1% de diversos outros metais.

Felisberto Caldeira Brant, mais tarde marquês de Barbacena, então brigadeiro do real exército, o examinou, *in loco*, em 1811, e fez nova tentativa pra o arrancar da margem do riacho e o transportar, nada conseguindo. Em 1820, os grandes naturalistas Spix e Martius se dirigiram àquele local e encontraram a pedra profundamente enterrada no solo. Calcularam o peso em 21 mil libras [9,6t] e arrancaram dela, com a maior

⁵² Araçu (tupi): Terra grande. Nota do digitalizador.

⁵³ Bendegó (tupi): Caído do céu. Nota do digitalizador.

⁵⁴ Itapicuru (tupi): Pedra de cascalho. Nota do digitalizador.

⁵⁵ Irapiranga: Pássaro vermelho. *Irá* (em tupi), *güirá* (em guarani): *Pássaro*. Nota do digitalizador.



dificuldade, duas amostras, visto como as partes salientes, as excrescências, mais fáceis de tirar, tinham sido levadas nas amostras anteriores e mesmo pelo povo que as tomava como lembrança. Os fragmentos remetidos à Europa por Spix e Martius foram analisados por Fickentscher, que apresentou o resultado: 91,90 % de ferro, 5,7 % de níquel, 0,46 % da parte insolúvel em ácido e 1,93 % de água expelida pelo calor. A parte insolúvel produziu 0,16 de óxido de ferro, 0,14 de óxido de níquel, 0,06 de sílica e 0,10 de carbono.

Além das amostras do meteorito de Bendegó existentes em coleções particulares, muitas se encontram nos museus da Europa: Munique, Londres, Viena, Cotinga, Petrogrado, Berlim, Eslanger e Copenhague. Pra se avaliar de sua importância, tamanho e peso, basta o comparar aos mais conhecidos do mundo. Segundo Spix e Martius tem 21 mil libras [9,6t], enquanto de Gibbs, em Estados Unidos, tem 1 635 [750,5kg]; o de Inem, que se achou no México, 1400 [642,5kg]; o da Sibéria 1600 [734,5kg]. Maior do que ele, porém, é o de Gualamba, descoberto do chaco argentino por dom Rubim de Calis, que tem 32 mil [14,7t].

O meteorito do Bendegó jazeu esquecido no sertão baiano até 1883, quando o diretor da seção de geologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, o saudoso Orville Derby, pediu ao grande tupinólogo, engenheiro Teodoro Sampaio, membro da comissão de melhoramento do rio São Francisco, que o fosse examinar. Teodoro Sampaio esteve no riacho Bendegó, a cerca de 30 quilômetros da povoação de Queimados, por onde, então, já passava a estrada-de-ferro e verificou que a *pedra extraordinária* se encontrava no mesmo lugar onde tombara do carretão em 1785.

Em 1886, o conselheiro Ladislau Neto, diretor do museu Nacional, incitado por professor Orville Derby, pediu novas informações sobre o meteorito ao engenheiro Luís da Rocha Dias, diretor da estrada-de-ferro Bahia–São Francisco, o qual enviou o chefe do prolongamento da mesma via-férrea, doutor Vicente José de Carvalho Filho, pra estudar os meios de remoção do bloco ao Rio de Janeiro. Veio de lá nova amostra e um relatório. Porém nada se fez até 1887, quando Ladislau Neto tratou do assunto em sessão da sociedade de geografia e ofereceu o fragmento do Bendegó a dom Pedro II. A referida sociedade resolveu, unanimemente, tratar do transporte da pedra pra oferecer ao museu Nacional, por proposta de seu presidente, o marquês de Paranaguá.⁵⁶ Barão de Guaí, então deputado pela Bahia, ofereceu de seu bolso, pros trabalhos a serem feitos, o dinheiro preciso. E o ministro da agricultura, Rodrigo Silva, se prontificou a tomar a providência necessária.

Em 20 de agosto de 1887 partiu à Bahia, a bordo do paquete *Espírito Santo*, a comissão encarregada do transporte do Bendegó. O trabalho de remoção começou em 7 de setembro seguinte e em 28 de maio de 1888 foi a *pedra extraordinária* depositada no arsenal da marinha da capital baiana, donde veio ao do Rio de Janeiro pelo vapor *Arlindo*, aqui chegando em 15 de agosto de 1888. Se gastou, portanto, um ano nessa transladação.

O auto do recebimento do meteorito do Bendegó no museu Nacional do Rio de Janeiro, então instalado no edifício do campo de Santana, agora praça da República, onde hoje funciona o arquivo Nacional, dá pormenores preciosos sobre o assunto. Aos 27 dias do mês de novembro de 1888, no reinado de sua majestade o imperador dom Pedro II, nesta cidade do Rio de Janeiro, foi recolhido ao museu

⁵⁶ Paranaguá (tupi): Enseada do rio grande. Nota do digitalizador.

Brasil

Nacional, pela sociedade de geografia do Rio de Janeiro, composta do cidadão José Carlos de Carvalho e dos engenheiros Umberto, Saraiva Antunes e Vicente José de Carvalho Filho. Concorreram prà despesa de transporte barão de Guaí até a estação mais próxima da estrada-de-ferro da Bahia a São Francisco, o governo imperial, com auxílio indireto, Jacomo Nicolau de Vicenzi oferecendo o vapor nacional *Arlindo*, que trouxe o meteorito, e a companhia do São Francisco que, gratuitamente, prestou tanto auxílio à comissão. Nesta corte, prestaram igualmente relevante serviço o arsenal de Marinha e a companhia de carris urbanos, que conduziu o meteorito até o museu. Esta preciosa dádiva foi feita pela sociedade de geografia, da qual era presidente o marquês de Paranaguá. Deste termo foram tiradas duas cópias, uma pra ser remetida ao governo imperial e outra à sociedade de geografia do Rio de Janeiro. Doutor João Batista de Lacerda, diretor interino do museu; Orville A. Derby, diretor da 3ª seção; Francisco José de Freitas, subdiretor da 3ª seção. Confere: O secretário Francisco José de Freitas.

Nosso folclore, a par da história, conserva, admiravelmente, o achado da famosa holossiderita⁵⁷ e, mais ainda, a data de sua queda do espaço sobre o serrote sertanejo, que foi no ano de 1640. O povo lhe dera o nome, provavelmente africano, de pedra Quilá. O documento folclórico foi copiado, por doutor Eduardo Augusto de Caldas Brito, dum livro pertencente ao escrivão da delegacia de polícia da vila baiana de Inhambupe,⁵⁸ Manuel Estanislau de Souza, em 1886. Esse senhor era neto dum índio chamado Manuel Joaquim de Sá, que oferecera o escrito ao português Antônio de Souza Freire, residente na ribeira do Pau Grande. Se trata duma poesia em quatro décimas, feita em Monte Santo no fim do século 18, quando a pedra foi encontrada e localizada, se tendo tentado a transportar:

*Na infância de minha avó
uma medonha faísca
fez no espaço uma risca
e caiu no Bendegó.
O estampido e o pó*

*retumbou, quis sufocar
e, indo a esse lugar
grande concurso de gente
se achava ainda quente
aquela pedra Quilá.*

*Com a maior segurança
Deus a pôs nesse lugar
ninguém a pode abalar
nem lhe dar certa mudança
E, porque tem circunstância
com esta certeza vá,*

⁵⁷ Holossiderita (geologia): Ferro meteórico, meteorito formado por ferro metálico e matéria pétreia. Nota do digitalizador. Extraído de Dicionario técnico inglés-español.

⁵⁸ Em tupi inhambupe (ynhambú-pé) significa rio das perdizes. Nota do digitalizador.



Brasil

*que nesta terra não há
só se for a virgem pura
tem ciência e está segura
aquela pedra Quilá.*

*O defunto capitão-mor
Bernardo Carvalho Cunha
nesse tempo se dispunha
a trazer do Bendegó
a achou firme qual nó*

*Como ainda hoje está:
carro-de-boi levou de cá
com toda sua companhia
não trouxe, como devia
aquela pedra Quilá.*

*Depois que ele morreu
ainda veio um viandante
ver se era diamante
Porém não a conheceu
O malho nela bateu*

*— Esta pedra não é má
porém jeito nenhum dá.
No mesmo dia, voltou,
mais intacta ela ficou
aquela pedra Quilá.*

Eis o exemplo de como o folclore pode servir de documento histórico, permitindo fixar uma data cronológica. A versalhada do índio Manuel Joaquim de Sá se refere à queda do Bendegó na infância de sua avó, se tendo, por isso, calculado que seria em 1640.

A holossiderita do sertão da Bahia pode ser admirada à entrada de nosso museu Nacional, na Quinta da Boa Vista.



A dinastia de Bragança

Na dinastia de Bragança, cujo reinado começou em 1640 com a feliz aclamação de dom João IV, parece que a má-sorte persegue os primogênitos reais. Uns não chegaram a subir ao trono, outros o ocuparam pouco tempo ou nele sucumbem tragicamente. É isso o que o historiador observou no decurso do tempo, tanto na casa real portuguesa como na casa imperial brasileira.⁵⁹

O filho mais velho de dom João IV, dom Teodósio, primeiro príncipe do Brasil, não chegou a reinar. Coube o trono a seu infeliz irmão dom Afonso VI, que outro irmão mais moço, dom Pedro II depôs, lhe tomando também a mulher. A primogênita desse casamento de dom Pedro II de Portugal com sua cunhada Isabel de Nemours, também chamada Isabel, morreu nova. O primogênito da segunda núpcia, dom João, viveu apenas um mês. A sucessão, portanto, coube ao filho segundo, que foi dom João V, o Magnânimo e o Magnífico.

A filha mais velha desse rei, a infanta dona Maria Bárbara, não reinou. Trocada por uma princesa castelhana, dona Mariana Vitória de Bourbon, que casou com seu irmão mais moço, dom José, então príncipe do Brasil, contraiu matrimônio com dom Fernando, príncipe de Astúrias. Por isso, quando dom João V morreu, coube a coroa ao citado dom José, primeiro do nome, que governou sob as auras do poderoso marquês de Pombal.

Morto dom José I, por falta de herdeiro masculino, *le cetro tomber en quenouille*,⁶⁰ como se dizia em França, onde a famosa lei sálica, que datava dos franco-sális opostos aos franco-ripuários, proibia às mulheres subirem ao trono. Em Portugal isso era permitido. O cetro podia se tornar fuso de fiar. Assim dona Maria I, filha de dom José I, casada com seu tio, que tomou o nome de dom Pedro III, governou o país até enlouquecer em Salvaterra e veio morrer no Brasil. O filho primogênito desse casal, dom José, que usara o título de príncipe do Brasil, morreu de bexigas aos 27 anos de idade. O filho segundo, dom João, faleceu ao nascer. Quem cingiu a coroa por morte da velha rainha foi o filho terceiro. Dom João, príncipe da Beira, algum tempo príncipe-regente e afinal rei de Portugal, Brasil e Algarves, e imperador titular do Brasil, dom João VI, o criador da nação brasileira.

Dos filhos de dom João VI com a infanta da Espanha dona Carlota Joaquina somente veio a reinar o 4º, que foi dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal. A primogênita, dona Maria Teresa, princesa da Beira, não reinou. Tendo casado no Rio de Janeiro, em 1810, com o infante de Espanha dom Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, enviuvou e contraiu novas núpcias com outro infante espanhol dom Carlos Maria Isidoro, viúvo de sua irmã mais moça dona Maria Francisca. O filho segundo de dom João e dona Carlota Joaquina, dom Antônio, príncipe da Beira, nasceu no palácio de Queluz em 21 de

⁵⁹ Tal má-sorte também assombrou a família Kennedy. Consta que o diamante Kohinoor, levado da Índia pelos ingleses e passando a integrar as jóias da coroa, provocou cem anos de maldição sobre a família real inglesa. Se diz que Napoleão começou a cair ao se apossar da pedra de Roseta, e sabe-lá que outros contatos, no Egito. Se sabe do perigo de certos objetos antigos, carregados de forma-pensamento negativas. Seria a posse de certas jóias, certos objetos, a causa dessa maldição? Mais adiante veremos sobre a nefasta visita às tumbas egípcias na viagem de dom Pedro II. Nota do digitalizador.

⁶⁰ *Le cetro tomber en quenouille* (O cetro convertido em roca). Sendo fiar um trabalho feminino, converter o cetro em roca é um trocadilho referente a uma mulher subir ao trono. Nota do digitalizador.



março de 1795, faleceu de varíola em 11 de junho de 1801, com seis anos de idade. A filha que se lhe seguiu, dona Maria Isabel, casou com Fernando VII e foi rainha da Espanha. Em 5º lugar, dona Maria Francisca, já citada, primeira mulher do infante dom Carlos Maria Isidoro, pretendente à sucessão da coroa espanhola, lutou de armas na mão, à frente dos chamados carlistas, contra dona Isabel II, alegando a vigência da lei sálica em sua pátria, cuja dinastia bourbônica viera de França. Finalmente, o caçula de dom João e dona Carlota Joaquina, dom Miguel I, ocupou temporariamente o trono português, sendo dele expulso por seu irmão dom Pedro IV, depois que deixou de ser imperador do Brasil.

Se casou em primeira núpcia com a arquiduquesa d'Áustria, dona Maria Leopoldina. A filha primogênita desse enlace, dona Maria II, subiu ao trono de Portugal mas no do Brasil lhe sucedeu o filho, dom Pedro II. A descendência do primeiro matrimônio do imperador dom Pedro I confirma a observação do início deste artigo sobre a dinastia de Bragança:

- 1 — Dona Maria da Glória, rainha de Portugal sob o nome de dona Maria II.
- 2 — Dom Miguel, falecido em 1820, pouco depois de nascer.
- 3 — Dom João Carlos, nascido em 1821 e falecido em 1822.
- 4 — Dona Januária, nascida em 1822 e falecida em 1901 com 79 anos, casada com o conde de Áquila e príncipe das Duas Sicílias Luís Carlos Maria José de Bourbon.
- 5 — Dona Maria Paula Mariana, falecida aos dez anos de idade.
- 6 — Dona Francisca, nascida em 1824 e falecida em 1898, com 74 anos, casada com o príncipe de Joinville.
- 7 — Dom Pedro de Alcântara, imperador do Brasil sob o nome de dom Pedro II.

A sucessão de dom João VI englobou o reino de Portugal e o império do Brasil. Por isso a dinastia de Bragança se dividiu em dois ramos dum e doutro lado do Atlântico. Em ambos a sorte continuou a perseguir os primogênitos reais. O filho mais velho de dona Maria II, rainha de Portugal, dom Pedro V, nascido em 1837, subiu ao trono mas faleceu, prematuramente, em 1861, sem herdeiro, o deixando ao irmão mais moço dom Luís I, cujo primogênito, dom Carlos I, reinou pra acabar tragicamente assassinado no Terreiro do Paço, em Lisboa, na companhia de seu primogênito, o infante dom Luís Filipe. A triste e efêmera sucessão foi recolhida pelo segundo filho, dom Manuel, 33º e último rei de Portugal.

No Brasil o primogênito de dom Pedro II, dom Afonso, príncipe imperial, nascido no Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1845, morreu em 11 de junho de 1847. O cetro passou a fuso de fiar, no dizer dos franceses. O terceiro reinado se destinava à princesa mais velha, dona Isabel, casada com o conde d'Eu, se não sobreviesse, em 15 de novembro de 1889, a proclamação da república.

O filho mais velho de dona Isabel e do conde d'Eu, o príncipe dom Pedro de Alcântara, no caso duma restauração monárquica no Brasil, não poderia reinar. A fim de se casar com a condessa Dobrzensky de Dobrzenicz, nobre tcheca sem sangue real, cedeu por si e seus herdeiros ao ramo segundo da família imperial, representado pelo saudoso príncipe dom Luís e por seu filho, o príncipe dom Pedro Henrique, todos os direitos à coroa imperial.

A filha primogênita da segunda núpcia de dom Pedro I com a princesa bávara dona Amélia de Leuchtenberg, dona Maria Amélia de Beauharnais e Bragança, nascida em 1831, faleceu solteira na ilha da Madeira em 1853. A regra geral da má-sorte da primogenitura e filiação masculinas pode ser observada mesmo entre os rebentos

Brasil

ilegítimos. O primeiro filho bastardo de dom Pedro I com uma tal Noemi morreu pouco depois de nascer. Dom Pedro de Alcântara Brasileiro, havido com a marquesa de Santos, viveu somente vinte dias.

Somente depois da ascensão da dinastia bragantina se viram mulheres no trono português: Dona Maria I e dona Maria II. A sucessão das dinastias de Borgonha e de Aviz sempre se fizera por linha varonil. No Brasil a princesa imperial dona Isabel, herdeira de dom Pedro II, três vezes foi regente do império na ausência de seu augusto pai: De 25 de março de 1871 a 31 de março de 1872, quase um ano. De 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877, ano e meio. E de 30 de junho de 1887 a 22 de agosto de 1888, menos de catorze meses. Pouca gente sabe que, durante a menoridade de dom Pedro II, foi sua irmã mais velha, a princesa dona Januária, reconhecida na qualidade de herdeira presuntiva da coroa, tendo prestado juramento perante a assembléia legislativa no ano da graça de 1836. Se acontecesse qualquer coisa nesses difíceis anos da regência ao pequenino dom Pedro, em vez dum imperador o Brasil teria uma imperatriz.



Um brasileiro libertador

No começo do século 19 a cidade de Goiana, em Pernambuco, foi, por sua importância, riqueza e cultura, foco permanente de movimentos revolucionários, visando a independência do Brasil ou, ao menos, a das regiões do norte. Ali, no convento do Carmo, professara sob o humilde nome de frei Pedro José de Santa Rosa, o advogado José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima. Depois de enviuar estudara teologia em Coimbra e recebera as ordens sacerdotais das mãos do cardeal Chiaramonte, que, depois, papa com o nome de Pio VI, assinou o breve de sua secularização. Foi esse o famoso padre Roma, um dos chefes da revolução de Pernambuco de 1817, que, enviado à Bahia prà levantar, ali foi preso, submetido a um tribunal militar e passado nas armas. Assim, a energia do conde dos Arcos, que governava aquela província, impediu a propagação do movimento subversivo, que explodira em Recife em 3 de março de 1817 e em 28 do mesmo mês padre Roma foi executado. Tinha 49 anos de idade.

Padre Roma deixava um filho, também chamado José Inácio, nascido em Pernambuco em 6 de abril de 1769, que cursara de 1812 a 1816 a real academia militar do Rio de Janeiro e era capitão de artilharia aos 21 anos e estava na Bahia, preso por insubordinação no forte de São Pedro, quando o pai foi denunciado, aprisionado e julgado. Na manhã de 28 de março de 1817, ao o levarem ao local do suplício, no Campo de Santana, foram buscar o filho, a quem obrigaram a assistir o fuzilamento. Barbaridade inominável que decidiu o destino do jovem oficial.

Capitão José Inácio de Abreu e Lima, mal se apanhou em liberdade, fugiu do Brasil. Se compreende perfeitamente que não poderia continuar a viver numa terra onde o despotismo de certas autoridades cometia atos monstruosos como o do qual fora vítima. Embarcou clandestinamente e, em fevereiro de 1818, estava em Estados Unidos. Dali passou à ilha de São Tomás, nas Antilhas, no mês de abril. Buscava a Grã-Colômbia, onde se processava intensa luta pela emancipação da América do Sul. Em 20 de novembro daquele ano, quando Simão Bolívar, o libertador, faz sua famosa declaração contra Fernando VII da Espanha, em Angostura, o oficial brasileiro estava presente e serviu em suas tropas. Conforme ele próprio confessaria, Não tinha pátria e fiz da Colômbia a minha.

Secretário de Bolívar, oficial do estado-maior, incorporado aos famosos *llaneros*⁶¹ do não menos famoso general José Antonio Páez, tenente-coronel hoje e general amanhã, José Inácio de Abreu Lima serviu no exército colombiano desde maio de 1818 e dele somente se apartou após a morte do libertador, que ocorreu em São Pedro Alexandrino, em 17 de dezembro de 1830. Foram doze anos de árdua refrega em arena civil e em campo de batalha. Ali revelou bravura indômita, tanto que general Páez, parco de elogio, o considerou guapo⁶² cujos *llaneros* cantavam:

¿De los generales cual es el valiente?
Mi general Páez, con toda su gente.

⁶¹ Llaneros: Vaqueiros colombianos e venezuelanos. Significa *homens da planície*. Llano significa *planície*. Nota do digitalizador.

⁶² Guapo: Na Espanha significa *bonito*. Na América é sinônimo de *diligente, trabalhador, empreendedor*. Nota do digitalizador.



O brasileiro veterano das lutas pela independência da Colômbia e da Venezuela, ainda em 1868, escrevendo de Recife a esse caudilho que lhe dera sua amizade, disse que vira *nascer a Colômbia nas Queseras del Medio*, em 3 de abril de 1819, quando Páez, à frente de escassos 150 homens, destroçara as tropas espanholas de Morillo.

De lança em riste ou de espada em punho, Abreu e Lima se batera como um herói em Savana da Guarda, Achaguas, Cuenta, Vargas, Molinos e Topaga. Derramara seu sangue em Carobobo. Ele próprio, historiador e escritor, traçou o panorama de seus feitos: Assisti à infância da Colômbia em Nova Granada... Tenho orgulho de me chamar um dos libertadores da Venezuela e de Nova Granada, e de usar minhas cruces de Bovacá, de Porto Cabelo e de meu nobre escudo de Carabobo... Assisti aos últimos estertores da Colômbia, presenciei sua morte e fiz tudo por ela. Despedacei as facções, derrotei Campos em Rio Hacha, me bati com os guajiros⁶³ corpo a corpo, libertei Santa Marta e, se bem que não pudesse livrar Cartagena da traição de general Luque, quando ali sucumbiu general Montilla, caí com ela...

Esta a fé de ofício de José Inácio de Abreu e Lima, general dos exércitos da Grã-Colômbia de Simão Bolívar. Dela, morto o libertador, seguiu em 1831 a Estados Unidos, donde foi à Europa. Se encontrou com dom Pedro I, que reconquistava o trono de Portugal e desfrutou seu convívio. O desaparecimento de Bolívar, seu amigo e que ele considerava o herói epônimo da América livre, encerrou sua carreira militar na Colômbia, de vez que, de fim de 1826 a princípio de 1827, rompera com general Santander por ele acoimado de intrigante, astuto e sutil. Dom Pedro I, transformado em dom Pedro IV, faleceu em 1834. Dois anos depois, já Abreu e Lima estava no Brasil, onde, desde 1832, um decreto legislativo de 28 de outubro lhe restituíra todos os direitos de cidadão brasileiro e lhe permitira o uso dos títulos e honras conquistados nas guerras colombianas. Não quisera voltar ao exército e redigiu, em Niterói, o periódico *O raio de Júpiter*, que atacava fortemente padre Diogo Antônio Feijó, ministro da justiça da regência e, depois, regente imperial.

No sul, não lhe correndo bem a vida, regressou à terra do nascimento e em Recife foi redigir *A barca de são Pedro*, que é uma das publicações que prepararam a eclosão da revolução Praieira, nitidamente socialista, de 1848. Dela participou e, vencido o movimento, purgou a culpa que no mesmo tivera no degredo de Fernando de Noronha, em 1849, até que, novamente restituído à liberdade, prosseguiu na propaganda de suas idéias, ao lado de trabalhos históricos e literários. Entre outras obras, é autor dum *Compêndio de história do Brasil*, duma *Sinopse da história brasileira*, duma *História universal*, em 5 tomos, ilustrada, dum opúsculo *O socialismo, das bíblias falsificadas, do deus dos judeus e do deus dos cristãos*, dum *Direito criminal*, além de cartilhas, discursos e memórias. Deixou inédito, por sua morte em Pernambuco, em 8 de março de 1869, o *Resumo histórico da última ditadura do libertador Simão Bolívar, comprovado com documentos*, cujo manuscrito se encontra no instituto arqueológico geográfico pernambucano de Recife. O editou em 1922, no Rio de Janeiro, o ilustre professor Diego Carbonell, então ministro plenipotenciário e enviado extraordinário da Venezuela no Brasil. A propósito da morte de Abreu e Lima, escreveu Sacramento Blake: Lhe foi negado, formalmente, pela autoridade eclesiástica, uma sepultura em lugar

⁶³ Goajiros (em português Guajiros): Tribo indígena colombiana do norte de Santander, golfo de Maracaibo. Nota do digitalizador.



sagrado só por discutir com liberdade de pensamento doutrinas da Igreja, sem pôr em dúvida os princípios fundamentais e imutáveis da religião. Na verdade, o morto poderia ser cristão a seu modo, mas não católico na verdadeira acepção da palavra, tendo em vista as idéias que expendeu, propugnando o casamento civil, analisando em 1835 o projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação, da Igreja Brasileira, da Santa Sé, discutindo as doutrinas do catolicismo em seu trabalho *O deus dos judeus e o deus dos cristãos*, e pregando o socialismo como o pregou no preparo da revolução Praieira.

Há uma pergunta a fazer: Por que razão Abreu e Lima abandonou a Venezuela e interrompeu ali sua carreira? Por um caso de amor. Quando Simão Bolívar ainda se encontrava no Peru, o oficial brasileiro freqüentava, em Caracas, a casa de sua irmã Antônia, onde conheceu e amou a sobrinha do libertador, filha doutra irmã, Joana, e de Dionisio Palacios y Sojo. Essa moça se chamava Benigna Cornélia e era noiva de general Bricelio Mendes, amigo predileto de Bolívar, com quem mais tarde se casaria. Parece que o brasileiro enfeitiçou a jovem caraquenha mas a família da moça combateu essa inclinação porque tinha Abreu e Lima, segundo disse um historiador venezuelano, reputação de *jugador y mujeriego*.⁶⁴ Como pretendesse o cargo de chefe de estado-maior, apoiado por general Carlos Soublette, Antonio Leocadio Guzmán, que se ensaiava nas intrigas políticas, abriu campanha contra ele em seu jornal, *Argos*. Numa verrina anônima, aludiu ao namoro com a sobrinha de Bolívar. Abreu e Lima o esperou, na noite, na rua e lhe deu uma surra de pano de espada que o levou ao hospital. Submetido a conselho de guerra, foi preso na fortaleza de Maracaibo. Isso o desgostou e o levou a deixar o país que ajudara a libertar do domínio espanhol.

Foi assim o destino e a morte dum revolucionário de nascimento, de educação e de tendências incentivadas pelo meio e pelos acontecimentos.

⁶⁴ Jogador e mulherengo. Nota do digitalizador.



Um general de Napoleão no Brasil

A restauração da dinastia Bourbon em França com rei Luís 18, após a queda definitiva de Napoleão, em Uaterlu, inaugurou um período de perseguição contra os elementos militares suspeitos ao novo regime. Grande número dos veteranos do grande exército que passeara vitorioso na Europa inteira foram postos a meio-soldo, riscados dos quadros e sujeitos à incômoda vigilância da polícia real. Por isso inúmeros oficiais subalternos, superiores e generais emigraram às Américas do Norte e do Sul. Muitos vieram parar no Brasil.

Entre esses o mais notável foi general Tierry, conde de Hogendorp, que viveu e morreu no Rio de Janeiro. Nascido em 1761, na cidade de Roterdã, começou sua brilhante carreira militar aos 17 anos, na chamada guerra da Sucessão da Baviera. Espírito aventureiro, tomou parte na força expedicionária, composta de voluntários de todas as procedências, que combateram sob as ordens de Washington, Lafayette e Kosciusko na luta contra os ingleses, pela independência de Estados Unidos.⁶⁵ Depois, serviu nas Índias Holandesas, foi, algumas vezes, perseguido por suas idéias liberais avançadas e, noutras, aproveitado em importantes funções, pelo governo da Holanda, como governador de Java e Sumatra, e embaixador em Petersburgo.

Quando Napoleão fez seu irmão Luís rei da Holanda, conde de Hogendorp serviu ao novo governo na qualidade de ministro da guerra e embaixador em Viena, Berlim e Madri. Se tornou partidário acérrimo do imperador e, quando ele anexou sua pátria ao império francês, passou ao grande exército imperial no posto de general-de-divisão. Foi governador militar de Hamburgo, da Prússia Oriental e da Silésia, após a malfadada campanha da Rússia. Em 1814 publicou interessante livro de memória.

Fiel e pessoalmente dedicado a Napoleão, se apresentou pra o servir na volta da ilha de Elba e se bateu heroicamente a seu lado, até o último momento, na batalha de Uaterlu.

Era irmão dum homem notável, Gilberto Carlos von Hogendorp, estadista e militar, acérrimo defensor do constitucionalismo, alma da independência holandesa em 1813, quando Napoleão recuava, batido, na Alemanha, ministro de estado no governo que se constituiu com a libertação, de Países Baixos, do império francês.

Napoleão não esqueceu, nos tristes anos de desterro em Santa Helena, a fidelidade do general holandês, que fora seu ajudante-de-campo na última campanha da epopéia. No parágrafo 6º do codicilo escrito em 24 de abril de 1821, perto de sua morte, e reunido ao testamento datado de Longwood em 15 do mesmo mês e ano, o imperador prisioneiro declarou textualmente: **Ao general Hogendorp, holandês, refugiado rio Brasil, 100 mil francos.** E recomendou a execução de suas últimas disposições a seu filho adotivo, príncipe Eugênio Napoleão de Beauharnais, antigo vice-rei da Itália.

Napoleão Bonaparte expirou às 11 horas do dia 5 de maio de 1821, onze dias após ter feito esse legado de cem mil francos a general Hogendorp, que nunca recebeu a soma que lhe foi atribuída pelo imperador dos franceses. Refugiado no Rio de Janeiro, vivia modestamente, retirado no fundo do atual bairro de Laranjeiras. Tinha raros amigos.

⁶⁵ Até a guerra de Secessão está correta a forma plural: Os Estados Unidos. Vencido o sul, deixando de ser uma confederação onde os estados tinham o direito de se separar, tratar Estados Unidos no plural é um erro. Nota do digitalizador.



Somente algumas vezes o visitavam conde da Barca e príncipe dom Pedro, mais tarde imperador do Brasil. Por isso rainha Carlota Joaquina o considerava uma daquelas péssimas companhias que instilaram o liberalismo maçônico em seu filho mais velho.

Barão de Neven, parente de príncipe de Metternich e representante do império austríaco no Brasil, o considerava um dos mais perigosos portadores dos princípios revolucionários que incendiavam o século.

O sítio de barão von Hogendorp se chamava Nova-Sião e ocupava uma das faldas do Corcovado, na atual ladeira do Ascurra. É hoje propriedade do governo brasileiro e nele residiu algum tempo, quando ministro de estado, Osvaldo Aranha. O general ali plantara 20 mil cafeeiros, de cuja colheita anual vivia. Fabricava, também, pra vender vinho de caju e licor de grumixama. Sua propriedade ocupava a maior parte do chamado morro do Inglês, por ter ali residido o inglês Guilherme Young. Se sabe que Hogendorp era muito retraído e um tanto exótico. Seu quarto de dormir era pintado de preto, com caveiras, tíbias cruzadas e esqueletos em tinta branca nas lúgubres paredes. Isso talvez se prendesse aos ritos das sociedades secretas iluministas das quais fizera ou ainda fazia parte.

A inglesa Maria Graham, que esteve no Brasil no tempo de dom João VI e de dom Pedro I, visitou general Hogendorp no dia do Ano Bom de 1822. Seu sítio era lindeiro com o de Chamberlain, que nos deixou tantos documentos iconográficos sobre o Rio de Janeiro daquela época. O alemão Lenthold, que também o viu, se lembrava de o ter conhecido quando fora governador militar da Prússia Oriental, na cidade de Conisberga.⁶⁶

O conde von Hogendorp faleceu de repente, pobre e isolado, em sua propriedade agrícola, em 1830. Ao lhe vestirem o corpo verificaram que era todo tatuado. O imperador dom Pedro I mandou fazer o enterro a sua custa. Foi sepultado no antigo cemitério dos Ingleses ou cemitério Protestante, na Gamboa.

Havia nove anos que Napoleão morrera no desterro de Santa Helena e Hogendorp ignorava que figurara em seu testamento. Não pôde levar ao túmulo o consolo dessa lembrança amiga. Graças a ele, porém, o nome do Brasil figura entre as últimas vontades do imperador dos franceses.

⁶⁶ Koenigsberg, em alemão, significa *Montanha dos reis*. Nota do digitalizador.



Os encourados do Pedrão

De 25 de julho de 1822 a 2 de julho de 1823, uma a uma, as antigas povoações do Recôncavo Baiano: A heróica Vila da Cachoeira, a leal vila de Santo Amaro, a valorosa vila de São Francisco, a patriótica Vila de Maragogipe⁶⁷ e a decidida vila de Valença se revoltaram contra o poderio português e o combateram denodadamente de arma na mão, vertendo o sangue de seus filhos no campo de batalha. Segundo a emérita lição do saudoso mestre Bernardino de Souza a revolução baiana de 1822 não teve sentido regional. Olhos fitos no Brasil inteiro, então estendido do Amazonas ao Prata, desde seus primeiros ensaios, o pensamento era a grande pátria que se queria fundar sob o signo do Cruzeiro.

A essa luta dos baianos contra o forte exército luso do bravo general Inácio Madeira concorreram reforços pernambucano, paraibano, alagoano e sergipano, como, também, o famoso batalhão do imperador, vindo do Rio de Janeiro. Mas grosso da gente que se bateu, indômita, nos sangrentos combates do Funil, Cruz do Cosme, Conceição, Cabrito, Itaparica, nas margens do Paraguaçu e no Pirajá era composto de filhos da Bahia. Foi o povo humilde, heróico e abnegado quem concorreu pra essa luta e então seu inapagável entusiasmo ao a comemorar, todos os anos, desde 1824 até nossos dias. Sertanejos fortes e praianos rústicos, pescadores e agricultores, matutos e peixeiros, todos se armaram e acudiram à voz das câmaras municipais daquelas vilas, que chamavam os brasileiros a pugnar pela independência nacional. Hermano de Santana assim os descreveu: Batidos das tormentas e dos temporais, sem abrigo e sem roupagem, perseguidos pelas endemias, aossados pelos flagelos mórbidos, faltos de mantimento de guerra e de boca, tocaiados por inimigo veterano e numeroso, nunca se lhes entibiou ânimo e jamais esmoreceu a confiança da vitória.

Venceram e, ao entrarem triunfalmente na velha cidade de Salvador evacuada pela guarnição lusa, mostraram, em sua gloriosa penúria, como um povo improvisa soldados destemidos. Os sinos da Soledade repicavam, festivos, logo acompanhados pelos de todas as igrejas e conventos. Os canhões do Barbalho troaram, logo seguidos pelos das demais fortalezas. E a primeira coluna dos Libertadores apareceu no caminho da Lapinha, chefiada por José Joaquim de Lima e Silva, futuro visconde de Magé, ao mesmo tempo em que, nas estradas de Brotas e do rio Vermelho, surgiram dois outros destacamentos, o de Barros Falcão e o de Felisberto Caldeira.

Vanguardava a marcha de Lima e Silva o corpo de batedores de Antero Ferreira de Brito e, ao lado do estado-maior do chefe, vinha a denodada voluntária de São José de Itapororoca,⁶⁸ de saioite à escocesa, farda de caçador a pé e barretina alta, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, verdadeiro símbolo do heroísmo e do sacrifício da mulher baiana pela libertação do Brasil. Enquanto isso, nos longes do horizonte, se apagavam na toalha azul do mar as oitenta e quatro velas da esquadra portuguesa de Félix de Campos

⁶⁷ O nome *Maragogi* deriva de língua tupi seiscentista falada pelos índios pitiguares que habitavam o litoral norte da atual Alagoas. No século 16 apareceu a grafia *mariguís*, e no século 17 os holandeses grafavam *mariguiji*. Há também a forma seiscentista *maraguí*, que vem do tupi *moerú-guí-í*, que significa *rio dos mosquitos* ou dos maruins. Maragogi, pois, é uma corruptela portuguesa da forma tupi assinalada. Nota do digitalizador. Extraído de <http://www.maragogi.tur.br/historia.htm>

⁶⁸ Itapororoca (tupi): *Pedra da pororoca. Itá (pedra), pororoca (encontro das águas)*. Nota do digitalizador.



que regressava à antiga metrópole, levando os soldados vencidos em Pirajá.

As tropas brasileiras andrajosas e esquiladas numeravam cerca de 12 mil homens. Algumas delas se apresentavam em melhor condição: O batalhão do imperador, os caçadores de Pernambuco, os henriques da Bahia. As outras eram organizações patrióticas, que sabiam lutar e morrer por um ideal, porém não tinham outro garbo além do pitoresco de seus apelidos e os brasões das glórias conquistadas por sua valentia. Eram os periquitos, assim denominados pela abundância de ornatos verdes e amarelos de suas fardas empoeiradas e sujas; os ceroulas, por trazerem a velha indumentária sertaneja: Camisa e ceroulas amarradas nas pernas; os libertos, compostos como o nome o diz, de gente alforriada da escravidão; os quebra-ferros, espalhafatosos e audazes; os montebrechas, quase todos filhos de Pernambuco; os pitangas e os voluntários; os cavaleiros da torre de Garcia d'Ávila e os cavaleiros de Pirajá; a legião de honra da Cachoeira e a legião da Bahia. Enfim, os de apelidos de sabor clássico e mitológico, os mavortes e os relonas, lembrando o deus e a deusa da guerra da antiga Roma.

Sobressaíam, no meio dessa soldadesca popular, os rudes cavalarianos sertanejos, vaqueiros vestidos, dos pés à cabeça, de couro de veado capoeiro, reunidos pra guerra pelo famoso padre Brayner, que se apresentavam de lança em punho como vara de ferrão, montando árdegos e pequeninos cavalos de campear o gado arisco nas catingas e carrascais. Chamavam a si próprios couraças, em virtude dos couros que os cobriam. O povo de Salvador os denominou os encourados do Pedrão. Sua tradição vinha de longe. Desde fim do século 17 as companhias de ordenança do interior da Bahia e do nordeste todo, forças territoriais consideradas na organização militar da época, como de cavalaria auxiliar, vestiam a indumentária dos vaqueiros regionais. Os documentos daquela época e os do século 18 lhes dão o nome textual de cavalaria do sertão. O poviléu os batizou logo como os couraças. E o 2 de julho, na Bahia, os sagrou como os encourados do Pedrão.

Esses heróis, de quem já se disse que, do couro pra defesa dos espinhos e garranchos, fizeram couraças a lhes guardar os peitos das balas adversas, contribuíram pra que o vaqueiro do norte, armado em guerra pela pátria, penetrasse na história do Brasil a par do gaúcho do sul. Em seu belo poema *Lances de epopéia*, o poeta baiano Artur de Sales celebrou esses heróis anônimos:

*Vêm ratamplando nos tambores.
Estridulando nas cornetas,
Sobressaltando os arredores,
Chusma revel de baionetas...*

*Rijos perfis, brônzeos, hirsutos
Ei-los
(roldões broncos e brutos),
Os encourados do Pedrão.*

*E vêm por vale, campo e brenha,
Numa brutal marcha guerreira;
Os guia um frade que a estamenha
Cingiu com a espada e a cartucheira...*

*Ei-los que vêm, roupa de couro,
Em descampados e arraiais,*



Brasil

*Buscando ao longe estranho touro
Esses vaqueiros imortais.*

*Por aguilhadas — baionetas.
E a corda é a bala no surrão...
E esses tambores e cornetas
Dos Encourados do Pedrão*

*São como cães soltos à frente,
Por alcantis e matagais
Levando a sanha onipotente
Desses vaqueiros imortais.*

*Matilha esplêndida e divina!
Fareja, ansiosa, os horizontes,
Grita na vírde campina,
Abala no pico dos montes...*

*Fareja o rastro da vitória...
Chamai... E eles passam, de roldão,
Na disparada à glória,
— Os encourados do Pedrão.*

A guerra da independência da Bahia projetou, no muro da história, a sombra inapagável dos rudes e valentes vaqueiros. Representantes da velha civilização nordestina do couro, remanescentes do histórico ciclo do gado, esses cavaleiros habituados à seca, à aridez da caatinga, aos espinhos dos cardeiros e das juremas, à garrancheira dos carrascos, aos pedregulhos das hispídas serrotas, no monumento de nossas glórias esculpíram também seu baixo-relevo. Sua figura ali permanecerá eterna, iluminada em cheio pela voz augusta da poesia. Em verdade, os encourados do Pedrão são vaqueiros imortais, naquela *hora das epopéias e das ilíadas*, em que dialogam a Imortalidade e a Eternidade, segundo a palavra genial de Castro Alves.



O canhão de João de Botas

Proclamada a independência do Brasil à margem do Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822, nem todo o território nacional se viu logo livre do domínio português. Houve luta nalguns pontos, sendo que na Bahia ela assumiu maior proporção. Ali se encontrava forte esquadra lusa composta duma nau de guerra, duas fragatas, dez corvetas, dois brigues, uma escuna, uma sumaca, quinze charruas e vários transportes. Em terra general Inácio Madeira comandava, além dos milicianos locais, seis mil soldados portugueses, na maioria veteranos da campanha peninsular contra os exércitos de Napoleão.

Em 25 de junho de 1822 Vila da Cachoeira se insurgiu contra os lusitanos. A rebeldia alastrou como incêndio em toda a província e, em poucos dias, o governo independente ali estabelecido organizava corpos de voluntários, entre os quais tiveram lugar de relevo os famosos couraças, sertanejos vestidos de couro como os vaqueiros das caatingas. A esses corpos se foram reunindo reforços vindos de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro. Essas forças marchavam sobre a capital comandadas por Pires de Carvalho, futuro visconde de Pirajá. As chefiou, depois, coronel Falcão Brandão, que seria, mais tarde, barão de Belém. Em outubro do mesmo ano veio, da corte, general Labatut, que assumiu a direção da operação.

Por mar lorde Cochrane bloqueava a cidade com a nau de guerra *Pedro I* e a corveta *Maria da Glória*, navios aos quais se juntariam as fragatas *Niterói* e *Carolina*, e o brigue *Bahia*. Em maio de 1823 coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois general e visconde de Magé, substituiu Labatut e, em 2 de julho, a capital, que resistira durante quase um ano, se entregava aos brasileiros, embarcando a guarnição portuguesa em sua esquadra à Europa.

Durante o assédio e bloqueio da Bahia, se travaram dois combates importantes, nos quais a vitória coroou o esforço dos brasileiros, contribuindo pra abater o moral do exército português. Foram os de Pirajá, em 8 de novembro de 1822, e de Itaparica, em 7 de janeiro de 1823.

Na primeira dessas datas, ao romper da manhã, o coronel luso Gouveia Osório atacou com infantaria e artilharia as posições brasileiras de major Barros Falcão, enquanto sobre elas cuspiam fogo e ferro alguns navios de guerra. Se o ataque foi ousado a repulsa foi violenta, sobressaindo na refrega, por seu denodo, tenente de caçadores da Bahia Argolo Ferrão, que seria, posteriormente, general e barão de Cajaíba,⁶⁹ pai do famoso general Argolo, visconde de Itaparica, herói da campanha do Paraguai.

Coronel Gouveia Osório se retirou com graves perdas, sendo muito perseguido pela gente de Barros Falcão, que não lhe deu trégua, até que se abrigou nas defesas exteriores da capital.

Em 7 de janeiro a esquadra portuguesa tentou um desembarque pra tomar o forte de São Lourenço na ilha de Itaparica. O combate entre os entrincheiramentos brasileiros e as forças lusas durou de nove horas da manhã ao pôr-do-sol. Assalto se sucedia a assalto, sem resultado. E os brigues lusitanos que auxiliavam a operação foram galhardamente repelidos por duas canhoneiras brasileiras, que então se cobriram de glória, a *Pedro I*, comandada pelo segundo-tenente João de Oliveira Botas, e a *Dona*

⁶⁹ Cajaíba: Cajazeira. Cajá + ibá (árvore). Nota do digitalizador.



Leopoldina, do comando do Sargento André Avelino Pereira. Três vezes repelidos, os reinóis desistiram do intento.

Cabem os maiores louros dessa jornada a tenente João de Botas. Com sua pequena e frágil canhoneira avançava, temerariamente, sob o fogo do inimigo e metia a pique os tanchões carregados de gente armada pro desembarque. Chegou, mesmo, sua audácia a ponto de atacar grandes navios. Na proa da canhoneira, manobrando um pequeno canhão-rodízio de ferro, gritava ordens a seus marujos e fazia certa pontaria nos barcos contrários, estabelecendo entre eles a confusão e espalhando a morte. Dava, assim, arras da atuação que desdobraria alguns anos depois na água do rio da Prata durante a campanha do Brasil contra as Províncias Unidas. O veterano da independência também ali se cobriria de glória.

O pequeno canhão-rodízio de João de Botas, recolhido ao Museu Histórico, é uma relíquia preciosa que, lembrando esses fatos, serve de ensinamento de patriotismo e coragem aos brasileiros de hoje. Foi a bravura de homens como o então segundo-tenente João de Oliveira Botas que obrigou o forte núcleo militar português da Bahia a se considerar, de antemão, vencido. Se deve a esse herói do mar, em grande parte, a vitória que conduziu as tropas brasileiras triunfalmente, no dia 2 de julho de 1823, à cidade de Salvador, evacuada pelos portugueses de general Madeira.

Essa data enche de júbilo e de orgulho os corações baianos. A cantaram os poetas em odes de ouro. O anjo da morte, no dizer dum dos maiores deles, estendia sua lúgubre tela nos campos ensangüentados de Pirajá. Essa data é o símbolo da integração total do território sob o tremular da auriverde bandeira imperial. Mas nenhuma relíquia a recorda melhor que o pequeno rodízio de proa da canhoneira *Pedro I*, pessoalmente manobrado pelo ousado João de Botas em diversos combates contra os portugueses.



A guerra do Fidié

O Maranhão foi um dos baluartes da resistência portuguesa à separação política do Brasil. Não que lhe faltasse aos filhos o mesmo ardor patriótico que agitava o país de sul a norte, nem que entre eles não houvesse alguns dignos de ombrear com os mais altos vultos da formação da nacionalidade. Mas a condição do momento, resultantes de seu afastamento da capital, de sua vida econômica independente, de sua relação direta com Lisboa, de sua representação fiel à corte do reino, do número, prestígio e fortuna do elemento português em seu seio, o tornaram numa como base da repulsa lusa às legítimas aspirações nacionais. No entanto, no momento de se declarar a luta aberta, os independentes do Maranhão souberam, com coragem, pegar em arma.

Quando o rastilho da insurreição despertada pelo grito do Ipiranga se acendeu no Ceará e no Piauí, a organização lusitana da província onde nasceu Gonçalves Dias se apresentou aos olhos dos brasileiros como terrível espantalho. Por isso, ao comentar a proclamação da independência da Parnaíba, o historiador Abdias Neves fala do *perigo maranhense*. De fato, o Maranhão, nas mãos do partido luso, era uma ameaça constante.

Desde 1821 todo o Brasil estremecia como se lhe percorressem o vasto corpo calafrio denunciador de gravíssima crise. As próprias províncias mais distantes dos focos de agitação do centro-sul sentiam forte abalo. Não só nas cidades do litoral se agitavam idéias e homens. As notícias da efervescência percorriam os sertões ásperos e distantes. Em toda parte frêmitos entrecortados de rebeldia e pronunciamento, como os fugazes clarões que perpassam entre as nuvens amontoadas, pouco antes da tempestade, anunciavam grandes acontecimentos. A revolução da independência vinha sendo preparada desde o começo do século.

Se saiu da agitação em prol da organização constitucional do Reino Unido, provocada pelas cortes de Lisboa, à dos decretos destas que chamavam o príncipe-regente dom Pedro ao Reino. Se convocaram os procuradores das câmaras e se instituíram juntas no país inteiro. O rei se achava como prisioneiro do outro lado do Atlântico e o príncipe, seu filho, na anarquia que se espalhava, tentava enfeixar nas mãos os destinos do jovem povo, lutando contra o espírito recolonizador daquelas cortes. Algumas províncias somente cumpriam as ordens emanadas de Lisboa. Entre elas o Maranhão.

Raiou o ano memorável de 1822 e o eco do Fico, consubstanciando a recusa do príncipe a voltar ao reino, repercutiu em todo o Brasil. Se desenhou a grande reação nacional. Algumas guarnições lusas capitulam. Dom Pedro percorreu Minas e São Paulo. Ferveu o movimento libertador à sombra da reação à inábil e violenta política das cortes. Havia muito sonho nas almas, muita luz e muita esperança nos olhos dos patriotas. Borbulharam levantes como solfataras na vasta face da terra brasileira. As canções do povo no nordeste, onde os lusos são denominados marinheiros, mesmo no Maranhão, demonstram certa prevenção contra os portugueses:

Marinheiro pé-de-chumbo
calcanhar de frigideira
Quem te deu a ousadia
de se casar com brasileira?

Marinheiro pé-de-chumbo



Brasil

calcanhar de requeijão
 Quem te deu a ousadia
 de se casar no Maranhão?

Lançou dom Pedro o grito de *independência ou norte!* na margem do Ipiranga mas nem todas as províncias responderam livres a essa voz. A guerra explodiu na Bahia. Se libertou o Piauí. Somente depois se libertaram o Maranhão e o Pará.

Quase um ano levou o brado do Ipiranga pra chegar à atenas brasileira. Em outubro de 1822, na vila piauiense da Parnaíba, juiz João Cândido e o coronel de milícia Simplício Dias da Silva proclamaram a adesão da província ao novo estado de coisa. Mas a junta de governo do Maranhão, ligada a metrópole, apoiada nas baionetas e na artilharia de forte guarnição lusa, escudada no prestígio moral da Igreja, representada pelo bispo Nazaré, se opôs à marcha do movimento de libertação, anatematizou a proclamação piauiense e ordenou a major Fidié, comandante das armas, então na vila de Oeiras, que atacasse os sediciosos. Ao mesmo tempo se aliou à junta do Pará, pra se manterem ambas fiéis a Lisboa.

Major João José da Cunha Fidié, arrastando sua artilharia e carretas de munição com juntas de bois, atravessou os sertões rumo à Parnaíba, talando os campos e saqueando as fazendas dos independentes. Os patriotas da Parnaíba, não lhe podendo fazer frente, fugiram assombrados às vilas cearenses próximas à fronteira, Sobral e Granja.

De posse de Parnaíba, o comandante português se imobilizou, enquanto a agitação lavrou nos sertões afora. De tal modo se espraiou que a junta de Oeiras pediu, atemorizada, seu regresso. Mas antes que ali chegasse, os independentes, chefiados por brigadeiro Souza Martins, proclamaram a independência, *de mãos dadas com o Ceará*, conforme reza um documento coevo. Então as milícias sertanejas do Ceará, transpondo a raia, levaram socorro à gente do Piauí, chefiadas por experientes e famosos caudilhos locais, Tristão de Alencar, destinado à morte na revolução de 1824 no campo de Santa Rosa, e José Pereira Filgueiras, espécie de pancho-villa nordestino, sergipano de origem, homem agigantado e forçudo, que desatolava, sozinho, um carro-de-boi e atirava, de braço estendido, com qualquer um de seus dois formidáveis bacamartes: Boca-da-Noite e Estrela Dalva. Desse Hércules do sertão se conservou a lenda de ter os ossos do antebraço unidos numa cana só.

Essas hostes bravias e estonteadas atacaram a tropa portuguesa regular de major Fidié em sua marcha de Parnaíba a Oeiras, no lugar denominado retiro do Jenipapo, em 12 de março de 1823. Contra mil homens de sólida e disciplinada infantaria de linha e onze canhões que disparavam mortífera metralha (*mitriaga*, como diziam os matutos), os milicianos de Alencar e Filgueiras se atiraram, mal armados e pior organizados, com espantosa coragem, se batendo três horas a fio e indo morrer de armas brancas em punho sobre o dorso e as rodas das peças. Mas essa bravura não impediu serem derrotados.

O comandante português, vitorioso, apressou a marcha de sua tropa sobre Oeiras, onde queria sufocar a rebelião. Pra isso deixou atrás a impedimenta,⁷⁰ a carretama da bagagem e munição puxada a boi. Então, o regimento de cavalaria de milícia cearense da vila de Sobral, comandado por capitão Nereu, que também invadiu o Piauí, o surpreendeu, lhe matou a escolta e levou tudo. Sem munição o chefe luso teve de

⁷⁰ Impedimenta: sf (latim *impedimenta*) Bagagem que retarda a marcha dum exército. Nota do digitalizador. Extraído de <http://dicionario.extremehost.psi.br/>



acampar no Estanhado, depois Vila da União, donde se viu obrigado a se retirar à vila maranhense de Caxias, lugar em que poderia conseguir o recurso que precisava. Entrou em Caxias em 17 de abril de 1823 e se fortificou no morro da Taboca.

O Piauí estava, assim, livre da presença das tropas portuguesas e os cearenses continuavam a lhe levar socorro em homem e munição. Também veio auxílio de Pernambuco. Alarmada com a situação a junta de São Luís fortificou a cidade e pediu auxílio a Lisboa, tão apavorada com sua sorte que nem respondeu aos ofícios em que, de Caxias, major Fidié lhe suplicou reforço e pólvora.

Isolada da capital da província pelas guerrilhas dos insurretos, Caxias foi cercada pelo chamado exército auxiliador, composto pelas milícias do Ceará, Pernambuco e Piauí. Forçado a capitular, major Fidié se demitiu do comando. A câmara que se encarregue da capitulação, que foi aceita por tenente-coronel Luís Manuel de Mesquita em 31 de julho de 1823, que entregou 20 canhões e 5 bandeiras. Feito prisioneiro e remetido ao Rio de Janeiro, foi João José da Cunha Fidié recolhido à fortaleza de Villegaignon, que, num opúsculo escrito pra defesa de seus atos, ele próprio denominou Vilagalhão.

Em São Luís a notícia da capitulação de Fidié deu ânimo aos elementos brasileiros contra a junta de governo enfeudada à metrópole. Marechal Faria, que comandava a guarnição, se sentiu, aos poucos, sem força no seio da tropa depois da rebelião do alferes Reis e dos tenentes Barradas e Raposo, que combateram seus soldados em pleno centro urbano. A chegada da nau *Pedro I* e dalguns brigues de guerra sob o comando de lorde Cochrane deu por terra com a junta fiel a Lisboa. O Almirante se apoderou dos navios surtos no porto e dos fortes, mandou arriar de todos os mastros a bandeira das Quinas e neles içar o pavilhão auriverde, ocupou a cidade com um contingente de marinheiros, proclamou a independência e aclamou dom Pedro I imperador e defensor perpétuo do Brasil em 28 de julho de 1823.

É isso o que se denomina, em nossa História, a guerra de Fidié.



Rei de Portugal, imperador do Brasil

O pensamento da formação dum Império no vasto território brasileiro é muito anterior a nossa independência política. Parece que logo depois da restauração da monarquia portuguesa, quando dom João IV se via assoberbado de dificuldade, surgiu a idéia da transferência da corte ao Brasil. O certo é que o rei fez seu primogênito, dom Teodósio, príncipe do Brasil, dando como apanágio do herdeiro da dinastia o nome da grande colônia lusa. Também, depois do terremoto que quase destruiu Lisboa em 1755 e subverteu grande parte da riqueza do reino, se pensou nessa transladação. Mas antes dessa última data, em 1738, dom Luís da Cunha, que foi um dos grandes estadistas de Portugal, em sua *Carta a Marco Antônio*, dava a dom José I, sem reboço, estes conselhos:

O que é Portugal? Uma orela de terra, da qual uma terça parte é inculta e a outra é da Igreja. A que resta não dá produto que baste a seu sustento. As outras potências da Europa protegeriam Portugal contra a Espanha e esta mesma se absteria de se apoderar dele, com receio de perder em troca as províncias do Prata e do Paraguai. No caso da transferência da corte (ao Brasil), se tornaria necessária uma completa demarcação da América. O Oiapoque e o Prata deveriam ser os limites ao norte e ao sul, e, no sertão, o Paraguai até a lagoa dos Saraiés,⁷¹ e dali lançando uma linha divisória até o Madeira.

Mesmo que a corte lusa se não mudasse ao Rio de Janeiro, como desejava o insigne estadista, ele queria que o governo português fixasse esses limites, ao que poderiam muito contribuir os jesuítas portugueses, em nada inferiores aos espanhóis, que haviam fundado as missões do Uruguai e do Paraguai. Com essas fronteiras o rei da Espanha perderia grande território, o que não o prejudicaria muito, porque sobre ele seu domínio era meramente nominal, em vista do poder que ali tinha a companhia de Jesus. Ali não havia ouro nem prata mas a erva-mate era uma riqueza futura por ser melhor à saúde que o chá e o café.

O sonho imperial de dom Luís da Cunha expresso nesse papel, que Cairu e Southey nos revelaram, era, na verdade, desmesurado. Fixado o domínio português naquela ampla fronteira que requeria ao Brasil, era possível abalar o poder da Espanha no Peru, onde o duro jugo castelhano tornava os povos ávidos de se libertarem. Quanto ao Chile e as demais terras até o estreito de Magalhães, não seria difícil as obter em troca do Algarves. Como se vê, o homem de estado luso não hesitava em propor a seu rei o desmembramento da metrópole prà grandeza da colônia americana, porque, como ele próprio escreveu:

Os tapuias do sertão em nada, senão na cor, diferem dos rústicos de nossas províncias e, demais, depois de instruídos, observam os preceitos da Igreja melhor do que nossos camponeses, que os esquecem ou os desprezam. Mas onde bate o ponto é aqui: Não pode el-rei manter Portugal sem o Brasil, enquanto que pra manter o Brasil não carece de Portugal.

E concluía propondo a mudança da corte ao Brasil, nestes termos: Melhor é, pois, residir onde está a força e a abundância, do que onde está a necessidade e a

⁷¹ Mar de Xaraés, o chaco, pantanal de Mato Grosso. Nota do digitalizador.



falta de segurança. Acabarei, portanto, esta minha visão dizendo a vossa majestade que, sem embargo de não já ser tempo de falar nela, pode vir algum (do que Deus nos livre) em que não seja mal-lembrada.

Foi dom Luís da Cunha profeta. Veio esse tempo com a invasão de Junot, e o príncipe-regente dom João se mudou, com a corte e o aparelhamento do estado português, ao Brasil. Segundo propunha o estadista luso do século 18, em sua visão, fixado aquele vasto limite territorial do Brasil e assente neles a coroa portuguesa, dom José I deveria tomar o título de imperador do Ocidente.

Esse pensamento imperial norteou a ação do príncipe-regente dom João, depois dom João VI, ao se transferir ao Rio de Janeiro. A Maria Graham, que nos conta o fato, disse o eminente homem de estado, conde da Barca, que seu monarca desejava na América portuguesa *to found a new empire, fundar um novo império*. Fez o próprio príncipe a mesma confissão no manifesto com que, do Brasil, declarou guerra à França de Napoleão: *A corte levantará sua voz do seio do novo império que veio criar*.

Assim dom João, que elevou o Brasil à categoria de reino, o igualando à metrópole em 1816, anos antes tornava pública aquela idéia imperial portuguesa, que vimos tão largamente expressa na visão de dom Luís da Cunha. Sabemos que no pensamento de dom Sebastião, em sua louca aventura da África, vibrava a idéia imperial. Em suas bagagens ia a coroa fechada imperial com que, em Fez, pretendia se sagrar imperador. Era que a paisagem colonial portuguesa imensa e rica, se estendendo dum e doutro lado do Atlântico e do Índico, abarcando pontos do Pacífico, em confronto com a exigüidade da terra metropolitana que a criara, dava esse ímpeto de criação imperial nesse ilimitado horizonte. Camões cantou em seu poema *A fé e o império*.

Imperador do Atlântico seria dom Sebastião. Imperador do Ocidente seria dom José. Imperador do Brasil acabou sendo, de verdade, dom João VI.

Sim, pelo tratado em que Portugal reconheceu, em 1825, a independência do Brasil, feito sob mediação da Grã-Bretanha, assinado em nome de dom João VI e dom Pedro I por seus representantes diplomáticos, àquele foi reconhecido o título honorífico de imperador do Brasil, sem direito de transmissão a seus sucessores. Assim um rei de Portugal e o mais brasileiro dos reis de Portugal foi, afinal de conta, imperador do Brasil.



O grande favorito de Pedro I

Ensina a história que o poder é, em geral, muito inclinado a dar valimento a pessoas de baixa extração ou de mau-caráter, se apontando inúmeros exemplos, entre os quais figuram, em primeiro plano, o do barbeiro Tristão, de Luís XI da França, e o da famigerada camarilha de Fernando VII da Espanha. Vários motivos explicam essa preferência. Em primeiro lugar: Essa espécie de gente não faz sombra a seu protetor. Em segundo: Lisonjeira como laçao, se sujeita a todos os caprichos do amo e se presta a representar todos os papéis que ele indicar. Finalmente: Não tendo valor próprio, seu criador a pode reduzir ao nada donde saiu, quando lhe der na veneta. Não é, pois, de admirar que muitos dos validos ou favoritos de reis e imperadores, em várias nações, tenham sido bufões, criados, escudeiros, copeiros ou eguações. Noutras vezes, se sua origem não é tão humilde, se trata de indivíduo sem escrúpulo, ou chocarreiro, verdadeiro testa-de-ferro ou palhaço dos que mandam.

A essa regra quase geral não escapou nosso simpático primeiro imperador, dom Pedro I, cuja educação foi muito descurada, passando o melhor do tempo, na adolescência, na pouco recomendável companhia da famulagem do paço real. Dali aquela desenvoltura de linguagem plebéia de que nunca se corrigiu. Se comprazia, sua majestade, na intimidade de pessoas de categoria inferior e de procedimento um tanto equívoco. Se contam entre seus validos de má qualidade dois que deixaram o nome na história do primeiro reinado. Um era alemão e outro português.

O alemão Jorge Antônio von Schäffer viera ao Brasil em 1821, recomendado à arquiduesa dona Leopoldina, mulher de dom Pedro, então príncipe-real, por seu pai o imperador da Áustria, Francisco II, a fim de fundar um estabelecimento colonial agrícola. Depois da partida de dom João VI a Lisboa, príncipe dom Pedro o nomeou, em setembro de 1821, agente secreto pra colonização e recrutamento. Recebeu o hábito da ordem de Cristo e a patente de major da imperial guarda de honra, quando esse corpo militar se constituiu. Sua atuação no alistamento de soldados pros batalhões mercenários que se criaram no Brasil foi, na verdade, criminosa. Pago por cabeça de alistado, arrebanhou os piores elementos na Alemanha: Mandriões, egressos das penitenciárias, saltimbancos, fidalgos aventureiros sem eira nem beira, verdadeiros bandidos que puseram, em 1829, o Rio de Janeiro em polvorosa, depois de cometerem os piores abusos anos seguidos.

Esses soldados deram ao aventureiro von Schäffer, que se dizia doutor, o significativo apelido de Schäffer-Cachorro. Até 1827 permaneceu esse favorito imperial na Europa, contratando os tais colonos pro Brasil. A imperatriz Leopoldina se tomou de afeição e com ele manteve seguida correspondência, na qual contava coisas íntimas de sua vida, se queixava da infidelidade do esposo e o tratava por excelente Schäffer ou meu único amigo.

Por decreto de 9 de abril de 1827, apesar de todas as falcatruas cometidas no serviço de recrutamento e colonização, o governo imperial nomeava Jorge Antônio Schäffer encarregado de negócio do Brasil nas cidades hanseáticas, na Baixa Saxônia ou Saxônia ducal, nos ducados de Oldemburgo e Meclemburgo, e na dieta da confederação germânica sediada em Francforte-sobre-o-Meno.

Schäffer tornou ao Brasil em 1828, sendo promovido a tenente-coronel. O valimento imperial recompensava com essa promoção os desserviços que ele prestara à nação.



Quatro anos antes, em 1824, em Altona, ele publicava um livro encomiástico *Brasilien als unabhangiges Reich, o Brasil como país independente*.

O português era um famoso contador de anedota e fazedor de pilhéria, que recebeu, por isso, a alcunha de Chalaça. Depois de divertir, com suas piadas, o príncipe-real, passou a divertir o imperador. Por isso, durante anos e anos, com escândalo da gente séria, foi secretário e confidente especial de sua alteza e de sua majestade.

Se chamava Francisco Gomes da Silva, filho do ourives português Antônio Gomes da Silva, nascido em Lisboa em 22 de setembro de 1791, disse Sacramento Blake. Deixara o aprendizado do ofício de ourivesaria na loja paterna pra entrar ao seminário, do qual saiu, a fim de acompanhar o pai, que vinha ao Brasil na comitiva do príncipe-regente dom João, em 1807. Três anos depois entrava à famulagem do paço como reposteiro de número, espécie de laçao de libré,⁷² que guardava as portas. E assim se infiltrou na intimidade do príncipe dom Pedro. Aventureiro e arrivista, verdadeiro pícaro, como Estevinho Gonçalves ou Gil Braz de Santilhana.

Graças à proteção do conde dos Arcos e do marquês de vila Nova da Rainha, em cujo agrado caíra, ajudados do príncipe, conseguiu ser nomeado, em 1810, a um emprego de certo valor: Juiz de balança da casa da moeda. Mas, tendo raptado, com escândalo, uma mulher casada, esteve algum tempo banido da corte.

Mal regressava dom João VI a Portugal e Chalaça tornava à intimidade de dom Pedro, a quem acompanhava nas aventuras amorosas dele. Não o largava um instante durante os acontecimentos que precederam a independência. Estava a seu lado no dia histórico do Ipiranga e foi um dos primeiros que formaram, como simples soldado, a imperial guarda de honra.

Mandou confeccionar, segundo os modelos que apresentou, a primeira coroa imperial do Brasil e o grande cetro de ouro rematado pelo dragão heráldico da casa de Bragança. Criado particular, conselheiro privado e amigo inseparável do jovem imperador, Chalaça foi realizando, uma a uma, todas suas ambições, acumulando cargo: Secretário do gabinete imperial, intendente das cavalariaças do paço, conselheiro de estado e concessionário da extração do ouro. Em 1 de dezembro de 1823 foi nomeado oficial da secretaria de estado no negócio do império. Dois anos mais tarde, em 1825, pulando por cima de velhos e devotados funcionários, se viu promovido a oficial maior, o que equivale, hoje, a diretor geral. Ademais, tenente em 1823, capitão em 1824 e coronel em 1827, era o comandante da imperial guarda de honra criada pelo decreto de 1º de dezembro de 1822 e composta de três esquadrões de gente de prol: Um do Rio de Janeiro, um de São Paulo e um de Minas Gerais.

Seu peito se estrelava de condecoração: As placas das ordens de Cristo, da Torre e Espada, de São Leopoldo da Áustria, da Rosa e do Cruzeiro do Sul.

Os abusos que praticou, as prevaricações que cometeu e os inimigos que fez levantaram contra ele uma escandalosa grita. A opinião pública exigia seu afastamento e o marquês de Barbacena, à frente do ministério, fez ver ao soberano a conveniência de mandar embora Chalaça e outro valido do mesmo estofa, João da Rocha Pinto. Então, dom Pedro I o nomeou primeiro enviado extraordinário e encarregado de negócio do império do Brasil no reino de Nápoles. Francisco Gomes da Silva embarcou à Europa sob o pretexto de tratar da saúde mas não aceitou essa nomeação.

⁷² Libré - sf Uniforme que usam os criados de casas nobres. *Figurativo*: Aparência, exterioridade. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



Na Europa ocupou seu ócio escrevendo e publicando em Londres, respectivamente em 1830 e 1831, um folheto de crítica à *Exposição* do marquês de Barbacena e um livro intitulado *Memórias oferecidas à nação brasileira*. Dessa obra Sacramento Blake escreveu que é raríssima e preciosa pela luz que derrama sobre os fatos do primeiro reinado, *dos quais foi o autor testemunha e parte*. Nela se defendeu das acusações que lhe foram feitas.

Quando dom Pedro I do Brasil, como dom Pedro IV de Portugal, reconquistou esse país pra sua filha dona Maria II contra seu irmão dom Miguel, em 1833, Chalaça, lembrado de sua fiel dedicação ao ex-imperador, se apresentou pra o servir e foi nomeado secretário de estado da casa de Bragança. Morto seu imperial e real amigo, em 1834, continuou no exercício desse cargo e se tornou procurador titulado da imperatriz viúva dona Amélia.

Nascido em 1791, Chalaça viveu 61 anos, falecendo em Lisboa em 1852. Nenhum outro dos áulicos ou favoritos de dom Pedro I teve tanta influência nem foi mais fiel. A história ainda não pronunciou definitivo juízo sobre a personalidade de Francisco Gomes da Silva.



Dom Pedro I, o amor e a política

Toda gente sabe que nosso primeiro imperador, dom Pedro I, foi um dos grandes amorosos coroados, se contando às dezenas suas aventuras galantes no Rio de Janeiro. Veio, talvez, em grande parte dessas façanhas de amor, a popularidade de que gozou até que a mancebia pública e notória com a famosa marquesa de Santos, a pompadur⁷³ do primeiro reinado, como alguns a chamaram, pondo a bondosa imperatriz Leopoldina em situação humilhante, que a imprensa da época explorou à vontade, contribuiu, com outras razões de caráter político, à perda desse prestígio.

Os povos sempre gostaram dos reis cavaleiros, como dom Pedro I, guerreiros, esportivos, decididos, acessíveis, estabados, obedientes a seus instintos e impulsos naturais. Têm sempre pra seus galanteios, enquanto estes permanecem no âmbito das coisas puramente humanas e individuais, um sorriso de complacência e simpatia. Contudo, quando vão além desse limite e implicam na perda da majestade soberana ou na interferência feminina na administração e na política, franzem o sobrolho e condenam tais atitudes como indignas do poder soberano. Essa é a lição que nos dá a história através das nações e do tempo.

Enquanto sua majestade imperial, ótimo manobrador de soldados, excelente cocheiro de seges e traquitanas, magnífico cavaleiro, se aprouve de freqüentar modistas franceses da antiga rua do Ouvidor ou de saltar muros e janelas, na noite, pra colher os beijos de burguesas espevitadas, fidalgas levianas ou mulheres do povo deslumbradas pelos ouropéis do imperador, perdoou todos esses estouvamentos próprios duma mocidade ardente e sadia. Logo, porém, que viu instalada na cercania do paço da Boa-Vista, com posição de relevo na corte, mimada e adulada, exercendo uma espécie de advocacia administrativa, influenciando a escolha dos ministros, produzindo bastardos e estendendo, mesmo, as mãos ávidas à coroa, a amante oficial, a revolta e a indignação se manifestaram através dos papéis impressos, dos escritos anônimos, dos pasquins torpes e das inscrições noturnas em muros e paredes. Isso era demais!

A morte da imperatriz a sagrou vítima da comborça⁷⁴ imperial e trouxe contra essa tais ondas de suspeita e de impopularidade que o soberano se viu obrigado, depois de muita hesitação, à sacrificar. Surgiu, em conseqüência, a necessidade de novo casamento pro monarca brasileiro e nossas crônicas relatam o que foi a odisséia de seus diplomatas buscando uma noiva de sangue real, que se atrevesse a partilhar o leito conjugal cum imperador de país longínquo e mal conhecido, onde era proclamado um verdadeiro minotauro, um barba-azul.

Com repulsa clara ou subterfúgio aleatório as chancelarias européias afastaram qualquer idéia de tal casamento. As casas soberanas da Suécia, da Rússia e da Áustria, obedecendo não só aos mandados e interesses políticos do momento, como à má-fama

⁷³ Jeanne-Antoinette Poisson, marquesa de Pompadour, mais conhecida como Madame de Pompadour (Paris, 29 de dezembro de 1721– Versalhes, 15 de abril e 1764), filha dum rico e influente mercador expulso da França por corrupção, foi criada pra ser amante do rei Luís XV, da França. Teve aula de grego, inglês e piano, até que foi apresentada ao rei por seu tutor. Se tornou amante real e chegou a conselheira do rei, sendo uma das mulheres mais poderosas de sua época. Exemplo de elegância e inteligência influenciando politicamente as decisões reais, foi empreendedora, incentivando a fundação da fábrica de porcelana de Sevres. Nota do digitalizador. Extraído de Wikipedia.

⁷⁴ Comborça - sf Amásia de homem casado. Nota do digitalizador.



de que gozava dom Pedro I, evitaram arriscar suas princesas numa aventura matrimonial além do oceano. Enfim, marquês de Barbacena, gastando rios de dinheiro, conseguiu encontrar uma jovem de rara beleza mas não de sangue real muito puro, pra trazer aos braços ansiosos do monarca brasileiro. Foi a segunda imperatriz do Brasil, dona Amélia de Leuchtenberg, filha do príncipe Eugênio de Beauharnais, enteado de Napoleão Bonaparte e por ele nomeado vice-rei da Itália, o qual se casara com uma filha do duque da Baviera, pelo mesmo Napoleão elevado a rei.

Dom Pedro I, seduzido por sua formosura, parece que, de verdade, a amou, e ela, seduzida por suas altas, inegáveis qualidades de homem e de soldado, também lhe dedicou profunda afeição. O fato mais digno de nota é que o imperador, segundo parece, lhe foi tão fiel quanto era possível a seu árdego temperamento de verdadeiro *coureur de femmes*.⁷⁵ Na verdade, depois da segunda núpcia, não se conhece ligação que tivesse e as pouquíssimas aventuras a que os cronistas se referem, entre as quais uma nos Açores, quando ali preparava a invasão a Portugal, permanecem num véu de penumbra e mistério, que não permitem a um historiador consciencioso as aceitar sem maior exame.

É muito difícil que os amores dum monarca se mantenham no estreito limite de sua vida particular. O natural é que dela extravasem aos campos da administração e da política, não só porque a amante do soberano, cercada de lisonjeiros e oportunistas, acaba formando uma corte ao lado da corte oficial, o que a empavona de prestígio e glória mundana, como porque o próprio soberano há de procurar, se por ela está embeijado, como diz o povo, lhe satisfazer capricho, desejo e ambição. Vemos, na Bíblia, a famosa judia Ester se apoderar da alma do rei da Pérsia e mudar, a favor de seu povo, a política anti-judaica que o governo seguia. Vemos, em Heródoto, a cortesã de Naucrátis, Rodope, governar o faraó do Egito. Vemos, em Roma, o poderio público das amantes dos césares. Vemos, na idade média, o prestígio de Agnés Sorel. Vemos, ainda, mais perto de nós, Diana de Poitiers com Francisco I, Lavallière e Maintenon com Luís XIV, Pompadour e a du Barry com Luís XV.

Nosso rei cavaleiro, como veremos adiante, gostava de associar à política seus amores, de modo próprio. Em sua vida amorosa passou três períodos diversos: No primeiro amou a granel, com o entusiasmo da adolescência e da mocidade, as belas mulheres que se ofereceram a seus braços. No segundo se fixou numa paixão carnal violenta por dona Domitila, marquesa de Santos. No terceiro, já na idade de maior madureza, se entregou, de corpo e alma, ao amor legítimo e louvável pela formosa dona Amélia de Leuchtenberg.

Possui o Museu Histórico Nacional, em suas coleções, três inestimáveis relíquias que documentam as três fases amorosas da agitada e curta vida do fundador do império brasileiro, que morreu exausto de cansaço, luta e guerra, golfando o sangue dos pulmões desfeitos, com 34 anos de idade, por uma coincidência extraordinária na mesma sala do palácio de Queluz, onde nascera. A sala se denomina Dom Quixote e tem, nos painéis decorativos, a representação dos principais episódios da fantástica vida do herói de Cervantes, como se simbolizassem a vida quixotesca desse que foi dom Pedro I do Brasil e dom Pedro IV de Portugal.

A primeira dessas relíquias, que data da mocidade imperial, quando dom Pedro proclamou a independência de nosso país, é um sinete-berloque, destinado à cadeia do

⁷⁵ *Coureur de femmes* (francês): *Frequêntador de mulheres, libertino. Nota do digitalizador.*



relógio. Consta duma bela turmalina azul, gravada com esmero nas três faces. Com ela sua majestade, naquele tempo em que ainda se não se inventara o envelope, se dobrando e lacrando o papel da própria carta, apunha seu selo às missivas que enviava. Numa das faces a marca destinada às epístolas de caráter oficial: Dentro duma cercadura elíptica, com a legenda patriótica *independência ou morte*, sua sigla ou monograma, em cursivo. Na outra o carimbo pra correspondência de amizade: Um cisne nadando, símbolo de pureza de intenção, e o dístico, em francês, como era da elegância de seu tempo, *Je pense*. Na terceira, uma pena e um coração, com o lema, que sempre desmentira na prática amorosa: *Sempre sincero*. Esse era o sinete das cartas e bilhetes de amor...

A segunda relíquia mostra como, a exemplo do sinete-berloque, se misturavam o amor e a política no pensamento imperial. Ela concretiza essa justaposição que o berloque já deixa entrever. Se trata duma carta de dom Pedro à marquesa de Santos, oferta do presidente Epitácio Pessoa ao Museu Histórico. Diz assim:

Meu amor e meu tudo. No dia em que fazia três anos que comecei esta amizade contigo, assino o tratado de nosso reconhecimento como império por Portugal. Hoje que fizeste vinte e sete recebo a agradável notícia de que no Tejo tremulara em todas as embarcações nele surtas o pavilhão imperial, efeito da ratificação do tratado por el-rey meu augusto pai. Quanto há pra notar tal combinação de acontecimentos políticos com nossos domésticos e tão particulares! Aqui há o que quer que seja de misterioso que eu ainda, por hora, não diviso, mas que indica que a providência vela sobre nós (e se não é pecado) até como que aprova nossa tão cordial amizade, com tão célebres combinações. Como estou certo que tomas parte e bem a peito na felicidade ou infelicidade de nossa cara pátria, por isso tive a lembrança de escrever a ti.

Este teu fiel, constante, desvelado, grato e verdadeiro amigo, e amante do fundo da alma, O Imperador.

P. S. Não respondas pra não te incomodar, e perdoes a carta ser tão grande. Por maior que fosse ainda não diria o que querem dizer tais combinações.

Em nenhum documento amoroso se pode encontrar maior prova de sua combinação, na linguagem imperial, da política com o amor, levando de permeio, sacrilegamente, a providência divina. A assinatura da epístola é digna de nota. O soberano, apaixonado como um rapazola, a firmou, não com seu nome pessoal, Pedro, ou, como noutras, com os apelidos que lhe dava na alcova a marquesa de Santos e que são conhecidos: Demonão e Fogo-foguinho, mas com a chancela em letra graúda de seus decretos, a rubrica de soberano: O imperador!

Passemos à terceira relíquia desse amor misturado à vida pública da nação. É a magnífica placa de dignitário da ordem imperial da Rosa, criada pra comemorar o casamento de dom Pedro I com dona Amélia, linda estrela de esmalte branco sob a coroa do império, repousando sobre um resplendor de ouro e circulada por uma romântica guirlanda de rosas desabrochadas. Nessa flor, o entusiasmo amoroso do monarca simbolizara a peregrina beleza da jovem imperatriz. No centro, em monograma, as iniciais entrelaçadas P. A., Pedro e Amélia. Em torno a legenda *Amor e fidelidade*.

Foi assim que dom Pedro I fez seus amores entrarem na história do Brasil.



Dom Pedro I e a Maçonaria

Todos os estudiosos de nossa história conhecem de sobra o importante papel que a Maçonaria representou nos pródromos⁷⁶ de nossa emancipação política. Quase sem exceção, os grandes vultos políticos e militares dessa época estavam filiados às sociedades secretas. As lojas de São Paulo e do Rio de Janeiro atuavam por trás das personalidades em evidência. Até membros do clero, a despeito da excomunhão *ipso facto* pronunciada pelo papado desde os breves de 1738 e 1751, a elas se achavam filiados.

A atividade maçônica no Brasil vinha se acentuando desde o entardecer do século 18. Foi muito silenciosa até 1815, quando se fundou a famosa loja *Comércio e Arte*, que funcionou na casa de doutor José Joaquim Vahia, na pedreira da Glória, e, depois, na do capitão-de-mar-e-guerra Domingos de Ataíde Moncorvo, em Niterói. No ano de 1816 havia cinco lojas regulares em Pernambuco. Em 1821, se montou o *Poder Maçônico* brasileiro do Rio e em 1822 se fundou, afinal, o *Grande Oriente do Brasil*, do qual decorreram as duas famosas lojas de Niterói: *União e Tranqüilidade* e *Esperança da Vitória*. Houve mais em Niterói a *Distinta* ou *Distintiva*, que parecia datar de 1821. E, segundo Gonçalves Ledo e José Bonifácio, é de crer que a primeira loja maçônica regular no Brasil foi a *Reunião*, estabelecida em 1801.

Em sua atuação em prol da independência, a Maçonaria procurou a condicionar a uma verdadeira transação entre os elementos nacionais conservadores e os mais avançados, que queriam logo a república. Os outros a repeliam. Daí se tomar como base a permanência da dinastia bragantina num império constitucional e democrático. A república viria a seu tempo, como veio, coroando a obra. Tudo se fazia sob o influxo das idéias do racionalismo filosófico lançado ao mundo pela Enciclopédia. O príncipe dom Pedro, regente do reino do Brasil na ausência do pai, dom João VI, de retorno à Europa, cooperou de bom grado com o movimento que o empurrava a um trono imperial. Mas, pensando se servir da Maçonaria a ela é que estava servindo.

Em 13 de maio de 1822 o brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto propôs que a Maçonaria conferisse a dom Pedro o título de protetor e defensor perpétuo do Brasil, pra que, à dignidade de regente, emanada do soberano português, se juntasse outra, outorgada pelo povo. Dom Pedro, se lembrando de Cromwell, não aceitou a palavra *protetor* e ficou somente *defensor perpétuo*. Então a Maçonaria funcionava na antiga rua da Ajuda, em casa de Joaquim José da Rocha.

Ali começou a trama pra forçar o príncipe a ficar no Brasil, desobedecendo ao chamado da metrópole e inutilizando a ação da tropa portuguesa do comando do General Avilez. O *fico* foi a porta aberta ao grito de *Independência ou morte!*. Quando dom Pedro seguiu ao interior, pra conquistar o apoio de Minas e São Paulo, a Maçonaria decidiu o receber em seu seio e lhe dar o malhete de grão-mestre. Na mesma noite de seu regresso, da Paulicéia, tomou posse do cargo. Fora, sem dúvida, José Bonifácio quem cuidadosamente o guiara até o seio da Loja. Era ele, então, o Grão-Mestre em exercício. Tomou o imperador como maçã a alcunha ou nome-de-guerra de

⁷⁶ Pródromos - sm Sinal anunciador, primeiros indícios dalguma coisa: *Os pródromos duma rebelião. Medicina: Sintoma que precede uma doença: Os pródromos do tifo. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.*



Guatimozin. Iniciado como aprendiz, em oito dias galgara todos os graus até o último. E Menezes Drummond conta que, no dia de sua aclamação, o imperador se achava rodeado de todos os irmãos trazendo armas ocultas.

Mesmo antes de proclamada a independência e de se instituir o império brasileiro, se formaram no seio da Maçonaria duas facções rivais, a de Gonçalves Ledo e a de José Bonifácio, que dirigia os mais conservadores. O outro os mais liberais, os mais avançados. Girondinos e jacobinos. Por isso o patriarca deixou o Grande Oriente e fundou o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz. Dom Pedro foi eleito seu arconte-rei e José Bonifácio, cônsul. Ambos prestaram juramento em 22 de junho de 1822.

O imperador, como se vê, pertencia às duas facções maçônicas e procurou navegar entre elas sem choque brusco. Todavia a de Ledo exigiu dele o juramento prévio da constituição que se votaria. Dom Pedro se rebelou e, assomado de gênio como era, mandou, na qualidade de grão-mestre, a Gonçalves Ledo a seguinte prancha: Cumprindo fazer certas averiguações públicas como particulares na Maçonaria, mando primo como Grão-Mestre que os trabalhos da maçonaria se suspendam até segunda ordem minha. É o que tenho a vos participar agora. Me resta reiterar meu protesto como irmão. Pedro Guatimozin, Grão-Mestre.

Seco e expressivo. Ledo se submeteu mas lançou a marquesa de Santos contra José Bonifácio. O imperador, numa noite chuvosa, à frente de 50 soldados do regimento de artilharia montada, entrou na sede do apostolado, na Guarda Velha, onde hoje fica o Tabuleiro da Baiana, fechou o templo e mandou carregar os arquivos a lugar seguro.

A luta entre o soberano e as facções maçônicas continuou, dali a diante, sem remissão até a queda de sua majestade na madrugada de 7 de abril de 1831, provocada por aqueles mesmos liberais exaltados que já pensavam em república. Um de seus jornais dizia, nessa ocasião, estas palavras significativas: O perjuro abdicou. O devemos deixar partir em paz, podendo colher livremente os frutos das traições cometidas contra nós. Confissão mais do que clara.

Chegaram a nossos dias as insígnias maçônicas usadas por dom Pedro. Estão guardadas no Museu Histórico, ao qual foram doadas pela viscondessa de Cavalcanti, cujo marido, um dos estadistas do império, as conservava com o maior carinho. São as seguintes: Faixa bordada a seda e ouro com a águia bicéfala de cavaleiro Kadosch como pendente; avental de Grão-Mestre com a figura do Templo à sombra da Acácia; malhete de sinais, de bronze dourado, com o nome do imperador gravado em relevo; finíssimo espadim de lâmina de Toledo e punho de latão dourado e filigranado.

Ao lado dessas preciosas relíquias há outra encontrada nos desvãos do paço de São Cristóvão, quando o mesmo foi entregue ao Museu Nacional. Se trata dum gládio maçônico grande e forte, de punho singelo e bainha de veludo vermelho. É de supor que também pertencera a dom Pedro I, de vez que dom Pedro II nunca fez parte, que se saiba, de qualquer sociedade secreta. Talvez seja o gládio de arconte-rei no Apostolado.

Tais peças recordam aos brasileiros de hoje o papel representado junto à Maçonaria pelo imperador dom Pedro I, guatimozin e arconte-rei ao mesmo tempo.



A morte de Líbero Badaró

João Batista Líbero Badaró nasceu, em 1798, na cidade marítima de Laigueglia, na Itália. Nessa ocasião as idéias da revolução francesa eram impostas *manu militari* na península e, na região em que se incluía aquela cidade, fora instituída a efêmera república da Ligúria. Poucos anos depois a espada vitoriosa de Napoleão Bonaparte a anexaria ao território francês. Era filho dum médico, doutor Andréa Badaró, cujo culto ao idealismo revolucionário se depreende do próprio nome que impôs a seu descendente na pia batismal: Líbero, o Livre. Se educou, pois, dentro da craveira espiritual paterna, e se formou em medicina, lhe seguindo o exemplo.

Líbero Badaró era homem de espírito e cultura, sobretudo nos ramos da zoologia e da botânica, tendo realizado algumas pesquisas em ambos e publicado trabalhos a respeito. Aos 28 anos de idade, portanto em 1826, quatro anos após nossa independência política, se transferiu ao Brasil. Se ignora o verdadeiro motivo dessa mudança. Os biógrafos de Badaró, como Joaquim Antônio Pinto Júnior ou Argemiro da Silveira, alegam que o Brasil era seu sonho dourado e que, além do desejo de estudar nossa flora, o clima revolucionário da época, em nosso país, o tentava. Não documentam, porém, o que afirmam. É lícito, pois, convir que essas razões de caráter político foram as principais, em vista do ambiente ideológico em que Badaró se criara e do sentido internacionalista do mesmo, sobretudo na Itália, onde pululavam as sociedades secretas com esse caráter.

Na chegada Líbero Badaró demorou no Rio de Janeiro, colecionando exemplares de nossa flora, escrevendo uma monografia sobre trepadeiras e fetos, fazendo relações pessoais e clinicando. Em 1827 o governo imperial criou os cursos jurídicos, instituindo as faculdades de direito de Olinda e São Paulo. Nossos estudantes nessas matérias já não precisavam mais ir à velha Coimbra. E a mocidade que freqüentaria essas escolas superiores se apresentava, naturalmente, como uma massa plástica na qual se poderia facilmente moldar a mentalidade futura de nossa sociedade.

Daí certamente o interesse de acorrerem a São Paulo elementos alienígenas formados nas idéias revolucionárias do século, a fim das transmitirem, através do ensino, às novas gerações brasileiras. É o que se infere através de certos períodos dum de seus biógrafos: Seu coração sempre ardera pelo amor à liberdade sob cujos auspícios nascera. Suas virtudes e instrução o dispuseram a se prestar, naturalmente, pra tudo o que fosse dirigido a beneficiar a espécie humana. E a esperança de lhe ser útil com seu conhecimento, unida aos convites dum grande multiplicidade de vozes que se erguiam de toda parte contra os inimigos do sistema político estabelecido e jurado, o determinaram a desposar a causa desse mesmo sistema e a levantar, como escritor público, a espada sobre as indignidades e as maquinações dos perversos, se fazendo aos povos intérprete da razão e da lei e o órgão geral dos sentimentos da gente livre e cordata. Quem quiser entender direito que entenda.

É muito curioso um estrangeiro que, sem motivo aparente, vem ao Brasil numa quadra agitada da história dele e aqui, mal decorrido um ano da chegada, já se acha no ponto de entrar na vida pública nacional e nela atuar como um intérprete da razão, da lei e dos sentimentos. Se pergunta logicamente: Que credencial tinha perante o Brasil que nunca ajudara a construir, nem a defender, esse italiano, pra exercer tal mandato?

Em 1828, segundo Azevedo Marques, temos Badaró em São Paulo, herborizando e



clenicando, mas de olhos fitos no novo curso jurídico. Tanto assim que, nesse mesmo ano, se ofereceu e foi aceito pra ensinar gratuitamente na cadeira de geometria, enquanto não chegasse o professor nomeado pra mesma. Ainda falava mal nossa língua, o que lhe criou não pequenas dificuldades. Residia na rua Nova de São José, hoje crismada com seu nome, e sua casa era ponto de reunião de estudantes. Tinha excentricidade e pisava duro, pesadamente, com sapatos de sola grossa, donde seu apelido de *o Botas*.

Em 1829 esse estrangeiro lançou um jornal político sob o título de *O Observador Constitucional*, censurando as autoridades, criticando as leis e atacando as pessoas que não estavam nas medidas a priori traçadas em seu espírito desde as terras européias. Em 1830 o vice-presidente da província, no exercício da presidência, e bispo diocesano, dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, homem de bem, carregado de serviços à religião e à pátria, oficiava ao governo imperial dizendo que o redator de *O Observador* era um italiano, de nome Badaró, que em 1828 aqui mandou o deputado Costa Carvalho, e entrou nesta cidade com o título de grande médico, mas esse crédito em breve tempo desapareceu. Depois, não tendo ainda chegado o professor de geometria, se ofereceu pra ensinar essa ciência gratuitamente, lhe permiti e franqueei uma sala nos baixos da casa do governo. De fato, ensinou perto dum ano, com a desgraça que nenhum de seus discípulos aproveitou. Por fim, não se verificando nele o verso latino *Dat Galenus opes*,⁷⁷ etc., passou, por acaso, a redator daquela folha, que tem extração pelos continuados ataques e achincalhações às autoridades, e pelas correspondências de intriga de que é cheia. Sendo essas matérias que a gente miúda lê com apetite, ao menos por ser a que pode entender.

Vemos, assim, que o italiano, sem raiz em nossa terra, logo de entrada nela se arrogava o direito de meter o bedelho em sua vida política e não respeitava fosse quem fosse. Nem a magistratura na pessoa do ouvidor e desembargador doutor Cândido Ladislau Japiauçu, cujo grande crime, segundo um ofício da câmara municipal ao conselho do governo da província, fora ameaçar de prisão os liberais que haviam iluminado as fachadas de suas casas, quando, em França, no ano de 1830, os revolucionários derrubaram os Bourbon. Grande crime na verdade perante o revolucionarismo internacional!

Nesse mesmo ano, o *Observador Constitucional* apontou suas baterias à pessoa do monarca. No artigo com que se apresentara ao público, esse jornal se dizia órgão duma sociedade de estrangeiros, o que o punha justamente fora das paixões locais e apto à tarefa de criticar os acontecimentos. Pois esses estrangeiros, tendo à frente Badaró, nem respeitavam a pessoa do chefe da nação que os acolhera.

Na noite de 20 de novembro de 1830 dois indivíduos, um dos quais era o alemão Henrique Stock, se emboscaram junto à casa onde residia Badaró, na rua São José, do lado esquerdo de quem vai ao largo de São Francisco. Fazia luar, passavam serenatas e eles se cosiam à sombra das paredes. Passou por eles o marceneiro inglês Roberto

⁷⁷ **Dat Galenus opes, dat Iustinianus honores, pauper Aristoteles cogitur ire pede.** Galeno (*a medicina*) dá riqueza, Justiniano (*o direito*) dá honra, o pobre Aristóteles (*a filosofia*) é obrigado a andar a pé. **Dat Galenus opes, dat sanctio Iustiniana, ab aliis paleas, ab istis colligis grana.** [Rezende 1117]. Galeno (*a medicina*) dá riquezas, também as dá a lei de Justiniano (*o direito*). Das outras profissões colherás palhas, dessas colherás grãos. Nota do digitalizador. Extraído de *Dicionário de expressões e frases latinas*, compilado por Henerik Kocher: http://www.psleo.com.br/fr_lat_d1.htm



Watkins, que reconheceu Stock e, em resposta às suas pilhérias, mandou fosse cozinhar a bebedeira em casa. Quando Badaró veio a sua residência, desembocado na rua Direita, o citado alemão se aproximou, puxou com ele rápida conversa e lhe deu um tiro de pistola no baixo-ventre com a arma que trazia escondida sob a japona. O jornalista italiano tombou mortalmente ferido, gritando socorro.

Muita gente correu ao local, o assassino e o indivíduo que o acompanhava fugiram, as autoridades não foram encontradas e, transportado a seu leito, Libero Badaró esperou a morte. Se confessou e comungou no dia 21 ao redor de 11 horas da manhã e faleceu às 10 horas da noite, dizem que perdoando seus assassinos e pronunciando estas palavras célebres: *Morreu um liberal mas não morreu a liberdade!*⁷⁸

O povo, indignado com o crime, exigiu do comandante das armas, coronel Carlos Maria Oliva, a prisão dos matadores, que se julgava serem três alemães, entre os quais o de nome Stock, nalguns documentos denominado Henrique e noutros Simão. Foram agarrados, dois deles na casa do ouvidor Japiáçu, onde se refugiaram, e entregues ao juiz criminal.

O enterro de Badaró na noite de 22 de novembro, à luz de tocha, teve grande pompa e concorrência.

No processo que se fez, se viram implicados no crime os alemães e doutor Japiáçu, que, tendo a vida ameaçada pelo povilú, foi remetido preso ao Rio de Janeiro, onde sua inocência se provou e reconheceu. Stock foi condenado, porém, dizem alguns, que era inocente também, que outro praticara o crime. Profundo mistério envolve o assassinio de Líbero Badaró. Se contava que a ordem pra o matar fora levada da corte pelo tenente de caçadores Carlos José da Costa, que se conluiara com Stock na chácara de doutor Justiniano de Melo Franco, no Brás. Se acusou de mandante do crime o próprio imperador dom Pedro I. Quando, em maré de impopularidade, o monarca visitou Minas, os sinos de Ouro Preto o receberam ao dobre de finados pela alma de Líbero Badaró. No entanto, nenhuma prova se exibiu de participação sua no caso. Se diz, ainda, que o verdadeiro assassino era o citado tenente, não tendo Stock feito mais do que lhe apontar a vítima que não conhecia. Esse militar acabou a vida na maior miséria e no maior abandono, em Santos. Alguns cronistas do assunto opinam que obedeceu às sugestões ou ordens da sociedade secreta denominada Colunas do Trono, a qual fora criada por José Clemente Pereira e cujos membros se intitulavam colunistas-clementistas. A verdade é que nada se sabe ao certo sobre essa morte que abalou a opinião paulista em 1830 e muito contribuiu pra diminuir o prestígio popular de que gozava nosso primeiro imperador.

Em 1889, os restos mortais de Líbero Badaró, que se encontravam na igreja do Carmo, foram trasladados ao cemitério da Consolação, onde repousam num túmulo de mármore com este epitáfio:

*São Paulo, 21 novembre 1889
Alla mano dal sicario
All'ingiuria del tempo
Vendicano*

⁷⁸ Sempre inventam frase de efeito pra enfeitar a história, como *Um pequeno passo ao homem e um grande passo à humanidade*, com referência ao primeiro homem a pisar na Lua (uma farsa monumental o próprio evento, imagines a frase), ou *Saio da vida pra entrar na história*, suposto bilhete do suicida Getúlio Vargas. Tudo mentira. Nota do digitalizador.

Gustavo Barroso
Brasil

Segredos e revelações da história do



*In G. B. Libero Badarò
Il pensiero del filosofo
Il cuore del medico e del cittadino
L'umanità
XXI novembre MDCCCXXX*

São Paulo, 21 de novembro de 1889
Na mão do sicário
À injúria do tempo
Vemos
Em G. B. Líbero Badaró
O pensamento do filósofo
O coração do médico e do cidadão
À humanidade
21 de novembro de 1830

A transladação, porém, não foi feita no dia 21, como consta da epigrafia tumular, e sim no dia 24, domingo, devido às perturbações trazidas à vida da cidade pela proclamação da república no dia 15.



O sacrifício do imperador

De fim de março a princípio de abril de 1831 a cidade do Rio de Janeiro fervilhava de boatos que tornavam pesado o ambiente político. Se sentia uma revolução no ar que se respirava. De 14 a 15 de março, quando os partidários de dom Pedro I, então acoimados de portugueses, embora entre eles houvesse lusos e brasileiros, festejavam a volta, do imperador, da viagem a Minas Gerais com bródios e luminárias, estalara pavoroso conflito que passaria à história com o título de *Noite das garrafadas*, naturalmente porque as armas mais usadas pra desancar os adversários foram as garrafas da própria festa. Dali a diante a beataria não deu mais trégua aos espíritos. Verdadeira guerra de nervo ou guerra fria, como se diz.

Se dizia que dom Pedro I estava entregue, de corpo e alma, aos corcundas, marotos, bicudos ou portugueses que aderiram à independência pra destruir, reconduzindo os brasileiros ao regime colonial de que se libertaram. Se afirmava que essa gente escondia armamento com que pretendia, de súbito, atacar os quartéis, se apossando dos depósitos, inutilizando a guarnição militar e ocupando os pontos estratégicos da capital do império. Essa conjura visava, em primeiro lugar, se apoderar da artilharia pra com ela esmagar os patriotas nas ruas. Os jornais avolumavam mais ainda a tensão existente com artigos incendiários. Ela se propagava às províncias, onde havia desordem. Se lembrava o exemplo do povo de Paris, que, no ano anterior, 1830, erguera barricadas, desafiara as tropas e expulsara o rei Carlos X.

Os liberais-exaltados, como eram chamados, promoviam ajuntamento, arenga e conflito, sobretudo na proximidade dos quartéis. Assim se mantinha uma contínua efervescência de ânimo. O imperador organizara, em 19 de março, um ministério que não conseguiu pôr ordem nas ruas. Em 5 de abril o despediu e formou outro do qual faziam parte velhos estadistas de origem portuguesa e de espírito conservador, então considerados reacionários, como, por exemplo, os marqueses de Inhambupe e de Paranaguá.

Esse foi o pretexto pra rebelião. Em 6 de abril corria na cidade que a polícia prendera os dois grandes corifeus liberais Evaristo da Veiga e Nicolau de Campos Vergueiro. O populacho se aglomerou nas esquinas e era habilmente conduzido a uma espécie de concentração no campo de Santana, onde pronunciavam discursos inflamados deputado Odorico Mendes Vieira e jornalista Borges da Fonseca. A esse comício compareceram os juízes-de-paz dos distritos próximos, que receberam a incumbência de ir ao paço da Boa Vista, em São Cristóvão, pedir ao soberano, em nome do povo, a reintegração do ministério demitido. Dom Pedro I repeliu a exigência como atentatória à dignidade do poder que exercia.

Na noite, crescendo a agitação, os deputados opositoristas Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Custódio Dias, Henriques de Rezende, Limpo de Abreu e Martiniano de Alencar conseguiram a adesão do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro duque de Caxias, cujas tropas ocupavam o campo de Santana por ordem do governo, a fim de enfrentar qualquer manifestação popular. Esse general foi ao paço da Boa Vista se entender com o imperador sobre a gravidade da situação. Dom Pedro lhe disse, sem subterfúgio, que a agitação contra o ministério era simples pretexto, que sua pessoa era visada no movimento e que os liberais desejavam o defenestrar do trono. Nada menos e nada mais. Por isso não cedia uma linha.



Enquanto o brigadeiro Lima e Silva ia e vinha, suas tropas, cercadas de manifestante, incitadas pelos discursos e influenciadas pelo ambiente, fraternizavam com a massa popular e seus agitadores. Assim viu o general que já não contava mais com sua disciplina e mandou major Miguel de Frias comunicar ao monarca que o exército agora apoiava a reclamação do povo e exigia uma resposta breve. Se punha, assim, à frente do movimento que não poderia mais deter. Dom Pedro I, aconselhado a ceder, mandara procurar senador Nicolau de Campos Vergueiro, que era liberal e popular, pra lhe entregar a tarefa de constituir novo ministério. Miguel de Frias permaneceu no paço da Boa Vista esperando essa providência. Mas não houve meio de se encontrar o senador Vergueiro, o tempo passava, a agitação crescia e era preciso resolver a grave situação.

Enquanto isso as tropas que guardavam o imperador em São Cristóvão, aliciadas por enviados das do Campo de Santana, pouco a pouco o foram abandonando no decurso da noite. Primeiro o regimento de artilharia montada. Enfim o próprio batalhão do imperador, do qual somente lhe ficou fiel major Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Conta monsenhor Pinto de Campos, biógrafo do grande soldado, a propósito, este magnífico episódio:

Consultado pelo soberano sobre a situação, major Lima e Silva disse: Se sua majestade quiser debelar o movimento nada será mais fácil. Bastará seguir, nesta mesma noite, à fazenda de Santa Cruz e ali reunir as milícias, à frente das quais estou pronto pra me colocar, devendo estacionar no Campinho os postos avançados. Se, porém, se adotar este alvitre, deverá ser acompanhado dum decreto, concedendo baixa a todos os soldados da primeira linha, que a quiserem, pois, feito isso, dentro de 24 horas, os oficiais se acharão sós. A esse conselho, o imperador respondeu: O expediente proposto é digno de major Lima e Silva mas não o aceito porque não quero que por minha causa se derrame uma só gota de sangue brasileiro...

Desalentado ante a revolta e a traição, dom Pedro I abdicou no filho pequenino, que seria dom Pedro II, na madrugada de 7 de abril, se acolhendo com a imperatriz dona Amélia e sua filha dona Maria II de Portugal a bordo da fragata inglesa *Warspite*, surta no porto. Dela se passou à *Volage* que o levou à Europa. Ia, como dom Pedro IV de Portugal, escrever o último capítulo de sua vida cavalheiresca e gloriosa, reconquistando nos azares da guerra civil, do irmão dom Miguel, o trono de sua filha. Se esperava desde 1830 no Brasil a repercussão do movimento em França contra Carlos X. O disse, em francês, aos membros do corpo diplomático estrangeiro que o visitaram na *Warspite*, na manhã de 7 de abril: Je me suis attendu à une révolution dans ce pays-ci après ce qui était en France... J'ai été trahi depuis longtemps... (Esperei uma revolução neste país depois do que acontecia na França... Eu vinha sendo traído há muito tempo...).

Antes de partir escreveu ao filho de cinco anos de idade esta página de antologia:

Meu querido filho e meu imperador. Muito te agradeço a carta que me escreveste, mal a pude ler, pois as lágrimas eram tantas que me impediam de a ver, agora que estou, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta pra te agradecer a tua e pra te certificar que, enquanto vida tiveres, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria, amigos, não pode haver maior sacrifício, mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Te lembres de teu pai, ames tua, minha pátria, sigas os conselhos que te derem aqueles que cuidam de tua educação e contes que



o mundo te admirará e que hei de me encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Me retiro à Europa: Assim é necessário pra que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa, ao futuro chegar naquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu filho. Recebas a bênção de teu pai, que se retira saudosos e sem mais esperança de te ver.

Dom Pedro de Alcântara

Pai e filho nunca mais se viram. Durante uma década, o Brasil não sossegou. O sangue que dom Pedro I, recusando o conselho leonino de Caxias, não quis derramar, os brasileiros fizeram correr nas aras da anarquia de norte a sul do país. Cabanos no Pará, balaios no Maranhão, pintistas no Ceará, setembristas e decembristas em Pernambuco, sabinos na Bahia, liberais em São Paulo, luzias em Minas e farrapos do Rio Grande do Sul a Santa Catarina, todos não tiveram o mesmo escrúpulo do monarca em o poupar.

Com 36 anos de idade apenas, esgotado por uma vida dinâmica, dom Pedro I faleceu em 24 de setembro de 1834, no paço de Queluz, no mesmo aposento onde nascera em 12 de outubro de 1798, a sala Dom Quixote, ilustrada com painéis da vida do cavaleiro andante, cujo destino parecia o paradigma do seu. Ali, antes de fechar os olhos pro derradeiro sono, ante a pergunta da filha sobre qual sua última vontade, respondeu que desejaria ver um soldado do batalhão de caçadores 5, do qual era coronel honorário e que o acompanhara dos Açores do Mindelo, combatendo, sob suas ordens, no cerco ao Porto. O duque da Terceira mandou vir um cabo desse batalhão, que se ajoelhou em pranto ao pé do leito onde agonizava o rei de Portugal e imperador do Brasil. E dom Pedro adormeceu na morte, pousando os olhos enevoados e a mão álgida na fardeta cor de pinhão com chouriças, canhões e gola verdes dum dos heróis que comandara.

O primeiro imperador do Brasil teve a morte emocionante dum soldado.



Paixão e morte de Pinto Madeira

Poucos são os episódios de nossa história tão dramáticos como os da paixão e morte do coronel de milícia e potentado sertanejo do sul do Ceará, Joaquim Pinto Madeira. Em 7 de abril de 1831 dom Pedro I, forçado a abdicar por uma sublevação maçônica militar, partira à Europa, ficando no governo do país uma regência composta pelo brigadeiro Lima e Silva, Costa Carvalho e Bráulio Muniz. Em dezembro do mesmo ano Pinto Madeira se levantou em armas na vila do Jardim e marchou sobre a do Crato, onde entrou em 2 de janeiro de 1832 e lançou uma proclamação aos brasileiros, declarando que desafrontaria a honra da nação e a pessoa do soberano expulso, restabelecendo o respeito ao trono e à religião católica. Pelo teor desse documento, que chegou até nossos dias, se depreende que o chefe rebelde esperava repercutir seu movimento no resto do país, o que não aconteceu, ficando isolado no remoto Cariri.

Era Pinto Madeira membro duma sociedade secreta que existia em Recife desde 1829, com o nome de *Colunas do Trono*, a qual dispunha de jornais e elementos de prestígio e cuja finalidade era apoiar nosso primeiro imperador na luta contra os liberais. Possivelmente contava com essa gente que lhe faltou ou foi malfeita a articulação com ela. Não se pode fazer juízo sobre o assunto por falta de documentação precisa. O que se sabe é que, coronel de milícia desde as lutas de 1817 e 1824 contra a coroa real ou imperial, se distinguira como fiel e entusiasta partidário da monarquia.

Assessorava a Pinto Madeira outro realista de fama, vigário do Jardim, padre Antônio Manuel de Souza, conhecido, depois do movimento de 1831, revolução Pintista ou pintismo, pela antonomásia de padre Benze-Cacete. Isto porque os matutos sublevados, faltos de arma-de-fogo, nem tendo facão ou faca, se armavam de bons cacetes de pequiá, jucá, canela-de-veado e pau-ferro, que lhe levavam pra benzer. Eram tantos milhares de sertanejos que o vigário se cansou de benzer os quirins e, pra abreviar o feito, benzeu um capão de mato e mandou que dele tirassem os paus de que precisavam.

Vencera Pinto Madeira o combate do Buriti, antes de ocupar o Crato, mas, em sua marcha sobre a vila de Missão Velha, foi derrotado pelos milicianos de coronel Agostinho José Tomás de Aquino, homem sanguinário e cruel, e pela tropa de linha de tenente Antônio Cavalcanti de Albuquerque. Essas forças se antepuseram à chuaneria pintista por ordem das autoridades regionais, enquanto não chegava o chefe militar designado pela regência pra restabelecer a ordem. Foi esse general Labatut, herói da guerra da independência na Bahia, que desembarcou em Fortaleza no dia 23 de julho de 1832, à frente de 200 soldados de infantaria do exército.

Logo marchou ao sertão, que encontrou saqueado e talado de maneira horrorosa pelas forças legais, segundo declarou em ofício à regência, datado de 11 de outubro de 1832. Reclamava nele uma devassa e a punição dos réus de horrosos atentados e nefandas atrocidades. Esses bárbaros legalistas, no dizer do bravo general, mataram os prisioneiros, queimado as casas e roças, roubado o gado, confiscado os bens, recebido suborno e desrespeitado as mulheres.

Labatut era humano. Preferiu dominar o movimento sem derramar sangue brasileiro numa luta estéril. Concentrou suas forças no acampamento do Conventinho, perto de Crato, e mandou aos chefes pintistas uma proclamação, concitando todos a deporem as



armas sob a promessa do respeito a suas vidas e direitos. A assinava como comandante da divisão pacificadora do norte e a lançara, ainda a bordo do brigue *Alcides*, no porto de Fortaleza, em 22 de julho de 1832.

Sem esperança de auxílio na luta que sustentavam, Pinto Madeira e padre Souza, sabendo que o general já tratara humanamente outros rebeldes, se renderam em 3 de novembro de 1832, à frente de mais de três mil homens. Labatut cumpriu sua palavra e mandou os dois caudilhos sertanejos a Recife sob a guarda dum oficial de sua inteira confiança, capitão Joaquim da Silva Santiago, que os entregou ao presidente de Pernambuco, Bernardo Luís Ferreira, o qual os devia remeter ao Rio de Janeiro, onde deveriam ser julgados.

Em 12 de dezembro do mesmo ano, o futuro marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, desautorizava como ministro o nobre procedimento de Labatut. Pinto Madeira e Vigário do Jardim estiveram presos na fortaleza do Brum, foram transferidos ao porão da escuna *União* e embarcados, depois, no paquete *Pedro I*, pra seguirem ao Rio de Janeiro. Influências poderosas, na última hora, os fizeram voltar àquele porão, pois se argumentava que seu julgamento na corte seria injúria à justiça do Ceará, onde cometeram o crime de sedição.

O vice-presidente de Pernambuco em exercício da presidência, Manuel Zeferino dos Santos, teve escrúpulos em entregar os presos àquela Justiça, da qual se dizia em praga ou prolóquio⁷⁹ popular no Nordeste: *Justiça do Ceará te persiga!* Oficiou, consultando a regência, impregnado do famoso horror à responsabilidade. Enquanto os papéis iam e vinham, a desordem campeava no sertão cearense com a retirada das forças de Labatut e a explosão de ódios locais.

Escolheu a regência um presidente capaz de acabar com essa anarquia, o enérgico padre José Martiniano de Alencar, futuro senador do império, ex-revolucionário de 1824, inimigo de dom Pedro I. Já se estava em 1834. No ano anterior Pinto Madeira e o Benze-Cacete, por ordem do governo regencial, foram mandados de Recife à cadeia de São Luís do Maranhão. Começava sua paixão. Andavam de Herodes a Pilatos.

Em 15 de outubro de 1834 o paquete *Patagônia* trouxe, a Fortaleza, Pinto Madeira, requisitado do Maranhão pra responder a júri em Crato pelo antecessor de Martiniano de Alencar na presidência da província, coronel Inácio Correia de Vasconcelos. O vigário Antônio Manuel de Souza ficara doente em São Luís.

O preso seguiu, escoltado, ao Cariri, entrando, depois de 33 dias de viagem, na vila de Crato amarrado ao lombo dum cavalo magro que um soldado puxava. Trazia algemas grosseiras nos pulsos feridos. Muita gente nas ruas vendo aquilo, em geral cabisbaixa, triste. O lançaram à cadeia da câmara e convocaram o júri em sessão extraordinária. Perante ele Pinto Madeira compareceu, em primeira vez, no dia 26 de novembro. O presidiu o tenente-coronel de ordenança José Vitoriano Maciel, que morreu aos oitenta anos na maior miséria. Foi promotor de justiça major Antônio Raimundo Brígido dos Santos. Serviram de advogado de defesa o vigário do Exu, padre Manuel dos Santos Brígido e o escrivão Antônio Duarte Pinheiro. Compuseram o conselho de sentença José Gregório Tavares, Antônio Ferreira de Lima Sucupira, Raimundo José Camelo, Manuel Joaquim Carneiro, o sargento-mor de Milícias Romão José Batista, Raimundo Gonçalves Parente, Manuel Carlos da Silva, Roque de Mendonça Barros, Antônio de Oliveira Carvalho, Raimundo Pedroso Batista, José Ferreira Castão e Antônio Luís do

⁷⁹ Prolóquio - s m Sentença, máxima, adágio, lema, rifão. Nota do digitalizador.



Amaral.

Tribunal bizarro! Juiz-presidente um leigo, promotor um rábula, defensor um sacerdote e juízes de fato políticos contrários ao réu! Tão bizarro que não conheceu do crime de rebelião de Pinto Madeira mas o julgou por crime comum: A morte do português Joaquim Pinto Cidade, morador em Crato, que se alistara nas tropas legais, fora aprisionado e morto por uma patrulha avançada dos rebeldes comandada por Francisco Xavier Veneno. Pinto Madeira só soubera do crime depois de cometido por seus comandados, se dirigindo ao local, os repreendendo e os impedindo de matar um companheiro do português, como ficou provado. Das 30 testemunhas que depuseram no processo, 20 declararam que ouviram falar no fato, 3 disseram que de nada sabiam, 2 afirmaram ter ouvido tiros, 2 asseguraram que Cidade fora morto pela tropa de Pinto Madeira, uma conhecia o caso por ser do domínio público e só uma presenciou o comandante da patrulha mandar atirar na vítima depois de haver estado com Pinto Madeira.

Da defesa só compareceram três testemunhas. De duas o juiz não permitiu a transcrição dos depoimentos. Da terceira o depoimento foi adulterado. Ela protestou e levou uma surra ao sair do tribunal. Não houve mais quem se atrevesse a depor a favor do acusado.

O julgamento foi uma farsa. O juiz leigo condenou o infeliz à pena máxima e se recusou a receber seu apelo à regência do império com estas palavras de público:

Te prepares pra morrer!

O ódio político e sectário queria se cevar nos padecimentos do caudilho sertanejo. O meteram no calabouço e, no dia seguinte, o levaram ao oratório. Desde às 6 horas da tarde, quando se publicou a sentença, os sinos de Crato começaram a dobrar a finados e o comandante da guarda do condenado lhe disse cruelmente:

— Os sinos dobram por ti, que morrerás amanhã na manhã!

Se espalhavam, na cidade, boletins em prosa e verso contra o monstro, o ímpio, o malvado, o dragão. Se erguia, no alto de Barro Vermelho, uma altíssima forca de traves de aroeira pra o pendurar. Da prisão o desgraçado ouvia o lúgubre martelar dos carapinas, quando cessava um instante o dobre dos sinos de finados.

Nada disso acovardou aquele grande herói cearense, hoje esquecido. Aceitou e arrostou todos esses horrores com a humildade, a coragem e a resignação dum crente, do católico fervoroso que era. Nem um grito impaciente, nem uma palavra áspera, nem uma recriminação, nem uma queixa, nem um pedido. Somente protestou contra a morte na forca, considerada infamante. Antigo coronel de milícia, depois tenente-coronel comandante do 78º batalhão de caçadores da 2ª linha, embora o governo lhe tivesse cassado a patente, se julgava com o direito a ser fuzilado.

Na ensolarada manhã de 27 de novembro de 1834 o préstito com o condenado à morte saiu da cadeia pro espaventoso cadafalso. À frente, o porteiro dos auditórios, apregoando a sentença. Em seguida, Pinto Madeira, entre os confessores da agonia, com uma corda de tucum ao pescoço, em cuja ponta pegava o carrasco Cosme Cavaco. Caminhava com passo firme, denotando a maior calma. Vinha, após ele, o juiz de direito interino e leigo Antônio Ferreira Lima, a quem o outro juiz leigo

José Vitoriano, terminada a farsa do júri, passara o exercício do cargo. A seu lado, o juiz-de-paz Antônio Vicente de Moura e o escrivão. Finalmente, a tropa de baioneta calada sob o comando de capitão Mainha, Francisco Pereira Maia, que já cumprira sentença na Bahia, aventureiro sem moral, odiento e vingativo, que o historiador



cearense Paulino Nogueira considera *verdadeiro ditador da comarca e alma de toda essa tragédia*.

Ao pé da forca, Pinto Madeira suplicou a, seus confessores, que intercedessem pra que fosse fuzilado e não enforcado. Os sacerdotes falaram aos magistrados que divergiam quanto à concessão. Foi quando capitão Mainha praticou um ato generoso com estas palavras textuais:

— Pois o réu é fuzilado ou volta à cadeia pra apelar, como é preceito expresso da lei!

Sentaram Pinto Madeira numa cadeira presa a uma das traves do patíbulo. Maia lhe ofereceu um lenço pra vendar os olhos. Recusou, dizendo que tinha um, e com ele cobriu o rosto. Sargento Braga alinhou cinco soldados diante dele, um dos quais, Miguel do Couto Garcez, declarou que não fuzilava o homem e foi preso. Outro o substituiu. Um cabo lívido e trêmulo deu voz de fogo. Pinto Madeira tombou morto, de bruços, murmurando:

— Me valhas o sacramento!

O tiro de misericórdia lhe foi dado ao ouvido por soldado Gonçalo Rolão e o corpo foi sepultado na Matriz de Crato. Mais tarde violaram e revolveram sua catacumba, de maneira que crânio, até o ano de 1848, andava rolando no chão da igreja. A morte heróica de Pinto Madeira impressionou profundamente o espírito do povo, de modo que houve, durante muito tempo, no sertão cearense, uma espécie de culto a sua memória. Lhe rezavam pra achar objeto perdido e obter graça. Acendiam vela em sua intenção. Até lhe atribuíam diversos milagres.

Informado do que se passaria, presidente Alencar mandara um estafeta até Crato, que encontrou tudo ultimado. Em ofício ao juiz do feito, condenou o julgamento como ilegal e *ato de ferocidade*, mandando apurar responsabilidade. Em 1836, dois anos mais tarde, terminou essa apuração feita pelo promotor de Crato, um dos autores do ato de ferocidade, com a absolvição dos acusados.

Foi Alencar acusado violentamente por esse assassinio jurídico na imprensa e no parlamento. Ainda, em 1837, na câmara dos deputados, por Honório Hermeto, Figueira de Melo, Miguel Calmon, Bernardo da Gama, Bernardo de Vasconcelos e Martim Francisco, um dos Andradas, que pronunciava estas palavras textuais, denunciadoras de graves e sangrentos segredos em nossa política nacional:

Senhor presidente, se eu pudesse rasgar o véu que oculta o mistério de semelhante atentado; se eu pudesse revelar, nesta câmara, o nome da pessoa ou pessoas que esse presidente (Alencar) encarregou de assassinar a Pinto Madeira, ou a quem quis encarregar, ou a quem falou pra assassinar a Pinto Madeira, apenas chegado à província do Ceará, todo o mistério estaria patente, toda a discussão acabaria; mas a religião do segredo mo veda e é por isso que entrarei na análise dos fatos, que se apresentam nesse processo que levou Pinto Madeira ao patíbulo.

Que mistério e que religião do segredo seriam esses que tapavam a boca de Martim Francisco, embora ele formulasse o libelo de assassinio político contra o processo, condenação e execução do herói cearense? Mistério e religião ocultos e poderosos é o que não pode ser posto em dúvida.

Esquecido na cadeia de São Luís por causa da doença que lhe não permitia viajar a Fortaleza, padre Benze-Cacete escapou à morte que apanhou seu companheiro de ideal político. Deve ter dado do fundo da alma as mais ferventes graças a Deus.



Uma guerra maometana no Brasil

A religião de Maomé e a civilização árabe chegaram ao Brasil através dos escravos importados das regiões africanas de cultura árabe. Tentaram até deflagrar uma guerra santa na província da Bahia, onde eram numerosos. Davam a si próprios nomes de mussulmis, muçulmanos, mas os outros escravos negros, de origem banto ou congoleza, os denominavam malês, isto é, gente do império africano e maometano do Níger-Mali. Malê era uma corruptela da palavra Malinké, gente de Mali.

Esses escravos muçulmanos pertenciam aos povos haussás ou auçás, nagôs ou jorubas (iorubás), tapas, jejes, grunas, bornos, cabindas, barbas-minas, calabares, jobus, mendobis e benins. Não seguiam ortodoxamente o Corão, porém as práticas duma das seitas do Islã que se espalharam na África. Alguns possuíam certa instrução, muitos sabiam ler e escrever em árabe. Obedeciam a imames, chamados limanos ou alumás, e a marabutos ou santarrões.

As primeiras insurreições desses negros maometanos na Bahia foram preparadas pelos auçás em 1807 e 1809, sendo esmagadas pelo governador, conde da Ponte. Durante os anos de 1813 e 1816 o governador conde dos Arcos venceu duas novas rebeliões desses mesmos auçás. Em 1826, 1827 e 1828 os iorubás se levantaram, foram vencidos e duramente castigados pelas autoridades. Em 1830 nova revolta abortou devido a uma denúncia.

A guerra santa explodiu em 1835. Durante essa época, devido à revolução dos farrapos no Rio Grande do Sul, as províncias do norte, entre elas a da Bahia, estavam desprovidas de tropa. Os mussulmis ou malês aproveitaram essa circunstância favorável prum golpe de surpresa que lhes devia entregar a cidade de Salvador, onde pretendiam chacinar os brancos e proclamar uma rainha negra, a escrava Sabrina, que afirmavam ser uma princesa em sua terra natal. Pra se reconhecerem, durante a luta, todos deviam usar uma gandura ou camisola branca com cinta vermelha. Todos os documentos dessa grande conspiração, escritos em língua e caracteres árabes, estavam no Arquivo Nacional.

O movimento devia eclodir durante a noite de 24 a 25 de janeiro de 1835, durante os festejos tradicionais no arrabalde do Bonfim, a cuja famosa igreja quase toda a população da cidade costumava ir em peregrinação. Os escravos marchariam de vários pontos sobre a cidade semi-deserta e se apoderariam dos quartéis e pontos estratégicos, semeando, em toda parte, confusão e morte. Tudo fora minuciosamente preparado em segredo no seio das djemas ou associações religiosas que mantinham os escravos em contato, sob a orientação da sociedade secreta Ohogbo. Escravos libertos, enriquecidos no comércio e pequenas indústrias locais, forneciam arma, munição e dinheiro. Havia escravos organizados em grupos militares e muito bem armados. Mulatas e negras libertas serviam de elementos de ligação.

Duas dessas mulheres se apavoraram na última hora e denunciaram a conspiração às autoridades, que tomaram logo providência de caráter militar. Enquanto reforçavam postos, guardas e patrulhas, os mussulmis já se reuniam nos pontos de antemão combinados. Alguns soldados de polícia, que procuravam escravos fugidos, alarmaram inadvertidamente esses ajuntamentos. Os conjurados se julgaram descobertos e perderam um tempo precioso modificando as ordens e senhas pro movimento, o que



permitiu ao governo tomar mais medida de precaução.

Ao começar a madrugada os pretos, armados de chuços, espadas, facas, pistolas e espingardas, se lançaram, em várias colunas, sobre a cidade. Uma dessas colunas atacou o palácio do governo, a segunda o quartel de polícia, a terceira o forte de São Pedro e a quarta a caserna da infantaria de linha. Os poucos soldados que guarneciam esses postos as repeliram com duas ou três descargas. Então, os escravos se espalharam nas ruas da vizinhança, saqueando as casas e matando os moradores.

Uma quinta coluna marchava na beira-mar e foi atacada pela polícia em Água de Meninos. Combate terrível! Os negros se defenderam como heróis. Sua resistência somente cedeu diante do assalto, na retaguarda, que lhes deram os marinheiros dos navios de guerra surtos no porto. Grande número de cadáveres ficaram na praia. Inúmeros ficaram feridos.

Na manhã o movimento rebelde estava inteiramente dominado. Se enchiam as prisões de escravos vencidos. Se instaurou um processo que só terminou nove anos mais tarde, em 1844.

Muitos dos rebeldes presos, condenados à morte, foram fuzilados ou enforcados. Outros receberam pena de prisão mais ou menos longa. Enfim, alguns voltaram à África, mandados pelas autoridades, pois não tinham grande prova contra eles e os reputavam perigosos, capazes de nova articulação. É provável serem esses os sacerdotes maometanos da pretalhada, os chamados alumás ou limanos.

Essa foi a guerra maometana que houve no Brasil e da qual pouca gente tem notícia. Ameaçadora e de curtíssima duração. O povo traduziu a seu modo o nome dos participantes dessa frustrada guerra-santa: Malês, gente da má lei, da lei má, más leis. A lei má era o Corão que, espiritualmente, regia esses pobres negros trazidos de Benim e Senegal, que os antigos cronistas lusos chamavam Çanagá.



A gloriosa aventura dos farrapos do mar

Se chamaram farrapos, *gueux* ou maltrapilhos os combatentes da resistência holandesa contra o domínio espanhol nos séculos 16 e 17. Havia *gueux de terre* e *gueux de mer*, isto é, guerrilheiros e corsários.⁸⁰ O mesmo nome de farrapos ou farroupilhas se deu, no Brasil, aos rebeldes separatistas do Rio Grande do Sul, que proclamaram a república em Piratinim⁸¹ e, durante uma década, de 1835 a 1845, combateram o império, sendo vencidos e pacificados pelo gênio militar e político do então barão de Caxias. Esses revolucionários também tiveram, como os da Holanda, farrapos de terra e farrapos do mar.

Atuaram sob o comando do grande aventureiro italiano José Garibaldi, que dirigiu a construção de pequenos navios, os equipou, tripulou e neles se lançou em temerária aventura, a qual, embora gloriosa, não produziu resultado prático do ponto de vista militar. Num estaleiro improvisado, na lagoa dos Patos, os republicanos construíram, dirigidos por Garibaldi, dois lanchões armados em iate, aos quais deram denominaram *Rio Pardo* e *Seival*. Como a esquadra imperial bloqueava a barra do Rio Grande essas embarcações não podiam chegar, por ali, ao mar. Então, postas em carretas puxadas por bois, foram transportadas, se vencendo grande dificuldade, por terra, na distância de dez léguas [40km] daquela lagoa ao rio Tramandaí, pelo qual desceram ao oceano. Era intenção de Garibaldi, com esses navios, se apoderar da vila de Laguna, em Santa Catarina, a fim de auxiliar os rebeldes daquela província e nesse porto estabelecer uma base de operação de corso contra a navegação na costa meridional do Brasil.

No dia 14 de julho de 1839 o *Rio Pardo* e o *Seival* saíram da foz do Tramandaí e velejavam no Atlântico, rumo a Laguna. Estava finda a travessia terrestre, vencida graças à tenacidade do aventureiro italiano e de seus companheiros. Não era a primeira vez que a história registrava o difícil transporte de navios por terra, sobre rolos ou carretas, puxados por alimárias ou empurrados por homens. Durante a guerra entre o Brasil e a Argentina, de 1825 a 1828, os corsários argentinos Soriano e Fournier duas vezes trouxeram lanchões armados em guerra de Maldonado à lagoa Mirim. Em 1453 Maomé II, que sitiava Constantinopla, fez arrastar suas galeras do Bósforo ao Corno de Ouro, nas colinas de Sikoe, pra vencer a resistência dos bizantinos. E, em 1439, os venezianos levaram, em carroções, de Roveredo a Torbole, no lago da Guarda, 31 barcos, entre os quais seis grandes galeras de guerra.

A felicidade não sorriu de entrada aos farrapos do mar. Logo no dia seguinte ao de sua partida do Tramandaí, em 15 de julho, na barra de Araranguá,⁸² nos parciais naufragou o *Rio Pardo*, comandado pelo próprio Garibaldi. Se perdeu a embarcação

⁸⁰ A intolerância religiosa sob Felipe II, de Espanha, se tornaria um instrumento de terror e a revolução, inevitável, irrompeu sob a liderança de Guilherme de Orange, dos condes de Egmont e Hoorn. Contou, ainda, com o apoio de burgueses e da pequena aristocracia. Surgiram, nessa ocasião, principalmente na região de Baixo Flandres e na região de Tournai, uma espécie de guerrilheiros, os *mendigos do mar*, recrutados entre os miseráveis. Eram os *gueux* (piolhentos) de Países Baixos, algumas vezes retratados por Brueghel. Um tempo de fome, miséria, epidemia, agravado pela intolerância religiosa que resultava na luta entre cristãos, tanto católicos como reformados. Forbantes, virtualmente (contrabandistas de vitualha, víver), vikingues (reis do mar), *gueux de mer*, irmãos da costa (autodenominação dos piratas) são outros nomes. Nota do digitalizador. Extraído de <http://www.uepg.br/rhr/v2n1/tereza.htm> e de <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0049.htm>

⁸¹ Piratinim - Variante de Piratininga (vide nota 19). Nota do digitalizador.

⁸² Araranguá (tupi): Vale das araras. Nota do digitalizador.



com tudo o que levava mas se salvaram o chefe e seus catorze tripulantes. Parece que isso, ao invés de desanimar os rebeldes, lhes deu maior audácia, tanto assim que, em 22 de julho seguinte, o *Seival*, onde o italiano se reunira a seu imediato Griggs, atacou destemidamente o lanchão da esquadilha legal *Imperial Catarinense*, que descia o rio Tubarão. Se deu o encontro no lugar denominado Carniça. O comandante do *Imperial Catarinense* era um bravo, José de Jesus, que resistiu enquanto teve pólvora e bala. Esgotada a munição, recusou se render e preferiu queimar o barco e se lançar a nado, à praia, com seus homens.

Não lhe seguiu o exemplo o comandante doutro lanchão legalista, o *Lagunense*, que subia o rio e se deixou apresar por Garibaldi, que ressarciu assim a perda do *Rio Pardo*. A notícia dessa pequena vitória farroupilha, ampliada pelos boatos ou pelo pânico, fez com que coronel Vicente Paulo de Oliveira Vilas Boas, que comandava a tropa imperial de Laguna, com o pretexto de terem os farrapos força numerosa a sua disposição, evacuasse aquela estratégica posição. No entanto contava com bastante elemento pra vencer Garibaldi, se não lhe faltasse capacidade ou fibra, não só em homem como em embarcação.

A evacuação se fez medrosamente na calada da noite. Somente a escuna *Cometa* logrou se pôr ao largo com a gente que conduzia. Outra escuna, a *Itaparica*, e um lanchão, o *Sant'Ana*, mal dirigidos, encalharam. Garibaldi não perdeu tempo e os atacou rijamente, os obrigando à rendição no amanhecer. Assim se apoderou da vila e do porto da Laguna, prestigiando no mar as armas republicanas. Naquele rincão catarinense, encontraria Anita, destinada a ser sua companheira fiel até os dias tristes de Ravena. O vencedor da tibia esquadilha imperial foi vencido pelo amor.

Enquanto o *Seival* e o *Lagunense* fundearam no porto ao romper o dia 23 de julho de 1839, um destacamento de farrapos de terra, infantes e cavaleiros, chefiados por Joaquim Teixeira Nunes, entrou na vila de Laguna e dela tomou posse. Todos os navios mercantes surtos no fundeadouro foram apresados. Era um belo triunfo pràs armas republicanas. E, no dia 25 de julho, Nunes e Garibaldi, assessorados pelos elementos rebeldes de Laguna, ali proclamaram a efêmera república catarinense.

Até outubro a esquadilha dos farrapos permaneceu inativa. Garibaldi amava. Mas em 20 de outubro de 1839 ela velejou ao norte. Reforçada com as presas feitas nos combates de Carniça e de Laguna, constava de duas escunas e o *Seival* armado de palhote.⁸³ O objetivo era perturbar a navegação no litoral de São Paulo. O aventureiro italiano ia ostentando nas mangas da farda os galões de capitão-tenente, posto que na hierarquia atual corresponde ao de capitão-de-corveta.

A expedição foi frutuosa. A estrela de Garibaldi brilhava sobre o mar. Em 2 de novembro seguinte regressou a flotilha republicana ao porto de Laguna embandeirada em arco, comboiando três navios aprisionados: Um iate e as sumacas *Elvira* e *Bizarria*. Mas o homem põe e Deus dispõe. Na altura da ilha de Santa Catarina, surgiu, a barlavento do comboio, um patacho de guerra imperial, o *Andorinha*, comandado por um valente oficial, capitão-tenente Francisco Romano da Silva. Apesar de armado somente com duas peças atacou os navios de Garibaldi, melhor armados, retomou o iate e a sumaca *Elvira* e os perseguiu até a noite.

Isso foi o prólogo de decisivo combate no dia imediato, 3 de novembro. Se

⁸³ Palhote - *sm* (ingl *pilot-boat*) *Náutica*: Barco de dois mastros muito juntos e vela triangular. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



aproximando, na madrugada, da ponta de Imbituba,⁸⁴ onde havia força terrestre de seu partido, Garibaldi ordenou que as escunas e o *Seival* lançassem ferro e esperou o *Andorinha*. Cruzava, porém, na costa catarinense, a esquadilha imperial do comandante Mariath. O *Andorinha* se lançou ao ataque no meio-dia, seguido do *Patagônia*, comandado pelo primeiro-tenente Jorge Benedito Ottoni, e da escuna *Bela Americana*, comandada por primeiro-tenente João Custódio de Houdain. Durou o fogo até quase 5 horas da tarde, sem que os navios imperiais pudessem se aproximar dos republicanos devido à peça de artilharia e aos 200 atiradores que de terra defendiam a posição onde Garibaldi fundeara. Soprava vento muito forte que tangia pesado aguaceiro.

Então os dois patachos imperiais ficaram vigiando os barcos de Garibaldi pra que não fugissem, os aferrando ao local, enquanto a escuna ia buscar tropa de desembarque e pequenas embarcações na ilha de Santa Catarina, em poder da legalidade. Só com esses elementos seria possível a aproximação dos navios inimigos. Aproveitando a escuridão da noite o chefe farroupilha incendiou a sumaca *Bizarria* e fugiu, com sua escuna e seu palhabote, até Laguna.

Nessa expedição Garibaldi ainda perderia, no litoral paulista, uma de suas escunas e a sumaca *Formiga* de que se apoderara, a qual fora retomada pelos imperiais na altura de Cananéia. Então naufragou sua esperança de alcançar totalmente o objetivo a que se propusera desde que saíra do Tramandaí.

Em Laguna agora havia uma guarnição numerosa e forte, chefiada por um bravo, general David Canabarro. Capitão Filipe Capote, ardoroso farroupilha, comandava o forte da Barra, artilhado com nove canhões, sob cuja proteção fundeou a esquadilha garibaldiana. Era muito mais numerosa e forte do que a saída em julho do rio Tramandaí. A escuna *Itaparica*, tomada dos imperiais, sob o comando do lagunense João Henriques, tinha 5 peças. A *Libertadora*, ex-*Rio Pardo*, também tomada dos imperiais, com um canhão-rodízio de proa, era a capitânia de José Garibaldi. A *Caçapava*, comandada pelo inglês John Griggs, tinha um rodízio de menor calibre. Ainda menor era o do lanchão *Lagunense*, dirigido pelo nacional Manuel Rodrigues. Chefiava o *Sant'Ana*, também dum rodízio, Inácio Bilbau. Ao palhabote *Seival* coubera um comandante italiano, Lorenzo Valerigni.

Sabendo que avançava contra a vila uma coluna imperial comandada por tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira, vinda de Vila Nova e constituída por uma das brigadas do exército de general Soares de Andréa, Canabarro, que se encontrava ilhado naquela posição, sem nada que lhe garantisse a comunicação da retaguarda com o Rio Grande do Sul, decidiu a evacuar, de modo que, em 15 de novembro de 1839, a cavalaria da guarda nacional de Desterro, que vanguardeava os imperiais, entrou, sem encontrar resistência, ruas adentro. Às 5 horas da tarde a vila estava ocupada, restabelecida a autoridade imperial e morta a república catarinense ou república juliana, como por alguns foi chamada.

Todavia a flotilha de Garibaldi ficara engarrafada no porto bloqueado pelos navios imperiais de comandante Mariath: Brigues-escunas *Éolo* e *Cometa*, escuna *Bela Americana*, patacho *Desterro*, quatro lanchões artilhados e cinco canhoneiras. Entardecia quando essa força naval rompeu na entrada da barra, cuspidando fogo no forte e nas embarcações rebeldes. Garibaldi, completamente derrotado, fugiu, depois de combater intrepidamente, deixando uma esteira de mortos e feridos. Incendiou duas

⁸⁴ Imbituba (tupi): Cipoal. Nota do digitalizador.



escunas. Outra foi metida a pique. Seus lanchões e o *Seival* caíram nas mãos dos imperiais.

Esse palhabote se tornou, com o tempo, o mais famoso dos navios dos farrapos do mar. Durante muitos anos foi visto no porto de Laguna, empregado em misteres comerciais. Vendido, em hasta pública, como presa de guerra pelo governo imperial, fora adquirido por uma firma local, transformado e crismado com o nome popular de *Garrafão*. Em última vez foi fotografado em 5 de março de 1908 pelo ilustre lagunense, farmacêutico e fotógrafo, Tácito Pinho, que, dedicadamente, conseguiu reunir riquíssima documentação do passado de sua terra, a qual herdou seu não menos ilustre patrício, professor José Pinto de Paula Júnior.

Na praia onde, depois de 1908, apodreceu, abandonada, a quilha do antigo *Seival*, encalhado por imprestável, nasceu uma árvore, uma figueira, que, transplantada com cuidado, hoje orna um logradouro público de Laguna. É conhecida como a árvore do *Seival* e nela havia uma placa de prata com a seguinte inscrição: Esta árvore nasceu na quilha do *Seival*, lanchão em que Anita Garibaldi combateu pela república, em 1839. Transplantada por Antônio Joaquim de Souza, que a ofertou ao governo municipal. O superintendente Oscar Pinho a mandou plantar neste local, em comemoração aos heróicos feitos da legendária catarinense. Governador Antônio Pereira da Silva Oliveira, em homenagem a Laguna, em cujo território nasceu Anita, em 1821, mandou gravar esta placa.

A placa foi recolhida ao museu da pequena cidade e hoje, ao pé da árvore, se vê uma grande placa de bronze com a mesma legenda.



Um imperador negro no Brasil

No império, durante o segundo reinado, se constituíram, definitivamente, as forças políticas nacionais em dois grandes partidos, o Conservador e o Liberal, que, muitas vezes, ao sabor dos interesses regionais se fragmentavam em alas ou dissidências. O partido Liberal vinha desde o alvor da independência e aglutinava todos os elementos de idéias avançadas, mesmo aqueles que se inclinavam ao republicanismo. O conservador se formara com os antigos reacionários e os liberais moderados. O povo lhes dera curiosos apelidos pelos quais eram conhecidos, às vezes no âmbito nacional, noutras somente nos meios provincianos. Foram os liberais patriotas, chimangos e luzias, conforme a época. Do mesmo modo foram os conservadores, caranguejos e saquaremas. No Ceará os conservadores se dividiram em graúdos e miúdos, os liberais em minus e ripardos, que tiveram, algum tempo, em Pernambuco, a alcunha de praieiros e os outros a de guabirus. No Maranhão os conservadores se chamavam cabanos e os liberais balaíos ou bem-te-vis. Algumas dessas denominações vieram até os primeiros anos da república, como, por exemplo, os maloqueiros e cafinfins cearenses.

Os bem-te-vis ou liberais-exaltados do Maranhão atearam ali, em 1838, a revolução que se chama, em nossa história, Balaiada. O nome de bem-te-vis lhes vinha de seu jornal, pregoeiro de liberalismo à *outrance*⁸⁵ e de jacobinismo terrível contra o elemento português, que apoiava o conservadorismo em defesa própria, já se vê. O movimento começou em Caxias, então empório comercial maranhense. No fundo, reação até certo ponto popular contra a burguesia rica, na qual predominavam os portugueses. Se tramou a conspirata na casa de juiz-de-paz Bernardo Antônio da Silveira, tendo como um de seus inspiradores o boticário, que se dizia francês, Labord. Pretendiam os conspiradores bem-te-vis prender as pessoas mais importantes, assaltar o quartel da força pública, expulsar os negociantes lusos e confiscar seus bens. A denúncia do que se premeditava, levada à justiça pelo professor de latim Leão Sabino, frustrou o plano. Mas, tendo sido assassinado pelos capangas dos inimigos dos bem-te-vis um dos chefes deles, coronel Raimundo Teixeira Mendes, a efervescência dos ânimos liberais em Caxias precipitou lamentáveis acontecimentos.

Ao mesmo tempo, na vila de Manga, a 12 léguas [48km] de São Luís, estalou grave desordem. O vaqueiro negro Raimundo Gomes a invadiu à frente dum grupo de capangas, dispersou os bisonhos guardas-nacionais que a defendiam e libertara da cadeia seu irmão, o preto José Gonçalves, que estava preso por crime de morte. Saindo da vila, o bando de Raimundo Gomes começou a praticar correria e depredação, acolhendo, em suas fileiras, todos os aventureiros e criminosos da redondeza, de modo que, em poucos dias, já contava cerca de 200 homens. Esses cangaceiros derrotaram uma força de 200 soldados do exército mandada da capital prà combater. Outra força de 400 homens, comandada por capitão Pedro Alexandrino, também foi destruída, morrendo o comandante e os vencedores se apoderando das armas, fardamento e munição. O prestígio de semelhante vitória fez a rebeldia matuta se alastrar no sertão do

⁸⁵ À *outrance* - Expressão francesa. No espanhol, conforme o dicionário Clave: *A ultranza*: De manera resuelta, sin reparar en obstáculos, o con pleno y total convencimiento: *Es un defensor, a ultranza, de la monarquía*. Etimología: Del francés à *outrance*. Em português se poderia dizer: *É um defensor, a toda-prova, da monarquia*. Nota do digitalizador.



Maranhão, Piauí e até do norte do Ceará.

Os bem-te-vis de Caxias mandaram, por isso, pedir o auxílio de Raimundo Gomes, que marchou sobre a cidade à frente dos bandos de facínoras dos chefetes Lívio Castelo Branco, Milone, Mulungueta, Pedro de Moura, Ruivo e o famigerado Balaio, o mais feroz de todos, cujo apelido se estendeu a todos os comparsas e fez conhecida essa revolta, em nossa história, com o nome de Balaiada. A cidade foi ocupada pelos balaios após 46 dias de violenta refrega, com grande perda dos atacantes e defensores. Se seguiram à ocupação sanguinária orgia, depredação, saque, violência de toda espécie. A anarquia culminou com a desinteligência entre os caudilhos sertanejos. Os influentes bem-te-vis procuraram apaziguar o ânimo, reuniram uma assembléia de todos os chefes, reconheceram a chefia suprema do preto Raimundo Gomes e decidiram enviar a São Luís uma delegação que se entendesse com o presidente da província prà entrega pacífica da capital. Essa audaciosa tentativa tinha de ser, naturalmente, repelida.

Enquanto isso sinistras matulas de balaios percorriam o interior, matando, roubando e estuprando as mulheres. Houve coisas de arrepiar. As forças desmoralizadas do governo, mal dirigidas, eram derrotadas a cada passo por essa chuaneira em grande estilo.

Pra pôr cobro à rebeldia o governo da regência nomeou à presidência e comando das armas da província do Maranhão o então tenente-coronel Luís Alves de Lima, futuro, duque de Caxias, e ao da força naval o capitão-de-fragata Joaquim Marques Lisboa, futuro marquês de Tamandaré. Foi Caxias quem, atuando com acerto, energia, ponderação e inteligência, soube empregar, devidamente, os elementos militares de que dispunha, encurralando os rebeldes em certos pontos, os batendo, os perseguindo, os desmoralizando e, depois de prestigiar novamente as armas imperiais, estendendo sobre todos esses transviados o manto conciliador da anistia. Acabou, mesmo, admitindo, nos corpos de tropa, elementos da jaqueria sertaneja, de tal modo dominados por seu ascendente pessoal que esses balaios arrependidos foram os soldados fiéis com que venceria, mais tarde, a revolução liberal de São Paulo. Os títulos de barão, conde, marquês e, finalmente, duque de Caxias, com os quais foi galardoado o condestável do império brasileiro, recordam nas páginas de nossa história a memorável pacificação do Maranhão.

Entre os chefes da Balaiada o mais bizarro foi, sem dúvida, o negro Cosme. Era um assassino condenado à forca, que lograra fugir da cadeia de São Luís, se internara no sertão e estabelecera, em lugar ínvio, um quilombo de negros fugidos das fazendas, espécie de pequena república palmarina, da qual era o tirano incontestável. A correria dessa pretalhada aterrorizou vasta zona de cultura e pecuária. Cosme se apoderara da fazenda Tocangüira,⁸⁶ transformada em seu quartel-general, e tinha como secretário um rapaz português, dalgumas letras, que redigia seus diplomas e proclamações. O preto distribuía entre sua gente, como os antigos soberanos do Haiti, títulos de barão e patentes de capitão, cobrando, por isso, gordo emolumento, que embolsava. Tinha ministro e uma guarda pessoal, se fazendo transportar num andor, sentado numa cadeira, sobre os ombros de quatro latagões. Assinava todos os documentos de cruz e se intitulava, de modo espantoso, dom Cosme I, tutor e imperador da liberdade bem-te-vi, se adornando com paramentos litúrgicos roubados duma igreja de arraial. O imperador negro aderiu aos balaios e se tornou verdadeiro perigo.

⁸⁶ Tocangüira, variante de *tocandira*, a formiga venenosa. Nota do digitalizador.



Luís Alves de Lima mandou, contra ele, uma força sob o comando do bravo capitão Leão Sabino, veterano das guerrilhas do sertão, a qual derrotou os quilombolas e aprisionou seu imperador, baleado nas pernas. Transportado a São Luís, padeceu morte natural na forca, como preceituava textualmente a sentença. Além dos feridos e mortos, foram feitos, na refrega, 2400 prisioneiros. Como se vê, era um verdadeiro exército que comandava o imperador negro.

No bolso dos presos e dalguns mortos foram achados os interessantes documentos que o preto vendia a peso de ouro, roubado por seus sequazes nos assaltos contínuos a fazendas e povoações do arredor. A redação era do tal português dalgumas letras:

Sai hoje, na ordem do dia, a patente de capitão a Antônio Cabinda, que não é mais escravo do cabano José Rosa, que pagará 30 mil-réis, sendo 15 a vista e o resto fiado durante um ano.

Sai hoje, na ordem do dia, a nomeação de barão a dom Joaquim Cabinda, que foi de Ricardo Navia, que pagará 100 mil-réis, sendo 50 a vista e os outros 50 fiados durante um ano, ao qual se fará a honra de minha imperial casa. Quem não fizer ficará desgraçado.

Foi dom Cosme I o único imperador negro que houve no Brasil, além dos tradicionais e folclóricos imperadores do divino espírito santo.



A maçonaria negra de Vassouras

Ainda está pra ser devidamente escrita, com todo pormenor, a história da escravidão em nosso país. Até agora somente foram descritos alguns de seus aspectos mas existem inúmeros, e dos mais interessantes, completamente ignorados. Um deles é, sem dúvida, o das organizações secretas e religiosas da escravaria, com poderosa atuação em movimentos insurrecionais, cabendo, entre elas, o primeiro lugar aos famosos malês ou negros auçás muçulmanos da Bahia, que várias vezes se rebelaram do fim do século 18 à primeira metade do século 19. Essas conspirações baianas tiveram articulação ou repercussão noutras províncias do império, nas quais o desenvolvimento da lavoura implicava na existência de numerosos escravos.

Como exemplo notável disso basta descrever o que ocorreu no tradicional município de Vassouras, na província fluminense de grande riqueza agrícola no tempo da monarquia. Num de seus mais conhecidos distritos, Pati do Alferes, em 13 de novembro de 1838, rebentou uma grande revolta de negros. Cerca de 300 escravos da fazenda *Freguesia*, de propriedade do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, segundo marido de dona Francisca Elisa, Baronesa da Soledade, chefiados pelo africano Manuel Congo, assassinaram um lavrador branco, expulsaram os feitores e, saindo armados com o que encontravam, se dirigiram a outra fazenda do mesmo riquíssimo senhor, a *Maravilha*, que saquearam e depredaram. Se dirigiram, depois, sem serem inquietados, às matas de Santa Catarina, onde se alapardaram num quilombo entrincheirado. Manuel Congo e sua companheira, bela rapariga chamada Maria Crioula, foram pelos rebeldes aclamados rei e rainha do novo quilombo.

Tomada de surpresa, a gente de prol do município não esboçou reação. Ficou mesmo apavorada, pois o exemplo podia se tornar contagioso e como resistiriam, então, os poucos proprietários, aos milhares de pretos que povoavam sítios e fazendas? Isso tornou os rebeldes audaciosos. Sua correria obrigou as autoridades a enfrentar. Mas eles, que dispunham de certo número de armas-de-fogo e de munição, fruto de suas pilhagens, se achando também com o moral levantado em consequência do êxito do movimento por sua ignorância julgado duradouro, não se deixaram atemorizar, enfrentando a primeira expedição que os tentou desalojar.

Era composta pela guarda nacional de Vassouras, comandada por Laureano Correia e Castro, depois barão de Campo Belo, assessorado por major Lourenço Luís de Athayde e outros distintos oficiais daquela milícia, como Antônio Correia e Castro e Carlos Teixeira Leite. Os quilombolas receberam, impávidos, seu ataque e a derrotaram fragorosamente, a obrigando a desastrosa retirada.

A situação se tornou grave e o governo imperial entrou em cena, mandando seguir a Vassouras um destacamento de tropa regular, que, em 11 de dezembro de 1838, deu combate à pretalhada, a derrotou, fazendo nela espantosa matança, se apoderou de seus redutos e aprisionou os cabecilhas do movimento. Voltaram, pois, os infelizes escapos às balas e baionetas dos soldados ao cativo de que haviam pretendido escapar pela violência, sendo submetidos aos mais duros e cruéis castigos. Se fez o processo da rebeldia com inquirição de testemunha e demais diligências, que durou mais de 8 meses. O rei Manuel Congo, condenado à morte, foi enforcado, como mandava a lei, em 6 de setembro de 1839. Seus principais asseclas, Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique e Afonso Angola



receberam a pena de 650 açoites, naturalmente parcelados, a fim de poderem resistir, e o incômodo porte duma gargalheira com haste⁸⁷ durante três anos. A bela rainha Maria Crioula foi absolvida, o que surpreendeu toda gente.

O mais curioso é que, de acordo com os documentos do processo em questão, se descobriu a existência duma grande sociedade secreta de escravos, dividida em círculos de diversas categorias, cada um dos quais com cinco membros, cujo chefe recebia ordem do de categoria imediatamente superior. Essa cadeia hierárquica ia até o chefe principal.

Enquanto perdurou a ameaça dos pretos homiziados no quilombo de Santa Catarina, de 13 de novembro a 11 de dezembro de 1838, se manteve a câmara municipal de Vassouras em sessão permanente, sob a presidência do futuro barão de Campo Belo, Laureano Correia e Castro, um dos próceres locais. Esse estado de alarma continuou no decurso do processo da sedição negra, em vista de se ter descoberto a associação secreta a que nos referimos. Os lavradores, alarmados, constituíram uma comissão de homens de responsabilidade, da qual faziam parte o grande advogado e depois deputado Domiciano Leite Ribeiro, futuro Visconde de Araxá, Joaquim Francisco de Faria, Laureano Correia e Castro, e Joaquim José Ferreira Leite, mais tarde barão de Vassouras. Essa comissão estudou o assunto e sobre ele apresentou um relatório, que Alberto Brandão considera um documento digno de seus autores e revelador da grandeza de vista e de sentimento dos homens daquele tempo. Mas, apesar disso, nenhuma providência séria se tomou, de modo que, quase uma década mais tarde, em 1847, foi o município de Vassouras ameaçado novamente por uma sublevação geral de escravos. Organizara a mesma, segundo se apurou em 1848, aquela articulação secreta de células de cinco indivíduos hierarquicamente sobrepostas, tendo, então, como chefe um pardo livre, oficial de pedreiro, chamado Estevam Pimenta. A revolta devia explodir no dia de São João, 24 de junho de 1847. Mas, descoberta a tempo, foi abortada.

José Botelho de Athayde, residente em Volta Redonda, que houve por bem me fornecer notas sobre essa organização secreta dos pretos vassourenses, é de opinião que muitos deles eram malês, como os rebeldes da Bahia, isto é, sectários do islã, pretos maometanos. Seu bisavô, major Lourenço Luís de Athayde, secretário da guarda nacional de Vassouras quando comandada por Laureano Correia e Castro, bem como vereador da Câmara Municipal várias vezes, testemunhou o depoimento dos escravos que levaram, no processo das sedições vassourenses, à descoberta da sociedade secreta dos pretos.

Era de caráter místico, posta sob a proteção da imagem de Santo Antônio, denominada El-banda. Os chefes inferiores se chamavam tates-corongos. A tessitura desse organismo secreto funcionava de tal modo que deixava entrever como seu chefe supremo ou organizador, nunca descoberto, verdadeira cabeça oculta, pessoa de mais valor e mais inteligência do que um simples pedreiro, como o mestiço Pimenta, único graduado da seita a que a polícia logrou chegar.

Na verdade, se os fazendeiros de Vassouras, alertados pela insurreição negra de 1838, não se preparassem pra novas refregas, a revolta de 1847, que, felizmente pros



⁸⁷ Gargalheira - Instrumento de suplício da época da escravatura, formado por dois semicírculos, era colocado em torno do pescoço do escravo que se queria punir.

Gustavo Barroso

Brasil

Segredos e revelações da história do



brancos e pros infelizes e ignaros escravos, gorou ao nascer, teria causado, talvez, mais morte e prejuízo que a outra.



O monte-cristo brasileiro

João Batista Ferreira de Souza Coutinho, Barão de Catas Altas, que morreu na maior miséria, devorado de angústia e dívida, em 31 de maio de 1839, foi, quanto à riqueza que usufruiu e dilapidou, um verdadeiro conde de monte-cristo⁸⁸ do Brasil antigo. Dele disse o historiador Teixeira de Melo, muito sensatamente: A história deste homem é bastante singular. De sua narração se tirará mais duma lição proveitosa, não sendo a de menos ensinamento a de que, por maior que seja uma fortuna, não resiste ao esbanjamento e à dissipação: Ao perdulário não há mina inexaurível.

O barão de Catas Altas era de proveniência humilde na antiga capitania de Minas Gerais, na época febril e aventureira da mineração aurífera. Vivia modestissimamente do emprego de sacristão na igreja da vila, cujo nome tomaria, mais tarde, pra seu baronato. Se casara duas vezes, com duas irmãs, filhas do guarda-mor José Alves da Cunha, primeiro proprietário da famosa mina do Gongo Soco, que o povo denominava caverna dos Ladrões. Os casamentos sucessivos com as duas filhas do guarda-mor tinham sido facilitados pelo parentesco que já ligava o guarda-mor ao sacristão, pois José Alves da Cunha desposara, em segunda núpcia, a irmã dele. O sogro lhe deu a intendência ou administração da referida mina. Quando faleceu, no ano da graça de 1818, o futuro barão, lesando os outros herdeiros, tomou pra si a propriedade plena daquela fonte de ouro.

Fonte de ouro que parecia inesgotável! Duque de Luxemburgo, ministro do rei de França, Luís XVIII, junto à corte do Brasil, em correspondência publicada no *Journal des Débats*, de Paris, no ano da morte do barão de Catas Altas, afirmou que do Gongo Soco se extraíram, em certos anos, 17 libras de ouro por dia, no valor de 670 libras esterlinas, o que era, na época, uma quantia espantosa. E prosseguiu com estes algarismos: Depois, a julgando esgotada, a vendeu pela soma de 90 mil libras esterlinas à companhia inglesa *Imperial Brazilian Mining Association*, que se formara em 1824. No espaço de 12 anos, essa mina extraordinária rendeu mais de 30 mil libras de ouro, perto de 1 milhão e 200 mil libras esterlinas. O governo brasileiro teve, por sua parte, desse grande total, perto de 2 mil contos, ou 250 mil libras esterlinas, com o direito proveniente do produto da mina, e 1200 contos, 150 mil libras, como direito de exportação.

Tais cifras mostram o que fora, nos tempos áureos daquela produção diária de 670 libras esterlinas, a fortuna do barão de Catas Altas. Era ouro a dar com pau. Pois bem,

⁸⁸ *O conde de Monte Cristo (Le comte de Monte-Cristo)* é um romance de Alexandre Dumas, concluído em 1844. É considerado, juntamente com *Os três mosqueteiros*, uma das melhores obras de Dumas. Baseada na história dum marinheiro preso injustamente. Na prisão conheceu um clérigo de quem ficou amigo. Quando o clérigo morreu foi libertado e herdou uma misteriosa fortuna. O marinheiro, então em condição financeira, se vingou daqueles que o levaram à vida de prisioneiro. O nome do romance surgiu quando Dumas, a caminho da ilha Monte-Cristo, com o neto de Napoleão, disse que usaria a ilha como cenário dum romance. Há, mesmo, uma estranha semelhança entre sua primeira parte e o posterior caso Dreyfus, entre 1894 e 1906, quando um oficial judeu foi acusado de trair a pátria francesa. Nota do digitalizador. Extraído de Wikipedia.



depois de se ter arruinado uma vez, ele tornou a fazer a imensa riqueza com um golpe de sorte: A compra, por 13 contos de réis, da mina de Macaúbas, donde extraiu grande quantidade de ouro e que acabou vendendo por preço elevadíssimo, também aos ingleses.

O ouro enlouqueceu o midas⁸⁹ de Minas Gerais, que possuía seis palácios: Rio Gongo Soco, em Brumado, em Santa Luzia do Rio das Velhas, em Ouro Preto, em Sabará e em Caeté. Vivia, como os antigos ricos romanos, como um verdadeiro trimalcão,⁹⁰ rodeado por verdadeira corte de aduladores e parasitas, que o acompanhavam a toda parte, exclusivamente a sua custa. Em suas residências a mesa do almoço, jantar e ceia era franca pra quem chegasse, de modo que em volta dele se multiplicavam os papa-jantares de toda espécie. Se derretia com os louvores que lhe faziam. Quando saía a cavalo levava uma escolta de 40 comensais.

Megalômano, pretendia deslumbrar toda gente, prodigalizando a ourama que seus escravos arrancavam da entranha da terra, em Macaúbas ou no Gongo Soco. Seus banquetes mereciam ser descritos pela pena de Petrônio, no *Satiricão*. Finda a fartíssima comezaina, como um doido, o barão se punha a quebrar todos os cristais e porcelanas, pra, no festim seguinte, ostentar outros serviços ainda mais belos e ricos. Os convidados, ao partirem as almôndegas e pastéis, encontravam caroços de ouro puro do tamanho de avelã, mimos do extravagante anfitrião. Comprou, a peso de ouro, seu título de barão por decreto imperial, datado de 18 de outubro de 1829.

Quando o imperador dom Pedro I visitou a província de Minas Gerais, compareceu ao beija-mão de sua majestade. O monarca lhe perguntou o nome. Respondeu com ênfase:

— João Batista Ferreira de Souza Coutinho.

Dom Pedro atentou a sua pequena estatura e não resistiu, como era seu inveterado costume, a uma pilhéria:

— Maior é o nome que a pessoa. — Disse, com um sorriso irônico.

O barão não se deu por achado e, pra provar sua grandeza, mandou, pouco depois, de presente ao soberano uma baixela de ouro maciço.

Sua renda de milhões e milhões de cruzados anuais se subvertia dessa maneira em todos os lados. Aquela vida espetacularmente faustosa era um verdadeiro sorvedouro de dinheiro. O barão fazia dívidas que se foram acumulando, enquanto teve ouro pra tapar os buracos e crédito pra se agüentar firme. Depois aquela montanha se despejou sobre ele e o esmagou.

Tendo gasto ridiculamente tão grande quantia, nunca fez um benefício a sua terra natal, aquele Gongo Soco, donde arrancara tanto ouro. O arraial de mineradores, pobre e sujo, somente veio a progredir na edificação e na vida urbana com a companhia inglesa que adquiriu a velha mina. Foi nessa época que o duque de Luxemburgo ali encontrou, como escreveu: Um sistema de ordem e de regularidade constante presidindo a todos os ramos da administração.

O barão de Catas Altas teve filho único, que, após a morte do pai, vivia

⁸⁹ A lenda do rei Midas narra a estória desse rei da Frígia, que, tendo o direito a fazer um pedido ao deus Dionísio, pediu pra que tudo o que tocasse virasse ouro. O terrível efeito colateral desse dom maravilhoso se revelou logo: Não podia comer nem abraçar alguém. Nota do digitalizador.

⁹⁰ Petrônio (Caius Petronius Arbiter), (cerca de 27-66), distinto frequentador da corte do imperador Nero, em sua obra *Satiricão* (*Satiricon*) tem a personagem Trimalcão (Trimalchionis) um escravo liberto, novo-rico, afeito a orgias e festins espalhafatosos. Nota do digitalizador.



modestamente dos frutos de pequena propriedade agrícola no município de Caeté.

Houve, na nobiliarquia brasileira, dois barões de Catas Altas, não devendo um ser confundido com o outro. Aliás, isso ocorreu com alguns títulos. Não sendo eles hereditários, morto um titular, o soberano tinha liberdade de dar o título a outra pessoa sem ligação com aquele. O primeiro barão de Catas Altas foi esse João Batista Ferreira de Souza Coutinho, que Xavier da Veiga considera o monte-cristo brasileiro e pra cuja bizarra vida pede a pena dum novo alexandre-dumas. O segundo, nomeado por decreto imperial de 23 de dezembro de 1887, já no fim da monarquia, se chamava Antônio José Gomes Basto e era, também, natural da província de Minas Gerais.



Um príncipe francês surrado na Bahia

Francisco Fernando Felipe Luís Maria de Orleães, príncipe de Joinville, terceiro filho do rei de França Luís Filipe, se casou, em 1843, com a princesa dona Francisca de Bragança, irmã de dom Pedro II, imperador do Brasil. Tendo cursado a escola naval e combatido com bravura em São João de Ulloa e Vera-Cruz, no México, em 1839 foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra. Contra-Almirante em 1840, foi nomeado comandante da divisão da esquadra francesa encarregada de repatriar os restos mortais de Napoleão sepultados em Santa Helena.

Pra cumprir essa missão, deixou a França com as fragatas *Belle-Poule* e *Favorite*, tocando, em primeiro lugar, no porto de Tenerife, ilhas Canárias. Em pleno Oceano Atlântico calmarias e borrascas de tal modo castigaram os dois navios que se viu obrigado a arribar à Bahia, onde o esperava uma aventura bem pouco interessante, segundo conta nas seu *Memórias*.

Estando sua esquadilha fundeada diante da velha cidade de Salvador, esperando vento de feição que a levasse à ilha de Santa Helena, resolveu o príncipe francês, pra matar o tempo, realizar uma excursão venatória⁹¹ no rio Paraguaçu, que ele denomina Cachoeira. Fretou pequena lancha a vapor e, em companhia dalguns de seus oficiais, se dirigiu ao Recôncavo, subindo o rio sem encontrar viva alma até grande distância da foz. Em certo ponto deixou a embarcação ancorada e se meteu no mato, fazendo, diz ele, grande matança de papagaio, tucano e outros animais.

Ao pôr-do-sol, se meteram os caçadores num caminho que, atravessando vasta clareira, os levou a uma povoação, a qual encontraram absolutamente deserta. Não se via uma pessoa na praça e ruas. As casas de moradia e de comércio estavam todas fechadas. A igreja, aberta e deserta, ainda reacendia ao incenso duma cerimônia religiosa que se teria realizado havia pouco. Num coreto, diante dela, jaziam, sobre cadeiras e diante das estantes com as partituras, os instrumentos duma banda de música, parecendo que o seu concerto tivesse sido interrompido naquele instante.

Escreveu o príncipe de Joinville:

O povoado, assim repentinamente abandonado, começou a nos intrigar. Mas esperando fazer ressuscitar a população e também levados por espírito de brincadeira, depusemos as espingardas, lançamos mão do bombo, dos trombones e das clarinetas e produzimos o mais formidável charivari. Trabalho perdido! Ninguém apareceu.

Como se aproximava a noite os franceses decidiram regressar a bordo e voltaram tranqüilamente a sua lancha no mesmo caminho. A noite caiu mas esplêndido luar logo a iluminou, de modo que chegaram sem tropeço ao local onde deixaram a embarcação. Mas quando se preparavam pra embarcar foram inopinadamente cercados por uma verdadeira multidão armada de espingarda, chuço, sabre, facão e pau. O príncipe e seus oficiais não puderam oferecer resistência, pois logo os agarraram, desarmaram, separaram, moeram a pau e arrastaram ao mato. A maioria dos atacantes se compunha de negros e mulatos, que vociferavam e metiam o cacete a torto e a direito, de maneira que os franceses tiveram a impressão nítida de estar em poder duma horda selvagem.

⁹¹ Venatória *sf* (*feminino* de *venatório*) *Literatura*: Composição poética, cujas personagens são caçadores. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



Nessa apertada conjuntura sua alteza real, o príncipe de Joinville, se abraçou com um sujeito de chapéu alto e faixa a tiracolo, que brandia um espadagão e lhe pareceu o chefe do bando, lhe fazendo compreender, com algumas palavras de mau português, que era o comandante dos navios de guerra franceses surtos na Bahia. Ao mesmo tempo, lhe dizia que ele e seus se arrependeriam se lhe fizessem algum mal e a seus companheiros.

O poviléu furioso não lhe deu ouvido. O arrastou a um montículo, onde o encostaram pra fuzilar, pra isso se aprestando meia dúzia de pretos com espingarda. Então tenente Touchard conseguiu se desembaraçar dos que o seguravam e cobriu, com o seu, o corpo do príncipe. O tal homem da faixa conseguiu impor ordem àqueles endemoniados e ouvir a explicação dos mal-aventurados caçadores de tucano e papagaio. À excitação sucedeu a calma. Os franceses puderam dizer quem eram e o que estavam fazendo. E o tal homem da faixa mandou que os soltassem, lhe dando explicação que aclararam o mistério da povoação abandonada e daquele violento e subitâneo ataque.

Houvera, na véspera, renhida e agitada eleição no povoado. O partido que as perdera ameaçara se vingar. Então, ouvindo os tiros dos franceses mato afora, a população se tomara de pânico. Eram, decerto, os adversários que vinham com seus capangas a atacar, como prometeram. Ao virem, saindo da floresta, aquele grupo de homens brancos armados de boas espingardas, os habitantes pensaram que eram a vanguarda dos assaltantes e, por isso, abandonando tudo, fugiram ao mato e se esconderam, ficando, porém, de alcatéia. Então, verificaram que o grupo era pequeno, que nenhum reforço os seguia e que se retirara, depois de haver feito aquela barulheira com os instrumentos da banda de música. Voltaram, pois, às casas, se armaram com o que encontraram e saíram no encalço dos supostos invasores, dispostos a lhes darem uma lição em regra, como de fato o fizeram. Verdadeira *journalée des dupes*,⁹² pra empregar uma expressão bem francesa e, sobretudo, histórica.

Narrando o acontecido, o príncipe de Joinville terminou um tanto melancolicamente: Fomos, sem demora, postos em liberdade, com muita desculpa, que, porém, não atenuaram o efeito das pancadas. O que nos permite afirmar que sua alteza, antes de conduzir o corpo de Napoleão ao Inválidos, foi, na verdade, embora por equívoco, surrado na Bahia.

O lamentável incidente motivou, como era natural, uma troca de notas diplomáticas entre as Chancelarias da França e do Brasil. O governo imperial deu a satisfação que o caso exigia e mandou proceder a rigoroso inquérito na vila da Cachoeira, cuja população praticara o feito.

Três anos mais tarde, esquecendo de todo aquela surra, o almirante-príncipe de Joinville se casava com dona Francisca, princesa brasileira, a qual seria, na intimidade da corte de França, a bela e simpática Chica.

⁹² **Journalée des dupes** (*Dia dos Logrados*) é uma alusão à data de 11 de novembro de 1630, assim chamada por terem sido desiludidos na expectativa de derrubar o cardeal Richelieu, primeiro-ministro francês, os inimigos dele, especialmente Maria de Médicis e Ana de Áustria. É uma espécie de primeiro-de-abril francês. Nota do digitalizador. Extraído de Wikipedia.



O solitário de Lagoa Santa

Pedro Guilherme Lund, nascido em Copenhague em 14 de junho de 1801, deve ser considerado o fundador da paleontologia brasileira. Tendo se dedicado, desde a adolescência, ao estudo de ciências naturais, sobretudo de geologia, com 23 anos de idade apresentou duas memórias à universidade da capital da Dinamarca, que lhe concedeu dois prêmios.

Em 1825 decidiu perseverar no trato de suas ciências prediletas em terras ainda pouco exploradas nessas matérias e, pra isso, escolheu o Brasil, embarcando ao Rio de Janeiro em 28 de setembro daquele ano e àqui chegando em 8 de dezembro. A navegação a vela fizera essa viagem muito demorada. Durante três anos, no arredor do Rio de Janeiro, em Nova Friburgo e em Campos, observou e estudou a fauna e a flora, publicando a respeito três trabalhos: *Estudos do gênero Europe*, *Estudos sobre o invólucro dos ovos dos moluscos gasterópodos* e *Descrição dos costumes das formigas brasileiras*.

De volta à Europa visitou a Alemanha, Áustria, Itália, Sicília e França. Esteve, em derradeira vez, em seu país natal, onde foi eleito membro da academia de ciência de Copenhague, pois, voltando ao Brasil em 1833, nunca mais o deixou. Em companhia do botânico Riedel, pretendia explorar Minas e Goiás mas o amigo adoeceu e ele, após estudar mais de vinte grutas da primeira dessas províncias, entre as quais as de Maquine, Mosquito e Saco Comprido, se fixou, em 1834, na cercania do Curral d'El-Rei, hoje Belo Horizonte, no lugar denominado Lagoa Santa, que transformou em pedestal de sua glória. Dedicado somente a seus estudos preferidos, ali se tornou verdadeiro ermitão da ciência. Solitário naquele ermo, sem ajudante, realizou um trabalho tenaz e assombroso, comunicando aos meios científicos europeus o resultado de sua investigação, observação e achado. Pra se avaliar o que foi a obra desse homem extraordinário bastará dizer que explorou ou fez explorar a sua custa ou sob sua direção 250 cavernas. Dessas, até 1835 conseguira penetrar e estudar 40, o que lhe permitiu a confecção de longo e notável trabalho em dinamarquês: *Cavernas existentes no calcário do centro do Brasil, algumas das quais encerram ossadas fósseis*.⁹³

Era rico e sempre viveu do que possuía, sem recorrer a alguém, preocupado somente com seu trabalho científico. Todavia, espírito profundamente religioso, praticava silenciosamente a virtude da caridade. Daí o respeito, a estima e a afeição que lhe dedicavam os moradores da proximidade naquele então longínquo sertão mineiro.

O professor Gorceix, que escreveu uma memória intitulada *Lund e suas obras no Brasil*, em 1884, assim descreveu o local onde viveu o cientista solitário: Quando o viajante chega a Lagoa Santa, no pôr-do-sol, no momento em que a chapada é banhada por essa luz suave que os olhos podem, impunemente, admirar. Quando cessou o rumor do dia e o da noite ainda se não faz sentir, à vista da serena tranqüilidade daquele pequeno arraial, se sente penetrado o espírito do desejo de ali ficar, e de, no meio daquela paz e daquela vida fácil, esquecer, a

⁹³ É comum se ouvir ou ler, em documentário, revista, etc, por exemplo, a idéia de que fósseis são ossos. Foram, não são. Fóssil não é osso. Fossilização é quando o osso se dissolve e seu lugar é preenchido por minerais. Muitas vezes esses fósseis estão deformados pelo peso da terra, abalo sísmico, etc, obrigando os cientistas a complexos cálculos pra determinar a forma original do antigo osso. É por isso a dificuldade de se clonar dinossauro, porque deles não resta osso. Nota do digitalizador.



sempre, que existe outro mundo cheio de pena, ódio e luta implacável, pra satisfação de necessidade factícia,⁹⁴ de ambição e de vaidade. Lund pôde satisfazer esse desejo e, ao mesmo tempo, preencher a gloriosa tarefa que tomou a sua conta.

Não se poderia exprimir melhor essa espécie de sentimento lírico em face da natureza, que empolgou, no coração da terra brasileira, a alma eleita do grande e solitário sábio de Lagoa Santa, cujo nome é padrão de duas pátrias amigas: A Dinamarca, onde nasceu, e o Brasil, onde viveu e serviu à ciência.

Infelizmente Pedro Guilherme Lund escreveu suas notáveis memórias em sua língua materna, o dinamarquês, língua pouco conhecida e sem divulgação. As traduções francesas das mesmas só vieram a público muito tardiamente. Assim, durante largo tempo, foi sua obra desconhecida de certos meios científicos e mesmo por parte dos brasileiros. O certo é que, como escreveu Xavier da Veiga: A doutor Lund, memória respeitada entre os cientistas, se deve a descoberta, em cavernas calcárias, na vizinhança do rio das Velhas, de restos humanos da época quaternária, quando, no dizer dum escritor, era ainda desconhecida ou contestada, na Europa, a existência do homem pré-histórico.

Em carta dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1842, o sábio Lund declarou ter achado restos humanos numa caverna, que continha, misturados com eles, ossos de vários animais de espécies decididamente extintas. Esses restos representavam todos os caracteres físicos dos ossos realmente fósseis. Estavam em parte petrificados e em parte penetrados de partículas férreas, o que dava, a alguns, um lustro metálico, imitando bronze, assim como um peso extraordinário. Sobre a imensa idade não podia haver dúvida. Não podia, no entanto, devido a múltiplas circunstâncias, concluir se os indivíduos dos quais derivaram foram coevos com restos animais em cuja companhia estavam. E do estudo dos crânios mais ou menos completos que encontrara: Testas, ossos zigomáticos, ângulo facial, órbitas, maxilares, podia afirmar que tudo lhes assinalava lugar entre os mais característicos da raça americana.

Os esqueletos, de ambos os sexos, eram de tamanho comum, à exceção de dois masculinos de estatura invulgar. Jaziam na Lapa da Lagoa do Sumidouro e os pormenores a seu respeito foram vulgarizados na Europa pelos trabalhos de Soren Hansen, baseados nas observações de Lund e nos restos humanos que Lund enviara ao Museu de Copenhague. Os *ossos* de animais, entre os quais estavam, eram da fauna do terreno geologicamente denominado paimpeano superior, do gliptodonte, do marquerodus, do celidotério e do clamidotério, animais ante-diluvianos.

Consagrando a existência a esses notáveis trabalhos científicos, Lund descobriu e estudou fósseis da idade plistocena, bem como os restos humanos e os instrumentos de pedra feitos pelo homem, jacentes entre eles, chegando a admitir que o povoamento da América Meridional ia além do período histórico e talvez se tivesse realizado nas épocas geológicas. Daí o valor que, como iniciador da paleontologia brasileira, lhe atribuíram Beuchat e outros cientistas de renome. O mesmo Beuchat, Quatrefages, Kolmann, Virchow e Soren Hansen propugnam a identidade do homem fóssil de Minas Gerais com o de Pontinelo, na província de Buenos Aires, encontrado por Santiago

⁹⁴ Factício - *adjetivo* Artificial, convencional. *Figurativo*:. Que não é natural: *Alegria factícia*. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



Rolh, em 1881. A raça a que esse homem pré-histórico⁹⁵ pertenceu deve ter vivido no Brasil na época quaternária, sendo, possivelmente, mais antiga que aquela cujos vestígios foram achados na Europa. Todavia não foi essa a conclusão a que chegaram, a respeito, os sábios brasileiros Rodrigues Peixoto e Lacerda Filho. Pra eles o *Homo sapiens lagoanus*, segundo a classificação de Eckstedt, era simples parente de nossos conhecidos botocudos, o que hoje parece definitivamente assentado pela ciência antropológica. Todavia a esses dois estudiosos faltou o aparelhamento técnico necessário e o material de estudo preciso pra que seus trabalhos possam ser aceitos como definitivos.

Tendo caído fragorosamente a teoria do *Homo pampeanus*, que Florentino Ameghino, em sua discutidíssima obra *Antigüedad del hombre en el Plata*, localizou na Argentina, e outras afirmações sem alicerce científico, da existência duma raça pré-histórica, autóctone no continente americano, é forçoso convir que não se pode manter de pé a comunicação da existência daquele homem antiqüíssimo, que Lund fez, outrora, ao congresso de antropólogos, em Moscou. Professor Angyone Costa, em estudo publicado no volume 1 dos anais do Museu Histórico Nacional, fez notar que os restos humanos achados por Lund, entre ossadas ante-diluvianas e relíquias de pedra, apenas revelam, além da antigüidade, uma vida rudimentar que não ultrapassara o período da pedra lascada, segundo foi possível observar no material arqueológico de inferior qualidade recolhido. Fora esse detalhe, o que mais fere a atenção e pode levar a deduções interessantes é a falta de homogeneidade dos crânios encontrados, entre os quais 50% é de considerável altura, exibindo, na face, larga cavidade piriforme. Outros são camecéfalos, portadores de crânio baixo e fugido, enquanto outros, em menor quantidade, acusam grande elevação craniana, tendo, porém, na face, uma estreita cavidade piriforme.

Em vista disso Bastos d'Ávila classificou os crânios de Lagoa Santa em três grupos: Proto-negróide, em maioria; proto-australóide, em minoria; e caspiano, em exceção. Disso resulta, como acentuou, ainda, Angyone Costa, *a qualidade migratória do homem brasileiro*. Decerto remotas épocas houve em que os continentes estiveram unidos e tais migrações foram possíveis.

Não importa, pra se afirmar que Pedro Guilherme Lund foi o fundador da paleontologia brasileira, esses argumentos e conclusões. O que importa é a soma de trabalho que produziu, a dedicação à ciência de que deu provas seguras e o impulso inicial nesse setor de estudo em 52 anos de vida no Brasil, dos quais 48 solitários em Lagoa Santa, sem contato, além do científico, com o resto do mundo, tendo ali falecido em 5 de maio de 1880, com 79 anos de idade, dos quais mais de dois terços consagrados a nosso país.

⁹⁵ O significado do termo pré-histórico, propriamente dito, é sobre algo anterior à época cientificamente estabelecida como a da invenção da escrita. De forma abusiva, comumente, se ouve falar em dinossauros como bestas pré-históricas, por exemplo, misturando datas de há poucos milhares de anos com outras estimadas em dezenas ou centenas de milhões. Por isso os adeptos do realismo fantástico e os outros adeptos da ciência não oficial cunharam o termo *primi-histórico* pra se referir a civilizações avançadas que teriam existido e desaparecido antes da época estabelecida pela ciência oficial como a da invenção da escrita. Nota do digitalizador.



A última revolução do império

Muitas vezes as revoluções trazem como prefácio uma onda de jacobinismo e xenofobia. Esse fenômeno, observado em vários países, também ocorreu no nosso. Tomemos como exemplo a chamada revolução Praieira, que explodiu em Pernambuco em 1848. No ano anterior, em dezembro de 1847, e no imediato, em julho, houve, em Recife, dois mata-matas terríveis. Se chamavam mata-mata, mata-bicudo, mata-maroto e mata-marinheiro as matanças organizadas periodicamente, desde o começo do século, contra os portugueses, em várias partes do Brasil. Por que nossa xenofobia somente era exercida contra os lusitanos?, acusados injustamente de serem causa de todos nossos males. Aliás, naquela prisca era, não tínhamos colônias alemãs, polonesas ou lituanas no sul, nem italianas em São Paulo ou alienígenas doutros matizes nos grandes centros urbanos, de modo que o jacobinismo vesgo não encontrava outros estrangeiros contra quem se manifestar além dos filhos de Portugal, nossos irmãos de sangue.

Desses mata-bicudos o que deixou mais execrável memória em nossos anais foi o de Cuiabá, que começou em 30 de maio e só terminou em 1 de junho de 1834. Então, o deputado Silva Marques, liderando uma rédua de assassinos, matou, de surpresa, todos os portugueses residentes na capital de Mato Grosso e levou sua infame maldade a ponto de obrigar, sob terríveis ameaças, as famílias das vítimas a iluminarem festivamente suas casas. Tudo isso sob o pretexto da abdicação do imperador *português* dom Pedro I e duma suposta conjura dos lusos pra o fazerem voltar ao trono. O lamentável fato se reproduziu 14 anos depois sob o pretexto de exercerem o monopólio aladroadado⁹⁶ do comércio a retalho.

No mesmo ano, na França, houve uma revolução pregada e levada a efeito por intelectuais, que apeou do trono o rei burguês Luís Filipe e o substituiu por uma efêmera república de poetas, destinada a ser esmagada pelas botas militares do segundo império napoleônico. A nossa é, mais ou menos, sua parenta. Ambas eclodiram informadas por um idealismo utópico de caráter nitidamente socialista.

A revolução Praieira, assim denominada porque o jornal da ala avançada do partido Liberal que lhe deu origem ficava na rua da Praia, não poderá ser compreendida do ponto de vista acima exarado sem a leitura da revista social, literária e científica *O Progresso*, que começou a ser publicada em Recife em julho de 1846 e durou até setembro de 1848. Era dirigida por um mulato socialista, Cousin Fusco, Antônio Pinto de Figueiredo.⁹⁷ O governo pernambucano, em boa hora, fez, ultimamente, reeditar em volume essa publicação precedida de ótimo estudo da autoria de Amaro Quintas. Disse

⁹⁶ Aladroadado - *verbo transitivo* Fraudar, diminuir dolosamente. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

⁹⁷ Em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/> (Fundação Joaquim Nabuco) se lê o trecho À tipicidade e singularidade dessas personalidades históricas de Pernambuco se junta a dum mulato de pais desconhecidos, fundador da revista *O Progresso*, Antônio Pedro de Figueiredo, uma das mentes mais lúcidas e originais do século 19 em Recife. Apesar de vitimado por recorrente preconceito racista e recebido o humilhante apelido de *Cousin Fusco*, em alusão a sua cor (e por ter traduzido *História da filosofia*, de Victor Cousin), escreveu, discutiu, publicou e agitou intelectualmente a província, alcançando justo reconhecimento em vida. No texto deste livro consta Antônio **Pinto** de Figueiredo mas todos os resultados da pesquisa na internet resultaram em Antônio **Pedro** de Figueiredo. Talvez Gustavo Barroso tenha confundido o nome. Nota do digitalizador.



esse ilustre historiador o seguinte: O admirável esforço de Antônio Pinto de Figueiredo não ficará no olvido. Suas idéias, verdadeiras antecipações em vista de seu avanço e adiantamento prà época, o situarão como um precursor da ciências sociais em nossa terra e como um dos mais lúcidos estudiosos de nossa realidade social.

A leitura das páginas de *O Progresso* capacita o estudioso a fazer idéia do conteúdo ideológico da revolução Praieira, em geral apresentada somente, em nossa história, como simples movimento de caráter político, eleitoreiro ou demagógico. Há nela, sem dúvida, uma reação anti-latifundiária contra o senhor de engenho e contra os privilégios das classes abastadas. Ora, desde que se atente ao papel exercido, na época, pelo comércio luso no Brasil, se compreende o alcance das reações incitadas pelo jacobinismo de certos agitadores. Numa declaração escrita pelo revolucionário de 1848, deputado Afonso Ferreira, o líder da proclamação de 31 dezembro de 1848, se exigia a reforma da constituição imperial com uma nova constituinte, que tornasse o senado temporário, fizesse nova divisão territorial do país, modificasse o regime da nomeação dos presidentes de província, somente consentisse nos altos postos de administração e magistratura brasileiros natos, o que era contra os portugueses que se tornaram brasileiros na independência, e unicamente aos mesmos brasileiros permitisse o comércio a retalho. Em 1 de janeiro de 1849 os chefes das forças liberais assinavam um manifesto ao senado, declarando que só deporiam as armas quando se convocasse e instalasse uma assembléia constituinte, que desse ao país o sistema federativo, o sufrágio universal, a independência dos poderes do estado, a exatidão de poder pessoal do monarca, a abolição do juro convencional e a nacionalização do comércio a retalho. Todos esses propósitos encontraremos na leitura de *O Progresso*, de Antônio Pinto de Figueiredo. Cabe toda razão a Joaquim Nabuco, quando disse: A política (praieira) se complicou com um fermento socialista. E acrescentou: Um dos principais ataques da Praia era contra o feudalismo dos senhores de engenho.

Aproveitando o anseio de libertação econômica e social das massas trabalhadoras do açúcar, os praieiros fizeram dele uma arma terrível contra a grande propriedade em que se apoiava o partido Conservador. Daí a acusação de Maciel Monteiro, na câmara dos deputados, de que a Praia queria o comunismo. É que ele sentia o brotar das sementes sansimonianas e fourieristas no conteúdo ideológico de nossa revolução de 1848, o mesmo da francesa. Em 1848 uma onda revolucionária se alastrou no mundo: Na Prússia, Hungria, Áustria, Itália, a dois passos do manifesto comunista de Karl Marx, de 1847.

Em Pernambuco, além dos teóricos como o Cousin Fusco e seus companheiros da redação de *O Progresso*, agentes do internacionalismo influíam nos espíritos, como o engenheiro francês Vauthier e general José Inácio de Abreu Lima, filho do famoso padre Roma, presidente da famosa Sociedade Imperial Pernambucana, que se destinava a reagir armada contra as demissões de empregados feitas pelo governo e se ramificava no interior, redator do *Diário Novo*, órgão da Praia, ligado às sociedades secretas internacionais e criador do boato de que dom Pedro II estava combinado com os portugueses contra nossa independência. Donde se vê o artificialismo da xenofobia a que se incitavam as massas ignaras. Havia absoluta falta da imaginação nos lemas revolucionários: O imperador queria recolonizar o Brasil, O partido no poder era



absoluto e miguelista...⁹⁸

Um irmão do general, Inácio Roma, revolucionário profissional, que participara dos movimentos de 1831, 1832, 1833, 1834 e 1835, capitão reformado do exército, reunia cangaceiros e assassinos nas matas do Catucá desde certo tempo, de acordo com a tal Sociedade Imperial. As despesas com essa gente de maus bofes era feita, segundo Figueira de Melo, com o produto da falsificação da moeda de cobre. Todos os preparativos pro movimento vinham desde 1846, quando o partido da Praia, no poder, lançou sua polícia contra os senhores de engenho, os acusando de dar guarida a criminosos, os acostados com que pretendiam se defender. O sectário do senhor de engenho recebia o apelido de Papa-mel.

Prà legislatura de 1848, graças a esse trabalho pré-revolucionário, mandou Pernambuco uma bancada de deputados escolhidos na fina-flor da Praia e, como escreveu Neto Campelo, animada, pela confiança que dá a unanimidade: Joaquim Nunes Machado, Chichorro da Gama, Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela, Urbano Sabino, Pessoa de Melo, Arruda Câmara, Cunha Azevedo, Abreu Lima, Rego Monteiro, Lopes Neto, Carvalho Mendonça e padre Faria. Eram o estado-maior da revolução em perspectiva, destinados, depois, a historiadores e advogados da mesma. Mas a legislatura de 1848 foi adiada, por decreto do governo imperial, a abril de 1849 e seria dissolvida em 19 de fevereiro daquele ano. O partido Conservador, dominante no senado, tomava medidas defensivas. À Praia só restavam dois caminhos: Submissão ou revolução.

Escolheu revolução contra a vontade dalguns de seus próceres mais prudentes, Nunes Machado e Borges da Fonseca, por exemplo. O movimento explodiu no interior, onde se reuniram homens e armazenaram armas. A força que ali se preparava marchou sobre Recife. Em 31 de dezembro de 1848 Nunes Machado, Peixoto de Brito, Jerônimo Vilela e Afonso Ferreira deixavam a capital e se uniram a essa força. Lopes Neto, Rego Monteiro e padre Faria ficaram conspirando. Arruda Câmara deveria agitar o norte da província. Em 7 de novembro de 1848 começou o movimento. Uma semana depois, comandados por José Joaquim de Almeida Guedes, os rebeldes combateram contra os soldados de coronel Amorim Bezerra em Mussupinho e recuaram com perda mas as guerrilhas se multiplicaram em todos os lados e, em fevereiro de 1849, se atreveram a um ataque a Recife. Dois mil praieiros iniciaram a ação Em Boa Vista e em Afogados, penetrando no interior da cidade. As tropas legais os receberam com cerrado tiroteio nas ruas Nova e do Carmo, nos largos da Ribeira e do Carmo. Iniciado às 5 horas da manhã, o combate durou até 9 da noite. A força terrestre foi auxiliada pelos marinheiros do vapor de guerra *Dom Afonso*, surto no porto e comandado por Marques Lisboa, futuro marquês de Tamandaré. O chefe dos revoltosos, o ardoroso tribuno Nunes Machado, tombou morto por uma bala na cabeça, durante a refrega, atacando o quartel da Soledade. Sem comando os rebeldes foram repelidos.

Peixoto de Brito lhe sucedeu na chefia até fugir ao estrangeiro. A Praia continuou a lutar ingloriamente no interior, em Paratibe, Monjope, Água Preta, Pajeú de Flores, Bezerros, Goiana, Jacuípe e Cruangi, até dezembro de 1849, quando seu caudilho Manuel Pereira de Moraes foi batido por general José Joaquim Coelho, em Almecega. Dali a diante começam as derrotas dos remanescentes da revolução pelos legalistas em

⁹⁸ Miguelista - *sm* Partidário do rei Dom Miguel, em Portugal. Absolutista. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



Currais, Pasmado e Pau Amarelo. Seus derradeiros refúgios foram Água Preta e Iguaçu. Ali aderiu a suas hostes um oficial insubordinado do exército e em alcance com a fazenda pública por ter dado desfalque na caixa do batalhão, capitão Pedro Ivo, quem, preste a terminar a licença que gozava, não via saída à grave situação em que se colocara. Era valente e, chefiando os últimos praieiros, ofereceu grande resistência aos destacamentos imperiais nas cerradas matas existentes entre os rios Una e Camaragibe. Castro Alves e Álvares de Azevedo o glorificaram em seus versos condoreiros. Preso na terra de Engenho Verde, onde se refugiara, foi levado à fortaleza da Lage, donde se evadiu, se escondendo numa fazenda do interior fluminense. Embarcou furtivamente na restinga de Marambaia, com destino à Itália, e faleceu, a bordo do navio que o levava, dum colapso cardíaco na altura da costa da Paraíba, sendo o corpo lançado ao mar e chegando à costa roído pelos peixes. Os outros cabecilhas, condenados à prisão perpétua, foram anistiados.

Essa foi a última revolução do império. Até 1889, durante 41 anos, nunca mais a ordem pública foi perturbada, a não ser em episódios locais, sob o governo de dom Pedro II. Era isso que lhe permitia a pilhéria, quando lhe apresentaram, em Estados Unidos, uma máquina aperfeçoatíssima prà época, lhe informando que produzia algumas centenas de revoluções por minuto, de replicar:

— É como as repúblicas da América do Sul...

Tinha razão o imperador. Depois que seu país também se tornou uma das repúblicas da América do Sul, passou a ter ao menos uma revoluçãozinha por ano. E houve anos com mais de uma. É só contar nos dedos...



A notável estirpe militar do Brasil

Há famílias em que as mesmas atividades e misteres se transmitem através de muitas gerações. Se formam assim no decurso do tempo, de avós a netos, em notável continuidade, verdadeiras dinastias de artistas, políticos, magistrados ou militares. Dessa última espécie temos, no Brasil, alguns exemplos notáveis, criados, sobretudo, nas longas e cruentas lutas que travamos durante dois séculos nas fronteiras meridionais. Foram assim os Correia da Câmara, os Fontoura, os Osório, os Marques de Souza, os Mena Barreto e outros.

Sobre essa dinastia de soldados, famosa em todas nossas guerras sulinas, escreveu Múcio Teixeira em seu livro *Gaúchos*:

Há famílias que, à semelhança das séries de reis duma mesma raça, formam verdadeiras dinastias por linha de sucessão, como a dos Calcano, na Venezuela, que tem cinco irmãos poetas e prosadores notáveis; a dos Madrazo, na Espanha, de pintores e músicos; a dos Gusmão e a dos Andrada, em São Paulo, Andrada apresentando à posteridade três irmãos ilustres, dentre os quais se destacam Alexandre, poeta e diplomata, e Bartolomeu, o padre voador,⁹⁹ sem esquecer a trindade de estadistas, que revive em três gerações, sempre com os mesmos nomes: José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco. Nenhuma, porém, tão pujante e numerosa como a dos Mena Barreto, no Rio Grande do Sul, entrelaçada a meus avoengos por vínculos de consangüinidade que chegaram até mim. O tronco dessa árvore, que ainda hoje rebenta em flores gloriosas, foi marechal João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel.

Não fiquem esquecidas, a propósito, as palavras do escritor general Souza Doca:

No Brasil ocorre um fato curioso e digno de observação: Uma espécie de dinastia, ou, melhor, a lei da hereditariedade em alto grau desenvolvida, em certas famílias, com muitos membros ilustres pelos mesmos títulos. Primeiramente tivemos, em São Paulo, os Andrada e os Gusmão (citamos somente o que de pronto nos ocorre à memória), ilustres estadistas uns, e consumados oradores outros. Depois apareceram no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo, os Marques de Souza e os Mena Barreto. Marques representados por três gloriosos generais que, durante um século, ininterruptamente, desempenharam saliente papel nas lutas em prol da integridade e da honra de nossa pátria. E os outros que, durante um espaço de tempo superior a 150 anos, em quatro gerações sucessivas vêm figurando na galeria dos brasileiros ilustres por feitos heróicos. De todas as famílias citadas Mena Barreto é a que maior número de representantes ilustres tem dado. Só oficiais-generais conta 14, todos figurando honrosamente nos fastos da história pátria. Escrever a história da família Mena Barreto é escrever muitos e brilhantes capítulos de nossa história militar, e os fatos mais importantes da vida do Rio Grande do Sul, onde, desde sua formação histórica, vêm os

⁹⁹ Bartolomeu Lourenço de Gusmão (Santos, São Paulo, 1685 - Toledo, Espanha, 1724) - *O padre voador*, considerado um precursor da aeronáutica, um dos primeiros a provar a possibilidade de construir um engenho voador. Nota do digitalizador.



membros dessa família ilustre representando um papel salientíssimo e prestimoso.

O primeiro Mena Barreto, o tronco dessa grande árvore militar, cujos ramos sombreiam as páginas de nossas campanhas, foi o grande cabo-de-guerra marechal João de Deus Mena Barreto, 1.º barão e visconde com grandeza de São Gabriel. Nasceu na vila desse nome em 1769 e ali faleceu em 27 de agosto de 1849. Em 1949 se completou o primeiro centenário de sua morte. Dentro dalguns anos se completará o segundo centenário de seu nascimento. Já seu pai foi coronel João de Deus Barreto Pereira Pinto, se devendo notar que estes últimos nomes também são duma família tradicionalmente militar.

Assim, num período de cerca de 200 anos, essa família foi, de fato, a maior dinastia militar de nossa história. Iniciada por marechal João de Deus Mena Barreto, chegou a nossa época com um marechal homônimo. O do período colonial iniciou sua carreira na campanha de 1801 contra os espanhóis, na qual galgou os postos da hierarquia até o de sargento-mor, que corresponde a major atualmente. Em 1808 era tenente-coronel. Em 1811 tomou parte na primeira invasão ao Uruguai, sob as ordens de conde de Rio Pardo. Em 1816, na campanha contra o caudilho Artigas, foi ferido no combate de Ibirocaí.¹⁰⁰ Na batalha de Catalã, um ano depois, comandou uma das alas do exército luso-brasileiro. Em 1818 chegou ao posto de marechal-de-campo, isso é, general-de-divisão hoje. Promovido a tenente-general em 1824, participou das campanhas externas e internas no sul, de 1828 a 1836. Grã-Cruz do Cruzeiro e comendador de Aviz, era fidalgo da casa real e do conselho de sua majestade, o imperador. Barão em 1841, foi elevado a visconde com grandeza em 1845.

Seu filho foi o segundo barão de São Gabriel, João Propício da Fontoura Mena Barreto, cadete dos dragões de Rio Pardo em 1820, herói de todas as campanhas meridionais, marechal-de-campo em 1864 e comandante-chefe do exército imperial que nesse ano invadiu o Uruguai, tomou Paissandu e ocupou Montevidéu. Grande do império, comendador da Rosa, de Cristo e de Aviz, dignitário do Cruzeiro e fidalgo da casa imperial.

O último marechal Mena Barreto, a exemplo desses fundadores da estirpe, governou o Amazonas em 1924, participou da junta governativa do Brasil em 1930, foi interventor federal no Rio de Janeiro e se viu elevado à curul¹⁰¹ de ministro do supremo tribunal militar em 1931.

A lista de militares componentes dessa ilustre família é a prova de que nunca houve, em nosso país, talvez nunca noutra, tão grande número de elementos do mesmo sangue e com o mesmo nome em atividade nas classes armadas. Essa vocação guerreira que se transmite de pai a filho desde o século 18 está, de verdade, na massa do sangue, como diz o povo, e demonstra uma hereditariedade verdadeiramente assombrosa.

Eis a relação nominal dos Matias Barreto militares no decurso de dois séculos de história do Brasil: Falecidos: 1 — Marechal João de Deus, visconde de São Gabriel; 2 — Marechal João de Deus, ministro do supremo tribunal militar; 3 — Marechal João

¹⁰⁰ Ibirocaí (tupi): Rio dos currais. Nota do digitalizador.

¹⁰¹ Os edis curuis (do latim *aedilis curules*), na Roma antiga, eram dois encarregados da preservação da cidade, do abastecimento, da polícia dos mercados e das ações penais correlatas, bem como da jurisdição civil contenciosa nas questões ali ocorridas. Era magistratura plebéia, interdita aos patrícios. Nota do digitalizador. Extraído de Wikipédia.



Propício, barão de São Gabriel; 4 — Marechal Gaspar Francisco; 5 — Marechal José Luís; 6 — Marechal Antônio Adolfo; 7 — Marechal Manoel Joaquim; 8 — Brigadeiro João Manuel; 9 — Brigadeiro João Francisco; 10 — General Vítor Sampaio; 11 — General João Manuel; 12 — General João Rodrigues; 13 — General Alfredo; 14 — General João Carlos; 15 — General Pedro Augusto; 16 — Coronel José Luís; 17 — Coronel João Sabino; 18 — Coronel José Joaquim; 19 — Coronel Catão; 20 — Major João Carneiro; 21 — Major José Maria; 22 — Capitão Luís Francisco; 23 — Capitão Gaspar Adolfo; 24 — Capitão Ricardo; 25 — Capitão Nuno; 26 — Capitão Antônio Victor; 27 — Capitão Inácio Joaquim; 28 — Capitão João Francisco; 29 — Tenente Gaspar Francisco; 30 — Tenente João Zi; 31 — Tenente João de Deus; 32 — Tenente João Batista; 33 — Tenente Francisco Herculano; 34 — Tenente Firmino Herculano; 35 — Tenente Francisco de Paula; 36 — Tenente Peri; 37 — Tenente Alfredo; 38 — Tenente Adolfo; 39 — Tenente João; 40 — Tenente João Manuel; 41 — Tenente Antônio; 42 — Tenente Tomás; 43 — Tenente Gabriel. Na reserva: 44 — Coronel João Propício; 45 — Coronel Ibanez; 46 — Coronel Alfredo; 47 — Tenente-coronel Carlos; 48 — Capitão Sabino; 49 — Capitão Gabriel. na atividade: 50 — Coronel Amado; 51 — Coronel Sebastião Dalízio; 52 — Tenente-coronel Carlos; 53 — Tenente-coronel Osvaldo; 54 — Tenente-coronel João de Deus; 55 — Tenente-coronel Waldemar; 56 — Tenente-coronel Olavo; 57 — Tenente-coronel Celso; 58 — Major Pedro Augusto; 59 — Major Paulo Emílio; 60 — Major Maurílio; 61 — Capitão Ramão; 62 — Capitão Marcelo; 63 — Capitão Múcio; 64 — Capitão Olavo; 65 — Capitão Paulo; 66 — Tenente Heitor; 67 — Tenente José Maria; 68 — Tenente Arquimedes; 69 — Tenente Azary; 70 — Tenente Argos; 71 — Tenente Luís Carlos; 72 — Tenente Descial; 73 — Tenente Arlindo; 74 — Tenente Carlos Augusto; 75 — Tenente Elmo; 76 — Cadete Carlos Alberto.

A estatística dessa estirpe militar brasileira é na verdade surpreendente: 76 oficiais num século, dos quais 43 mortos em guerra ou em paz, 6 na reserva e 27 em atividade. Nesse total, 15 generais, 9 coronéis, 7 tenentes-coronéis, 5 majores, 14 capitães, 25 tenentes e 1 cadete.

Estes números demonstram que jamais houve, no Brasil, família em que se encontrasse tão longa e bela continuidade do espírito militar.



Um caxias desconhecido

Em 10 de junho de 1925, em sessão pública da academia brasileira, no Petit Trianon, fazia Rodrigo Otávio uma revelação sensacional: Caxias enamorado e poeta. E assim se viu que Luís Alves de Lima e Silva, marechal do exército, duque de Caxias, condestável do império, a espada invicta do segundo reinado, o unificador e pacificador do Brasil, herói epônimo da pátria, símbolo imortal do exército brasileiro, como qualquer moço, amara e versejara à sombra das fagueiras ilusões da juventude.

Estivera Rodrigo Otávio no hotel Bolívar, de Lima, no Peru, durante as comemorações da batalha de Ayacucho, em companhia do grande jornalista uruguaio Eugenio Garzón, filho do general do mesmo nome e possuidor do precioso arquivo de seu genitor, que teve marcada atuação no destino de sua terra natal. General Eugenio Garzón, soldado de José Gervásio Artigas e oficial de Bolívar e Sucre, combateu contra o império na campanha de libertação do Uruguai de 1825 a 1828, quando o então major Luís Alves de Lima e Silva, pertencente ao famoso batalhão do Imperador, se achava sob as ordens de general Carlos Frederico Lecor, visconde da Laguna, da guarnição em Montevideú. Disse Rodrigo Otávio:

Era freqüentador da casa de M. Miguel Furriel, regedor da cidade, casado com a nobre dama dona Madalena Gonzalez Liana y Zayas, marquesa de Montes-Claros. A casa abastada de dom Miguel era, em Montevideú, o salão social do tempo, e nela os brasileiros eram acolhidos com especial carinho.

O casal tinha uma filha moça e linda pela qual o futuro duque de Caxias, então solteiro e guapo, se apaixonou. Estava quase noivo quando rebentou a guerra e interrompeu o idílio.

Segundo as revelações de Eugenio Garzón filho a Rodrigo Otávio, baseadas nos papéis de seu pai, ao voltar Luís Alves de Lima e Silva a Montevideú em 1852, como conde de Caxias e comandante-chefe do exército imperial contra Oribe e Rosas, encontrou sua antiga namorada, que casara havia 20 anos, em 1832, com general Eugenio Garzón, viúvo desde 1831. Entre os filhos do extinto casal, sobressaía dona Paulita, jovem de 20 anos, cuja beleza lembrava a de dona Ângela, no tempo em que Caxias a conhecera e amara. O general, que jamais deixara de entreter relação de correspondência com a família Furriel, estando de novo em Montevideú, voltou, naturalmente, a freqüentar a casa, e desse interessante episódio de sua vida gloriosa deixou no álbum de dona Paulita uma expressiva nota. São versos datados de 22 de março de 1852 e assinados *conde de Caxias* num álbum de família que o jornalista uruguaio deu a ler e copiar ao acadêmico brasileiro. Eis, segundo constam da *Revista da academia brasileira de letra*, de julho de 1925:

A dona Paulita

Lindo botão, bem conheço
a rosa donde procedes
Olhes... e verás que inda hoje
em beleza não te excede

No Pantanoso a vi



Brasil

inda tão bela e viçosa
Hoje o pampeiro da vida
lhe dobra a frente formosa

Não importa, inda a vejo
com toda nobreza e graça
que só o sepulcro extingue
beldades que são de raça

Lindo botão, debes ter
justo desvanecimento,
por nasceres duma rosa
de tanto merecimento

Saberás que as flores têm
sucessiva dinastia
E pertence sempre à rosa
a mais nobre hierarquia

Os espinhos que te cercam
não são pra te ferir,
Simbolizam as virtudes
que debes sempre seguir

Servem pra defender
tua angélica beleza
da ímpia mão que pretenda
manchar tua pureza

Nesse álbum da família Garzón, além do conde de Caxias, deixaram versos de seus próprios punhos, segundo a revelação de Rodrigo Otávio, outras grandes figuras do Brasil imperial, reunidas em 1852 na cidade de Montevidéu, em consequência da campanha contra o tirano Rosas: Os ministros José Maria do Amaral e Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, almirante John Pascoe Grenfell, que, à testa de nossa esquadra, forçara o passo de Toneleiros e o então barão de Porto Alegre, Manuel Marques de Souza, vencedor da batalha de Monte Caseiros, que desfilara à frente de sua divisão, triunfalmente, nas ruas de Buenos Aires.

Os grandes generais do império eram dados às musas, que não coravam de ombrear com seus sabres vitoriosos. O herói de Curupaiti escreveu no álbum da família Garzón, em seguimento às trovas de seu chefe, marechal conde de Caxias, estas quadras singelas:

Se ainda as antigas eras
agora vigorassem,
e a sós num jardim de flores
os poetas te encontrassem
Com cendal¹⁰² de aéreo azul

¹⁰² Cendal - s m Tecido transparente e fino, véu pro rosto ou pro corpo todo. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

**Brasil**

escondendo o sexo teu
Com asas, aljava e setas,
fingindo descer do céu

Qual seria o enganado
por amor não te tomasse?
E prosseguindo no engano
a Vênus não procurasse?

Mas se as graças são, também
irmãs e filhas dela
E se pode chamar Vênus
a mulher mais linda e bela

Sem ficção, és tu a filha
dessa beleza ideal!
E o fato de ser formosa
conseqüente e natural

Brigadeiro Manuel Marques de Souza firmou estes versos em 5 de abril de 1852, 13 dias após os de Luís Alves de Lima e Silva. Rendendo, como ele, culto à beleza de dona Paulita Garzón, a filha, como que rendeu maior à de sua mãe, dona Ângela. Mas nas quadras de Porto Alegre há simples artifícios literários, enquanto que nas de Caxias ressumbra como um perfume sutil a memória dum amor perdido na distância do tempo e enevoado pelo fumo das batalhas. O segundo se inspirou no primeiro.

Esses documentos revelam um duque de Caxias humano e sentimental, bem diverso da figura hierática que vemos perfilada com o brilho e o contorno nítido dum símbolo heráldico no alto da escadaria de nossa história. Ainda mais diferente daquele Caxias militar, protótipo da ordem e da disciplina¹⁰³ que o alemão Sieber nos pinta com pinceladas de mestre na página final do seu *Retrospecto da guerra contra Rosas*. Um Caxias que amou na mocidade e, em lembrança desse amor perdido no fundo do passado, fez versos sentidos na idade madura. Um Caxias desconhecido.

¹⁰³ Estereótipo que se incrustou na cultura popular. Se consagrou a expressão *caxias* como sinônimo de excessivamente rijo, bitolado, austero, meticoloso, exigente. *Um chefe caxias, Não sejas tão caxias!* Nota do digitalizador.



O cabo submarino no Brasil

A televisão e a radiotelegrafia não permitem à geração atual avaliar a importância que tiveram há menos dum século o telégrafo com fio e, especialmente, o telégrafo submarino, que ainda continuam a prestar ótimo serviço. A telegrafia submarina foi, de fato, a primeira ligação rápida que se conseguiu estabelecer entre os continentes separados por oceanos.¹⁰⁴ Whetstone fez, nesse sentido, as primeiras tentativas em 1840, nada conseguindo devido à deficiência do isolamento dos cabos empregados. Que a coisa era possível demonstrou Morse, enviando mensagens que chegaram ao destino por meio dum cabo submerso através da baía de Nova Iorque.

O estudo continuou até que os irmãos Breit, trabalhando por conta da França, na Inglaterra, fabricaram, em Londres, um cabo que, lançado na Mancha, permitiu se comunicarem as duas margens do canal em data famosa na história da telegrafia submarina: 25 de setembro de 1851. Esse cabo era tão perfeito que funcionou durante 38 anos, até 1889. Seu isolamento fora obtido com uma espessa camada de guta-percha. Dali a diante o progresso foi se tornando cada vez mais rápido. Em 1853 se colocava o cabo entre a Grã-Bretanha e a Irlanda. Três anos mais tarde se organizou e se fundou, em Nova Iorque e em Londres, a primeira companhia pra fabricação de cabo submarino. Em 1857 um dos irmãos Breit conseguiu do governo francês a necessária concessão pra ligação telegráfica submarina entre a França e a Argélia, passando pela Córsega e Sardenha. Em 1858 Terra Nova estava em comunicação com a Inglaterra. Era a primeira ligação intercontinental que se conseguiu: América–Europa.

Então os ingleses sentiram a importância que teriam as ligações telegráficas submarinas. O governo da rainha Vitória nomeou uma comissão técnica encarregada de estudar a fundo a questão, promover o melhoramento material necessário e de determinar um plano de ação construtiva. O grande resultado foi a construção e equipagem, em 1865, dum navio colossal pra época, que Júlio Verne imortalizaria num de seus livros *A cidade flutuante*, o *Great-Eastern*, destinado a colocar o imenso cabo submarino através do Atlântico entre Grã-Bretanha e Estados Unidos. A primeira tentativa não deu resultado. Na segunda a ligação foi feita em 27 de julho de 1886. Os franceses, três anos depois, puseram um cabo do porto de Brest às ilhas de São Pedro e Miquelão, no litoral americano. Mas só em 1897 conseguiram um cabo direto entre França e Estados Unidos. Nesse ínterim, a Inglaterra multiplicava seus cabos submarinos no mundo, quase se tornando a monopolizadora dessa comunicação intercontinental. Mais tarde vieram os cabos norte-americanos, italianos e alemães.

O assunto motivou a convocação duma conferência internacional em Paris, de 1882 a 1883. Tinha a finalidade de resolver as questões suscitadas entre diversas nações a propósito dos referidos cabos desde 1869. Após longa e exaustiva discussão se redigiu uma convenção assinada em 1884 e posta em vigor a partir de 1 de maio de 1888. Estabeleceu punição a dano proposital ou acidental de cabo fora da água territorial, a ser aplicada pelo estado ao qual pertencer o navio danificador e prevê suspensão desses efeitos em caso de guerra. Regulou, finalmente, tudo o referente à matéria.

¹⁰⁴ Parece redundante a frase, pois se não estivessem separados por oceano seriam o mesmo continente. Mas a frase se justifica tendo em vista Europa e Ásia. Na verdade se trata do mesmo continente, considerados distintos por contingências históricas e raciais. Tal como se denomina Ocidente o conjunto Europa e Américas: Mera convenção. Nota do digitalizador.



Foi o Brasil um dos países que, logo depois da instalação dos grandes cabos entre a Europa e a América, procurou usar essa nova facilidade de comunicação do pensamento. Graças ao esforço do governo imperial, em 1 de janeiro de 1874 se inaugurou o cabo submarino entre Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. No dia 19 do mesmo mês e ano foi aberta ao público a estação de Belém do Pará em ligação com aquelas e o Rio. Assim o extremo norte se viu unido pela rápida transmissão da palavra à capital imperial. Ainda em 1874, em 22 de junho, se fez a inauguração do cabo entre o Brasil e a Europa, partindo de Recife. Em seguida, ano a ano, se foram colocando os postos intermediários: Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas. Vieram, finalmente, os do sul. Santos, Desterro e Porto Alegre. Aos poucos toda a costa brasileira pôde se corresponder entre si e com qualquer país da Europa e da América do Norte.

Foi sua majestade, o imperador dom Pedro II, o grande propugnador da instalação do cabo submarino em nosso país. Tendo acompanhado, com o maior interesse, as experiências e trabalhos que se realizaram até o feito do *Great-Eastern*, em 1866, oito anos mais tarde viu quase todo o Brasil litorâneo ligado à corte e ao resto do mundo.

Era um grande progresso que punha o império na vanguarda das nações sul-americanas, todas elas repúblicas que o consideravam escravagista, obscurantista e reacionário. Pessoalmente o monarca influíra junto a sucessivos gabinetes para consecução desse grande fator de progresso. Depois de Estados Unidos, veio logo o Brasil como o país que se preocupara em obter esse grande melhoramento de comunicação interna e externa. Na América toda estava em segundo lugar. Na América meridional estava em primeiro.

A memória desses fatos se perpetua numa grande caixa de nogueira esculpida com as armas do império brasileiro, em relevo na tampa, alças, dobradiças e fecho de bronze cinzelado, oferecida a dom Pedro II pela companhia do Cabo Submarino, a qual encerrou amostras dos primeiros cabos telegráficos colocados no mundo: Em 1852-1854 de Holähead e Houth; em 1853 de Orfordness a Havre, de Dover a Ostende e da Dinamarca a Belt; em 1854 de Port Patrick a Donoghadee e Whitehall e de Spezzia à Córsega; em 1855 de Varna a Balaklava, no mar Negro; em 1856 de Terra Nova ao Cabo Bretão; em 1857 da Sardenha a Bona; em 1858 da Sardenha a Malta e Corfu, através do oceano Atlântico, de Whitehaven à ilha de Man, da Inglaterra a Hannover, de Dardanelos a Creta e da Inglaterra à Holanda; em 1859 de Folkstone a Boulogne sur Mer, da Sicília a Malta, de Atenas a Sira e Ouios, da Sardenha a Malta e Corfu, do Mar Vermelho à Índia e da Tasmânia ao estreito de Bass; em 1860 de Ibiça a Maiorca, nas Baleares, de Barcelona a Port-Mahon, de Tulão a Argel, de Jérsia à França e nos estreitos dinamarqueses; em 1861 de Malta a Alexandria; finalmente, em 1874 do Pará ao Rio de Janeiro.

Como se vê, contém o precioso cofre um resumo concreto da história do cabo submarino ligando as várias partes da Terra, desde o Brasil à Tasmânia, da Europa à Oceânia, através de todos os mares, nas primeiras décadas de seu emprego no mundo civilizado. Nesse emprego tiveram os ingleses a primazia. Se estava em pleno apogeu da época vitoriana. A paz inglesa, à semelhança da antiga paz romana, se impunha ao mundo, genuflexo diante de sua poderosa talassocracia,¹⁰⁵ a mais poderosa já formada na face da Terra. É natural, portanto, que, antes dos demais povos, fosse o inglês quem gozasse o favor da admirável invenção, se ligando às nações vizinhas e a suas colônias.

¹⁰⁵ Talassocracia, sf - Estado cujo poder reside especialmente no domínio marítimo. Nota do digitalizador.

Brasil



Se pode considerar o cabo submarino um dos grandes instrumentos do domínio britânico no mundo do século 19. Hoje tudo isso não passa de *vieilles légendes, vieilles pierres*,¹⁰⁶ como disse o poeta francês.

¹⁰⁶ *Vieilles légendes, vieilles pierres* (Velhas lendas, velhas pedras). Não consegui identificar o poeta. Nota do digitalizador.



O Entrudo e o zé-pereira

A época do Carnaval varia de ano a ano porque está condicionada ao regime das festas móveis ou variáveis no tempo, estatuídas pela Igreja Católica Românica. A base de suas grandes solenidades rituais é a chamada Páscoa da Ressurreição, que jamais deve coincidir com a Páscoa dos judeus, na qual se deu, no mês de niza ou março, a paixão de nosso senhor Jesus Cristo. A fim de evitar essa coincidência em qualquer tempo, a Igreja, sabiamente, determinou celebrar a Páscoa da Ressurreição no 1º domingo posterior ao 14º dia da lua que vem após 21 de março. Se compreende isso desde que se tenha em vista que os hebreus se regiam por um calendário lunar e não pelo calendário solar adotado pelos povos cristãos. Assim, cronologicamente, a Páscoa da Ressurreição sempre cairá no 1º domingo seguinte à lua cheia imediatamente posterior ao equinócio da primavera, fixado no dia 21 de março.

Em virtude dessa determinação, se 21 de março for sábado e lua cheia, o dia 22 será o Domingo de Páscoa, caso em que este ocorre o mais cedo possível. Se a primeira lua cheia, isto é, o 14º dia lunar, após o equinócio, for 29 dias depois de 20 de março, por conseguinte, em 19 de abril e esse dia for domingo, o de Páscoa só poderá ser 25 de abril, caso em que ocorre o mais tarde possível. Daí se verifica que o Domingo de Páscoa ou Domingo da Ressurreição somente pode cair entre duas datas extremas: 22 de março e 25 de abril. Ora, o Domingo de Carnaval, Domingo da Quinquagésima ou Domingo Gordo cai sete domingos antes do da Ressurreição. Por isso, muitas vezes, se realiza o Carnaval em fevereiro e, noutras vezes, em março.

É o Carnaval festa de fundo pagão, com remotas raízes nos orgíacos festejos de Babilônia, denominados *Sacae*. Nele se dá liberdade ao instinto da carne: *Carne Vale*. Só a carne vale e se manifesta nessa comemoração dionisiaca. Ou o nome vem do *carrus-navalis*, carro naval de triunfo netuniano usado nesses festejos, que duraram em Flandres e na Alemanha até o século 13, relembrando as invasões dos normandos ou viquingues. Mas, logo que seu tumulto se apaga, após três dias de intensa liberdade, a segunda e a terça-feira, a voz da Igreja, na Quarta-Feira de Cinza, lembra aos desvairados a fatalidade da morte: *Memento, homo, quia pulvis es et in pulverem reverteris* (*Te lembres, homem, que és pó e ao pó voltarás*). Assim é a terça-feira de Carnaval espécie introdução às cerimônias litúrgicas que se iniciam na Quarta-Feira de Cinza. Se dizia, em latim, que era o dia do *Introitus*, isto é, daquela introdução. A palavra *introitus* se corrompeu a *entrudo* e, por extensão, se passou a denominar, antigamente, ao Carnaval, Entrudo e, como era inveterado costume, se usar, durante ele, brincadeira com água, hoje a palavra tomou a acepção restrita de *Carnaval molhado*.

Nos bons tempos de antanho se atirava água, às pessoas que passavam na rua, das janelas e balcões das casas, com jarro, balde, bacia. Havia foliões que punham à porta de sua moradia pipas e tonéis cheios, nos quais, ajudados por outros, mergulhavam os transeuntes desprevenidos. Em compensação, depois do banho, lhes serviam quitute e bebida. Devemos considerar isso reminiscência dos antigos banhos lustrais ou de purificação ritual pra se entrar em vida nova. Ainda aí a palavra *introitus* encontra significativa aplicação. Perdido o sentido primitivo, esses banhos se tornaram mera brincadeira, às vezes finalizando em conflito e grossa pancadaria, quando quem era molhado a força não estava disposto a suportar o brinquedo, o achando, apesar da tradição, de péssimo gosto.



Com o tempo o costume se amenizou, os baldes e tinas foram abandonados, se passando ao uso menos bárbaro de limões e laranjinhas feitos de leve camada de cera, recheados de água perfumada ou colorida, atirados, de longe, às pessoas descuidadas. Mais tarde, com a aplicação da borracha de seringueira ao uso industrial, as laranjinhas de cera tiveram de ser substituídas por outras do mesmo formato, porém com fino invólucro elástico. As vítimas desse entrudo não se aborreciam tanto com as que os ensopavam com água-de-cheiro como com as que traziam colorantes, que manchavam chapéu e roupa. Isso provocava rixa e barulho, muitas e muitas vezes com gravidade.

Se deram novos e melhorados meios pro entrudo. Se adotaram as pequenas bisnagas de borracha com canudo de metal ou de metal flexível, de vários feitios e tamanhos, as quais, apertadas pelos dedos, esguichavam, quase como um vaporizador, líquidos perfumados aos que tomavam parte na lide carnavalesca. Isso esteve em grande voga na era de 1900. Mas apareceram malvados que carregavam as bisnagas com molho de pimenta ou ácido fênico, produzindo queimaduras e até cegueiras. A polícia, então, proibiu, terminantemente, o uso de tais objetos.

Todavia o velho Entrudo teimava em não morrer, reformando seus processos e rejuvenescendo anos afora. Às bisnagas sucederam, inicialmente, os tubos de cloretil e, afinal, os de vidro e metal dos chamados lança-perfumes, que são coisa de ontem. Houve anos em que se gastaram tantos milhões deles nos carnavais cariocas que suas fábricas de França enviaram representantes especiais pra estudar as admiráveis condições desse mercado no Brasil. Se fundaram, depois, fábricas nacionais que exploraram essa lucrativa indústria. Finalmente, os viciados começaram a procurar no éter contido nos tubos de lança-perfume a embriaguez, quer nas vias públicas, quer nos bailes em recintos fechados, de modo que as autoridades se viram forçadas a proibir o uso.

Morreu, assim, já em nossos dias, metalizado, perfumado e industrializado o velho Entrudo nascido nas bacias e tonéis de água de nossos avós. Nos últimos tempos de sua existência tivera a colaboração inocente do papel colorido sob a forma de confete e serpentina, e de espanador pra fazer cócega, denominado mamãe-sacode.

O emprego de laranjinhas e limões-de-cheiro ou de água-de-cheiro começou no Rio de Janeiro, na época da independência. Se atiravam esses projéteis carnavalescos até nos teatros. As crônicas do primeiro reinado registram um episódio interessante, que ocorreu no então real teatro de São Pedro de Alcântara, no Rossio, hoje substituído por um monstro moderno de alvenaria e crismado como João Caetano. Foi no Carnaval do ano da graça de 1825. A atriz Estela Sezefredo, então famosa, trêfega, muito jovem e muito divertida, ousou lançar um desses limões na pessoa de sua majestade, o imperador dom Pedro I, sendo, incontinenti, presa e metida nas grades do antigo Aljube, ao pé do morro da Conceição, pra, no silêncio e na solidão, meditar um pouco sobre a estouvada brincadeira. Estela Sezefredo era natural do Rio Grande do Sul e começou a carreira como dançarina daquele teatro, tendo pronunciado o discurso na festa oficial de reabertura, em 1 de dezembro de 1824, quando ali se representou *Engano feliz*, de Rossini. Tendo vindo de sua terra natal com 12 anos de idade, em 1822, pois nascera em 14 de janeiro de 1810, contava somente 15 anos ao praticar a pequena loucura carnavalesca que a levou à cadeia. Deixou de ser bailarina e estreou como atriz com 23 anos, em 1833, na comédia *Camila*. Alcançou êxito ruidoso, desde então, no palco. Se casou com o grande ator João Caetano dos Santos, passando a se chamar Estela Sezefredo dos Santos. Enviuvou em 1863 e pretendeu, embora já maior de 50 anos,



voltar a ganhar a vida como atriz, não obtendo mais êxito. Faleceu na maior miséria, em Niterói, em 13 de março de 1874.

O infatigável e probo historiador da cidade do Rio de Janeiro, Vieira Fazenda, desenterrou, da poeira dos arquivos, alvarás, avisos e posturas municipais sobre o Entrudo carioca desde o século 17. O Entrudo continuou aqui no século 18 mas com proibição absoluta, de acordo com as próprias ordenações do reino, do uso de máscaras e embuçados, sob penas variadas: Prisão, multa, açoite e até degredo.

O Carnaval de rua, com préstitos alegóricos, como o conhecemos, parece datar, no Rio de Janeiro, de 1854, ano em que se fundaram as duas primeiras sociedades carnavalescas da cidade: Veneziana e Sumidades Carnavalescas. Os primeiros bailes à fantasia realizados em 1846.

Durante o segundo reinado surgiu no Rio, e se alastrou nas províncias, nova modalidade do Carnaval, a zabumbada ou zé-pereira, antepassado dos cordões e Ranchos, com uma cantiga, cujo estribilho andava na boca de toda gente:

Viva o zé-pereira
que a ninguém faz mal!
Viva a pagodeira
no dia do Carnaval!

O criador desse novo Carnaval existiu de verdade. Era o português José Nogueira de Oliveira Paredes, sapateiro na rua São José #22, antigo caceteiro miguelista em Portugal, que ali participara das famosas rebeldias populares: A Patuléia e a Maria da Fonte, vindo, fugido dos liberais vencedores com dom Pedro I, dar com os ossos no lado de cá do Atlântico. Mal se anunciava o Carnaval e reunia uma dúzia de patrícios que comiam e bebiam à boa maneira lusitana e saíam ruas afora, batucando tambor, tocando zabumba e cantando:

Viva o zé-pereira
que a ninguém faz mal!
Viva a bebedeira
no dia do Carnaval!

A zabumbada de Paredes e seus companheiros obedecia a ritmo tão certo e espalhafatoso que ninguém podia imitar. Sua passeata nas ruas públicas atraía verdadeira multidão de acompanhante. Muitos pretenderam imitar, capitaneando bando de tocadores de bombo e outros instrumentos de pancadaria, mas sem que lhe levassem as lampas na famosa toada.

Vieira Fazenda nos dá conta da origem do nome de zé-pereira prà batucada de José Nogueira de Oliveira Paredes assim: Uns dizem que, em certas localidades de Portugal, é o bombo conhecido por zé-pereira. Outros querem, e é mais provável, que, na primeira noitada de bom sucesso, os companheiros de Paredes, na força do entusiasmo e influenciados pela vinhaça, trocaram o nome do chefe e davam vivas a Zé Pereira em vez de Zé Nogueira.

Como quer que seja, Zé Nogueira ou Zé Pereira presenciou seu triunfo na ribalta, quando a célebre companhia teatral Heller levou, no Rio, a cena uma paródia dos *Pompieri de Nanterre* sob o título sugestivo de *O zé-pereira Carnavalesco*, tendo Paredes comparecido ao espetáculo de cartola e sobrecasaca, e chorando em público, de alegria.



José Nogueira ou Zé Pereira, criador do verdadeiro Carnaval de rua do Rio de Janeiro, inventor do rancho ou cordão, iniciador da batucada, morreu dum ataque de apoplexia na véspera dum carnaval, depois de examinar cuidadosa e carinhosamente, em sua oficina de sapateiro, os bombos e tambores de seu bando folião, instrumentos de sua fama, cuja integridade zelava com amor paternal e aos quais chamava, emocionadamente, *meus queridos amigos*. Fora, em verdade, o rei da batucada.

Sic transit gloria mundi!...¹⁰⁷

¹⁰⁷ *Sic transit gloria mundi* é uma expressão latina que significa, literalmente, *Assim passa a glória do mundo*, cuja conotação é *A glória do mundo é passageira*. Extraído de Wikipedia. Como no título do conto de Malba Tahan, *Iazul (Tudo passa)*. Nota do digitalizador.



Os dromedários do Ceará

O pintor francês F. Biard veio ao Brasil, no ano da graça de 1858, pintar os retratos do imperador, da imperatriz e das princesas imperiais. Seus amigos franceses desaconselharam tão perigosa e remota viagem mas ele, decidido a enfrentar a febre amarela e as serpentes, fez ouvidos-de-mercador e atravessou o oceano. Disso resultou um livro *Deux années au Brésil (Dois anos no Brasil)*, editado pela livraria Hachette, em 1826, com ilustração de Riou, segundo os desenhos do autor.

O pacote de roda inglês que trouxe o pintor ancorou no Lamarão, fora do porto de Recife, *Fernambouc*, como ele chama. Se recusou a desembarcar numa jangada sobre aquelas ondas agitadíssimas. Saltou, porém, na Bahia e comeu num restaurante um tanto à inglesa e um tanto à brasileira. Suas impressões sobre a cidade de Salvador se reduzem a isso: Edificação portuguesa e muitos negros. A beleza natural da Guanabara o maravilhou. Desembarcou no antigo cais dos Mineiros, desceu a rua Direita, hoje Primeiro de Março, e entrou na do Ouvidor, tendo ali a sensação de estar numa rua francesa, tantas eram as casas comerciais de seus compatriotas, que a denominavam *rue Vivienne*.

O viajante-pintor se queixou do calor, das moscas, das formigas e, acima de tudo, das baratas. Também se queixou dos impostos! Quando se vestia de branco, por causa da canícula, ninguém dava atenção. Quando se vestia de preto, com a cartola, todos o tratavam com a maior consideração. Passeou e pintou muito, encantado pela natureza tropical. Percorreu a Tijuca, Tijouka, como escreve. Achou o Rio *uma cidade das Mil-e-uma noites*. O deslumbrou a bondade da família imperial. Dom Pedro II o hospedou no paço de São Cristóvão, onde, diz, as pulgas quase o devoraram. A chave de broca de seu quarto era tão grande e pesada que se tornava verdadeiro suplício a carregar. O francês exagerou certos aspectos e coisas pra fazer gracinha, o que é próprio da raça.

Pondo isso a parte, o livro de Biard nos fornece curiosas notas sobre a vida brasileira naquela época: As procissões com seus anjinhos e são Jorge a cavalo, a venda de escravo em leilão, os pequenos séqüitos de mucamas e moleques atrás das damas de qualidade, as pequeninas intrigas de aldeia, em que o Rio era fertilíssimo, etc. Rende justiça à hospitalidade nacional na frase: *Personne ne la pratique si noblement que le brésilien (Ninguém a pratica mais nobremente que o brasileiro)*.

Terminada a pintura dos imperiais retratos, Biard, que amava a história natural e se dedicava à entomologia, resolveu conhecer grande parte de nosso país. Foi ao Espírito Santo, desafiando maracajá, mucuim,¹⁰⁸ cupim, sapo-boi, mosquito, formiga, bicho-de-pé e outros animais terríveis. O interessaram os homens de opa verde que pediam esmola pràs almas do Purgatório e os negros que carregavam, cantando, pesados pianos na cabeça. Ele mesmo penetrou em nosso folclore, pois a seu respeito cantaram os mestiços capixabas, que o conheceram, a quadra, que nos oferece, naturalmente, deturpada:

¹⁰⁸ Gato-maracajá é um felino nativo de América Central e América do Sul. A jaguatirica (*Leopardus pardalis*) eo gato maracajá (*Leopardus wiedi*) são dois pequenos felinos pintados que vivem em florestas neotropicais. Em tupi e guarani *maracajá* significa gato. Corruptela de maracaá (gato do mato em guarani). No guarani corrente no Paraguai mbaracadjá designa até mesmo os gatos domésticos. Mucuim, carrapato-estrela, carrapato-redoleiro, carrapato-do-cavalo (*Amblyomma cajennense*) - Acarídeo da família dos trombídeos, cuja mordedura coça muito. Notas do digitalizador.

**Brasil**

Seu Biá vai ao sertão
matá passarinho!
Seu Biá vai ao sertão
matá surucucu!

Do Espírito Santo Biard seguiu ao norte. Viu a Bahia, Pernambuco e Paraíba. Na página 306 de seu volume se refere assim ao Ceará: No meio-dia fundeamos diante de Ciarrá (*sic*), que também se chama Fortaleza. Rodeada de coqueiros, a cidade aparenta ser bastante bonita, apesar de só se poder chegar até lá através duma praia arenosa. Só se ancora ali pra deixar e receber o correio. Vi, passando na praia, animais que muito me intrigaram, pois me pareciam maiores do que cavalo e parecidos com camelo. Não me enganei, eram de fato camelos. Sem dúvida, importados da África por uma sociedade de aclimação indígena. Julgo a região excelente pra esses animais habituados ao areal.

Se lendo isso se pensa que o francês se enganou ou nos pregou uma mentira, afirmando ter visto, naquela época, camelos nas praias do Ceará. No entanto viu mesmo. Esses camelos existiram em minha terra natal.

O governo imperial, com o intuito de aclimar no nordeste tão úteis animais, mandou buscar, na Argélia, sete casais deles, que partiram, da capital daquela colônia, na barca francesa *Splendide*, em 21 de junho de 1859. A compra desses dromedários foi realizada pelo vice-presidente da famosa *société française d'acclimatation*, Richard du Cantal, devidamente autorizado pelo governo do Brasil, o qual contratou, também, quatro argelianos pra tratarem os animais durante a viagem e ensinarem aos cearenses o melhor modo de lidar com eles. A travessia foi rápida e feliz pra época. A barca *Splendide* chegou a Fortaleza no dia 24 de julho do mesmo ano de 1859. Somente um dos animais adoeceu e morreu dias depois.

Imaginal o alvoroço que causou na então pequena capital cearense a chegada de tão exóticos bichos com seus tratadores de albornoz e turbante. Os dromedários foram estabulados no depósito público da câmara municipal, que era um terreno murado à praça do Ferreira, hoje o logradouro mais importante de Fortaleza. Mais tarde os animais, já descansados da viagem, foram enviados ao sertão: Seis a Canindé e sete a Quixeramobim.

Durante o período de sete anos, que mediou entre 1859 e 1866, os dromedários tiveram filhos, se dizendo, mesmo, que eram de grande robustez. Todavia, sem tratamento adequado e fora de seu meio, foram morrendo, os pais e os filhos, de maneira que, em fim de 1866, deles somente restavam quatro. Em 31 de outubro do referido ano, o ministério da agricultura, reconhecendo tacitamente o malogro da tentativa de aclimação, expediu um aviso, mandando os vender em hasta pública. Tal venda só se realizou em 4 de fevereiro de 1867. Nessa ocasião os quatro pobres dromedários restantes se encontravam sob a guarda de meu tio-avô, coronel Francisco Fidelis Barroso. João do Carmo os arrematou por um conto de réis. A venda foi aprovada por aviso ministerial de 27 de março.

Terminou, assim, a vida pública dos camelos ou dromedários do Ceará avistados pelo pintor Biard. De sua vida particular, de então a diante, nada se sabe. O que terá feito meu patrício João do Carmo daqueles quatro *mehára?*, como se diz na Argélia. Terão morrido carregando cana nalgum engenho, lenha em qualquer fazenda, frutas em qualquer sítio, algodão nas estradas ou em circo mambembe de cavalinho neste mundo

**Brasil**

do Brasil, interior afora?

Duas foram as tentativas de aclimação de camelos na América, ambas sem êxito: Essa do Ceará e a do Peru, na época ainda do domínio espanhol, no século 16,¹⁰⁹ que, porém, não se reproduziram como os cearenses. Idêntica experiência, segundo escreveu de Paw, se realizou na Espanha e não produziu resultado.

Em minha meninice alcancei a tradição oral deixada pelos dromedários no Ceará. Sua viagem ao sertão deu azo a interessantes episódios. No caminho os cavalos, horrorizados com seu aspecto e cheiro, desembestavam como louco, mulas e jumentos fugiam espavoridos, as boiadas estouravam, as crianças se escondiam, as mulheres desmaiavam de medo e os homens se punham em guarda, se persignando. Todas as vezes que ia governar o Ceará um novo presidente de província se mandavam buscar, em Canindé e em Quixeramobim, os pobres bichos pra ele ter o gostinho de ver. Os dromedários, coitados!, iam e vinham, graças à adulação nacional.

O pintor Biard é o único viajante estrangeiro do Brasil Imperial que viu os dromedários no Ceará e a eles se refere. Esteve, depois, no Maranhão e percorreu o Amazonas que o encheu de assombro. Dali se dirigiu a Estados Unidos. Finalmente regressou à França. A relação de sua viagem é uma das mais interessantes que existem.

¹⁰⁹ Outra no faroeste, na América do Norte, também malograda. Ver apêndice do digitalizador, *Camelos no Texas, 1856*, no final. Nota do digitalizador.



A segunda filha de dom Pedro II

Em documento de sua autoria, princesa Isabel, a redentora, filha mais velha de dom Pedro II, disse o seguinte: Em 2 de dezembro de 1864 chegaram ao Rio o conde d'Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejava essa viagem, tendo em mira nossos casamentos. Se pensava no conde d'Eu pra minha irmã e no duque de Saxe pra mim. Deus e nossos corações decidiram diferente: Em 15 de outubro de 1864 tive a felicidade de desposar o conde d'Eu... Por essa confissão mais uma vez se verifica que *o homem põe e Deus dispõe*, como bem diz o povo, juiz de multimilenar sabedoria. O coração das princesas imperiais desviou assim o curso dos arranjos políticos e o duque de Saxe, em vez de príncipe-consorte da herdeira do trono do Brasil, se tornou marido da segunda filha do imperador.

Era essa dona Leopoldina, nascida no Rio de Janeiro em 13 de julho de 1847, então com 17 anos de idade, de beleza comparável à de dona Francisca, princesa de Joinville, sua tia e madrinha, e à de dona Amélia de Beauharnais, neta de Josefina Bonaparte e segunda mulher de dom Pedro I. A projeção histórica de dona Isabel, três vezes regente do império, herdeira da coroa e libertadora dos escravos, sombreou a figura de sua irmã mais moça, cujo destino foi menos brilhante em sua curta trajetória no mundo. Mas a formosura, o recato, a simplicidade, a discricção e a graça da segunda filha de dom Pedro II tornam sua figura extraordinariamente simpática aos que estudam a vida e os atos das pessoas da casa imperial.

Seu marido, Luís Augusto de Saxe Coburgo Gotha, duque de Saxe, pertencente à mais ilustre casa que dera e ainda daria príncipes consortes e soberanos a vários tronos europeus, irmão do futuro czar dos búlgaros, sobrinho de dom Fernando, marido de dona Maria II de Portugal, primo de rei Leopoldo da Bélgica e de príncipe Alberto, esposo da rainha Vitória da Inglaterra, nascera no castelo d'Eu, em França, em 9 de outubro de 1845. Era, portanto, somente dois anos mais velho que sua mulher.

Os casamentos das filhas de dom Pedro II, celebrados sendo ministro do império o conselheiro José Liberato Barroso, se realizaram em datas diversas. O de dona Isabel com conde d'Eu, como já dito, em 15 de outubro de 1864. O de dona Leopoldina com duque de Saxe em 15 de dezembro do mesmo ano. O primeiro foi nomeado marechal do exército brasileiro, o segundo, almirante da esquadra imperial. Os dois estiveram presentes à rendição de Uruguai e conde d'Eu foi o comandante-chefe de nossas forças vitoriosas no último período da campanha do Paraguai.

Do consórcio da filha segunda de dom Pedro II com o duque de Saxe nasceu em 19 de março de 1866, no Rio de Janeiro, o príncipe dom Pedro de Alcântara Augusto Luís Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, conhecido em nossa história simplesmente como dom Pedro Augusto, neto preferido do imperador e da imperatriz, pela inteligência, amor ao estudo e dedicação aos avós que o educaram. Pouca gente sabe que durante nove anos, de 1866 a 1875, isto é, até nascer dom Pedro de Alcântara, filho primogênito de dona Isabel e do conde d'Eu, de acordo com a constituição do império, foi dom Pedro Augusto considerado herdeiro presuntivo da coroa. Vale dizer que, se nesse espaço de tempo falecesse dom Pedro II e dona Isabel, ao trono imperial do Brasil subiria um representante da velha e nobre casa de Saxe Coburgo Gotha. É corrente ter havido até certo movimento de opinião nas rodas do paço de São Cristóvão e nos círculos políticos favorável à apresentação às câmaras duma emenda constitucional regulando a sucessão



da coroa a favor do neto mais velho do imperador.

Se chamou o segundo filho de dona Leopoldina e do duque de Saxe, dom Augusto Leopoldo, tendo nascido no Rio de Janeiro a 6 de dezembro de 1867. Era arrebatado de gênio e dado a conquistas amorosas como seu bisavô dom Pedro I. Se casou em 1904 com dona Carolina, arquiduquesa da Áustria, e teve oito filhos. Ainda no Rio, em 21 de maio de 1869, nasceu o terceiro filho do casal, dom José Fernando, que faleceu solteiro em 1888. Já o quarto filho, dom Luís Gastão nasceu no castelo de Abenthal em 14 de setembro de 1870. Veio ao Brasil e se casou duas vezes, a primeira com princesa Matilde da Baviera, a segunda com condessa Maria Ana de Trauttmansdorf-Weinsberg.

Como se vê, a segunda filha do imperador e seu esposo se retiraram à Europa em 1870 e ali, em breve, dona Leopoldina se extinguiu, vítima dum ataque de tifo, que a levou ao túmulo no castelo de Abenthal, em 7 de fevereiro de 1871. Tinha somente 24 anos de idade. É compreensível, pois, a afeição que dom Pedro II e dona Teresa Cristina dedicaram ao príncipe dom Pedro Augusto, que representava a filha morta em plena mocidade e que correspondia plenamente, por sua formação mental e caráter, a esse sentimento dos avós. Uma anedota relatada por Múcio Teixeira pinta como zelava dom Pedro II pela educação moral de seu neto. Tendo ido dom Pedro Augusto a um baile na casa duma fidalga, em Rio Comprido, dele somente voltou alta madrugada. Ao entrar em seu aposento, do paço de São Cristóvão, deparou, com espanto, o imperador deitado em sua cama, lendo à luz duma vela *Dom Quixote*. Dom Pedro II se levantou a sua chegada e lhe disse risonho: Filho, a cama dum rapaz solteiro não deve ficar abandonada a noite inteira. A vi tão solitária que lhe vim fazer companhia. Te peço, apenas que me não obrigues a repetir esta noitada porque os velhos não devem alterar seus hábitos e só tu me obrigarias a isso.

A lição serviu e nunca mais o jovem príncipe passou uma noite fora de casa. Esse rapaz educado tão nobre e severamente foi quem mais sofreu o golpe desfechado sobre o velho imperador em 15 de novembro de 1889. Viajava desde 27 de outubro de 1888 como segundo-tenente, em volta do mundo a bordo do *Almirante Barroso*, do comando do então capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Melo, quando, em Colombo, capital do Ceilão, chegou a notícia da proclamação da república. O comandante do navio recebeu ordem pra o desembarcar, o que fez contrariado, sendo emocionante a despedida do jovem e correto oficial.

O choque sofrido nessa ocasião abalou de tal modo dom Pedro Augusto, o feriu tão profundamente, que chegou à Europa com o juízo afetado. Depois de cuidadoso tratamento, melhorou consideravelmente. Em vias de pleno restabelecimento, a morte do avô exilado em Paris lhe causou tamanha mágoa que a insanidade voltou. Então foi internado no hospício de Tulln, na Baixa Áustria, onde faleceu em 7 de julho de 1934.

Seu irmão dom Augusto Leopoldo, marido da arquiduquesa Carolina da Áustria, serviu, sem perder o direito de cidadão brasileiro, por decisão do imperador Francisco José, na marinha austríaca, tendo feito brilhante exame de admissão, graças ao curso que tirara na marinha do Brasil. De sua correspondência, mantida no decurso de longos anos com amigos brasileiros, sobretudo os barões da Estrela e de Maia Monteiro, se vê que nunca se pôde acostumar de todo à vida da Europa e, constantemente, carpia saudade de sua pátria. Quando revogado o banimento da família imperial pelo presidente Epitácio Pessoa, pretendia dom Augusto Leopoldo vir ao Brasil mas o destino não lhe permitiu a satisfação dessa vontade: Faleceu em 11 de agosto de 1922, no castelo de Schladming. A única pessoa da casa de Saxe-Coburgo-Gotha-Bragança,

Brasil

formada pelo casamento da segunda filha de dom Pedro II, que pisou terra do Brasil depois do exílio da família imperial foi dona Teresa Cristina Maria, sua filha, em companhia de seu esposo, em 1938.

Dona Leopoldina e seu marido, enquanto viveram no Brasil ocuparam o palácio denominado do duque de Saxe, que ficava ao pé da quinta da Boa Vista, num parque limitado dum lado pela atual rua General Canabarro e do outro pela Central do Brasil, terrenos cortados atualmente pela avenida Maracanã. Nesse palácio, morou após a partida dos pais à Europa, quando se tornou homem, o príncipe dom Pedro Augusto. O restaurou com o maior gosto, o mobiliou com alfaias de valor trazidas da Alemanha e ali deu recepções e banquetes que fizeram época. Com a proclamação da república essas relíquias foram dispersadas em apressado leilão, a casa entregue ao ministério da guerra e, enfim, destruída pra dar lugar a novas construções. Do palácio do duque de Saxe somente restam dois dunquerque com altos espelhos blasonados e dourados, felizmente recolhidos ao Museu Histórico Nacional. Suas faces, inúmeras vezes, nos bons tempos idos, refletiram a face pensativa do jovem dom Pedro Augusto, destinado à loucura, e a peregrina beleza da segunda filha de dom Pedro II, dona Leopoldina Teresa Francisca Carolina de Bourbon Bragança e Saxe-Coburgo-Gotha, destinada a uma morte prematura longe da família e da pátria. Suave e graciosa figura, cheia de beleza, de virtude e de modéstia, que as circunstâncias da vida levaram a longe do país natal como folha que o vento açoita.



As espadas de dom Pedro II

Dom Pedro II, ao contrário de seu pai dom Pedro I, tido e havido como verdadeiro soldado, foi sempre um soberano burguês à maneira de Luís Filipe, bonacheirão, pacífico, mais preocupado com os livros do que com as armas, nunca tendo comandado um regimento. Na grande maioria, por dever de ofício, os príncipes de sangue recebem, nas caserna, escola e campo a educação militar. Nosso segundo imperador, tutelado por José Bonifácio e pelo marquês de Itanhaém,¹¹⁰ criado no convívio de caímos e provectoros estadistas, nunca se dera ao exercício de guerra e não experimentara nem impusera o rigor da disciplina. Ninguém mais paisano que ele.

Andava, geralmente, de casaca e, quando as circunstâncias o obrigavam ao uniforme, desde a meninice, vestia a farda de almirante. Raros seus retratos com a de marechal do exército. Todavia, no assédio a Uruguaiana, aonde foi prestigiar os defensores de nosso território invadido pelos paraguaios, se fardou de coronel do 1º batalhão de voluntários da corte, organizado no Rio de Janeiro. Era uma homenagem pessoal que assim prestava à mocidade brasileira alistada pra desafronta do Brasil. Sobre esse uniforme simplicíssimo usava um poncho de abertura bordada a ouro e na cabeça punha, às vezes, o pequeno quepe agalado de coronel e, noutras, o chapéu preto redondo que distinguia aquela tropa. É com essa indumentária que está representado por Chaves Pinheiro na maquete de sua projetada e não erigida estátua equestre, bem assim na iconografia do cério de Uruguaiana, especialmente na famosa gravura em que recebe a espada do chefe paraguaio sitiado, major Estigarribia. Nessa ocasião o imperador trazia, pendente do talim, o sabre de oficial-general em segundo uniforme regulamentar no exército brasileiro: Bainha de couro com guarnições de latão dourado, lâmina ligeiramente curva com cota saliente, punho de marfim com reforço e maçã de metal, guarda em S.

Outros documentos, gravuras, quadros, estátuas, etc. Nos mostram dom Pedro fardado de almirante ou em trajes majestáticos, trazendo outras espadas, estas simples ou ricas, em forma de gládio antigo, próprias, mesmo, de grandes cerimônias.

Em meados de 1828 um antiquário parisiense noticiou, no entanto, ter a venda a espada de dom Pedro II. Imediatamente um colecionador brasileiro residente em Lisboa veio a público, afirmando que a verdadeira espada de dom Pedro II estava em seu poder. E acrescentava que a tinha adquirido dum vendedor de antiguidade por cento e cinqüenta escudos. Era dourada, com ramos de carvalho na bainha, as iniciais P. II sob a coroa imperial nos copos, e, na lâmina, galivado, o dístico *Viva o imperador!*

Fora disso nenhum documento comprobatório de ter essa arma pertencido ao soberano do Brasil. Quem conhece um pouco de armaria brasileira sabe, com segurança, que a coroa e a sigla imperiais figuravam em todos os sabres e espadas de oficiais do segundo reinado, sendo que ressaltam melhor nos dos generais, devido ao metal dourado de melhor qualidade. A legenda *Viva o imperador!* data das lâminas das pesadas lattes da imperial guarda de honra de dom Pedro I e estampa, damasquinada, nas dos oficiais-generais de seu sucessor. Folhas de carvalho e outros relevos indicam que a espada foi dum general e nada mais. Na verdade existem espadas ou sabres de generais da monarquia brasileira tão belos, tão suntuosos que parecem armas dum soberano. O equívoco é, pois, fácil de se estabelecer.

¹¹⁰ Itanhaém (tupi e guarani): Pedra que soa. Em guarani *nheém*, falar. Nota do digitalizador.



Sendo as iniciais P. II e a coroa imperial regulamentares nas armas da oficialidade, justamente não aparecem nas verdadeiras espadas que usou o Monarca. A que usou em Uruguaiana e trazia sempre em uniforme comum, mimo de metal lavrado no punho e de lâmina damasquinada, as que cingiu nas cerimônias, em forma de gládio antigo, uma cravejada de gemas, que serviu à coroação, outra folheada de ouro e outra de bronze cinzeladas a mão, essas estão autenticadas por sua procedência. Existiram, antes de passarem aos mostruários dos museus, em poder dos membros da família imperial.

Iniciais e coroa têm levado inúmeras pessoas dentro e fora do Brasil a pensar que se achavam de posse duma espada do imperador, quando lhes caía nas mãos qualquer arma de coronel da guarda nacional ou de oficial superior ou general do exército, douradas e ostentando aqueles símbolos.

Poucas, já devidamente catalogadas e autenticadas, são as espadas que pertenceram a dom Pedro I e dom Pedro II, de maneira que é muito difícil aparecer alguma nova que possa ser considerada verdadeira.



A voluntária da pátria

À galeria das heroínas brasileiras, em que figuram Maria Úrsula de Abreu Lencastre, Joana Pereira, Bárbara Heliodora, Bárbara de Alencar, Joana Angélica, Maria Quitéria. de Jesus Medeiros, Ana Nery, Rosa da Fonseca e tantas outras, o Ceará, minha querida terra natal, contribuiu com uma figura, hoje esquecida mas que merece ser lembrada. Se trata de Jovita Feitosa, humilde sertaneja que se alistou, em trajes masculinos, como voluntário da pátria, quando o Brasil inteiro ofereceu seus filhos, cheios de entusiasmo, pra guerra provocada pelos insultos a nossa soberania e a nossa bandeira lançados pelo ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez.

Jovita Alves Feitosa, da velha e tradicional família cearense dos Feitosa, que, durante longos anos, no tempo colonial, se empenhara em luta de vida e morte com a família rival dos Montes, dando origem à famosa guerra sertaneja dos Montes e Feitosa, nasceu em 8 de março de 1848, na povoação de Brejo Seco, sertão de Inhamuns.¹¹¹ Há dúvida quanto a sua filiação. Em depoimento prestado no Rio de Janeiro, declarou ser filha de Maximiano Bispo de Oliveira e de Maria Alves Feitosa. No que prestou ao chefe de polícia da província do Piauí disse que os nomes dos pais eram Simeão Bispo de Oliveira e Maria Rodrigues Oliveira, sendo neta do baiano Simões Dias.

Aos doze anos de idade, perdeu a mãe, levada pela terrível epidemia de cólera que varreu o sertão nordestino em 1860 e viveu em companhia do pai até ir morar em Jaicós, Piauí, com um tio chamado Rogério, mestre da banda de música local. Trazia o desejo de se dedicar à arte musical mas as notícias da guerra e do entusiasmo que despertava na mocidade brasileira alcançaram aquele longínquo rincão e a mocinha sertaneja decidiu combater pela pátria ameaçada. Pra isso, deixando a casa do tio em segredo, caminhou setenta léguas [280km] a pé chegou à cidade de Teresina, capital da província, vestida de homem, tendo cortado o longo cabelo a faca e cobrindo a cabeça com um chapéu de couro, de vaqueiro.

Nesses grosseiros trajes masculinos se apresentou no palácio da presidência e se ofereceu como voluntário da pátria, segundo noticiou a imprensa local. Tinha de 17 a 18 anos de idade, feição de índio, isto é, acaboclada, e falar desassombrado. A propósito, o jornal teresinense *Liga e Progresso* estampou esta nota: Num destes últimos dias apareceu, no palácio da presidência, pedindo pra ser alistado voluntário da pátria, um jovem de 17 anos de idade, pouco mais ou menos, de estatura regular, vestido simplesmente de camisa e calça, e trazendo na mão um chapéu de couro. Sua excelência doutor Franklin Dória (barão de Loreto, presidente do Piauí), o aceitando como tal, lhe ordenara que se apresentasse no dia seguinte pra ser aquartelado. Algumas pessoas, porém, notaram e ficaram prevenidas sobre os sinais característicos desse jovem voluntário, que mais lhe indicavam ser uma mulher que um homem, e não o perderam mais de vista. Às 5 horas da tarde do dia designado pro aquartelamento do jovem voluntário, uma multidão imensa o acompanhava à casa do chefe de polícia, onde, chegando, algumas pessoas declararam que esse indivíduo, que se dizia voluntário da pátria, era uma mulher disfarçada em homem. Doutor Freitas

¹¹¹ A palavra *Inhamuns* deriva de *Anhamum*, que em tupi significa Irmão (*mu*) do demônio da floresta (*Anhá* em guarani, *Anhã*, *Anhangá* em tupi). Nota do digitalizador. Extraído de http://www.genealogiafreire.com.br/bio_bernardo_freire_de_castro.htm



mandou entrar o suposto voluntário e procedeu ao interrogatório que aqui damos à publicidade.

O referido interrogatório nos fornece a data exata do acontecimento que, então, agitou a cidade de Teresina: 9 de julho de 1865, pouco menos dum mês após a vitória de Riachuelo. Livre de ferros e de qualquer coação, diz o documento oficial, a rapariga foi inquirida pelo chefe de polícia em pessoa, na presença de testemunhas e do escrivão Raimundo Dias de Macedo, respondendo com a maior clareza ao que lhe foi perguntado. Deu a filiação à qual nos referimos e o nome de Antônia Alves Feitosa. Jovita era apelido caseiro. Procedia de Inhamuns, Ceará, e estivera sete meses em Jaicós, no Piauí, na residência dum tio. Vivía de sua costura. Saíra de Jaicós em 20 de outubro e viera na companhia dos voluntários conduzidos pelo capitão cordeiro, com o único fim de ver se podia ser aceita prà guerra do Paraguai.

Perguntado se era amásia dalgum dos voluntários com quem veio, respondeu que não tinha relação com esses homens e que os acompanhou somente porque vinham à capital, tendo muitas vezes lhes declarado, quando indagaram de sua viagem, que se apresentaria como voluntário da pátria.

Tomara roupa de homem por lhe dizerem que, como mulher, não seria aceita no exército. Seu sexo fora descoberto, na feira, por outra mulher que notara suas orelhas furadas e a apalpara no seio, apesar de sua oposição. A mesma mulher dera parte do que descobrira ao inspetor do quartirão e este a mandara conduzir à polícia por dois soldados. Chorava em presença da autoridade por se sentir envergonhada. Não sabia carregar uma espingarda mas sabia atirar com ela, tendo disposição pra aprender a arte da guerra, suportar os trabalhos da campanha e matar o inimigo. Se o governo não a aceitasse como soldado, se sujeitaria a seguir ao sul do país, onde se ocuparia com que fosse próprio a seu sexo. Todavia seu grande desejo era ser soldado. Seu pai ainda vivia em Brejo Seco, Ceará, em companhia de seus irmãos menores. O irmão mais velho, Jesuíno Rodrigues da Silva, partira já à guerra. Sabia ler e escrever mal.

Outro jornal piauiense noticiava que Jovita tinha por intento se bater com os monstros que tantas ofensas têm feito às suas irmãs de Mato Grosso, lhes vingar as injúrias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos. Afinal Jovita assentou praça e recebeu as divisas de primeiro-sargento. A imprensa afirmou que ela se apresentava nas ruas de Teresina de farda e saiote, se mostrando resoluta e satisfeita. O pai, que fizera uma viagem a Caxias, Maranhão, a foi ver em Teresina e lhe deitou sua bênção.

Jovita embarcou à Paraíba em 10 de agosto de 1865, em companhia de 460 voluntários. No vapor *Gurupi*, seguiu a São Luís do Maranhão, donde veio ao Rio de Janeiro no *Tocantins*, aqui chegando em 9 de setembro. Em toda parte despertava a curiosidade pública. Acorriam multidão prà contemplar e aclamar. Suas fotografias saíam diariamente na imprensa e rara a pessoa que não possuía uma.

No mesmo ano de 1865 a tipografia Imparcial de Brito & Irmão publicou, no Rio de Janeiro, pequeno folheto sob o título *Traços biográficos de Jovita, voluntário da pátria*, de autoria dum fluminense. Nele a cearense foi descrita assim: É um tipo índio. Estatura mediana, maneiras simples e sem afetação, despida daquela gravidade, que impõe um respeito profundo, bem proporcionada, rosto redondo, cútis amarelada, cabelo curto, crespo e dum negro acaboclado, mãos de homem e secas, pés grandes. Os olhos negros, cheios de luz, a tornam simpática, os lábios fechados, com alguma graça, ocultam dentes alvos,



limados e pontiagudos. Uma serenidade da alma se estende em seu todo e mesmo lhe assegura uma confiança que a tranqüiliza.

Um fluminense confessou que esteve com ela, que o surpreendeu pela singeleza e tranqüilidade da atitude. Trajava calça branca, blusa de chita aberta no pescoço, em torno do qual se via um rosário e uma corrente de ouro. Enquanto falava, brincava com bonecas sobre uma mesa. A achou um tanto enigmática. Disse que tinha muita raiva dos paraguaios e lamentava que a não aceitassem como soldado. Estimava dom Pedro II... Se sentia vivamente contrariada.

Em 16 de setembro de 1865 o ministro da guerra baixava o seguinte ofício ao comandante do batalhão de voluntários do Piauí: Não havendo disposição que permita a mulheres terem praça nos corpos do exército, nem nos da guarda nacional, ou de voluntários da pátria, não pode acompanhar o corpo sob o comando de V. S. com o qual veio da província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa, na qualidade de praça do mesmo corpo, mas sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha os serviços compatíveis com a natureza de seu sexo, serviços cuja importância pode tornar a referida voluntária tão digna de consideração como de louvor o tem sido por seu patriótico oferecimento: O que declaro a V. S. pra teu conhecimento e governo. Deus guarde V. S.

Jovita apelou dessa resolução ministerial mas o ministro manteve o ponto de vista, louvando seu oferecimento e oferecendo o meio pra retornar decentemente ao seio da família. Outras voluntárias da pátria, que lhe seguiram o exemplo, também não foram aceitas. Em Pernambuco dona Mariana Amélia do Rego Barreto, com 18 anos de idade, moça de boa família, que pretendeu se alistar no 5º de voluntário. Em Alagoas, outra de que nosso folclore conserva a lembrança nestes versos satíricos:

*Sinhá Mariquinha
da saia comprida
da crista de galo
do pé de galinha
não foi recebida
na tropa de linha*

A pobre Jovita viu, assim, desabar seu sonho heróico que as manifestações públicas acalentaram. Se exercitara em Teresina no manejo das armas e fora promovida a sargento. Em São Luís do Maranhão, se hospedara em casa de tenente Campos, ajudante-de-ordem do presidente da província, assistindo um espetáculo em sua honra no teatro do empresário Vicente Pontes de Oliveira, onde a artista dona Manuela recitara, empunhando a bandeira imperial, versos de Moniz Barreto. Aparecera no palco rodeada pelos atores da companhia fardados de voluntários da pátria, cantando em coro um hino de Libânio Colás, com letra de Juvenal Galeno, o grande poeta popular de Fortaleza. O povo a cobrira de flor. Um negociante português, Boaventura Coimbra de Sampaio, lhe ofertara magnífico fardamento de pano fino. O juiz de direito Antônio Francisco de Sales lhe deu um jantar em sua residência, aonde compareceram todos os oficiais de seu batalhão. Na Paraíba fora recebida por uma comissão de homenagem, que a presenteou com um anel de brilhante. Em Recife o presidente a levou ao teatro Santa Isabel, a seu camarote, sendo saudada por um poeta, que recitou uma poesia a ela dedicada, terminando com estes versos:



Brasil

*Peço palmas à moça
Que ocupa um lugar ali
Ela vale uma epopéia
Te erguei, nobre platéia!
A essa amazona aplaudir!*

Depois tudo isso desabou. Veio o crepúsculo do esquecimento. Anoiteceu em sua alma. E a pobre Jovita terminou seus dias ninguém sabe como. Melancólico o fim dessa heroína que sonhara vingar na guerra as mulheres de Mato Grosso violentadas e mortas pelos invasores da pátria.



Os zuavos do Brasil

Se chamavam zuaguai ou zuagas os belicosos membros duma tribo cabila das montanhas que separam a Argélia da Tunísia. Os turcos, quando dominaram as duas regências barbarescas, não podendo submeter esses montanhese, lhes ofereceram serviço militar no exército otomano, formando com eles corpos especiais de infantaria ligeira denominados zuavos, que permaneceram na organização militar turca até o fim do império, do Memalik i Osmanyé, com o advento da república, o Cumhuriyet de Kemal Pachá. Nesse antigo exército, o Nizã, ao lado da cavalaria Hamidié, que era uma espécie de milícia nacional, figuravam como outra singularidade os regimentos de zuavos, com larga calça vermelha, curto jaleco azul agalado e fez encarnado. Os da guarda imperial se distinguiam dos de linha pelo uso do turbante verde, cor sagrada do profeta Maomé.

Ao conquistarem a Argélia, em 1830, os franceses imitaram a organização militar turca nesse ponto, oferecendo aos irredutíveis montanhese de Zuaga o serviço militar em condição semelhante. No fim daquele ano já se haviam organizado algumas companhias de zuavos e no princípio de 1831 existiam dois batalhões enquadrados por oficiais e sargentos franceses, e especializados como tropas ligeiras. Em 1837 se criou um terceiro batalhão e se reuniram os três num regimento de zuavos, cujo primeiro comandante foi coronel Lamoricière.

Em 1838 a França reorganizou suas tropas coloniais, permitindo aos europeus o ingresso nos zuavos e deixando aos indígenas, inclusive os naturais da Zuaga, as novas formações de atiradores argelianos, que se celebrizariam na campanha de 1870 sob o nome de turcos. Se tornaram, assim, os zuavos exclusivamente franceses. Se manteve, no entanto, neles, até nossos dias, com diminutas modificações, o uniforme da tradição otomana:

Larga calça garança, curto jaleco azul com ornatos de cadarço vermelho e na cabeça a chechia¹¹² rubra de borla pendente. Com essa indumentária, espalhada em toda parte por gravuras e quadros, esses soldados se tornaram dos mais famosos do mundo, ombreando em originalidade com os escravos gregos, os honvedes húngaros, os cossacos russos e os hussardos de vários países.

Em 1854 a França já possuía quatro regimentos de zuavos, sendo um da guarda imperial de Napoleão III, que se distinguia pelo turbante branco em lugar da chechia vermelha. Essas tropas, consideradas de escol, se cobriram de glória em todas as campanhas do segundo império francês. Na da Itália decidiram da vitória em Palestro e Magenta. No México participaram de todos os combates. Na Criméia carregaram brilhantemente em Alma e Inkermann. E, afinal, na invasão da Alemanha à França, em 1870, se sacrificaram em Reichschoffen.

Além da Turquia e da França, Roma também teve zuavos. Em 1860, pra defender os estados papais, depois que os deixara o corpo expedicionário francês que Napoleão III ali mantinha, do ataque dos garibaldianos e piemonteses que os ameaçavam pra realizarem com a posse da cidade eterna a unidade italiana, general Lamoricière

¹¹² Chechia - Estão documentados os vínculos históricos entre Tunísia e Andaluzia, que podem ser observados diariamente, ainda na forma do boné de feltro ou chechia, usado por uma grande parcela da população masculina. Nota do digitalizador. Extraído de <http://encyclopedia.farlex.com/>



organizou um batalhão de zuavos, lembrado, naturalmente, de haver sido seu primeiro comandante na Argélia. Seu uniforme era o mesmo dos zuavos franceses nas linhas e no corte mas não nas cores, pois adotaram a cinzenta. Também em vez da chechia usavam um quepe do modelo denominado *cavaignac*. Constituíam essa unidade, que se denominava zuavos pontifícios, voluntários recrutados nas mais nobres famílias de França. A comandava o barão de Charette, descendente do famoso chefe dos vendeanos na revolução francesa.

Os bravos e cavaleirescos zuavos pontifícios lutaram heroicamente em Castelfidardo e em Mentana. Depois da ocupação de Roma, em 1870, pelo exército de Vítor Emanuel, estando a França invadida pelos alemães, vieram sob o comando de general de Sonis oferecer seu serviço à pátria. O governo da defesa nacional os aceitou e os zuavos pontifícios se bateram com honra na batalha de Loigny. Terminada a campanha a legião de zuavos pontifícios foi dissolvida.

Continuaram, porém, na Argélia os quatro antigos regimentos de zuavos Franceses, com a obrigação, de 1899 a diante, de terem sempre seu quinto batalhão e seu depósito na metrópole.

Além da Turquia, França e Roma papal, somente o Brasil teve zuavos. Foi um corpo de voluntários baianos que se organizou e se apresentou no acampamento de Concórdia para Guerra do Paraguai. Composto, na maioria, de homens de cor, usava o espantoso uniforme turco dos zuavos da Argélia. Esse batalhão de zuavos da Bahia teve duração efêmera, sendo logo enquadrado e uniformizado como os outros corpos de voluntários da pátria. Em sua interessante *Reminiscências da campanha do Paraguai*, general Dionísio de Cerqueira descreve o garbo e o pitoresco desses valentes zuavos de sua terra natal.

O uso dessa farda e designação do lado de cá do Atlântico mostra a grande voga dos zuavos no mundo, naquele tempo, 1865. Se popularizaram através do noticiário da imprensa e da iconografia da época, ferindo a imaginação, tanto por sua atuação nas guerras da Itália, quer contra os austríacos, quer a favor do sumo pontífice, como, sobretudo, pela glória que os cobriu na campanha da Criméia, a qual teve o condão de prender a atenção do mundo inteiro.

Na distância do tempo não é difícil imaginar como se tornou popular, no Brasil, a campanha da Criméia, onde os exércitos coligados da França, Inglaterra, Turquia e do Piemonte venceram, com inaudito esforço, a epidemia de cólera e de tifo e a heróica resistência moscovita. As estampas dos zuavos franceses atravessando o Alma ombreavam com a dos lanceiros e hussardos ingleses que deram a famosa carga da brigada Ligeira, em Balaklava. Em Paris se inaugurava a ponte de Alma e se abria o bulevar Sebastopol. A frase de Mac Mahon, na tomada do reduto de Malakof, *je suis et j'y reste (Estou e ficarei ali)*, corria parelha com o acróstico do rio Neva, espalhado pela propaganda britânica: N — Napoleão, E — Eugênia, V — Vitória, A — Alberto, nomes dos soberanos das grandes potências aliadas contra a Rússia. Um eco dessa popularidade se propaga até hoje no nome dado ao torreão central do arsenal de marinha de Recife: Torre de Malakof. Os apelidos dos generais que batiam os russos ou eram levados pelas doenças andavam de boca a boca: Lorde Raglan, Saint Arnaud, Pelissier, Canrobert, Mac Mahon, La Mamora, Osman Pacha. Os pais batizavam os filhos com os sobrenomes de Canrobert e Pelissier. Os Osmans apareciam a cada passo. E os zuavos eram, como se diz vulgarmente, enquanto durou a campanha longínqua e impressionante, de 1853 a 1856, a coqueluche da época. Até nos jardins dos palacetes

Brasil

como se vê no museu do estado, em Recife, figuravam, como ornamento, estátuas de zuavos.

Nessa guerra da Criméia, no dia 8 de setembro de 1855, data da tomada da formidável torre de Malakof, morreu heroicamente, combatendo à frente de sua companhia, um brasileiro, tenente do 1º regimento de zuavos, Eduardo de Villeneuve, de origem francesa, nascido no Rio de Janeiro, irmão de conde de Villeneuve, que foi ministro plenipotenciário do império do Brasil na Bélgica. A morte desse jovem e bravo oficial contribuiu extraordinariamente pra tornar ainda mais populares, em nossa terra, tanto os zuavos franceses, nos quais servia, como aquele combate cuja memória se perpetuaria na torre de Malakof do arsenal de Recife. Dez anos mais tarde, em 1865, ainda um eco dessa celebridade se fazia ouvir no fardamento e designação dos zuavos baianos que se apresentaram pra desafrontar a pátria nos campos do Paraguai.



O escândalo do hotel du Louvre

Em 1872, viajando na Europa Meridional de regresso do Egipto ao Brasil, o imperador dom Pedro II resolveu passar pela mui leal e invicta cidade do Porto, profundamente ligada a seu pai, dom Pedro, na luta contra dom Miguel e que guarda, num relicário, seu coração. Se hospedou no grand hotel du Louvre, de que era proprietária dona Maria Henriqueta de Melo Lemos Alvelos e Silva. Pouca gente conhece o resultado dessa hospedagem imperial. É que não foi paga, o que deu lugar a verdadeiro escândalo com a respectiva publicidade.

Os fatos estão expostos num folheto raríssimo intitulado *Senhor Rabello e o grand hotel du Louvre*, impresso na tipografia Lusitana, sita naquela cidade, na rua das Flores #84, em 1872, assinado pela proprietária do hotel, cujo nome vem acima, e datado de 25 de junho do citado ano.

Declara de início dona Maria Henriqueta que, com o mais vivo desgosto, vem se ocupar de público da referida hospedagem do imperador do Brasil. Em tão desagradável pendência, lamenta ter sido alcançado o nome de dom Pedro II, a quem sinceramente respeita. Daí o se ter conservado muito tempo em silêncio, a fim de não revelar o grau de baixaza do negócio, que era de causar nojo. Daí ter sofrido calada muito tempo as injúrias e grosserias do então cônsul do Brasil no Porto, senhor Manuel José Rabelo. E passa a historiar o que aconteceu, segundo seu ponto de vista.

Transcreveu um telegrama recebido em 17 de fevereiro de 1872, de Madri, com a assinatura de senhor Cunha, mordomo de sua majestade, do seguinte teor: Desejo saber se no dia 29 podem estar preparados quartos pro imperador do Brasil, compostos dum salão, sala de jantar, 12 quartos principais e bons quartos pra 10 criados. Deu a essa pergunta esta resposta, também pelo telégrafo: Estarão prontos pro dia indicado os quartos, salão e sala de jantar pro imperador do Brasil no hotel du Louvre. Se espera resposta definitiva.

Neste final se incluía a prudência do comerciante, pois as instalações pedidas demandavam arranjos e despesas de certo vulto. A tal resposta definitiva não se fez esperar. Veio, no dia 18 de fevereiro, com a mesma assinatura, Cunha: Prepare tudo, conforme dito, pro dia 29. Isso mereceu mais um telegrama: Está sendo preparado o hotel du Louvre às ordens do imperador, como determinas.

Em 23 de fevereiro dom Pedro II, que deixara Madri, estava em Córdoba e dali senhor Cunha passou o seguinte recado telegráfico à dona do hotel portuense: Prepare tudo pro dia 29. Sua majestade chegará na manhã do dia primeiro. Eu ou outros primeiramente. Responda, pelo telégrafo, ao hotel de Paris, em Sevilha, se posso contar com tudo arranjado.

Então, contou a proprietária: Desde o dia 18 de fevereiro o grand hotel du Louvre ficou à disposição de sua majestade, o imperador do Brasil, a fim de se realizarem os preparativos, pedidos de Madri, pra recepção dos imperiais viajantes e de sua comitiva, me vendo eu até obrigada, por esse motivo, a despedir todos meus hóspedes, no que me prejudiquei, não só então, mas também ao futuro.

É fácil compreender isso, de vez que se tratava dum hotel relativamente pequeno, onde o soberano brasileiro ocuparia 2 salões, 12 quartos principais e 10 quartos pra criadagem. Alega a hospedeira esforço e sacrifício insanos durante dias, porque o



imperador dum grande império devia ser suntuosamente hospedado. Em 29 de fevereiro estava o hotel preparado pra receber não um viajante econômico e vulgar como senhor Manuel José Rabelo, disse dona Maria Henriqueta, indignada, mas o próprio imperador do Brasil, que não podia desconhecer que a magnificência e o luxo que encontrou naquele hotel haviam, efetivamente, custado a sua proprietária alguns contos de réis e que era dever seu, quer como soberano, quer como homem honrado, pagar religiosamente o preço de sua hospedagem com relação a essa magnificência e a esse luxo.

Os descreveu o *Comércio do Porto* em sua edição de 29 de fevereiro de 1872. O primeiro andar destinado a suas majestades e o segundo destinado a seu séqüito tinham sido modificados, decorados e mobiliados com apurado gosto. Plantas, estatuetas, tapetes, espelhos, vasos ornamentais, lambris de nogueira dourada, sanefas, cortinas, reposteiros, contadores, bufetes e quadros, tudo fora escolhido e disposto com o maior esmero. Havia charões, porcelanas da Índia e de Saxe, candelabros de bronze, gobelinos e lustres de cristal. Todavia, vários criados do imperador, que o precederam ao Porto, exigiram importantes modificações desses arranjos, dos quais também o mesmo jornal deu notícia.

Prà estada de dom Pedro II no hôtel du Louvre, contratou a proprietária um cozinheiro especial em Lisboa e pôs à disposição do monarca 22 criados. Como se vê do exposto, semelhante hospedagem não poderia ser barata. O mordomo Cunha, pouco antes da partida do imperial hóspede, perguntou a dona Maria Henriqueta quanto tencionava cobrar.

— Respondi que não estava disposta a apresentar conta mas antes era intenção minha deixar inteiramente ao arbítrio de sua majestade me pagar o que lhe parecesse justo. Ele replicou: Não façás isso, minha senhora! Ficarás muito prejudicada. O imperador é pouco generoso.

Na véspera da partida do imperador, senhor Cunha pediu a conta da hospedagem, avançando, porém, que, se fosse exorbitante, não seria paga. A proprietária lhe exprobrou a grosseria e ele se desculpou, dizendo que a podia tirar, cortando largo, pois lhe poderia ensinar meio seguro de ser paga qualquer quantia pedida. Então, depôs dona Maria Henriqueta: Repeli o oferecimento que me pareceu ignóbil. Não podemos emitir juízo sobre o assunto, pois fala a maior interessada nele e senhor Cunha não pode se defender por estar morto há muito tempo.

Na noite, segundo a mesma senhora, foi procurada pelo cônsul do Brasil no Porto, Manuel José Rabelo, o qual lhe disse estas duras palavras: Minha senhora, vim àqui pra te declarar que tua conta é exorbitante e que o imperador não veio ao Porto pra ser roubado.

A hospedeira replicou que falaria pessoalmente com sua majestade, e o cônsul lhe afirmou que estava naquilo a mando do mordomo e voltaria no dia seguinte pra novo entendimento. Mas o imperador partiu e se recusou a pagar. Dona Maria Henriqueta foi a Lisboa e procurou dom Pedro II no hotel Bragança, sem conseguir lhe falar. De regresso ao Porto o cônsul a citou em juízo pra liquidação da conta, do que se seguiu o escândalo com bastante publicidade. Manuel José Rabelo atacou dona Maria Henriqueta pela imprensa e ela ou alguém por ela lhe respondeu por meio de folhetos com ampla distribuição, sem papa na língua.

Naturalmente o leitor está ansioso pra saber a quanto montava a conta duma hospedagem imperial que motivou tão grande estardalhaço. Conforme palavras da



própria hoteleira, a quatro contos e quinhentos mil-réis fortes, portugueses, o que, na época, correspondia, mais ou menos, a nove contos de réis fracos, brasileiros.

Dona Maria Henriqueta deixou correr à revelia o pleito dessa dívida pois o respeito que devotava à pessoa do imperador lhe impedia demandar contra ela em juízo. Nisto procedeu mais corretamente do que o mordomo e o cônsul, os quais não souberam evitar triste espetáculo dum imperador sair dum hotel sem pagar. É quase certo que sua majestade tenha morrido ignorando completamente o escândalo provocado por esses funcionários que, segundo insinua a hoteleira, parece terem querido comer bola...

Terminando seu requisitório contra o cônsul do Brasil, exclamou a proprietária do grand hôtel du Louvre: Filha dum dos bravos que desembarcaram ao lado do imperador, dom Pedro IV, nas praias do Mindelo, senti um vivo alvoroço quando soube que seu augusto filho vinha se hospedar em minha casa. Fiz tudo pra o receber dignamente, sem idéia de apresentar conta: Me forçaram a apresentar e depois me insultaram covardemente, me dizendo que eu pretendia roubar sua majestade. Na ocasião o imperador ainda estava em Portugal: O poderia citar, se quisesse, pra respectiva ação, e preferi me ver a braços com gravíssimas dificuldades do que dar um passo tão doloroso pra mim... Aquela hospedagem serviu apenas pra me cobrir de dívida e tornar decadente o hôtel du Louvre, cuja condição eram excessivamente próspera naquele tempo... Quem especula não se porta como eu, que prefiro dar por saldadas minhas contas com dom Pedro II à vergonha de intervir com ele num pleito sobre tão mesquinho objeto.

Na verdade, dona Maria Henriqueta de Melo Lemos Alvelos e Silva pôs em xeque, neste final, o cônsul Rabelo, que não soube evitar tão lamentável episódio, glosado pela imprensa portuguesa. O *Diário da Tarde* e o *Jornal do Comércio*, de Lisboa estranharam seu inqualificável procedimento contra a hoteleira, que, afinal, se saiu do caso com bastante galhardia, segundo parece.

Triste, lamentável o que ocorreu no Porto, justamente onde dom Pedro I sustentou o assédio posto por dom Miguel e à cuja guarda, como dom Pedro IV, legou seu generoso coração. Mais tarde, outro fato histórico uniria mais uma vez a muito leal e heróica cidade a nossa história: O falecimento, no grand hôtel, de dona Teresa Cristina, imperatriz do Brasil, em 28 de dezembro de 1889.

A conta imperial do hotel portuense foi, finalmente, paga por quatro comerciantes lusos, filhos da muito leal e invicta cidade, enriquecidos no Brasil, os quais se cotizaram pra esse fim. O jornal portuense *O Tripeiro*, que noticiou dessa forma a cessação do escândalo, infelizmente não publicou os nomes. Certamente preferiram o anonimato.

No livro, muito pouco conhecido, do escritor português Joaquim Gomes Monteiro, *Feras no povoado - Memórias dum guerrilheiro cabralista*, o derradeiro capítulo é inteiramente dedicado a dona Maria Henriqueta Alvelos e ao triste episódio do grand hôtel du Louvre. Os pormenores contidos nessa obra literária lhe dão grande valor como fonte de informação histórica, porquanto promanam de documentação verdadeira. O caso do não pagamento, pelo cônsul brasileiro Manuel José Rabelo, da conta apresentada por senhora Alvelos fez tamanha sensação, na época, que mereceu do lápis satírico de Rafael Bordalo Pinheiro uma caricatura formidável sob o título *Viagem do imperador do Brasil*, na qual sua majestade aparece vomitando as tripas comidas sem pagar, no Porto.



Segundo a narrativa de Gomes Monteiro, o imperador chegou àquela cidade em 1872, quando a estação ferroviária ainda ficava em Devesas, em Vila Nova de Gaia, além do rio Douro. As ruas estavam ornamentadas de palmas, bandeiras e arcos triunfais. Em carruagem descoberta, sua majestade passou na rua São João, o largo São Domingos e a rua das Flores. Se instalou no grand hôte! du Louvre e, quatro dias mais tarde, seguiu ao Minho de carruagem, antes fazendo piedosa romaria à praia do Mindelo, onde seu pai desembarcara pra expulsar, do trono, dom Miguel I. Ao partir deu instrução ao cônsul pro pagamento da conta daqueles quatro dias de hotel.

Então é que foram elas!, escreveu Gomes Monteiro, e prosseguiu: Senhora Alvelos, que sabia aproveitar oportunidade, apresentou uma conta de mil libras. — Isso não pode ser! — Protestou o cônsul, no auge da indignação — Mil libras? Não posso pagar essa exorbitância! — Não podes pagar? — Inquiriu a hoteleira com um sorriso desdenhoso — Até aí sei... Mas não foi ao senhor cônsul que hospedei e sim a dom Pedro II, imperador do Brasil. Esse pode pagar. — Mas eu é que não estou de acordo. — Que me importa tua opinião que àqui não aquece nem arrefece. entendes?, senhor cônsul... — Não entendo! — Pois é fácil. Hospedei o amo não o criado. Claro está que não me disporia a fazer a despesa que fiz pra alojar senhor cônsul do Brasil. — Mas, minha senhora, uma conta de mil libras por quatro dias de hospedagem é uma exorbitância inqualificável! — Que senhor cônsul ache exorbitante ou não a minha conta, isso pouco me importa. — Declarou senhora Alvelos, com um ligeiro encolher de ombros. — A conta que apresento tem de ser paga, dê lá aonde der. Qualquer tribunal a justificará em face da despesa que tive de fazer. Fiz obras e adquiri mobiliário, como posso provar, e tudo isso custou muito dinheiro...

Nessa discussão, que atingiu um grau muito eloquente, a hoteleira disse ao cônsul coisas de arrepiar, segundo o aludido escritor: Que, se quisesse fazer economia, levasse sua majestade a qualquer das estalagens do Poço das Patas, que por ter dom Pedro I, quando estivera cercado no Porto, comido fiado e sem pagar, não estava ela disposta a fiar ao filho pra que lhe não pagasse. E mandou instaurar o processo.

Foi enorme o escândalo, que os jornais da época exploraram largamente, diz o autor citado. O caso teria atingido maior proporção se não surgisse a intervenção de quatro capitalistas portuenses, que, tendo enriquecido no Brasil, resolveram abafar o escândalo. Conforme combinação feita entre os quatro, um deles se dirigiu ao hôte! du Louvre e, chegando à fala com dona Maria Henriqueta, lhe apresentou um cheque de mil libras, que poderia rebater no Rio de Janeiro.

Por essa notícia se vê que os tais capitalistas não dispunham de dinheiro no Porto e precisavam, pro pagamento daquela sorna, equivalente então a uns quatro contos de réis, sacar sobre suas casas ou seus sócios na capital brasileira. Dona Maria Alvelos argumentou que a viagem pra entrar na posse daquela quantia seria cara e os beneméritos comerciantes lhe deram seiscentos mil-réis pra vir e voltar. Benditos tempos esses em que com seiscentos bagos se atravessava duas vezes o Atlântico! Em tempos mais idos um governador-geral do estado do Brasil ganhava isso por ano...

O escândalo do grand hôte! du Louvre, provocado pela falta de habilidade, quero crer, do cônsul do Brasil, teve esse calmo desfecho. Dona Maria Henriqueta meteu o pé no barco, veio ao Rio de Janeiro e voltou com as mil libras. Mas esse dinheiro não lhe



proporcionou felicidade. A mulher se pôs a esbanjar e deu com o hotel em pantana.¹¹³ Abriu, então, pra tentar a sorte, novo hotel na foz do Douro, alugando uma casa de vasta proporção na avenida de Carreiros. Esse segundo hôtél du Louvre já não tinha o qualificativo *grand* a preceder o título e fechou dentro dum ano da data da inauguração por falta de hóspede. Senhora Alvelos teimou e abriu, na rua do Túnel, no prédio que faz esquina com a rua do Gama e foi mais tarde residência de doutor Nunes da Ponte, o terceiro hôtél du Louvre, de vida ainda mais efêmera que o segundo.

Melancólico o fim da existência dessa mulher de cabelinho na venta, como vulgarmente se diz, que se celebrizou em Portugal não só pelo incidente da hospedagem do imperador do Brasil, como por seus próprios atos, que escandalizaram, afirma o guerrilheiro cabralista em suas memórias, *a preconceituosa sociedade do seu tempo*. Perpetuamente divorciada, informa, levantava poeira nas ruas com sua carruagem faustosa de dama livre. A apodavam de grande desavergonhada. Sua carreira desenfreada acabou na miséria. Senhora Alvelos, isolada num mísero quarto, costumava sair, no anoitecer, a deitar umas cabeças de sardinha aos gatos vadios da vizinhança. Foi essa a única obra de caridade que fez em toda a vida! Por isso a rapaziada, a vendo passar abrigada em trapo que em tempos idos foi de seda preciosa, a chamavam, cruelmente, *a velha dos gatos...*

Temos certeza de que o magnânimo dom Pedro II, que certamente morreu sem ter perfeito conhecimento do escândalo por ela provocado em torno de seu nome, se soubesse do que dona Maria Henriqueta sofria, a socorreria, como fez com tanta gente ingrata, à custa de seu bolso particular.

¹¹³ Pantana - sf Ruína. *Dar em pantana*: Se arruinar.



O carrasco de Ouro Preto

Em todos os países onde houve ou há a pena de morte, existiram ou existem carrascos oficiais. Isso desde os mais remotos tempos até nossos dias. Esses verdugos são bem pagos mas vivem afastados da sociedade. Na velha cidade de Nurembergue, se mostrava à margem do Pegnitz a casa solitária, onde, outrora, vivia retirado de todos o executor das altas obras da justiça local. Houve carrascos que passaram à história, como o célebre Sanson da revolução francesa, que executou Luis XVI, Maria Antonieta, Danton, Robespierre, Saint-Just, tantos outros e foi imortalizado numa página emocionante de Balzaque. Às vezes o cargo de carrasco se torna hereditário numa família segregada do convívio social. Noutras o verdugo se esconde sob um pseudônimo como, na França atual, Monsieur de Paris. Em tempos idos os carrascos e seus ajudantes se vestiam de vermelho. Alguns exerciam a horrenda função mascarado. Em nossa época os que acionam a guilhotina ou ligam o comutador da cadeira elétrica trajam, à maneira comum, de preto.

Tão variados os carrascos como os meios oficiais de dar a morte. Na Turquia se empalavam os condenados os enfiando numa estaca pontiaguda fincada no chão. Na Espanha empregavam o garrote, gargalheira de ferro que os estrangulava de encontro a um poste de madeira. Na França posterior à revolução, ficou na moda a guilhotina, que não passa da antiga *maiden* escocesa da velha Doloire do Languedoque, aperfeiçoada por doutor Guillotin. Na Alemanha e na Inglaterra se degolava o réu com um cutelo ou machado sobre um cepo. Em Estados Unidos se usa o fuzilamento, a forca, a cadeira elétrica e a câmara de gás. Houve coisas piores entre outros povos, no correr do tempo: Envenenar com cicuta, estrangular com laço, afogar em cinza, queimar na fogueira, crucificar, untar de mel e expor às formigas, do que veio a expressão popular: *Ora, me melem se eu fizer tal coisa!*

O suplício mais comum, no entanto, em toda parte, pra crime ordinário, foi, sem dúvida, o da forca. A construção desse patíbulo, também, variou bastante: De duas pernas, de três pernas, de madeira, de alvenaria e madeira, de pedra como a famosíssima de Mont-faucon, singela, múltipla, mais alta ou mais baixa, negra ou pintada de vermelho, com alçapão embaixo, como a inglesa, sem alçapão e ao ar livre, como as de qualquer outra parte.

Quando tivemos a pena de morte no Brasil, isto é, desde, o tempo colonial até o fim do império, o instrumento usado pra execução foi a forca, mesmo pra crime político. Assim morreram, por exemplo, Bequimão, Tiradentes, Ratcliff, Metrovitch, frei Caneca e outros. Houve fuzilamento, alguns já na república, em plena guerra civil. Somente a Filipe dos Santos, em Minas, se impôs o terrível suplício do esquartejamento por quatro cavalos, que era, na antiga França, reservado aos parricidas e regicidas a eles assemelhados, e, na Bahia, a degola de coronel Leitão.

Foi dom Pedro II quem aboliu, não juridicamente, mas de fato, o funcionamento da forca no Brasil, comutando todas as penas de morte em prisão perpétua, depois do erro judiciário que levava ao patíbulo o inocente fazendeiro campista Mota Coqueiro.

Carrasco oficial, titulado, funcionário público, nunca houve em nosso país. Por isso os executores das altas obras de justiça eram outros criminosos, que ganhavam, pra se sujeitar ao odioso mister, certas vantagens ou, na generalidade, pobres escravos. Como a maioria dos que padeceram *morte natural na forca*, pra empregar a expressão jurídica



da época, foram escravos, se vê que uns desses infelizes enforcavam os outros.

Tomemos como exemplo disso a província do Ceará durante o império. Na região de Cariri, principalmente na vila de Crato, exercia o ofício de verdugo o mestiço de negro e índio (cafuzo) Cosme Cavaco, condenado à morte por cruel assassinio. A regência lhe comutou o crime em galés perpétuas e as autoridades locais o obrigaram àquele trágico serviço. Quando ficou velho o deixavam, às vezes, dar um passeio nas ruas. Num deles matou um indivíduo. Antes que a justiça terminasse seu novo processo, faleceu. Em Fortaleza foram carrascos um tal Pareça e Manuel Preto, escolhidos pelo mesmo processo. O de Sobral também, Lourenço Nogueira Campos, que chorava quando tinha de executar alguém. Na vila do Ipu, forçaram ao mister o escravo Caetano. Na do Aracati, o criminoso de morte João Chico, enforcado depois por outro galé, João Pedro. Na de Russas o condenado a prisão Manuel Pereira.

A mesma coisa ocorria noutras partes do Brasil.

Entre esses carrascos a força, condenados a galés ou míseros escravos, às vezes também condenados, o mais famoso foi o de Ouro Preto, que serviu a Mariana, Bonfim, Serro, Conceição, Leopoldina, São João Nepomuceno, Mar de Espanha, Barbacena, Sabará, Curvelo, Pitangui, São João del-Rei, Baependi, Queluz, Campanha, Caldas, Pouso Alegre, Araxá, Piranga, Jacuí, Três Pontas e Uberaba, em Minas. Campos, Barra Mansa e Rio Preto, na província do Rio de Janeiro. Se chamava Fortunato José e nascera em 1817, na cidade de Lavras, como escravo de João de Paiva, cuja viúva, dona Custódia, criou o negrinho com a maior bondade mas ele era de natureza má e, na adolescência, se entregou a todos os vícios. Com 25 anos de idade matou sua senhora e protetora a cacete porque o repreendera.

Condenado à morte em Ouro Preto, capital da província, no ano de 1832, apelou da sentença ao governo da regência, pedindo ser a pena comutada a prisão perpétua sob a condição de executar os sentenciados à força. Obteve o que solicitou e até 1871 exerceu sua hedionda função, que começara no Natal de 1833. No decurso desses 44 anos pendurou no patíbulo, nas localidades já mencionadas, 87 réus, na maioria pobres escravos, criminosos como ele, o que nos dá a média de duas execuções anuais. Entre elas, algumas dignas de nota, como as dos famigerados irmãos Tira-couro, Maximiano e João Gomes, que apavoraram algum tempo a velha cidade de Mariana. Sempre reclamava por ser mal pago: 12 mil-réis, se comia por conta própria, nas localidades aonde ia a chamado, 4 mil e oitocentos réis pela câmara de Ouro Preto.

Como era um preso igual aos outros, ao chegar a qualquer cidade ou vila, onde devia proceder a uma execução, o metiam na cadeia com os demais detentos. Por isso, certa vez, dormindo na de Pitangui, um sentenciado lhe deu várias navalhadas. Quase morreu. Desde então nunca mais foi posto com aqueles que devia enforçar.

Fortunato José, o carrasco negro de Ouro Preto, faleceu na cadeia pública dessa cidade, atual museu da Inconfidência, mais ou menos em 1880, com 63 anos de idade e 45 de executor das obras da justiça mineira. No número de 17 de julho de 1877, o periódico daquela cidade *Mosaico ouro-pretano* contou algumas coisas interessantes da sinistra vida desse verdugo: Tinha grande repugnância em enforçar mulher; observara que os sentenciados, na maioria, não se resignavam com a morte, subindo ao patíbulo revoltados, mesmo contra os confessores que os acompanhavam e procuravam consolá-los; sofria de reumatismo e desejava, como última aspiração, obter a liberdade, pra morrer sossegado em qualquer canto.

O carrasco de Ouro Preto foi um dos últimos do velho Brasil.



Os santarrões do morro de Ferrabrás

A questão dos *muckers* ou santarrões do Rio Grande do Sul abalou a opinião pública do Brasil, pouco depois de terminada a campanha do Paraguai. A farta documentação sobre o assunto foi publicada em 1907, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, por Eduardo Marques Peixoto. A respeito existe também um livro, editado em Porto Alegre por padre Ambrósio Schupp.¹¹⁴ A palavra *mucker* significa *beato, santarrão, fanático*. E essa história, pouco conhecida da maioria dos brasileiros, é cheia de mistério e de sangue.

Foi palco dos estranhos acontecimentos, que procuraremos resumir, a colônia alemã de São Leopoldo, perto de Porto Alegre, fundada em 1824, na qual havia protestantes e católicos. Esses foram, em 1844, disciplinados em fé religiosa pela hábil e pertinaz doutrinação de dois jesuítas expulsos de Buenos Aires pelo ditador dom Juan Manuel de Rosas, os padres Sedlach e Agostinho Lipinski. Os colonos pertenciam a várias seitas e elegiam os próprios ministros, de modo que, entre eles, não havia unidade religiosa e, muitas vezes, os pastores não possuíam a idoneidade moral requerida pelo cargo. Gozava, nesse meio, de grande prestígio o pastor Klein, natural de Hunsrück, na Prússia Renana, homem alto, espadaúdo, forte e esperto, tipo acabado do aventureiro sem escrúpulo. Estivera, antes de vir ao Brasil, em Estados Unidos, onde não tivera êxito. Com astutas intrigas e fingidas maneiras, se impusera aos protestantes de São Leopoldo, de cujo seio faria eclodir a seita misteriosa, sangrenta e satânica dos *muckers*.

Corria o ano de 1872, quando o colono João Jorge Maurer começou a espalhar que, ao ir buscar lenha nas matas do morro do Ferrabrás, perto de São Leopoldo, avistara, meio oculto pela folhagem, um ente misterioso, o qual lhe dizia que abandonasse o trabalho agrícola e se dedicasse a curar enfermos e aleijados, pois Deus o destinara pra essa alta e consoladora missão.

Na opinião de muitas pessoas esse vulto era o pastor Klein, que estava sugestionando o ignorante colono.

Era este casado com uma anabatista, Josefina Mentz, mulher tarada, que sofria crises epilépticas desde os doze anos de idade, seguidas de longas letargias ou de manifestações de sonambulismo. Lia constantemente a Bíblia sagrada e, se declarando tomada de inspiração divina, interpretava os textos a seu talante. O pastor Klein, seu parente, freqüentava a casa com a máxima intimidade, sendo considerado o *diretor invisível* de tudo o que nela se passava, como ficou provado pela correspondência entre ambos, mais tarde encontrada. João Jorge Maurer, analfabeto e sem energia, se deixava dominar inteiramente por ela, se tornando mero joguete em suas mãos e na do inescrupuloso pastor. Klein explorou o casal com satânica habilidade e dele surgiu a horrível seita.

Muitos colonos protestantes começaram a freqüentar as sessões realizadas na casa de Maurer e Josefina, a qual ficava em sítio ermo, ao pé do morro do Ferrabrás. Quando a sala se enchia de gente, começava a soar uma caixa de música e Josefina aparecia vestida em longa roupa branca, com uma coroa sobre o cabelo solto. Ficava em

¹¹⁴ A história foi levada ao cinema em *Os mucker (Jakobine)*, Alemanha, Brasil, 1978, drama documentário, 105 minutos, dirigido por Jorge Bodanzky e Wolf Gauer. Nota do digitalizador.



êxtase e abençoava todos os presentes, que, de joelhos, juravam obediência absoluta ao capítulo 5 do evangelho de São Mateus, o qual trata do sermão das oito bem-aventuranças. Então, ela interpretava os textos sagrados, dando o que denominava seu verdadeiro sentido e proibindo, terminantemente, seus fiéis de frequentar a igreja e de mandar os filhos à escola. Depois caía de costas, se contorcia e jazia em completa imobilidade, absolutamente insensível a dor.

Se punham os sectários a entoar cânticos, ela despertava e distribuía a todos *beijos jubilosos*. Logo cegos, aleijados e enfermos, altamente sugestionados por aquela cena, se aproximavam do casal Maurer, a fim de receber o influxo da força hiperfísica que dele emanava, pois criam que Cristo se encarnava em Josefina e ela transmitia seu poder ao esposo, verdadeiro profeta. Constava que se verificavam muitas curas. Convencida de ser Cristo, Josefina Mentz escolheu doze indivíduos para seus apóstolos, sendo o mais prestigioso e honrado o que representava Judas Iscariotes.

Como se vê, a seita se apresentava com um caráter perigoso: Exegese pessoal, heresia, taumaturgia e imoralidade. Como temessem a intervenção das autoridades ou uma reação dos próprios alemães católicos e protestantes conscientes, os *mucker* começaram a se preparar para eventualidade de uma luta armada. O ferreiro e armeiro Carlos Einsfeld, filiado ao movimento, comprava, às escondidas, arma e munição, que o tropeiro Jacob Fuchs, alcunhado Jacob das Mulas, conduzia à venda de Pedro Schmidt ou Pedro Serrano, foco de propaganda e vício, onde se faziam as ligações entre os fanáticos. Carabinas, pistolas, terçados, punhais, pólvora, cartuchame, latas de querosene para incêndio, tudo era distribuído e ocultado no mato, enquanto, disfarçadamente, se entrincheiravam as casas de moradia, visando a necessidade de uma prolongada resistência.

Estavam as coisas nesse pé quando o subdelegado de São Leopoldo foi alertado e avisou o chefe de polícia da província, Luís José de Sampaio, que trouxe, pessoalmente, no vapor *Germânia*, 20 soldados do 12º batalhão de infantaria de linha e 10 praças da cavalaria da polícia. A força cercou a casa dos Maurer. João Jorge não resistiu à prisão e Josefina foi conduzida numa padiola por se achar em estado de profunda letargia, o qual durou vários dias sob observação médica. Se abriu inquérito em Porto Alegre. Os depoimentos das testemunhas, inspiradas ou atemorizadas por pastor Klein, nada adiantaram. O chefe de polícia oficiou ao presidente da província, em 14 de maio de 1873, e ele ao ministro da justiça, um mês depois, que não se apurara algo que pudesse incriminar as pessoas detidas. Em consequência o casal Maurer foi posto em liberdade e voltou a sua residência do morro do Ferrabrás.

Mas a mão oculta do pastor Klein, assessorado por um tal Georg Robison, usuário que prometia o perdão das dívidas aos católicos alemães que abjurassem sua religião e entrassem à seita, continuou a manejar seus titeres. Os sectários se declaravam *eleitos*, consideravam os demais *ímpios*, moviam intriga e fomentavam entre a população da colônia toda sorte de perversa desordem, de modo que as famílias se inimizavam entre si, os esposos se separavam e até as pessoas se rebelavam contra os pais.

Daí a animadversão geral contra os *mucker*, que, em dezembro de 1873, enviaram um abaixo-assinado ao governo imperial, se dizendo hipocritamente pessoas mansas e pacíficas, vítimas inocentes de intrigantes e desordeiros, e de truculências policiais. Reclamavam urgente providência contra essa injusta e descabida perseguição. O ministro da justiça pediu informação, diante disso, ao presidente da província, em 27 de dezembro. No dia 20 de janeiro de 1874 o presidente provincial solicitou



esclarecimento ao chefe de polícia, que mandou o processo ao subdelegado de São Leopoldo, Lúcio Schneider, pra informar. Esta autoridade respondeu, no dia 28 do mesmo mês, que tudo era mentira e que os santarrões, furiosos por terem sido proibidas suas reuniões, pela polícia, ameaçavam a população ordeira a torto e a direito, pretendiam lhe tirar a vida e recebiam a tiro os policiais que ousavam se aproximar do local de suas assembléias.

Nenhuma providência a mais foi tomada pelas autoridades até que, na noite de 30 de abril de 1874, um indivíduo mascarado, passando pela casa de Guilherme Clos, adversário da seita, deu uns tiros a dentro da mesma, pela janela, matando um menino de 14 anos de idade, Jorge Humbert, e ferindo gravemente outro menor, que com ele estava brincando. O clamor público perseguiu o assassino mas ele conseguiu manter, a bala, os perseguidores a distância, tendo sido auxiliado por outro embaçado e conseguindo escapar, depois de ferir gravemente o policial João Francisco de Almeida. Outra vez foi o chefe de polícia da província a São Leopoldo, abriu inquérito e nada pôde apurar.

No mês de maio seguinte o colono Martin Kassel abandonou a seita, sendo cruelmente castigado. Os *muckers* atacaram a casa dele na noite e a incendiaram, depois de haverem morto e sangrado, ele e sua esposa. Cinco filhos pequenos do casal fugiram, loucos de pavor. Esse bárbaro crime alarmou a colônia e obrigou o chefe de polícia a voltar a São Leopoldo, trazendo um destacamento de infantaria de linha e guardas nacionais.

Novo inquérito e novas procrastinações. Como se quisessem desafiar a autoridade policial e a força pública, grupos de fanáticos assaltaram, ao mesmo tempo, na noite de 26 de junho de 1874, treze casas isoladas de colonos alemães, as saqueando e queimando, matando e sangrando os moradores sem exceção: Homens, mulheres e crianças! Diante dessa monstruosidade veio reforço de Porto Alegre: 90 praças do exército com dois pequenos canhões, sob o comando do bravo coronel Genuíno Olímpio de Sampaio, veterano das guerras do Uruguai e do Paraguai. Essa força atacou a residência entrincheirada de João Jorge Maurer, onde se alpardavam os santarrões, que resistiram corajosamente a três horas de tiroteio. Faltou munição à tropa, que teve de se retirar, abandonando os canhões encravados, com 3 oficiais e 32 homens feridos. Se não fosse o piquete de cavalaria da polícia, que protegeu a retirada, os *muckers* vitoriosos a teriam chacinado e certamente sangrado, como era seu costume ritual.

Coronel Genuíno acampou em Campo Bom e pediu mais reforço: De 500 a 600 infantas, 2 peças de maior calibre e uma estativa de foguete de guerra, sistema congreve,¹¹⁵ dos que tinham prestado bons serviços contra os entrincheiramentos



¹¹⁵ William Congreve (Bardsey, 24 de Janeiro de 1670 - Londres, 19 de janeiro de 1729) • Poeta e dramaturgo neoclássico inglês. Estudou em Kilkenny e no Trinity college de Dublin, exercendo, depois, advocacia em Londres. Protegido por dom Halifax, que lhe conseguiu diversos empregos lucrativos, pôde se dedicar à letra. Autor de comédia de costume espirituosa, cínica e freqüentemente licenciosa, é considerado o mais célebre dramaturgo da época da restauração. Entre seus mais importantes trabalhos estão *The double dealer* (*O duplo negociante*), de 1694 e sua obra-prima *the Way of the world* (*Caminho do mundo*), de 1700. Também foi responsável pelo uso de foguete, pra fim bélico, pelos ingleses, trazido da China. O termo *rastros vermelhos*, presente no hino de Estados Unidos da América, antiga colônia inglesa, se refere ao rastro de fogo e fumaça dos foguetes utilizados pelos ingleses pra atacar os fortes dos revolucionários ianques. Precursor da moderna artilharia de foguete, o foguete congreve deu origem a diversas armas, entre elas o katyusha



paraguaios, pois, além dos sectários que defendiam a casa dos Maurer, grande número deles, bem armados e municiados, estavam ocultos nas matas do Padre Eterno e nos desvãos do morro do Ferrabrás.

Enquanto não chegavam os recursos pedidos em homens e material de guerra, como a tropa acampada sem munição nada pudesse tentar, os fanáticos *pintaram o diabo* na redondeza, incendiando casa, sangrando pessoa e praticando orgia, em que era do ritual a permuta de mulheres. A própria Josefina Mentz abandonou o marido e passou a viver com Rodolfo Sehn, de família católica, que se pervertera.

Somente em 15 de julho de 1874 coronel Genuíno dispôs de força suficiente pra voltar à carga contra a seita sangrenta. Em 19 se lançava à frente de seus soldados contra o covil de doutor Milagroso, como chamavam João Jorge Maurer. Ferido por um tiro, de tocaia, expirou logo depois, sendo substituído no comando por tenente-coronel Fraga. Apesar da artilharia e dos foguetes o combate durou dois dias, de modo que só no dia 20 a casa foi tomada, nela se encontrando onze cadáveres de seus defensores.

Muitos fanáticos lograram fugir, se reunindo aos bandos que assistiam nas matas e no morro. A perseguição contra eles continuou, com lutas quase diárias, até ser conquistado seu derradeiro reduto, na noite de 1 pra 2 de agosto de 1874. Neste se achava o corpo de Josefina crivado de bala e, abraçado a ele, ainda vivo, Rodolfo Sehn, que a soldadesca, enfurecida, palitou com as baionetas. Mais tarde, dentro do mato, enforcados numa árvore e já putrefatos, descobriram os vencedores João Jorge Maurer e Carlos Maurer, seu irmão. Parece que a mesma razão oculta que os movimentara em vida, ali os dependurara mortos, a fim de que suas bocas não pudessem revelar o sangrento mistério de que eram conhecedores.

Pastor Klein e seis cabecilhas da seita, que a polícia pôde agarrar, foram processados e condenados, pelo júri, a 23 anos de prisão. Klein os cumpriu e saiu da cadeia em 1897, ainda atemorizando os que escreveram sobre esses trágicos acontecimentos, como o jesuíta Ambrósio Schupp, que confessa isso sem constrangimento. Nessa época, tão perto de nós, relativamente, ainda existiam alguns *muckers* num lugar denominado Terra de Bastos, na região das colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Foram eles que, numa noite, mataram e cortaram a veia jugular da mulher do colono Albino Schroeder, a sangrando do mesmo modo que praticavam os santarrões do morro de Ferrabrás. Também se sabe que, na data de 3 de janeiro de 1898, naquele mesmo local, os colonos alemães se armaram e se puseram em perseguição a alguns remanescentes dos *mucker*, que haviam sangrado várias pessoas moradoras em sítios desertos.

Esse capítulo de fanatismo sangrento de nossa história, praticado por alemães, é idêntico ao do famoso mestre Quiou e ao de Pedra Bonita, no Nordeste, e semelhante ao de Antônio Conselheiro, em Canudos, ou do monge do Contestado. O que prova que os fenômenos de misticismo não são privativos das populações mestiças de nosso sertão.

soviético e o nebelwerfer e foguetes v-1 e v-2 nazistas. Nota do digitalizador. Extraído de <http://pt.wikipedia.org/>



O imperador do Brasil no Egito

Dom Pedro II, imperador e defensor perpétuo do Brasil, era um grande estudioso da egiptologia e um grande amigo do Egito. Sua atenção, conforme ele próprio confessou, fora despertada a essa ciência difícil e apaixonante pelas obras que, a seu pedido, lhe mandara, na ocasião da exposição de Paris de 1871, o professor francês de Rougé. No ano seguinte, estando o monarca brasileiro na Europa, o famoso egiptólogo, apesar de bastante doente, reabriu seu curso da matéria no colégio de França, que dom Pedro freqüentou como aluno assíduo e perseverante.

O imperador cultivava, com grande interesse, o estudo do grego, do hebraico, do sânscrito, do austríaco, do aramaico e do copta. A *gramática hieroglífica*, de Brugsch, lhe era familiar. Mantinha correspondência constante com os maiores egiptólogos de seu tempo. Conversou, inúmeras vezes, com Mariette-Bei. Freqüentou, no Cairo, a casa de Gaillardot-Bei, onde, ao chá, se discutiam questões científicas. Gaillardot, de Rougé e Brugsch eram seus amigos pessoais. Estava a par do que se publicava sobre o assunto: Trabalhos de Champollion, memórias de Belzoni, comunicações de Wilkinson, guias de Isambert e de outros. Era capaz de ler um texto hieroglífico e se divertia em fazer esboços de curiosidades que encontrava. E chegou, mesmo, a esposar teses então avançadas como a da existência duma pré-história egípcia, defendida por Gaillardot contra Mariette.

Não é, pois, de admirar desejasse conhecer *de visu* o teatro dessa grande civilização que preocupava seu espírito e procurasse realizar esse desejo da melhor maneira. Daí as duas viagens que empreendeu ao país dos faraós. Ali estando, participou das sessões do instituto egípcio do Cairo, de que foi membro, entrando na discussão de vários assuntos, propugnando, mesmo, na sessão de 13 de janeiro de 1877, a conservação e defesa dos monumentos entregues às profanações dos turistas e às devastações do povo ignorante. Até fez, a propósito, uma comunicação especial sob o título *O vandalismo dos viajantes*, arquivada no *Livro de Ouro* da instituição.

A primeira viagem de dom Pedro ao Egito se realizou no ano de 1871, já no fim, demorando até o começo de 1872. O acompanharam a imperatriz e o visconde do Bom Retiro. Foi quando longamente freqüentou o museu egípcio de Bulaq, então dirigido pelo grande Mariette-Bei, com quem tratou, em demoradas tertúlias, das questões históricas, artísticas e arqueológicas suscitadas por seus estudos. Então visitara Alexandria e o delta, as Pirâmides de Gisé e a Esfinge, as muralhas de El Fostat, o velho Cairo, as mesquitas famosas, a Cidadela, os túmulos dos Mamelucos e dos califas abássidas, os restos de Mênfis e de Abusir.

Foi *habitué* das reuniões promovidas por Gaillardot em sua residência do bairro de Kolali, conversou com o Kediva Ismail, estudou sua reforma da instrução pública e elogiou as obras que realizou, como o canal de Lahum.

A segunda viagem durou de dezembro de 1876 a janeiro de 1877. Se sabe que sua majestade pretendia voltar mais uma vez ao Egito, no ano de 1888, não lhe permitindo isso seu precário estado de saúde, que o reteve na Europa e o fez regressar à pátria sem ultimar a excursão. Em 1889 a proclamação da república desterrou o velho soberano, que foi morrer melancolicamente em França no ano de 1891.

Sua majestade dom Pedro II gostava, mesmo, de viajar. Esteve em várias províncias do Brasil, em Estados Unidos, em quase toda a Europa. Visitou a Finlândia, Rússia,



Cáucaso e parte do oriente próximo. Em 1876 chegou, em segunda vez, ao Egito e subiu até o alto Nilo. Dessa excursão deixou um diário de próprio punho, em francês, encontrado por acaso no fundo da gaveta dum móvel do paço de São Cristóvão, que visconde de Taunay traduziu e seu filho, o ilustre historiador e acadêmico Afonso Taunay, ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o publicou na íntegra.

Em 11 de dezembro de 1876 dom Pedro II partiu de Gisé, no Cairo, a bordo do vapor *Feruz* (Turquesa). Eram 14:15h. Ao anoitecer, o barco fundeou em Marguna, depois do imperador ter contemplado, sob os últimos raios solares, a pirâmide escalonada de Sacara. Em 12 passou por Beni-Suef, a pirâmide de Meidun, Bibeh e um dos engenhos de açúcar do quediva,¹¹⁶ entre dahabiehes (barcos a vela) carregados de madeira e forragem.

Em 13 estavam à vista as montanhas de Ambra, cujos contornos bizarros o imperador desenhou em sua carteira de nota. Apareceu o minarete da mesquita de Samalut, um pouco antes do lugar onde Campbell se afogara, num naufrágio, com outros ingleses. Em frente, o Gebel Teil ou monte dos Pássaros com o convento de Deir-el-Bakarah. Dom Pedro II desembarcou em Minieh, pra visitar outra usina açucareira do quediva. Passou a sua frente um dahabieh que conduzia sir John Elliot e sua família.

No dia 14 o imperador desembarcou em Beni-Hassan e, montado num burrico, visitou os sepulcros reais de Knumhotep, Amenhi e Amenemhait, cavados na rocha, bem como a gruta então denominada de Diana, Speos Artemidos, em grego. Seguindo a viagem, viu nova usina de açúcar do quediva, em Rodah, e chegou a Haggi Gandel. Infelizmente, lamenta, não lhe sobrou tempo pra ver a necrópole de Tel-el-Amarna e as grutas de Maubdet, que Mariette-Bei lhe informara conterem múmias de crocodilos sagrados. O *Feruz* ancorou na noite, um pouco acima de Monfalut. Sua majestade se ocupou no estudo de *Gramática hieroglífica*, de Brugsch.

Em 15 visitou Siut, onde rezou numa capela católica, contemplou o minarete de Abu Tig e o local onde o famoso Mandi atacara os cristãos que navegavam no Nilo. Antes de Siut, em Elahum, se abria um canal mandado cavar pelo quediva. Na proximidade ficava o Moeris, lago em egípcio, construído por Amenemhait III, e os restos das 6 mil salas do famoso Labirinto.

No dia 16 o barco tomou carvão em Suhag. Se viu Akmin, aldeia apelidada de Um-el-Bacaur, *mãe de todas as desgraças*, o que dá a medida de sua péssima fama. Veio depois a cidade de Girgeh. Em Belianeh, dom Pedro II desembarcou e foi a cavalo a Arabat-el-Matfun, a antiga Abidos, percorrendo as ruínas do tempo de Osíris, levantado pelo grande Ramsés II, as do templo de Sėti e a necrópole de Kom-es-Sultan.

Em 17, prosseguindo a subida ao rio, de binóculo, contemplou Farchut e Hu. Esta é a antiga Dióspolis Parva, a cuja frente se ergue Lass-el-Saiad, a antiga Chenoboscion. Contemplou ainda a ilha de Tabeneh, onde, no século 6, são Pacômio fundara um mosteiro célebre. Às 2 horas da tarde desembarcou em Denderah e se dirigiu, a pé, ao templo da deusa Hathor, no qual viu as cartelas hieroglíficas de Domiciano e Trajano.

¹¹⁶ Quediva - sm Título usado pelos soberanos do Egito entre 1867 e 1914. *Quediva* vem duma palavra turca, *khidiv*, que significa *príncipe* ou *soberano*. Em 1867 o sultão da Turquia deu esse título a Ismail Paxá, chefe do estado egípcio dominado pelos turcos. Antes dessa época o soberano do Egito se chamava *uale* ou *vali* (vice-rei), título de dignidade inferior. Os ingleses aboliram o título de quediva em 1914 e o substituíram pelo de sultão. Em 1922 se adotou o de rei. Quando o Egito se tornou república, em 1953, o chefe de estado passou a se chamar *presidente*. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



Visitou, ainda, o chamado Tifônio.

O dia 18 foi dedicado a uma visita a Luxor e Carnaque, *o mais admirável ajuntamento de ruínas do mundo*, verdadeira *babelônia em ruína*, escreveu. Admirou o hipostilo¹¹⁷ e os silhares¹¹⁸ esculpturados de cenas históricas. Voltou no dia seguinte, 19, almoçando naquela sala, à sombra de suas colunas colossais, examinando, depois, um a um, os vários templos destruídos pelo furor dos homens e a mão do tempo. Luxor, informa dom Pedro II, do árabe *El-luq-sor, os palácios*, lhe ofereceu à curiosidade novas maravilhas: O templo de Gurnah e o Ramesseion, com estátuas, pilones¹¹⁹ e baixos-relevos, nos quais decifrou e leu as cartelas reais. 20 de dezembro de 1876 foi um dia dedicado aos famosos colossos de Memnon, um dos quais emitia vozes ao nascer do Sol, conforme narra o historiador Eusébio, se calando depois que foi restaurado por ordem do imperador romano Sétimo Severo, e o outro jazia tombado sobre o areal desde o terremoto do ano -29.

O Soberano brasileiro subiu ao pedestal do colosso e copiou alguns grafites, inscrições traçadas por legionários romanos, em latim. Entre elas, essa em caracteres gregos: Floriano Filipe ouvia Memnon enquanto o divino Adriano o escutava à hora... Numa dobra do terreno, entre as dunas fulvas, viu o templo de Dur-el-Medineh, construído pelos Ptolomeu, e os túmulos do Cheik-Abd-el-Gurnah. Ali perto ficava a casa onde vivera o grande egiptólogo Wilkinson. Num lado, outro templo famoso, o Deir-el-Bahari, com a iconografia da expedição enviada à Arábia pela rainha Hutason. Ainda percorreu o grande túmulo da 26ª Dinastia, em El Assasif, e a necrópole de Droh-Abul-Negat, cujas jóias se encontram no museu de Buiaq, no Cairo. Foi assim que dom Pedro II visitou as ruínas de Tebas Hecatômpla,¹²⁰ a metrópole das Cem Portas.

O *Feruz* atracou em 21 em lugar mais próximo de Medineh-Abu e o imperador estudou detidamente o templo de Tutmósis III e os túmulos reais de Biban-el-Moluk. Em 22 partiu a Esneh, percorrendo as mastabas de Amenófis III, de Séti I, de Ramsés III, onde ainda jazia sua múmia, de Ramsés VI e IX, bem como o templo de Harpeksuti, na antiga Hermontes, e as rochas de Gebel Gebelein. De Esneh a Latópolis de Estrabo, anotou, alcançou no mesmo dia El Kab, outrora Eileithias, onde viu o túmulo do chefe dos barqueiros Ankmés, lendo as cartelas dos faraós Apries e Amásis. Em seguida, palmilhou a ribanceira semeada de escombros de antigos monumentos de Bisket-Abu.

Em 23 desembarcou em frente do templo de Ediu, erigido por Ptolomeu Filopátor, com as cartelas do Filométor e do Evergeto, que ele traduziu, o pórtico de Ptolomeu Dionísio, os baixos-relevos de caçadas a hipopótamos e crocodilos, a assinatura do arquiteto Imhotep, filho de Ftá, e o grande monolito lavrado de Nectanebo,¹²¹ trazido de Denderah. Subindo ao terraço do pórtico pra apreciar o panorama da região, o

¹¹⁷ Hipostilo - adjetivo *Arquitetura*: Sala cujo teto é sustentado por colunas. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

¹¹⁸ Silhar - sm Pedra lavrada que serve pra revestir parede. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

¹¹⁹ Pilones, pilonos - sm Pórtico monumental, situado à entrada dos templos egípcios. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

¹²⁰ Hecatômpla - *adjetivo (grego hekatómpeylos)* Que tem cem portas. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

¹²¹ Nectanebo II foi o último faraó da 30ª dinastia egípcia, que se iniciou quando Nectanebo I, general natural de Sebenitos, antiga cidade no delta, usurpou o trono de Neferite II e fundou a 30ª dinastia, em -380. Nota do digitalizador. Extraído de Wikipedia.



imperador descobriu, gravados numa pedra, os nomes do explorador da Abissínia e das nascentes do Nilo, Caillaud, com a data 1816, e do engenheiro Legentil, da expedição de Bonaparte, com a data revolucionária Frisnaire an VIII, o que corresponde a 1797.

Na tarde, o *Feruz* continuou a navegar a Gebel-Selsesah, encalhando aqui e ali no assoreamento do rio. Fazia luar e à luz branca e triste prateando a água, a areia, o bosque de tamareira e a ruína silenciosa e concentrada na solidão da terra marginal, dom Pedro II, segundo confessa com sua própria letra, *passou algumas horas deliciosas, deixando a imaginação divagar.*

E o manuscrito imperial se interrompe no ponto onde se lê o seguinte: Acreditei a princípio que os templos eram orientados, mas penso agora que suas fachadas se voltavam ao Nilo, rio sagrado, que alimentava os lugares onde as barcas levavam as imagens das divindades e onde se representava a passagem das almas ao Aznenti (o inferno egípcio). Lá lhes impunham provas...¹²²

¹²² É curioso o fato de que, de todos os grandes líderes do século vinte, somente os únicos que não visitaram as necrópoles egípcias permaneceram longamente no poder: Fidel Castro e o ditador coreano. Os outros tiveram poder efêmero após a visita, entre eles Krushev, Kennedy e Degaule. Nota do digitalizador.



A revolta do imposto do Vintém

HOje, quando o povo carioca vive escorchado de imposto, decerto ninguém acreditará que já se rebelou por causa dum mísero tributo conhecido na história por imposto do Vintém. Nem faz um século que isso aconteceu e, no entanto, em vista do que ocorre, quando nos submetemos a todos os vexames fiscais, até parece lenda ou invenção de jornalista à cata de assunto sensacional.

Em 1879, sendo ministro da fazenda, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, e havendo necessidade de equilibrar o orçamento do império, por proposta do mesmo estadista ao parlamento, criou este, pela lei de 31 de outubro do ano citado, um *imposto de trânsito sobre passageiros de ferro-carril e via férrea do estado*. Em 13 de dezembro seguinte saiu a regulamentação da nova taxa, a vigorar de 1 de janeiro de 1880 a diante.

Era ela de 20 réis ou um vintém, como se dizia na época, 2 centavos atuais, sobre cada passagem de bonde e trens de subúrbio do Rio de Janeiro. A nova tributação não fora combatida no congresso nem na imprensa. Somente o venerando *Jornal do Commercio* atacou o projeto de lei. Todavia, ao ser aplicada, se revelou, como escreveu mestre Moreira de Azevedo, *severa, desigual e incômoda*. Severa, acrescenta, porque incidia mais, o que era natural, sobre o maior número de passageiros, os pobres. Incômoda pela dificuldade de troco. Desigual, finalmente, porque pagavam os mesmos 20 réis os passageiros de 1ª, 2ª ou 3ª classes dos bondes e trens. Daí se avolumarem os protestos populares contra a medida governamental.¹²³

Logo no dia de Ano Bom se realizou grande comício na então praça Dom Pedro II, antes Terreiro do Paço e agora 15 de Novembro, no qual o famoso tribuno republicano, doutor José Lopes da Silva Trovão, aconselhou em troços inflamados ao povo se recusasse ao afrontoso pagamento do vintém. Lopes Trovão era orador fogoso e demagógico, cuja celebridade se prolongou até alguns anos após a proclamação da república, que ajudou a implantar. Depois seu ardor se acalmou à sombra benéfica duma sinecura e o povo carioca, durante longos anos, o via passar na avenida Rio Branco como um dos tipos populares da cidade. Alto, ligeiramente curvado, de bigode branco pendente à gaulesa e cabeleira encanecida. Usava sempre um terno de fraque azul de feitio especial, com a gola redonda e sem corte ou casas na lapela. Também de feitio especial, feitos de encomenda, eram seus colarinhos, que rodeavam o pescoço como um vaso. Diziam que eram colarinhos pluviômetros. Completavam essa exótica indumentária uma cartola e um bengalão.

A voz de Lopes Trovão, em janeiro de 1880, excitou a população que, por volta da tarde, se aglomerou na rua Uruguaiana, vociferando e ameaçando arrancar os trilhos dos bondes que, na maioria, ali passavam. Alguns exaltados concretizaram a ameaça. Houve trechos da pavimentação de paralelepípedos desfeitos, carris arrancados dos dormentes e bondes depredados ou virados. O governo mandou o 1º batalhão de infantaria do exército, sob o comando de coronel Enéas Galvão, manter a ordem. A tropa encontrou barricadas e inesperada resistência popular. Abriu fogo, do que resultou quatro mortos e

¹²³ Então já vem de longe essa esperteza, tal como se criou o imposto sobre circulação financeira, a famigerada CPMF, que seria provisória e quase se eternizou. É o mesmo Brasil de sempre. Nota do digitalizador.



Brasil

inúmeros feridos.

A ebulição se alastrou na cidade até o dia 4 de janeiro, sendo as autoridades obrigadas a reforçar o policiamento das ruas com destacamentos de fuzileiros-navais e marinheiros, a fim de manter a ordem e dispersar os grupos de sediciosos. A companhia de bondes do jardim botânico se propôs entrar ao tesouro com os vinténs das passagens de seu tráfego, evitando a seus passageiros o vexame da cobrança. Em toda parte o público se recusava ao pagamento do acréscimo, o que multiplicava incidentes e conflitos, sendo a polícia impotente pra atender a todas essas pequenas perturbações da ordem pública. Dias terrivelmente agitados os que, então, viveu o Rio de Janeiro.

O ministério não resistiu a essa revolta popular, que recebeu, dia a dia, o apoio de vozes prestigiosas no parlamento e nos jornais. Em 20 de março João Luís Vieira Cansação de Sinimbu apresentava às câmaras o pedido de demissão coletiva do gabinete que presidia e do qual fazia parte o visconde de Ouro Preto. O imperador convidou pra formar novo ministério o conselheiro José Antônio Saraiva, cujas declarações iniciais no congresso foram contra o famigerado imposto. O parlamento o revogou mais tarde. Ninguém, porém, o pagava e mesmo ninguém o cobrava mais, o povo pessoalmente o revogara.

A lembrança do imposto do Vintém permaneceu em nosso folclore, num lundu colhido e publicado por Moreira de Azevedo:

*Se o povo se levantou
fez o povo muito bem
Se depois se acovardou
foi por causa do vintém*

*Se nos bondes a passagem
pagar mais o povo tem
Se brigaram na viagem
foi por causa do vintém*

*O Brasil adiantado
Caminhava muito além
Se hoje se vê atrasado
foi por causa do vintém*

*Foi tudo de cabo a rabo
Por um dinheiro xenxém
Se o povo fez o diabo
foi por causa do vintém*

*Adeus, amigo xingu
Requiescat in paca, amen
Se escrevi este lundu
foi por causa do vintém*

De passagem seja dito, pra elucidação do texto, que se denominava dinheiro xenxém a moeda colonial de 20 réis em que o número estava expresso em algarismos romanos, XX.

Não só o folclore se ocupou do imposto do Vintém. Ele subiu à ribalta na cena cômica *Sô Zé-Povinho*, revisteca de autoria de Faustino Manuel Soares, representada no



Brasil

Rio de Janeiro daquele tempo. Um dos atores recitava, com grande êxito, estes versos chulos:

*Vive o pobre amargurado
mas vai pagando o vintém
Se quiser ser transportado
quando vai e quando vem*

*Bondes, estradas-de-ferro
até o fumo também
Não tem que dizer: Não quero!
Há de pagar o vintém*

*Sempre o forte contra o fraco
O grande contra o pequeno
Se não tem pra tabaco
tenha o vintém pro governo*

*Ainda agora esse vintém
tantas desgraças causou
Guerra vai e guerra vem
e, afinal, continuou*

*Maldita praga rateira
de tempos a tempos vem
Não podem roer algibeira
mas vão filando o vintém*

Não consegui, todavia, o episódio passar além dessa versalhada. Dez anos após o tiroteio da rua Uruguaiana, em pleno regime republicano, quiseram alguns patriotas ou patrioteiros comemorar o fato mas a idéia morreu afogada na indiferença geral. Esta, porém, jamais afogará a lição histórica dessa rebelião contra um imposto antipático e injusto. É que hoje o povo, como ele próprio diz, paga, e não bufa, tudo quanto queiram os que o dirigem sob o nome de aumento. Naquele tempo o povo bufava e, às vezes, não pagava, pouco lhe importando fosse somente um vintém...



Um linchamento no tempo do império

No dia 2 de outubro de 1880 apareceu, no Rio de Janeiro, um periódico destinado a uma vida escandalosa e a um fim trágico. Se dizia crítico, satírico e chistoso, mas não passava duma oficina de difamação. Trazia o nome significativo de *O Corsário* e pertencia ao mulato Apulcro de Castro, ex-tipógrafo, pasquineiro sem escrúpulo e testa-de-ferro de quantos desejavam, à sombra protetora do anonimato, lançar mancheias de lama sobre a reputação dos vultos então em evidência na administração e na política. Se assoalhava, a boca pequena, que muitas das catilinárias estampadas nesse pasquim eram da autoria de penas ilustres. Se apontavam, entre outras, as do conhecido político liberal Lopes Trovão e do cabo-eleitoral dos conservadores Duque Estrada Teixeira, notório protetor das maltas de capoeiras que, no fim da monarquia, infestavam a cidade e somente seriam extirpadas no começo da república pela enérgica ação do chefe de polícia Sampaio Ferraz.

Durante cerca de três anos a virulência da linguagem e os escândalos que provocava deram a *O Corsário* tremenda evidência e vasta circulação. Se impôs pelo terror. Os que não o liam em público o liam ocultamente. Não se detinha só na vida pública de suas vítimas, entrava, sem respeito, vidas particulares adentro. Cobria diariamente de insultos o conselheiro José Antônio Saraiva, presidente do ministério, e seus ministros, especialmente o conselheiro Rodolfo de Souza Dantas. Quando esse gabinete foi mais tarde substituído pelo do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, passou a o injuriar da mesma forma. Vivía de chantagem, extorsão e cobrança de dívida com estardalhaço. Na seção intitulada *Cartas ao vovô*, infamava as pessoas que freqüentavam o paço de São Cristóvão, insinuava calúnias contra os membros da família imperial e fazia alusões grosseiras à pessoa, por todos os títulos respeitável, do velho imperador. A cada esse jornaleco, açulado pelo êxito fácil, a fama barata e a impunidade lucrativa, se tornava mais hediondo e mais temido.

Está, porém, escrito que, um dia entre os dias, como dizem os árabes, o feitiço se volta contra o feiticeiro. Aquilo não podia continuar, pensava toda gente. O governo imperial, estrênuo respeitador das garantias constitucionais, mantido sempre por dom Pedro II no acendrado culto à mais ampla liberdade de imprensa, nunca tomara providência no sentido de coibir aqueles abusos de linguagem afirmando não encontrar amparo na lei pra reprimir a audácia do foliculário. As circunstâncias se encarregariam do terrível castigo a ser imposto em via pública ao famigerado caluniador Apulcro de Castro.

Subira a tal ponto sua audácia que se atreveu, sem motivo ponderável ou provocação, a insultar os oficiais do exército imperial, sobretudo os do glorioso e tradicional 1º regimento de cavalaria, guarda e escolta de sua majestade, o imperador. A propósito duma dívida não paga a um negociante da rua da Quitanda, arrastou impiedosamente, à sarjeta, o nome dum alferes e dele passou ao do próprio comandante daquela unidade. Finalmente as injúrias choveram a granel sobre toda a classe militar.

Como o imperador, apesar das reclamações que lhe chegavam, não se decidiu a determinar providência policial contra o audaz verrineiro, que desafiava céu e terra, os militares resolveram atuar por conta própria. A reação contra o excesso do caluniador não se fez esperar. Alguns oficiais, dirigindo um bando de cadetes e soldados de cavalaria, empastelaram, na rua São José #52, a tipografia de *O Corsário*. Apulcro de



Castro não se intimidou com o desforço. Já ganhara bastante dinheiro com seu triste mister e possuía outra oficina na rua do Hospício. Dela fez sair, imprudentemente, o pasquim, continuando a insultar os oficiais do exército, em linguagem cada vez mais reles. Dava a impressão dum agente de difamação do exército a serviço de forças interessadas na desmoralização do regime.

O derradeiro número de *O Corsário* saiu em 23 de outubro de 1883. O ambiente da cidade era pesado. Andava qualquer coisa no ar. Fervilhavam cochichos e borboleteavam boatos por toda parte. Entre eles o gravíssimo de ter sido o verrineiro condenado secretamente à morte numa reunião da oficialidade da guarnição da corte. Só faltava executar a sentença. Pra isso, no dia 24, grupos de oficiais à paisana surgiram nos lugares onde ele costumava aparecer. Apulcro de Castro compreendeu e sentiu, então, o perigo da tempestade que provocara. Em 25, em pânico, subiu a escada do sobradão da rua do Lavradio, onde funcionava a chefatura de polícia, entre 2 e 3 horas da tarde, pedindo garantia de vida.

Estava no poder o gabinete chefiado pelo conselheiro Lafayette, sendo ministro da justiça Francisco Prisco de Souza Paraíso e chefe de polícia o desembargador Gama e Melo. Se apresentou o dono de *O Corsário* ao delegado de dia, Macedo Aguiar, a quem mostrou, pela janela, grupos de oficiais à paisana na imediação. O estavam esperando pra matar. Nem sabia como conseguira chegar até ali com vida. O delegado levou o fato ao conhecimento do chefe de polícia, que tomou a providência cabível ao caso, com a necessária prudência, em vista de se tratar duma classe inteira, cujos brios foram vilmente atingidos. Mandou dispersar os ajuntamentos na rua, comunicou o que ocorria ao ministro da guerra, pra que fizesse recolher os oficiais a seus corpos, e pediu a intervenção imediata do ajudante-general do exército, cargo que hoje corresponde ao de chefe do estado-maior e que era exercido por visconde da Gávea.

Visconde da Gávea não estava, no momento, no quartel-general do Campo de Santana mas seu ajudante-de-ordem, capitão João Antônio Ávila, se inteirando da comunicação da chefatura de polícia, imediatamente se dirigiu a ela. Falou com alguns dos oficiais que compunham os grupos ameaçadores, procurando os dissuadir de seu propósito, o que não conseguiu. Possivelmente pra evitar que invadissem a sede da polícia e cometessem uma violência inqualificável, achou melhor conduzir o pasquineiro a lugar mais seguro ou ignorado, julgando sua companhia suficiente pra o proteger. Urgia essa providência como de momento a momento aumentavam os magotes de militares nas esquinas, desobedecendo às intimações dos guardas urbanos pra que se dispersassem.

Apulcro de Castro aceitou, de bom grado, o alvitre proposto por capitão Ávila. Tomaram ambos um carro oficial e deixaram o prédio da chefatura. Antes, porém, da viatura alcançar a rua do Resende, um bando de indivíduos a cercou com gritos de morte, brandindo revólveres e punhais. Enquanto uns dominavam os cavalos e o cocheiro e outros reduziam à impotência capitão Ávila, o ferindo num ombro, os restantes linchavam o infeliz, que gritava misericórdia e se debatia em desespero sobre as almofadas ensangüentadas.

O delegado de plantão desceu a seu auxílio, seguido de policiais, a escadaria do sobradão mas, quando chegou ao local do crime, os linchadores se tinham dispersado em todas as direções, o ajudante-de-ordem de general visconde da Gávea estava machucado, com os alamares arrancados e a farda em desalinho, e Apulcro de Castro agonizava crivado de bala e de punhalada. Conduzido ao interior da chefatura de



polícia, ali faleceu dentro de poucos minutos. Assim terminou sua vida e carreira o mais célebre pasquineiro que já teve o Brasil. Infelizmente a dura lição não aproveitou a muitos que lhe têm sucedido e lhe hão de suceder nesse nojento ofício...

Se considerando desautorizado em suas funções pelos oficiais que fizeram justiça com as próprias mãos, se demitiu o chefe de polícia Gama e Melo, e foi atacar deselegantemente o governo pela imprensa. Seu substituto, o também desembargador Tito de Matos, mandou instaurar o inquérito de praxe. Se apurou serem responsáveis principais pelo linchamento o então capitão Antônio Moreira César, destinado a morrer em Canudos, tenente Bento Tomás Gonçalves, os Alferes Antônio Manuel de Aguiar e Silva e Ismael Caetano Pereira do Lago. Havia mais sete oficiais bastante comprometidos. O processo durou até o fim de 1884, quando foi arquivado por falta de prova contra os denunciados, segundo os termos da sentença do juiz criminal do feito.

O linchamento de Apulcro de Castro impressionou profundamente a opinião pública de todo o Brasil, apesar do quase silêncio da imprensa da época. Marcou o início das graves questões militares que, em notável crescendo, abalariam os alicerces da monarquia e preparariam, com a abolição, o advento da república. O governo imperial, que fora acusado de tolerar a campanha de infâmias de *O Corsário*, passou a ser acusado, senão de haver instigado, ao menos de ter permitido o atentado e compactuado com ele. A visita feita pelo imperador, dias mais tarde, ao 1º regimento de cavalaria foi considerada verdadeira aprovação oficial do ato de desafronta praticado violentamente por seus oficiais. Se dizia que sua majestade estava contente por terem eles também o desagradado e a sua família e amigos que o foliculário nunca respeitara. Todavia as maltas de capoeira da cidade, pertencentes à facção dos Luzias, contrária à dos Nagôs, ligadas ao cabo-eleitoral Duque Estrada, amigo e colaborador de Apulcro de Castro, puseram na noite de 26 de outubro de 1883 o centro urbano em polvorosa, provocando conflitos e quebrando lampiões, sendo dispersadas a pata de cavalo. O partido Liberal aproveitou o ensejo pra atacar fortemente o governo. Apesar de liberal e republicano, Rui Barbosa o defendeu nas colunas do *Jornal do Commercio*, no qual escrevia sob o pseudônimo de Swift, considerando o jornaleco do verrineiro linchado na rua do Lavradio um lupanar servido por prelos.



Dois imperadores poetas

Entre suas maluquices, dom Pedro I teve, também, a de fazer verso. E foi mau poeta. As musas nem sempre são amigas das coroas. O cancioneiro de dom Diniz e os lais de Maria de França são exceções que confirmam a regra.

Nos apensos de seu livro *Dom Pedro I e a marquesa de Santos*, Alberto Rangel transcreveu algumas produções poéticas atribuídas ao primeiro imperador do Brasil. São quatro, das quais três de amor. A primeira se intitula *Anachreontico (sic)* e sua grafia se enfeita com vários h:

Ho que prazer
eu'stou sentindo
por ver a intriga
hir já fugindo

Eila pensou
poder quebrar
firme amizade
que desvairar!

Mão poderosa
sobressaindo
desbaratou
não consentindo

Que impostores
e imorais
executassem
planos tais

A versalhada nada tem de anacreônica. É pífia, antes de caixeiro de venda que de príncipe. O amor inspirou outros versos da mesma marca inferior a sua majestade, que os dedicou à marquesa de Santos, como sendo dum anônimo:

Não duvides
nem hum instante
qu'eu sou fiel
qu'eu sou constante

Nem por sombras
nunca menti
Como pod'ria
ser falso a ti?

Já á bem tempo
vives comigo
Eu á tanto
vivo contigo

Podias saber
meus pensares



Brasil

que nunca foram
teus pesares

Por verdadeiro
e desvelado
ind' hei de ser
crucificado

Não duvides
nem hum instante
qu'eu sou fiel
qu'eu sou constante

No papel em que se encontram esses versos há, em letra d'água, a data 1825 e, abaixo, esta apostila: Feitos derrepente (*sic*) no meio duma acerba paixão que atormentava (*sic*) ao I. Vejamos a terceira produção:

O amor que tu me mostras
em penhor de gratidão
faz com que te eu diga
he teu meu coração

Se eu te pudesse dizer
Que me desse de teu pão
Logo depois... te diria
He teu meu coração

Finis coronat opus

Se o primeiro imperante era tão mau poeta, como se vê, o segundo não lhe ficava atrás. Documentos do próprio punho de dom Pedro II demonstram que, na arte de versejar, se não avantajava ao pai e nos fazem crer que os belos sonetos do exílio não passam de piedosa fraude, como se diz, do barão de Loreto.

Em agosto de 1888 o segundo imperador regressou da Europa no paquete francês *Congo*. Três ou quatro dias antes da chegada ao Rio de Janeiro, em papel timbrado de carta do próprio navio, o comandante, também metido a poeta, escreveu o seguinte, pra agradecer o retrato autografado com que o soberano do Brasil o mimoseara:

A.S.M.

*qui daigne signer son portrait comme
membre de l'Académie des Sciences:*

*Le premier sur le trône il plane la science;
De ses nobles desseins réglant l'impatience,
Il a brisé des fers; et de son peuple heureux
Il a fondu savamment l'avenir lumineux.
En mer. 19 — Aout — 1888*

Dom Pedro II se sentiu lisonjeado com a quadra, tomou um lápis e, na mesma folha de papel, traçou mais abaixo estas palavras:

Versos feitos pelo comandante. Os traduziu logo, passeando.

Há certa pretensão de haver feito facilmente a tradução, na última frase. No entanto,



ela é péssima, como se verá:

*Primeiro sobre o trono assentou a ciência
De seus nobres desígnios regrado a impaciência
Quebrou os grilhões, e do povo ditoso
Sábio fundou o futuro luminoso*

Não ficou somente nisso a tertúlia poética a bordo do transatlântico francês. O jogo floral entre o capitão e seu imperial passageiro prosseguiu. No dia seguinte, 20 de agosto, o marinheiro dedicara a sua majestade esta poesia.

*Après demain au jour nous serons près de terre,
Devant nous étendu le grand géant de pierre
Semblera reposer sur d'immobiles eaux.
Sa tête — Gabia — dirige les vaisseaux,
Son pied, le Pain à Sucre, un grand bloc, determine
L'entrée, et fièrement de son pie la domine.*

*Un jour à ce génie il arriva qu'un roi,
Jean VI osa crier: — He, géant, leve-toi!
Mais lui, sur des destins, continua son rêve
Et si vous lui criez, vous aussi, qu'il se leve...
Il répondra: Pourquoi troublez-vous mon sommeil;
Il n'est pas arrivé le jour de mon réveil,
À quel fol ennemi dois je crier: — qui vive?!
Qu'ai je à faire aujourd'hui, puisque D. Pedro arrive?*

O imperador não resistiu ao desafio. Entrelinhou os versos um tanto forçados mas muito lisonjeiros, do comandante do *Congo* com os de sua pavorosa tradução. O documento autógrafo é curiosíssimo, porque mostra, pelas emendas, hesitação e risco o trabalho mental do poeta. Foi este:

*Dois dias mais, ao clarear, perto do continente
Ante nós, deitado, o pétreo gigante ingente,
Sobre a água tranqüila estará a descansar.
Sua cabeça, a Gávea, as naus a encaminhar
Seus pés, o Pão-de-Açúcar, massa que assinala
A entrada e, com o pico altivo, o avassala.*

*Outrora, a esse gênio, um rei ao seu chegar,
João Sexto, ousou dizer: — Gigante, levantar!
Mas, certo, do futuro o seu sonho é constante
E se lhe gritando também que se levante
Responderá: — Por que meu sonho perturbar?
Ainda não chegou o dia de acordar.
A que louco inimigo grito eu: — Quem vem lá?
Que tenho de fazer? D. Pedro chegará.*

Mas há ainda pior que isso. A bordo do *Congo* parece que o imperador só pensava em verso. Fazia, constantemente, exercício de rima de lápis em punho, conforme atestam documentos de seu próprio punho:



Brasil

*Agora são elas
Começo nas Celas
Humildes, como elas
Pra evitar naquelas
Vastas e belas
Doce ave onde zelas
Pátria que anelas
Lá soam charamelas¹²⁴
E inimigo debelas
E amigo excelas¹²⁵*

Quem poetava dessa forma em agosto de 1888 não seria capaz de produzir os chamados *Sonetos do exílio* poucos anos depois. É difícil os admitir como sendo obra do imperador. A verdade dos fatos é que, como poeta, dom Pedro II não era melhor que dom Pedro I.

¹²⁴ Charamela é um instrumento musical de sopro originário da idade média. É construído em madeira e pode ser considerado o antecessor do oboé. Nota do digitalizador. Extraído de Wikipedia.

¹²⁵ Exceler - *verbo intransitivo* Se sobrelevar, se distinguir em seu gênero: *Por sua inteligência, excele entre os irmãos.* Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



O pacote do Exílio

Devem ter sido dias muito tristes aqueles que a família imperial passou a bordo do pacote *Alagoas* do Lóide Brasileiro rumo ao exílio, na Europa, após a proclamação da república.

Apeado do poder pelo pronunciamento militar vitorioso sem resistência, foi dom Pedro II levado, com os seus, após angustiada expectativa no paço da Cidade, a bordo da corveta *Parnaíba*, donde os transferiram ao *Alagoas*. Se conta que, naquele paço, o capitão Sólton Ribeiro, ardente republicano, ao transmitir ao velho soberano o decreto do governo provisório que o exilava da pátria, usou o tratamento de *vossa excelência*. Em 64 anos de vida e 49 anos de governo, o imperador só fora chamado de *majestade*. Espantado com aqueles termos, o monarca fitou no oficial, firmemente, seus olhos azuis. O capitão se perturbou e emendou: *Vossa alteza...* Os olhos de dom Pedro II continuaram pousados nele com espanto e Sólton Ribeiro, confuso ante aquela atitude, disse afinal: *Vossa majestade...* Então, o imperador estendeu a mão e tomou o papel que ele lhe apresentava.

O *Alagoas* recebeu os ilustres passageiros na ilha Grande e costeou o litoral montanhoso até Cabo Frio. Ali se fez ao largo. E, pouco a pouco, nas brumas azuladas, foram se apagando os contornos da terra brasileira que os olhos de dom Pedro II, nela nascido, depois de ter leal e honestamente servido durante meio século, nunca mais contemplariam. O mesmo destino tivera seu pai, o fundador do império.

Menos a imperatriz, que era napolitana, e o conde d'Eu, que era francês, todos os outros nasceram e sempre viveram no Brasil, onde pensavam, decerto, fechar os olhos, um dia, pra último sono. Foram arrancados violentamente da terra natal e mandados a bem longe. Poucos poderiam voltar ao ser revogado banimento, por presidente Epiácio Pessoa, em comemoração ao centenário de nossa independência política. Assim, iam de viagem, cheias de tristeza as faces pálidas, de melancolia as olheiras arroxeadas e de amargura as almas. Céu e mar de Cabo Frio a diante. Mar e céu. E perdida a esperança de rever o Brasil.

O comandante do *Alagoas* se chamava Pessoa e Pessoa se chamaria o presidente que revogaria o banimento. *Alagoas* era o nome do navio e o da província onde haviam nascido marechal Deodoro, que proclamara a república, e marechal Floriano, que a consolidaria. Coincidências da história. E na popa do barco flutuava uma nova bandeira, a primeira da república, que não subsistiu e acabou substituída pela da monarquia, com o globo azul em lugar do brasão imperial no losango amarelo. Essa bandeira obedecia ao formato da de Estados Unidos da América do Norte. Cópia servil. Listras alternadas verdes e amarelas. No canto azul, 20 estrelas de prata representando os estados.

Durante muitos anos após ter servido a essa melancólica missão, o pacote *Alagoas* passou à cabotagem do Lóide Brasileiro. Somente velho e imprestável foi retirado do serviço. Todavia algumas relíquias se salvaram e se encontram devidamente conservadas no museu Histórico, onde recordam o triste exílio do imperador.

Em primeiro lugar sua bandeira de riscas verdes e amarelas e quadro azul estrelado de prata. Em segundo o banco do tombadilho, onde o soberano deposto se sentava pra ler ou meditar, contemplando a vasta e monótona paisagem do mar. Desse banco, sem

Brasil

dúvida, via o imperador aquela bandeira tão diferente da que dera sombra à independência do império nascente e gloriosamente adejara sobre as armas vitoriosas dos exércitos que desfilaram em triunfo nas três capitais do Prata: Montevidéu, Buenos Aires e Assunção. O que pensaria ele daquela nova bandeira? Seria, pra ele, a imagem da pátria como a outra?

Em terceiro lugar vem a secretária e a poltrona de que se servia sua majestade pra escrever no silêncio de seu camarote. Em quarto as cadeiras em que se sentavam o imperador e a imperatriz na sala de jantar e as do camarote imperial. Em quinto o relógio de bordo, que marcou, uma a uma, as horas dessa triste viagem. E, finalmente, a roda do leme que dirigiu o paquete através do Atlântico, levando a família imperial a um desterro que não merecia.

A imperatriz não resistiu ao golpe e foi morrer logo na leal e invicta cidade do Porto. O imperador pouco tempo lhe sobreviveu. Em 1891, faleceu em Paris. Seus corpos embalsamados jazeram longos anos no panteão real de São Vicente de Fora, em Lisboa. Hoje repousam no seio da pátria, na catedral de Petrópolis.



O dragão-do-mar

Em Fortaleza, capital do Ceará, em minha infância e adolescência, a figura mais popular no bairro da Praia era, sem dúvida, o velho Francisco do Nascimento, prático-mor do porto, alcunhado dragão-do-mar.¹²⁶ A praticagem ficava, então, na chamada rua da Praia, atual José Avelino. Primeiro, numa casa de duas portas entre a rua Sena Madureira e o beco do Maceió, junto a velhos e chagados depósitos de sal que caíam em ruína e não existem mais. Depois, noutra casa semelhante, quase à esquina daquela rua, diante da primitiva escola de Aprendizes Marinheiros, paredes meias com a venda do conhecidíssimo Pedro Brito, onde o futuro caricaturista de *O Malho*, o famoso Leônidas, então rapazola anônimo, se exercitava pra seu ofício, fazendo pequeninos letreiros humorísticos. O prático-mor habitava no começo da rua da Alfândega um casarão antigo e assobradado, rodeado de coqueiros, com fundos às dunas e a um riacho que descia da aldeola. O casarão fazia canto com a rua que levava à ladeira do Farias, antiga rua do Arrecife, onde nascera Araripe Júnior.

Todos os dias o dragão-do-mar era visto no trajeto entre sua residência e a praticagem, cortando, lentamente, em diagonal, a abandonada praça da Alfândega e parando um instante no desaparecido Café do Floriano, duas e mais vezes, nas idas e voltas do almoço e do jantar ou das chamadas repentinas, quando o remador de vigia, com o óculo grande da repartição, anunciava uma vela branca ou um penacho de fumo negro no horizonte. Quase sempre andava só. Raramente, acompanhado pelo prático Remígio Joaquim da Silva, de alva barba em leque sobre o peito, ou pelo prático Constâncio com seu jeitão acaranguejado de caboclo.

Caminhava devagar, cargueiro, como se diz lá em minhas bandas, isto é, de cabeça pendida, os braços pendurados e gingando como o galear¹²⁷ dos navios no balanço da vaga. Era gordo e forte, mulato bastante escuro, quase negro, mas de cabelo liso. Usava bigode curto e farto, com barba em pêra, tudo ficando branco. Falava mansinho e tinha nos olhos grande expressão de bondade. Não ia a parte alguma. Vivia retirado: De casa à praticagem. Da praticagem até casa. Não bebia. Tomava um cafezinho no Floriano. Às vezes dava uma volta na praia até o esboroadado cais dos Ingleses, as mãos nas costas, olhando os verdes mares bravios. Seus únicos luxos, suas únicas vaidades, e os não relaxava, eram os dois galões de primeiro-tenente honorário da armada, de cadarço negro nas fardas de zuarte, dourados na de flanela azul pra missa domingueira na Conceição, ou, nos feriados, a farda de major da guarda nacional pra cumprimentar o presidente do estado.

Durante uns dez anos assim o vi e me acostumei com sua figura no inesquecível cinematógrafo de minha infância. Pelo que ouvia contar, sabia que era uma página viva da história de minha gloriosa e martirizada terra natal, que ele era o famoso dragão-do-

¹²⁶ Sobre ele uma famosa marcha, composta por João Bosco e Aldir Blanc, *O mestre-sala dos mares: ...Glória aos piratas, às mulatas, às sereias. Glória à farofa, à cachaça, às baleias. Glória a todas as lutas inglórias que, através de nossa história, esquecemos jamais. Glória ao navegante negro, que tem por monumento as pedras pisadas do cais...* Nota do digitalizador.

¹²⁷ Galear - verbo intransitivo Saltar em galões (o cavalo). Balançar (a embarcação). Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.



mar da Abolição dos Escravos, o chefe dos jangadeiros que se haviam recusado a transportar os negros sobre os seis paus de suas embarcações, no Porto de Fortaleza, o símbolo humano da libertação duma raça.

O movimento libertador começara no Ceará, em 1880, com a sociedade *Perseverança*, que angariava recurso pecuniário e com ele alforriava os negros. Em 1881 os jangadeiros do porto, onde só se podia nessa época trafegar em suas primitivas embarcações, chefiados por Francisco do Nascimento, se opuseram aos embarques e desembarques de escravo, apoiados pela *Sociedade Libertadora* ou simplesmente *A Libertadora*, já então formada. Seu jornal, *O Libertador*, deixara fama e aquele nome de *A Libertadora* eu leria até me fazer homem numa loja de fazenda na rua da Boa Vista, hoje Marechal Floriano, na esquina fronteira à antiga intendência municipal, de propriedade dum dos filhos do barão de Aratanha. Esse letreiro e a figura do práctico-mor eram os vestígios que até a mim chegavam, entre 1898 e 1908, do grande movimento iniciado em 1880 e terminado em 1884, quatro anos antes da abolição total, quando já não havia mais escravidão na terra da Luz.

A jangada de Francisco do Nascimento foi a primeira que veio ao Rio de Janeiro, sulcando, com vela triangular, a água da Guanabara em abril de 1884 e tendo ao leme o práctico-mor. Recebida no cais do Pharoux, por enorme multidão, a carregaram, os mais entusiastas, nos ombros, no meio de grande préstito, sendo depositada no museu Nacional, então no Campo de Santana, onde fica hoje o arquivo. Falaram ali em nome da Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, a oferecendo senhor Melo e Oliveira e, a recebendo o grande sábio Ladislau Neto. Comemorando o acontecimento se cunharam medalhas, em 1888, em ouro, prata e cobre, com uma jangada iluminada pelo sol, no reverso. Assim a modesta embarcação indígena se imortalizou em nossa medalhística. Em julho de 1886 a jangada denominada oficialmente *jangada Libertadora* fora transferida do museu Nacional ao arsenal de Marinha, donde desapareceu não se sabe como. É provável ter apodrecido pela má conservação e ido parar no lixo. Assim se perdeu a mais preciosa relíquia da abolição.

Francisco do Nascimento, feito práctico-mor do porto de Fortaleza, lhe sobreviveu longos anos em sua existência singela e sem cuidado, ramerrão cotidiano da casa à praticagem e da praticagem até casa. O título exagerado de *dragão-do-mar*, dado aos estos apaixonados do entusiasmo libertador, jamais se tornou popular. O povo não o poderia aplicar ao velhote cangueiro¹²⁸ e gordo, de pêra branca, a lá e a cá todos os dias rua da Praia afora, ou segurando calmamente a cana do leme do escaler vermelho da praticagem. Ele de dragão, fisicamente, nada tinha. Ainda menos na amenidade do trato. A alcunha dos dias de glória lhe voou dos ombros como uma capa mal atada que o vento leva, se evaporou como a espuma das vagas que o alísio lhe soprava nas faces, quando ia buscar, fora do porto, os paquetes do Lóide.

Nem lhe ficava bem. Os marinheiros, estivadores, tarrafiadores, jangadeiros e outros moradores da Praia, do Outeiro, da Jurema, do Meireles, do Mucuripe e do Pirambu, acostumados com ele desde longos anos, ignoravam completamente que fosse o tal *dragão* e, se algum ouvia lembrar o episódio libertador, pensava se tratar doutra personagem. Pra todos eles o práctico-mor merecia um apelido mais íntimo, de maior

¹²⁸ Cangueiro - *adjetivo* Que traz canga, que está habituado ou que pode suportar canga. Brasil: Preguiçoso, mandrião, curvado sob um peso. *Figurativo*: Obediente, submisso. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

Brasil

compreensão e significação amiga e local. Era prático-mor pros remadores de seu bote encarnado, Nascimento pra seus colegas Remígio Joaquim da Silva e Constâncio, mestre Chico pros que o conheceram como mestre de jangada. Porém a toda a gente, simplesmente, Chico de Matilde.

Matilde, sua mãe, fora uma negra escrava muito conhecida no antigo bairro da Praia, no tempo de dom Pedro II, por vender doce de tabuleiro na rua do Chafariz. O molequinho Chico, seu filho, criado na beira do porto, seria, pelo favor do destino, um dos libertadores de sua raça infeliz, o dragão-do-mar! Chico da Matilde era o nome de infância, mestre Chico o apelido da mocidade, dragão-do-mar, a alcunha da Glória. O povo preferiu o nome da infância. E fez muito bem. Porque a infância é muito maior que a glória.



A morte misteriosa de Sena Madureira

As lembranças da infância são as mais tenazes e duradouras. Elas nos acompanham dia a dia na vida além. Por isso tenho bem presente na memória o nome que se dava, em Fortaleza, minha terra natal, à mais antiga rua da cidade, que acompanhava desde a lagoa do Garrote até o mar, entre as duas colinas em que assenta a capital cearense, o curso do riacho Pajeú: Rua Sena Madureira. No tempo colonial, fora a rua Direita. Depois, passara a ser a rua de Baixo. No último tempo do império, quando conde d'Eu fez ao norte sua viagem de propaganda do malogrado terceiro reinado, a crismaram Conde d'Eu. Após a proclamação da república, foi Sena Madureira, como a conheci. Hoje sua parte alargada entre a praia e a praça da Sé ou Caio Prado se denomina Avenida Alberto Nepomuceno.

Quem foi esse Sena Madureira, cujo nome assim conheço desde a meninice e deram a uma das principais ruas da cidade onde nasci? O que fez de notável pra que seu sobrenome substituísse o de Conde d'Eu logo que o império desapareceu na aurora ensangüentada da república? Como se justifica essa homenagem que, naturalmente, naquela época não foi feita só no Ceará, pois ainda, em nossos dias, vemos como se repetem na face do país, de acordo com os fenômenos políticos, o batismo de logradouros públicos com os apelidos em voga na opinião pública do momento?

Antônio de Sena Madureira, filho do juiz de direito, doutor Casimiro de Sena Madureira, de origem baiana, e de dona Maria Francisca Peixoto, pernambucana de Garanhuns, nasceu em Recife em 16 de fevereiro de 1841. Assentou praça como cadete no 1º Batalhão de artilharia a pé e se matriculou na escola Militar. Em 1859 era alferes-aluno e em 1860 terminou o curso, colando o grau de bacharel em ciências físicas e matemática. Confirmado no posto de alferes em 1861, no corpo do estado-maior, seguiu à Europa, onde aperfeiçoou seu conhecimento técnico até 1865.

Rompera, então, a guerra contra o Paraguai e Sena Madureira entrou em campanha como assistente do ajudante-general (chefe do estado-maior) junto à 1ª brigada de infantaria. Tomou parte em todos os combates do início da invasão ao território inimigo e, notadamente, na 1ª batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866. No combate de 6 de novembro foi ferido a bala. Sua bravura na tomada do reduto Cierva ou do Estabelecimento lhe deu a promoção a capitão em 1867. No decurso da luta prestou excelente serviço nas obras de castrametação e fortificação, tendo dado aos oficiais de marinha aulas de direito internacional marítimo a bordo da corveta *Niterói*.

Depois, em comissão do ministério da agricultura, estudou as regiões encachoeiradas dos rios Araguaia e Tocantins e serviu como engenheiro ao governo da província do Rio de Janeiro. Tornou à Europa em 1873, comissionado pelo governo imperial pra estudar a organização dos exércitos europeus e seu modo de recrutamento de oficiais e soldados. Sobre a matéria apresentou circunstanciada e importante memória ao ministério da guerra. O esperava, em 1875, a promoção a major. De 1880 a 1884 comandou a escola de tiro e recebeu os galões de tenente-coronel.

A questão da abolição dos escravos agitava o Brasil. O Ceará liderava as outras províncias na campanha libertadora. Seu principal jornal se denominava *O Libertador* e era órgão da sociedade Libertadora. O ano de 1884 nascia com o município cearense do



Acarape, crismado em Redenção, porque nele não havia mais escravo. O chefe dos jangadeiros de Fortaleza, Francisco do Nascimento, Chico de Matilde, mestre Chico, à frente de seus destemidos companheiros se recusara a transportar escravos até os navios em suas jangadas e recebeu a gloriosa alcunha de dragão-do-mar. Nascimento e sua jangada vieram ao Rio de Janeiro, onde tiveram consagrada recepção: Música, flor, passeata, discurso. A jangada recolhida ao museu Nacional. Cunhagem de medalhas comemorativas. Sena Madureira, oficial culto, partidário da abolição e mesmo da república, ofereceu ao dragão-do-mar uma recepção na escola de tiro.

Isso motivou uma interpelação oficial por parte do marquês da Gávea, ajudante-general ou chefe do estado-maior do exército, a quem Sena Madureira respondeu com hombridade, lhe negando competência pra intervir na vida interna da escola, sujeita diretamente ao comando-geral de artilharia, exercido por marechal conde d'Eu. O ajudante-general representou ao ministro da guerra, que o mandou repreender e demitir o oficial que prestara uma homenagem ao jangadeiro cearense libertador. Aqui encontramos a razão básica do nome de Sena Madureira dado a uma das mais antigas, senão a mais antiga, ruas de Fortaleza. Isso exprimia a gratidão dos cearenses àquele que jogara a sorte de seu cargo na luta pela abolição, ajudando a glorificar a chamada Jangada Libertadora e seu mestre, no Rio de Janeiro.¹²⁹

Somente em 1888 voltaria a exercer outro cargo de relevo, a direção da fábrica de pólvora da Estrela. Então a agitação da questão abolicionista se agravava com a da famosa questão militar. Na opinião de Deodoro da Fonseca, atingido pelos efeitos dessa questão em que o império soçobrava, a alma e o corpo dela era o tenente-coronel Sena Madureira. No seio da oficialidade possuía grande prestígio proveniente de sua ilustração, de sua bravura e de seu caráter independente. Uma das bandeiras do exército. Muitos oficiais o consideravam chefe e estavam dispostos a o acompanhar em qualquer terreno. Era opinião corrente, que abrolhava nos jornais do tempo, que, nessa famosa questão militar, somente nele o exército tinha confiança porque sua atitude fora sempre firme, enquanto a de Deodoro da Fonseca fora sempre vacilante. Dedicado a sua classe e republicano entusiasta, encerrou a carreira com um sério incidente com o marechal Severiano da Fonseca, barão de Alagoas, irmão de Deodoro, ajudante-general do exército, o que o levou a pedir demissão de diretor da fábrica de pólvora da Estrela em 20 de janeiro de 1889.

Estava escrito que não veria a república proclamada por Deodoro em 15 de novembro daquele ano, a república que sonhara e pela qual se vinha batendo desde o regresso do Paraguai. Em 27 de janeiro, uma semana após se demitir, morreu misteriosamente. Estava, na tarde, tarde no quartel-general na praça da República, onde bebeu um copo de água mineral. Horas depois teve uma febre fortíssima e na madrugada de 28 era cadáver. Noticiou *O País* do dia 29 que o ilustre oficial fora literalmente fulminado por violento acesso de febre perniciososa, que o prostrou em poucas horas. O *Correio do Povo* disse, na data do aniversário de seu falecimento: A morte o feriu de súbito, à traição, o surpreendendo em plena robustez, quando mais aceso lhe ia o ardor patriótico, quando mais se empenhava na luta, combatendo a um tempo os inimigos que sua altivez lhe granjeava e a forma monárquica de que era intransigente adversário. Rui Barbosa, no *Diário de Notícias* de 20 de março de 1889, considerou a morte de Sena Madureira um lance

¹²⁹ Isso tudo cheira a mitificação. Nota do digitalizador.



fulmíneo que aplainara o caminho do governo, desfechando tão irremediável golpe no patrimônio de nossa força militar.

Na verdade a morte de Sena Madureira nunca foi bem explicada. Se falou dum acesso de febre perniciososa e não se fez autópsia nem se tomou providência pra aclarar esse estranho caso dum homem sadio, em plena robustez, que toma um copo de água mineral, ardendo, pouco depois, em febre alta e horas mais tarde morrendo. Correram vozes de ter sido o valente soldado envenenado pelos inimigos da república pela qual se bateu. Essa tradição de envenenamento se conservou no seio de sua família. Mas o mistério dessa rápida morte continua de pé. E parece tarde demais pra ser devidamente esclarecido.



Uma república e dois reinos

A costa atlântica setentrional do continente sul-americano compreendida entre o cabo Orange e o golfo de Darien foi toda descoberta e explorada pelos espanhóis. Em sua terceira viagem, em 1498, Cristóvão Colombo atingiu a larga foz do Orenoco. No ano seguinte Pero Alonso Nino e Cristóbal Guerra visitaram o litoral denominado costa de Perlas (costa de Pérolas). No mesmo ano, pouco depois deles, bateu a linha costeira Alonso de Hojeda, levando como pilotos Juan de la Cosa e Américo Vespúcio. De novembro de 1499 a 1500 foi Vicente Yafiez Pinzón quem explorou aquela região até Santa Maria del Mar Dulce, na embocadura do Orenoco. Enfim, em 1502 se realizou a viagem de Diego de Lepe.

Durante longo tempo não houve dúvida sobre a posse daquelas terras por seus descobridores espanhóis, os quais começaram a fundar na costa as primeiras feitorias e estabelecimentos coloniais, berços da colonização da Colômbia e da Venezuela. Em 1596, porém, quase um século após as descobertas acima registradas, um aventureiro inglês de alto estofamento, sir Walter Raleigh, em companhia de Keymis, visitou aquela paragem e lançou aos quatro ventos, na Europa, a lenda do Eldorado: No interior daquela terra, no seio da selva, havia uma cidade em que tudo era de ouro e o próprio soberano, coberto de pó de ouro, se chamava *o dourado* (em espanhol: *El dorado*). A lenda incendiou a imaginação. E sobre a costa noroeste da América do Sul corvejaram logo as ambições das três grandes nações piratas do mundo, que não descobriram mas tão-somente se locupletaram no que foi descoberto pelos espanhóis e pelos portugueses. França, Holanda e Inglaterra logo procuraram se apoderar de territórios costeiros que lhes permitissem a expansão ao interior, na demanda ao Eldorado.

Eis como surgiram no norte de nossa Amazônia, além do meridiano marco de Tordesilhas, as três Guianas, três cunhas estrangeiras ainda hoje existentes, graças à fraqueza e à falta de sentido político das nações sul-americanas. Essa vizinhança trouxe ao Brasil duas questões de limite, hoje, felizmente, resolvidas. Uma com a Guiana Inglesa. Outra, mais grave, com a Guiana Francesa.

Os primeiros estabelecimentos dos franceses ali datam, segundo parece, de 1604. Em 1651, pra exploração do território, se fundou, em Paris, a *Compagnie de la France Equinoxiale*, que malogrou. Os holandeses ocuparam a região, provisoriamente, em 1676. O ministro Choiseul procurou, em 1763, realizar uma colonização intensa da Guiana, mandando a ela 12 mil emigrantes, que as doenças tropicais em pouco tempo liquidaram. A capital, Caiena, foi fundada em 1634 mas só teve algum desenvolvimento no tempo de Colbert, grande ministro de Luís XIV, em 1664.

A palavra *Guiana* vem, certamente, do francês *Guyenne*, que se pronuncia *Guiane* e nada mais é do que a deturpação, através da língua d'Oc ou provençal, do latim *Aquitania* (*Aquitânia*), que designava a parte meridional da França compreendida entre o Loire, o Atlântico e os Pirineus. César já dividia a Gália em três partes: Céltica, Bélgica e Aquitânia. A palavra *Caiena*, em francês *Cayenne*, procede do baixo latim *Caia* ou *Caya*, que quer dizer moradia ou casa. Se deu esse nome aos navios desaparelhados, que se ancoravam ou encostavam nos portos pra servir de depósito de equipagem, caserna ou presiganga. Era essa última atribuição a mais comum, de modo



que Caiena equivale a pontão ou prisão flutuante. Ora, como a cidade de Caiena fica numa ilha e é um presídio de forçados desde longa data, bem lhe calha o apelido.

A expansão portuguesa ao norte desrespeitou a linha divisória de Tordesilhas e alcançou, desde o século 17, as margens do rio Oiapoque. Foi esse sempre o limite tradicional entre o Brasil e a Guiana Francesa, alguns denominando nossa região ao sul daquele rio Guiana Brasileira. O famoso tratado de Utrecht assentou oficialmente essa fronteira. Os povoadores brasileiros já tinham de tal modo explorado e se fixado na região que, em 14 de junho de 1637, El-rei Filipe IV de Espanha e III de Portugal criou a chamada capitania do Cabo do Norte, composta por ela, pra apanágio de Bento Maciel Parente, um dos criadores da Amazônia. O tratado de Madri, de 1750, deixou de pé tal situação. E a tradição dessa capitania do Cabo do Norte, incluída na província do Grão-Pará, no tempo do Brasil-reino e da independência, e na do Pará, depois da elevação da comarca do Rio Negro à província do Amazonas, viria à tona justamente nessa época. Em 1º de julho de 1853 o deputado Cândido Mendes de Almeida apresentou à câmara do império um projeto de lei, que não foi avante, criando ali a província Oiapóquia ou, como escrevia, Oyapockia, tendo como capital a vila de Macapá.

Todavia, apesar da posse pacífica pelo lado do Brasil da vasta região ao sul do Rio Oiapoque, denominada, geralmente, Amapá, os franceses sempre a ambicionaram. Em 1887 surgiu, em Paris, um aventureiro chamado Júlio Gros, natural de Vances, do departamento do Sena, se apregoando presidente da república do Cunani. Cunani ou Counani, como escrevem os franceses, é um rio da chamada Guiana Brasileira e o nome dum povoado da mesma. Essa designação se aplica, por extensão, ao território mais avançado do Brasil, ao norte, sobre a costa atlântica, compreendido, portanto, entre a serra de Tumuquehumaque ou Tumucumaque, o Oiapoque, o oceano e o Cunani, espécie de ponta-de-lança ao sententrião.

O tal Júlio Gros constituiu, em Paris, na barba das autoridades, uma espécie de governo exilado da república da Guiana independente ou república do Cunani, nomeando ministros e mandando cunhar e esmaltar uma condecoração denominada a Estrela do Cunani. Tem toda razão aquele escritor que diz ser o francês *un monsieur décore qui ignore la géographie*.¹³⁰ No caso, a carapuça assenta como uma luva. Os franceses levaram a sério o presidente exilado do Cunani e compraram os diplomas da tal Estrela, o que deu meios pecuniários pra viver ao aventureiro e aos que o acompanhavam e com ele faziam coro. Os jornais publicaram artigos, notícias e entrevistas a respeito. Se falou, à socapa, da conveniência da França estender sua proteção à pobre república do Cunani, cujo governo fora expulso pelos brasileiros e viera se refugiar na França, sua pátria de origem. A farsa ridícula durou alguns meses até que o governo imperial fez uma reclamação enérgica ao governo francês, estranhando a possibilidade dum caso de polícia daquela natureza. Então, como não era possível proceder doutra forma, o governo da república francesa publicou, em 11 de setembro de 1887, uma nota oficial que pôs termo à ignóbil exploração. O mais

¹³⁰ Quer dizer que o humor é um monopólio britânico? E que fora da ilha só há plágio ou pálida imitação? Pretender criar uma lenda pra sintetizar tipos representativos como **o francês como um cavalheiro elegante que ignora geografia**, o italiano como um violonista preguiçoso, o espanhol como um fidalgo apaixonado.

Arthur masson, Auteur de *Toine Culot (Tonho Bochecha)*, 1896-1970

Nota do digitalizador



engraçado é que, dias antes, houvera um golpe de estado no chamado conselho do governo da república do Cunani, tendo um dos ministros de estado deposto o presidente Júlio Gros...

Mas os olhos da França continuavam a mirar o sul do Oiapoque. A questão do Cunani não pudera ir adiante por falta de base. Se inventou outra, anos depois, a do Amapá. Em 1895 os garimpeiros franceses começaram a atravessar o Oiapoque e a vir batear o ouro de aluvião nos ribeirões e rios do território brasileiro, causando prejuízo a nossos patrícios, geralmente nordestinos ou de origem nordestina, ali estabelecidos. Os guiava e aconselhava um chefe indígena seu aliado, conhecido pela antonomásia de capitão Trajano. E esses forasteiros se tornavam cada dia mais audaciosos e ameaçadores.

Veiga Cabral, nordestino destemido, que vivia, há muito, no Amapá e gozava de grande prestígio entre a população, certo dia reuniu sua gente e expulsou todos os garimpeiros franceses. Estava achado o pretexto, que a república ridícula do Cunani não conseguira dar, pra intervenção francesa. Imediatamente, obedecendo a ordens vindas de Caiena, uma companhia francesa de infantaria de marinha, sob o comando de capitão Lumier, transpôs a secular fronteira e invadiu nosso território. Veiga Cabral não se amedrontou. Lhe ofereceu combate e a derrotou completamente, a obrigando a voltar à Guiana, com perda de seu comandante e de quatro soldados.

Foi este o remate duma luta secular pela posse das terras entre a margem esquerda do Amazonas e a direita do Oiapoque, iniciada pela França no século 17. Em 1676 Almirante d'Estrées, trazendo tropas comandadas por de Férolles, expulsara, por ordem de Luís XIV, os holandeses do território da atual Guiana Francesa e dele se apossara. De Férolles pretendeu estender esse domínio até Marajó e invadiu o Amapá em 1697, atacando os fortins lusos ali fundados por Mota Falcão, em 1684. O governador do Pará, Antônio de Albuquerque, mandou expulsar os invasores imediatamente. Francisco de Souza Fundão e João Moraes de Mendonça bateram os franceses e construíram novos fortes em Pará, Rio Negro, Tapajós e Pauxis. Dali se originaram negociações diplomáticas, em que Portugal sempre manteve seu ponto de vista quanto à fronteira do Oiapoque.

A questão passou, como se vê, do terreno da luta armada ao âmbito de chancelaria. Tanto a França como o Brasil concordaram, afinal, em submeter o litígio à arbitragem. O árbitro escolhido foi o presidente da confederação helvética, o qual, em 1º de dezembro de 1900, deu seu laudo favorável a nosso direito. O governo francês se conformou com esse julgamento. Hoje o Amapá é um território federal e da república do Cunani resta ridícula lembrança. A grande maioria dos brasileiros até ignora que isso tenha existido. O grande barão de Rio Branco foi o autor dessa solução definitiva da questão do Amapá. É curioso que a França sempre se tenha prestado à criação desses governos exilados e exóticos, inventados por aventureiros de baixo calibre. Mais duma dezena de anos antes do aparecimento de Júlio Gros com a república do Cunani, outro francês, um solicitador de Perigueux, Aurélio Antônio Tounens, que andara em grande aventura na América do Sul, conforme apregoava, lançou, em Paris, uma campanha de imprensa a fim de obter fundo pra restauração do reino, que fundara e perdera em nosso continente. Ocupava um apartamento na rua Lafayette, tinha um conselho ministerial e com eles despachava. Se intitulava Orélio Antônio Ier (I, 1º), rei da Araucânia e da Patagônia. Cunhou moedas e uma condecoração pra impingir aos papalvos parisienses: A Estrela do Sul. Seu financiador era o judeu Jacob Michael, seu arquichanceler um tal



José A. de la Rosa, que se dizia duque de Roseburgo e membro da universidade de Esmirna. Vendia títulos de nobreza.

O ministro do Chile em Paris, no ano de 1874, Alberto Blest Gana, apresentou ao governo francês uma nota, protestando contra aquela indecente exploração sob nomes geográficos americanos, um dos quais, Araucânia, era de seu país. A polícia francesa se moveu e obrigou Orélie Antoine Ier a deixar Paris, se refugiando no Périgord. Acabou como acendedor de lampião numa pequena cidade.

Ora, Júlio Gros, presidente da república do Cunani, foi um mero imitador de Aurélio Antônio Tounens. O interessante, porém, é que, em 1891, de novo apareceu na França outro governo exilado da mesma espécie: O italiano Aquiles Laviardi, que montou no Boulevard Rochechouart #110, em Paris, a sede do seu conselho ministerial, como rei da Araucânia-Patagônia, grau 33 da Maçonaria, grau 90 do rito de Mênfis e grau 96 do rito de Misraim. Esse novo soberano distribuía por dinheiro uma bela condecoração, a ordem real da Coroa de Aço.

Foi o último rei da Patagônia, pela graça de Deus...



O napoleão-do-pampa

Alguns historiadores denominam o caudilho gaúcho Gumercindo Saraiva *napoleão-do-pampa*. Há manifesto exagero nessa gloriosa alcunha. Todavia a figura desse guerrilheiro ainda não foi devidamente estudada como merece. Talvez seja cedo pra isso porque não estejam devidamente sepultados sob a cinza do tempo o ódio e paixão desencadeados nas contendas civis, cujo grande cenário foi o sul do Brasil nos primeiros anos daquela república velha, que o mesmo sul destruiria com a revolução de 1930.

Há grande divergência quanto à origem desse general dos maragatos. Querem uns que Gumercindo Saraiva nascera em Cerro Largo, Uruguai, nada tendo de brasileiro, nem sabendo falar português. Seu nome não seria Saraiva e sim Saravia. Querem outros fosse correntino, natural de Correntes, Argentina, mas de formação brasileira. Ainda outros afirmam que nasceu em Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul. Uns escrevem seu nome com *u* e outros com *o*: *Gumercindo* e *Gomercindo*. A opinião mais acatada, no entanto, é a de que nasceu no Brasil, no Arroio Grande, tendo sido levado, na meninice, à banda oriental, onde se tornou homem.

A verdade é que no tempo da monarquia, de regresso do Uruguai ou vindo de lá, o futuro caudilho federalista se estabeleceu como estancieiro em Santa Vitória do Palmar, ali granjeou notável influência e recebeu postos da guarda nacional, chegando a chefiar as hostes do partido Liberal e a recusar o título de barão de Santa Vitória oferecido pelo governo imperial.

As perseguições políticas que sofreu no governo de Júlio de Castilhos o forçaram a se exilar no Uruguai, donde, quando deflagrara a revolução Federalista, invadira o Rio Grande do Sul à frente duma força de cavalaria equipada a sua custa. Na primeira investida foi obrigado a desistir. Na segunda avançou até o Paraná, donde se retirou à fronteira do Rio Grande, ali morrendo no campo de batalha. Da audácia de sua memorável marcha militar através de três estados da federação e de sua bravura no combate veio o apelido exagerado de *napoleão-do-pampa*. Outros, porém, se limitaram ao denominar somente general dos maragatos.

O nome *maragatos*, dado aos federalistas pelos castilhistas, é depreciativo e de procedência castelhana. Se chamam assim, na Espanha os mestiços de mouro e cristão que habitam as serras ao sul de Astorga, no reino de Leão, na maioria almocreve de profissão, tidos e havidos como gente que deve ser posta à parte.

Na proclamação que dirigiu aos bons brasileiros, de Salzinho, quando, em segunda vez, passou a fronteira, em 2 de fevereiro de 1893, Gumercindo Saraiva se declarou brasileiro: ...não me considereis inimigo mas sim brasileiro que regressa à pátria...

O início da república no Brasil foi assinalado por graves acontecimentos que tiveram repercussão em todo o país. O dissídio entre o fundador do regime, marechal Deodoro da Fonseca, e as correntes políticas o levaram a dar um golpe de estado que falhou e pôs no poder o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, que se tornaria o salvador e consolidador das novas instituições. O eco desses fatos produziu, nos estados, com raras exceções, de norte a sul, deposição de governo, pronunciamento e rebeldia. No Rio



Grande do Sul se travou luta de morte entre os partidários do grande tribuno Gaspar da Silveira Martins e os de Júlio de Castilhos, que apoiava marechal Floriano. Assim rebentou nos pampas a revolução que tomou o nome de federalista.

Gumercindo Saraiva tentou, em primeira vez, a invasão ao Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1893, pela fronteira do Aceguá. Atacado e perseguido pela cavalaria do caudilho José Gomes Pinheiro Machado, futuro general e chefe político de grande prestígio em todo o país, voltou ao Uruguai, donde viera, a se preparar pra nova investida. Desta trouxera somente 600 homens e lhe faltara o apoio doutro caudilho federalista, o famoso Joca Tavares, que se retirara de Dom Pedrito por sua conta e risco, o deixando sozinho diante da junção da gauchada de Pinheiro Machado e da força legal de general Rodrigues Lima.

Em agosto do mesmo ano, apoiado pelo caudilho Oliveira Salgado, Gumercindo Saraiva voltou à carga. Ambos transpuseram a fronteira em Lavras, logo derrotando, no cerro do Ouro, a tropa do governo e tomando o armamento. Em setembro a revolta da armada, no Rio de Janeiro, contra Floriano Peixoto, chefiada por almirante Custódio José de Melo, entusiasmou os invasores maragatos. Aproveitando a ensanча,¹³¹ Gumercindo Saraiva se apoderou da cidade de Itaqui,¹³² onde fez frente à força de Pinheiro Machado e Rodrigues Lima. Não conseguiu as derrotar nem se retirar novamente ao Uruguai, cujo caminho elas cortavam. Então avançou audaciosamente a Santa Catarina.

Os que glorificam a memória do caudilho pressupõem que desenvolvia um plano ousado: Deixar o inimigo na retaguarda, boiando no espaço, se apoderar de Santa Catarina, desarmada, e do Paraná, desprevenido, dar a mão à esquadra nos portos do litoral desses estados, penetrar em São Paulo e ali concentrar todos os elementos antiflorianistas dos territórios ocupados prum avanço contra o Rio de Janeiro. Floriano Peixoto metido entre dois fogos, o marítimo e o terrestre, estaria perdido. Por isso as avançadas dos maragatos, comandadas por Juca Tigre, alcançaram a linha de Itararé, onde quase seria detida em 1930 a marcha doutra revolução.

Gravíssima, de fato, a situação do governo da república na capital. Na noite de 5 a 6 de setembro de 1893 se revoltara a esquadra comandada por Custódio José de Melo. Floriano Peixoto fez frente a essa terrível circunstância com tão calma energia que bem mereceu, da história, a alcunha de *marechal de ferro*. Se paralisou a vida do Rio de Janeiro sob o contínuo bombardeio. Irrompeu epidemia de febre amarela. Foi necessário reprimir greve e agitação, bem como açaimar açambarcadores e especuladores. As estações navais européias ameaçaram desembarcar tropa pra proteção de seus súditos, o que seria repellido a bala pelo marechal. Grande parte da população abandonou as casas, fugindo ao interior. A fortaleza de Villegaignon aderiu à revolta. Felizmente, pro governo, o apoio do exército era incondicional e o entusiasmo da mocidade da escola militar verdadeiro fanatismo. Nas revistas populares do tempo se cantava:

*Mineiro que vem de cima
sem saber da novidade
Quando chega a Cascadura
bombardeio na cidade*

¹³¹ Ensanча - sf Porção que se deixa a mais, embebida na costura, pra se poder alargar a roupa quando for preciso. Oportunidade, ensejo. Liberdade. Nota do digitalizador. Extraído de dicionário KingHost.

¹³² Itaqui (tupi-guarani):Pedra macia. *Itá*, pedra. *Qui*, macia: Própria pra afiar. Nota do digitalizador.



Brasil

*Pif-paf! é a granada
Pode entrar que é nada
Pif-paf! é o bombardeio
Lá do Rio de Janeiro...*

Em 9 de dezembro de 1893 a situação ainda pioraria com a junção, aos revoltosos, de almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama, comandante da escola naval, o oficial-general de maior prestígio em sua classe pelo nome, coragem, caráter e capacidade militar.

Mas a rebelião não logrou abalar a terrível resistência de Floriano Peixoto. A capital se defendia com baterias improvisadas nas praias e morros litorâneos. As fortalezas da barra se mantinham fiéis. Os rebeldes, buscando uma base de operação terrestre, sem a qual não poderiam continuar a luta, foram repelidos de Niterói e expulsos de Magé, no fundo da baía, sendo obrigados à procurar no Paraná e Santa Catarina. Enfim, no começo de 1894 o governo conseguiu organizar, com velhos navios adquiridos no estrangeiro e reunidos em Recife e Bahia, uma esquadra legal, cujo comando foi entregue a almirante Jerônimo Gonçalves, a qual se apresentou na barra do Rio de Janeiro, em março. Então os rebeldes tiveram de desistir da luta na Guanabara e se refugiar na corveta portuguesa *Mindelo*, que os levou a Montevidéu. Dali muitos se incorporaram às tropas federalistas que combatiam em terra. Entre eles o próprio almirante Saldanha da Gama, que morreria, combatendo como um leão, em campo Osório.

Entrementes almirante Custódio, que ocupava Paranaguá, estabeleceu ligação em Curitiba com a força de Gumercindo Saraiva. Seu avanço ao norte fora detido pela heróica resistência de Gomes Carneiro na Lapa. Mas em 11 de fevereiro de 1894, dias após a morte dele, a cidade, sem recurso, capitulara. O cerco à Lapa, porém, dera tempo a que se organizasse a reação governamental partindo de São Paulo. Já na linha de Itararé se concentravam as forças legais sob a ordem de general Ewerthon Quadros. Depois elas se movimentaram, ocupando Castro e ameaçando Curitiba. A capital do Paraná fora a cápsula¹³³ de Gumercindo Saraiva.

Tal circunstância obrigou o caudilho a se retirar a Santa Catarina, se reunindo às cavalarias de seu irmão Aparício, que o guarneciam. Não considerando esse reforço suficiente pra enfrentar as hostes governamentais que, diariamente, engrossavam e cuja moral crescia na proporção do revés do adversário, recuou através do Rio Grande rumo à fronteira da república argentina, de vez que na do Uruguai cruzava a força de Pinheiro Machado, seu tenaz adversário.

No dia 10 de agosto de 1894 as tropas legais que perseguiam Gumercindo Saraiva o surpreenderam em Carovi. No primeiro tiroteio o caudilho tombou morto no meio dos companheiros que incitava à luta. Sua gente foi derrotada. Coube a Juca Tigre comandar os remanescentes dessa memorável aventura militar que se internaram no território da nação vizinha.

Foi esse o triste fim do general dos maragatos, cognominado o napoleão-do-pampa.

¹³³ Se refere ao episódio histórico dos romanos cercando Cápsua. Aníbal não a pode socorrer. Em 211 os capuenses se renderam incondicionalmente ao se ver abandonados. Os senadores e algumas dezenas de notáveis foram executados. Grande parte da população foi escravizada e todas as terras confiscadas. A cidade perdeu a independência, sendo, desde então, governada por um pretor, como comunidade em sujeição. Nota do digitalizador.



O misterioso fim de Marcelino Bispo

O dia 5 de novembro, a data fatal em que houve a morte do grande marechal, como dizia uma modinha em voga nesse ano de 1897, entrava na barra do Rio de Janeiro o paquete, do Lóide Brasileiro, *Espírito Santo*, trazendo general João da Silva Barbosa e algumas forças que haviam participado da campanha de Canudos. Se preparava pra esses expedicionários grande manifestação popular. O presidente da república, doutor Prudente de Moraes, e o ministro da guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt, foram a bordo levar a boa-vinda às tropas e a seu bravo comandante. De regresso desembarcaram à 1 hora da tarde no mesmo ponto donde haviam partiram, o postilhão do arsenal de guerra em frente ao chamado portão de Minerva, hoje entrada do museu Histórico Nacional. A multidão, entusiasmada, dava viva às altas autoridades da nação, quando um anspeçada do 10º batalhão de infantaria, natural de Alagoas, chamado Marcelino Bispo de Melo, avançou ao venerando chefe da nação e lhe apontou uma garrucha ao peito. A arma emperrou e o tiro não partiu. Então marechal Bittencourt, que, heroicamente procurara cobrir com seu corpo o do presidente ameaçado, coronel Mendes de Moraes, chefe da casa militar da presidência, e alferes Cunha Moraes se lançaram sobre o anspeçada, a fim do desarmar e prender. Se travou uma luta corpo-a-corpo, pois Marcelino Bispo, largando a garrucha, sacara, da bainha, afiado punhal, com o qual agilmente se defendia no paroxismo da raiva. Coronel Mendes de Moraes teve a farda rasgada e saiu ferido. Marechal Bittencourt recebeu quatro punhaladas e tombou exânime junto ao portão de Minerva.

De espadas desembainhadas coronel João Neiva, diretor do arsenal, coronel Tomé Cordeiro e outros oficiais conduziram o presidente da república até sua carruagem, enquanto outros oficiais e praças conseguiram subjugar, desarmar e prender o assassino do bravo ministro da guerra. Nessa última fase da luta Marcelino Bispo ainda feriu o alferes João Manuel de Faria e o cabo da brigada policial, Alfredo Francisco Martins Pereira. Recolhido ao xadrez do arsenal de guerra, edifício em que está instalado o museu Histórico, o feroz alagoano teve de ser imobilizado com pesado grilhão de ferro, tal a braveza de que dava mostra, o que está documentado fotograficamente.

Nesse momento desembarcava, com general Silva Barbosa, o vice-presidente da república, doutor Manuel Vitorino. E aqueles que julgavam morto o chefe da nação ou esperavam essa morte, pra que o referido vice-presidente assumisse o governo, prorromperam em aclamação estrepitosa, que somente cessou com intervenção de general Silva Barbosa. Ciente do que acontecera, doutor Manuel Vitorino, segundo documentos da época, se retirou sem visitar, de passagem, o cadáver ainda quente do valente e honrado ministro da guerra.

Qual a origem, a razão, a causa de tão terrível atentado contra a vida dum cidadão probo e digno como Prudente de Moraes?

Desde que marechal Floriano Peixoto deixara o poder e que Prudente de Moraes o assumira se processava grande agitação na capital da república. A imprensa, desçaçimada, o atacava continuamente, o alcunhando de Biriba. A ele se atribuíam os males que afligiam o Brasil. O diziam inimigo dos militares e que usara o sorvedouro de Canudos pra acabar com o exército. Andavam no ar boatos de restauração da monarquia que envenenavam os florianistas jacobinos, os quais assassinaram numa estação dos subúrbios o infeliz coronel Gentil de Castro, tido como líder da reação monarquista.

Brasil

Visconde de Ouro Preto, último presidente do conselho ministerial imperial, escapou, por um triz, a esse atentado. A escola militar da praia Vermelha se revoltara e fora subjugada. Havia comícios na cidade. Se assaltavam redações jornalísticas. As derrotas de Canudos levavam o povo, conduzido por agitadores profissionais, a excesso lamentável. E a serena e fria energia com que Prudente de Moraes ia mantendo a ordem e encaminhando o Brasil à disciplina do novo regime desgostava os interessados no pandemônio, criava ódio e paixão que teriam de explodir desta ou daquela maneira.

O atentado de Marcelino Bispo era o fruto amadurecido da situação que o país vinha atravessando.

Momentos após o crime o anspeçada foi interrogado pelo primeiro delegado auxiliar, doutor Vicente Neiva. Se negou a qualquer resposta. Continuou assim durante vários dias, declarando somente não poder trair um juramento sagrado que prestara. Tendo sido, no dia 30 de outubro de 1897, preso, o referido anspeçada, confabulando com o capitão honorário Deocleciano Mártir, um dos agitadores das ruas, numa casa da ladeira do Ascurra, a polícia suspeitou de qualquer conivência entre eles e prendeu Deocleciano Mártir. Submetido a rigoroso interrogatório negou, obstinadamente, qualquer participação no crime.

A polícia continuou a apurar a origem do atentado e verificou que Deocleciano Mártir tivera entendimento com diversos próceres da oposição ao governo: Capitão Moreira, os deputados Torquato Moreira, Barbosa Lima e Irineu Machado, os Senadores Francisco Glicério e João Cordeiro, o próprio vice-presidente da república, doutor Manuel Vitorino. No quartel do 1º regimento de cavalaria, onde pernoitara na noite de 5 de novembro, aconselhado por capitão Servílio Gonçalves, Deocleciano Mártir queimara as cartas comprometedoras, de Glicério e Irineu Machado, que trazia consigo. Empregados da câmara depuseram que, muitas vezes, Barbosa Lima confabulara com Deocleciano Mártir, que confessou que o outro lhe dissera ser a liquidação de Prudente de Moraes o único meio de levar à presidência da república doutor Júlio de Castilhos. Todavia ignorava qualquer conluio. Fugiria, porém, a Montevidéu, sob o nome suposto de Ildefonso de Barros, sendo detido na hora da partida.

Ouvido, senador João Cordeiro se saiu com evasiva medrosa. A correspondência de doutor Manuel Vitorino a amigos na Europa revelou que esperava, no Rio, fatos extraordinários. Deputado Alcindo Guanabara, jornalista da oposição, também foi arrolado entre os cúmplices presumíveis dum vasto conluio, no qual, segundo os termos do inquérito, participaram mais o tenente-coronel Antônio Evaristo da Rocha, major Jerônimo Teixeira França, capitão-tenente Rodolfo Lopes da Cruz, capitães Manuel Francisco Moreira, Servílio José Gonçalves, Marcus Curius Mariano de Campos, Umbelino Pacheco, José de Souza Veloso, Fortunato de Campos Medeiros e Joaquim Augusto Freire. A polícia concluiu que todas as pessoas arroladas na inquirição eram passíveis de sanção penal e deviam ser processadas de acordo com a lei. Marcelino Bispo não passava do braço armado na treva dessa grande conspiração política.

O inquérito policial terminou em 10 de janeiro de 1898 mas o processo se procrastinou e acabou envolvido no mortífero silêncio do esquecimento. Marcelino Bispo nada revelou que pudesse elucidar o tenebroso caso. Dias após seu interrogatório, misteriosa morte a sempre lhe selou os lábios. Os jornais anunciaram que suicidara, amanhecendo pendurado dum pedaço de lençol na grade do xadrez. Houve suspeita, na época, de que era simulado o suicídio e de que mãos misteriosas, na calada da noite, o



mataram pra que nada revelasse sobre os mandantes políticos do hediondo atentado.

O fotógrafo Guimarães, estabelecido na rua do Ouvidor, fotografou o suicida de frente e costas na própria manhã do fúnebre achado. Esses documentos sensacionais estão no valioso arquivo do museu Histórico. Por eles claramente se vê que Marcelino Bispo, com os pés agrilhoados numa forte barra de ferro, não se podia pôr de pé e mal se poderia arrastar sobre o lajedo. Como seria possível trepar, assim peado nas altas grades, a fim de prender, no cruzamento superior, dos varões o trapo com que apareceu enforcado?

Ao drama público da morte do marechal sucedeu, no silêncio noturno, a tragédia da supressão do homem que conhecia o segredo da conjura. Triste fim dos braços que as cabeças ocultas armam pra fim criminoso! Até hoje, já há mais de meio século!, perdura o mistério da morte do anspeçada do décimo batalhão de infantaria, Marcelino Bispo de Melo.



Camelos no Texas, 1856

Após a corrida ao ouro da Califórnia, de 1849, se tornou necessário aumentar a segurança e sustentar a população crescente de ianques no sudoeste. Depois disso as tentativas pra construir uma ferrovia transcontinental sucumbiu à política seccional, o secretário de guerra Jefferson Davis decidiu experimentar camelo pra transportar provisão militar no Texas ocidental e no grande deserto americano.

Pra isso major H. C. Wayne foi despachado ao meio-leste, em 1855, pra estudar e obter o primeiro grupo de dromedário e voltou no ano seguinte com 33 animais, que desembarcaram do *USS Supply*, junto com vários motoristas gregos e turcos, em Indianola, Texas, em 14 de maio de 1856. A bizarra caravana parou em Santo Antônio, onde foi demonstrado que as *bestas do deserto* podem se ajoelhar e se levantar com dois fardos de algodão do Texas amarrados na traseira. O rebanho foi levada, então, a estábulos mais permanentes, em Acampamento Verde (Camp Verde), ao sul da atual cidade de Kerrville. Outro rebanho, de 41 camelos, chegou no ano seguinte.

Durante vários anos os camelos foram testados ao lado de mulas em viagens extensas ao longo do Texas ocidental e a regiões do extremo oeste, como a Califórnia. De muitas maneiras os camelos provaram ser superiores como animais de transporte. Podiam levar carga em longo percurso sem água e com pouquíssima forragem, viagens nas quais a maioria das mulas pereceria.

Porém, em última instância os camelos falharam. As macias plataformas das patas eram inadequadas pra viajar no terreno extremamente rochoso do sudoeste. Assustavam os cavalos e eram detestados pelos cameleiros, acostumados a mulas mais dóceis.

Os camelos caíram nas mãos dos confederados no começo da guerra civil e voltaram ao exército da união em 1865. A maioria foi vendida em leilão em 1866. Alguns fugiram ao deserto do Texas ocidental e se sabe que sobreviveram até o século 19.



Correio de camelo

Em 1856 Henry C. Wayne levou 33 camelos ao Texas, a bordo do *USS Supply*

Cortesia de imagens Emmett, *Histórias texanas de camelo*
Traduzido, do original em inglês, do sítio <http://www.lsjunction.com/facts/came1s.htm>



BIBLIOGRAFIA DE GUSTAVO BARROSO

LIVROS

- 1912 *Terra de Sol* (natureza e costumes do Norte) Rio de Janeiro, B. de Aguiar, 1912. 274 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, B. de Aguiar is. d.l. 276 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1930. 272 p.
— 4. ed.
— 5. ed. Rio de Janeiro, Livraria São José 119561 265 p.
- 1915 *Praias e várzeas*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1915. 142 p.
- 1917 *Heróis e bandidos* (os cangaceiros do nordeste). Rio de Janeiro, F. Alves, 1917. 278 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1931. 278 p.
Idéias e palavras. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1917. 260 p.
- 1918 *A ronda dos séculos*. Rio de Janeiro, 1918. 352 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Mauillo, 1920. 352 p.
— 3. ed. São Paulo, J. Olympio, 1933. 347 p.
— 4. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio. 1937. 304 p.
- 1921 *Ao som da viola* (folclore) Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1921. iv+733+vi p.
— Nova ed. corrigida e aumentada Rio de Janeiro!Dep. de Imprensa Nacional 1949. 595 p.
Casa de maribondo (contos) São Paulo, Revista do Brasil, 1921. 157 p.
- 1922 *Coração da Europa*. Rio de Janeiro, A. J. Castilho, 1922. 260 p.
- Mula sem cabeça*. São Paulo, Sociedade Editora Olegário Ribeiro, 1922. 135 p.
Uniformes do Exército brasileiro. Obra comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Edição especial do Ministério da Guerra. Desenhos, aquarelas e documentos de J. Washt (sic) Rodrigues. Direção geral e organização do texto por Gustavo Barroso (João do Norte) Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1922, 110 p.
- 1923 *Alma sertaneja* (contos trágicos e sentimentais do sertão) Rio de Janeiro, B. Costallat & Miccolis, 1923. 159 p.
A inteligência das coisas. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil 1923 221 p.
O sertão e o mundo. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1923. 301+ii p.
- 1924 *Livro de milagres*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1924. 204 p.
- 1925 *O ramo de oliveira*. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1925. 335 p. 1926 *Tiçã do inferno* (romance bárbaro) Rio de Janeiro, B. Costallat & Miccolis, 1926. 206 p.
- 1927 *Através dos folclores*. São Paulo, Melhoramentos 11927 196 p. 1928 *A guerra do Lopez*; contos e episódios da campanha do Paraguai. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1928 I 206 p.
— 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929. 206 p.
— 3. ed.
— 4. ed. 1933.
— 5. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 239 p.
- 1929 *A guerra do Flores*; contos e episódios da campanha do Uruguai, 1864-1865. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 11929 I 202 p.
— 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930. 202 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro. G. M. Costa, 1939. 202 p.
A guerra do Rosas (contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina — 1851-1852) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929. 241 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa 11939 I 202 p. 1930 *Almas de lama e aço* (Lampião e outros cangaceiros) São Paulo, Melhoramentos 11930 I 124 p.
O Brasil face ao Prata. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1930. 452 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1952. 456 p. (Biblioteca do Exército. v. 171) 172).
A guerra de Artigas, 1816-1820. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930. 190 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 191 p.
A guerra de Vidéu; contos e episódios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930, 254 p. — 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 216 p.
Mythes, contes et légendes des indiens. Folklore brésilien. Paris, A. Ferroux, 1930. 179 p.
- 1931 *Aquém da Atlântida*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1931. 288 p.
O bracelete de safira. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1931. 198 p. 1932
As colunas do templo: Erudição, folclore, história, crítica, filologia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932. 358 p.
Luz e pó. Rio de Janeiro, Renascença Ed., 1932. 249 p.
A senhora de Pangim (romance) Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1932. 203 p.
— 2. ed. Lisboa, Agencia Geral das Colônias, 1940. 127 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, 1943.



- Edição em **quadrinhos** Rio de Janeiro, Ed. Brasil América 119561.
- 1933 *O integralismo em marcha*. Rio de Janeiro, Schmidt. 1933. 143 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 145 p. *Mulheres de Paris*. Rio de Janeiro, "Marisa". 1933. 179 p.
Osório, o centauro dos pampas. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara [1933] 196 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 198 p.
O santo do brejo (romance) Rio de Janeiro, Renascença Ed., 1933. 194 p.
Tamandaré, o Nelson brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara 19331 219 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 305 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1956. 268 p.
- 1934 *Brasil, colônia de banqueiros* (história dos empréstimos de 1924 a 1934) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1934. 259 p.
— 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 259 p.
O integralismo de norte a sul. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934. 187 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.
- 1935 *História militar do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. 341 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Ser. 5.: Brasileira, v. 49).
— 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1938. 346 p.
— 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1940. 346 p.
— *A palavra e o pensamento integralistas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 220 p.
O quarto império. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1935. 177 p. (Problemas políticos contemporâneos, n.º 9).
O que o integralista deve saber. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 203 p.
— 5. ed. 1937.
- 1936 *Espírito do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1936. 290 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 290 p.
O integralismo e o mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 290 p.
— 2. ed. 1937.
História secreta do Brasil. v. I. Do descobrimento à abdicação de dom Pedro I. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 379 p.
— 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. 381 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Ser. 5.: Brasileira, v. 76).
— Segunda parte. Da abdicação de dom Pedro I à maioria de D. Pedro II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 394 p.
— Terceira parte. Da maioria de dom Pedro II à proclamação da República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.
- 1937 *História secreta do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937-39. 3 v. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasileira, v. 76, 76A, 76B) lv. 1: 3. ed., 1939; v. 2: 1937; v. 3: 1938. *Os protocolos dos sábios de Sião*. São Paulo, Minerva, 1937. *Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 234 p.
Reflexões dum bode. Rio de Janeiro, Gráf. Educadora 19371 178 p. *A sinagoga paulista*. Rio de Janeiro, Ed. ABC, 1937. 269 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. ABC, 1937. 269 p.
- 1938 *Comunismo, cristianismo e corporativismo*. Rio de Janeiro Ed. ABC, 1938. 164 p.
- 1939 *Coração de menino*. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939, 320 p.
O livro dos enforcados. Rio de Janeiro, G. M. Costa. 1939. 185 p.
1940 *Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal*. Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente. Exposição do Museu Histórico Nacional. Catálogo descritivo e comentado, organizado por Gustavo Barroso... Is. 1. n. ed. 1940. 134 p.
Liceu do Ceará. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1940. 220 p. (Memórias, v. 2).
- 1941 *O Brasil na lenda e na cartografia antigas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941. 203 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasileira, v. 199).
- 1943 *Portugal semente de império*. Rio de Janeiro, G. Costa 11943?1 271 p.
- 1944 *A coleção Miguel Calmon no Museu Histórico*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. 263 p.
- 1946 *Seca e Meca e Olivais de Santarém*. São Paulo, Presença, 1946. 218 p.
- As sete vozes do espírito* (poesias) (Pref. de Olegário Mariano) (s. I. n. ed.) 1946. 209 p.
Introdução à técnica de museus. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica, 1946-47. 2 v. (Ao alto do título: Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. Gustavo Barroso).
— 2. ed. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica, 1951. 2 v.
- 1948 *Quinas e castelos*. São Paulo, Ed. Panorama 119481 236 p.
- 1951 *Cinza do tempo* (contos) Rio de Janeiro, A Noite 11951 240 p. 1956 *História do Palácio Itamaraty*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1956. 186 p. (Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty. Publicação n.º 2).
- 1961 *Mississipi*. Rio de Janeiro, Edições 'O Cruzeiro', 1961. 202 p.



Opúsculos

- 1913 *A balata*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Industria e Comercio, 1913. 22 p. (Superintendencia da Defesa da Borracha. Monografia n.º 20).
- 1918 *Tradições militares* (conferencia lida no Club Militar) Rio de Janeiro is. ed. 1918. 34 p.
- 1928 *Apologos orientaes* (moralidades e fabulas) São Paulo, Melhoramentos 119281 86 p. (Biblioteca da adolescencia. Ser. 3. Livro 2).
- 1931 *A ortografia oficial; considerações sobre o acordo luso-brasileiro, as reformas ortográficas de 1907, 1917, 1924, 1929, o acordo de 1931*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931. 90 p.
- 2. ed.
- 3. ed. acrescida dum vocabulário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931. 97 p.
- 1938 *Caxias no Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. p. 1671-69. 1Separata da Revista Militar Brasileira, n.º 3, vol. XXXV, de 25 de agosto de 1936".
- 1936 *Quando Nosso Senhor andou no mundo* (contos pra crianças) Rio de Janeiro, F. Alies, 1936. 84 p.
- Roosevelt es judio* (traducción directa del portugués de Mario Bussatto) Buenos Aires ILa Mazorca 1938. 34 p.
- 1940 *Porco Coelho de Souza*. Lisboa, Agencia Geral das Colonias. 1940. 60 p. 1945 *Caxias*. Rio de Janeiro, Agir, 1945. 46 p. (Nossos grandes mortos, 5)
- 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1953. 48 p. (Nossos grandes mortos, 5)
- 1948 *Fábulas sertanejas*. Rio de Janeiro, Biblioteca Infantil do Tico-Tico 119481 60 p.
- 1951 *Conferências na Bahia*. I — Presença do Brasil na literatura do Re-nascimento. II — A morte dos deuses e o fim do paganismo. III — O amável demônio de Paris. ISalvadori Diretoria do Arquivo. Divulgação e Estatística, 1951. 65 p.
- Dom Pedro I*, peça histórica em 3 atos e 4 quadros. Rio de Janeiro, Gráf. da Prefeitura] 1951. 47 p.
- Direção*
- 1940 *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. I — 1940 — Rio de Janeiro, 1941.
- 1941 *Os melhores contos históricos de Portugal...* Pref. e seleção de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941.
- 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos 119431 305 p. (Coleção Clássicos e contemporâneos, dir. por Jaime Cortesão). *Colaboração*
- 1938 *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso... Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, 1084 p.
- Prefácios*
- 1937 Cabral, J. *A questão judaica*. Porto Alegre, Globo, 1937. 241 p.
- 1939 Dodt, Gustavo. *Descrição dos rios Parnahyba e Gurupy*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939. 233 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasiliana, v. 138).
- Traduções*
- 1919 *Tratado de Paz*. Ide Versailles Rio de Janeiro. Leite Ribeiro, 1919. xi+387 p.
- 1920 Goethe, J. W. von. *Fausto*. Rio de Janeiro, Garnier, 1920. 218 p. (Colleção dos autores celebres da literatura estrangeira). Jarach, L. *Lições de moral e de instrução civica*. Adaptadas ao uso das escolas brasileiras por Gustavo Barroso (João do Norte) Rio de Janeiro, F. Briguier, 1920.
- 1934 Gray, O. *O enigma de Bagschott* (The Bagschott mystery) São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1934. 255 p. (Série Negra, v. 4). Maurois, A. *Lyantey*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934. 262 p. (Vidas célebres, v. 2).
- Rengade, J. *A viagem submarina* IVoyage sous les floysi São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934. 192 p. (Coleção Terramarear, v. 30).
- 1935 Farrère, C. *A Batalha*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1935. 268 p. (Coleção pra Todos, Nova fase, v. 7). Merezhkovskii, D. S. *Jesus desconhecido*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. 362 p.
- 1936 Aragón J. do *continente aéreo* (El continente aéreo) São Paulo, Companhia Nacional, 1936, 190 p. (Coleção Terramarear, v. 43).
- *A destruição da Atlântida* (La destrucción de Atlántida) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 2 v. (Coleção Terramarear, v. 44).
- Farrère, C. *Os homens novos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1936. 271 p. (Coleção pra Todos, v. 12).
- 1937 Benoit, P. *A castelã do Líbano* iLa châtelaine du Liban Rio de Janeiro, Vecchi. 1937. 237 p.
- 1938 Farrère, C. *Os civilizados* ILes civilisés! São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. 272 p. (Coleção pra Todos, v. 19).
- 1939 Adam, K. *Jesus Cristo*. Petrópolis, Vozes 119381 325 p.
- Dekobra, M. *A madona dos trens noturnos*. Rio de Janeiro, Vecchi, 1939. 252 p.
- 1941 Walter, G. *Marat, o amigo do povo*. Rio de Janeiro. Vecchi, 1941 337 p.
- Wells, H. G. *Pequena história do mundo*. 3. ed. acrescida de três novos capítulos. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941. 409 p.
- 1943 Schlichthorst, C. *O Rio de Janeiro como é. 1824.1826* (Huma vez e nunca mais) Contribuição dum diário pra a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, apresentada, anotada e comentada por ele. Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1943. 300 p.
- Trabalhos não localizados*
- O amável demônio de Paris*. Lisboa, 1950.
- O anel das maravilhas*. 1924.
- Antes do bolchevismo*. 1923.
- O Brasil dos brasileiros*. 1950.

Gustavo Barroso
Brasil

Segredos e revelações da história do



Catálogo geral do Museu Histórico. 1924.
Comédias e provérbios. 1924.
Consulado da China. 1941.
Discurso de recepção. 1924.
Duas conferências cervantinas. 1949.
En el tiempo de los Zares. Buenos Aires, 1924.
Inscrições primitivas no sertão do Ceará. 1930.
Integralismo e catolicismo. 1937.
Maçonaria, seita judaica. 1937.
Mapirunga. Londres, 1924.
Mosquita muerta. Buenos Aires, 1921.
Pergaminhos. 1922.
Vocabulário das crianças. 1920.



Índice

Os fenícios no Brasil	7
O padrão de São Vicente	13
O Brasil já se chamou América	18
O monstro da praia Vicentina	22
O tacape de Tibiriçá	27
A França antártica	30
Dois pernambucanos em Alcácer-Quibir	34
Natal de sangue	38
O verdadeiro fundador de Fortaleza	42
As três batalhas de Guararapes	46
O calabar de batina	52
O comércio do Brasil no século 17	55
A tróia negra de Palmares	58
Os padroeiros da Bahia	62
Uma cidade misteriosa no sertão	68
Uma vila de Marrocos no Pará	73
A caça à baleia no Rio de Janeiro	77
O misterioso ermitão de Minas Gerais	80
A casa de Marília de Dirceu	86
O meteorito de Bendegó	89
A dinastia de Bragança	94
Um brasileiro libertador	98
Um general de Napoleão no Brasil	102
Os encourados do Pedrão	105
O canhão de João de Botas	109
A guerra do Fidié	112
Rei de Portugal, imperador do Brasil	116
O grande favorito de Pedro I 119	
Dom Pedro I, o amor e a política	123
Dom Pedro I e a Maçonaria	128
A morte de Líbero Badaró	131
O sacrifício do imperador	136
Paixão e morte de Pinto Madeira	140
Uma guerra maometana no Brasil	146
A gloriosa aventura dos farrapos do mar	149
Um imperador negro no Brasil	154
A Maçonaria negra de Vassouras	158
O monte-cristo brasileiro	161
Um príncipe francês surrado na Bahia	164
O solitário de Lagoa Santa	167
A última revolução do império	171
A notável estirpe militar do Brasil	176
Um caxias desconhecido	180
O cabo submarino no Brasil	184
O Entrudo e o Zé-Pereira	188
Os dromedários do Ceará	193

**Brasil**

A segunda filha de dom Pedro II	197
As espadas de dom Pedro II	201
A voluntária da pátria	204
Os zuavos do Brasil	209
O escândalo do Hôtel du Louvre	213
O carrasco de Ouro Preto	220
Os santarrões do morro de Ferrabrás	224
O imperador do Brasil no Egito	230
A revolta do imposto do Vintém	235
Um linchamento no tempo do império	239
Dois imperadores poetas	244
O pacote do exílio	249
O dragão-do-mar	252
A morte misteriosa de Sena Madureira	256
Uma república e dois reinos	260
O napoleão-do-pampa	265
O misterioso fim de Marcelino Bispo	270